

MESTRADO INTEGRADO
ARQUITECTURA

A Presença da Mulher no Espaço Público. Percursos Femininos na Arquitetura Portuguesa

Daniela Patrícia Pinho Santos

M
2026



Daniela Patrícia Pinho Santos
A Presença da Mulher no Espaço Público. Percursos Femininos
na Arquitetura Portuguesa



M.FAUP 2026

A Presença da Mulher no Espaço Público.
Percursos Femininos na Arquitetura Portuguesa
Daniela Patrícia Pinho Santos



A PRESENÇA DA MULHER NO ESPAÇO PÚBLICO.

Percursos Femininos na Arquitetura Portuguesa

Daniela Patrícia Pinho Santos | 202008157

Orientação

Joana Cravo de Almeida Restivo

Ana Luísa da Silva Fernandes

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Maio de 2026

Notas de Edição

A presente dissertação encontra-se redigida ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Nas citações diretas, foi mantida a ortografia original das obras consultadas, incluindo os casos em que estas seguem o acordo ortográfico anterior ou variantes do português do Brasil.

As citações originalmente publicadas em língua estrangeira foram traduzidas para português para efeitos de uniformização e fluidez da leitura. Sempre que considerado pertinente, o excerto no idioma original é apresentado em nota de rodapé.

Recomenda-se a visualização do documento em formato livro (duas páginas).

Agradecimentos

À minha família e amigos por estarem sempre presentes.

Obrigada às professoras Joana Restivo e Ana Silva Fernandes pela orientação nesta fase final do meu percurso académico.

Um agradecimento especial a todas as entrevistadas, Chloé Darmon, Elena Parnasari, Gabriela Cavalcanti, Helena Fidalgo, Joana Pestana Lages, Laura Sobral, Maria João Mota, Orquídea Santos e Patrícia Santos Pedrosa, pelo contributo para esta dissertação, pelo conhecimento e opiniões transmitidas.

Obrigada também às 103 pessoas que responderam ao inquérito sobre a perceção e apropriação da cidade, que foi determinante para o desenvolvimento desta investigação.

Por fim, obrigada a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação.

Resumo

Em várias outras áreas, as contribuições das mulheres foram muitas vezes rejeitadas e desvalorizadas, o que levou à modelação de uma realidade em que a experiência e opinião feminina são sistematicamente invisibilizada. Assim, a investigação pretende questionar a ideia de neutralidade que estrutura as áreas da arquitetura e do urbanismo e confirmar as desigualdades sentidas por quem diverge do corpo tipo, implicitamente considerado na produção do espaço e sistematicamente valorizado pelas construções sociais. Metodologicamente, as fontes bibliográficas seleccionadas, conjugadas com dados de estudos estatísticos, bem como as entrevistas e o inquérito realizados no âmbito desta dissertação, permitiram analisar estas premissas no contexto nacional, com o necessário enquadramento no contexto internacional. Foi perceptível uma evolução da presença feminina no ensino, na profissão e na cidade, e também um aumento do respeito pelos direitos das mulheres e outros grupos. Ainda assim, está longe o alcance da total neutralidade e inclusão, pelo que numa fase final da investigação é abordado o urbanismo feminista enquanto possível solução para o progresso destas lutas e reivindicações.

Palavras-chave

Mulheres • Arquitetura • Urbanismo • Cidade • Feminismo • Interseccionalidade

Abstract

In several other fields, women's contributions have often been rejected and underestimated, which has led to the shaping of a reality in which female experience and opinion are systematically made invisible. Therefore, the investigation seeks to question the idea of neutrality that structures the fields of architecture and urbanism and to confirm the inequalities experienced by all those who diverge from the normative body, implied in the production of space and systematically valued by social constructions. Methodologically, the selected bibliographic sources, combined with data from statistical studies, as well as the interviews and the survey conducted within the scope of this dissertation, made it possible to analyse these premises in the national context, with the necessary framing within the international context. An evolution in the presence of women in education, in the profession and in the city was perceptible, as well as an increase in respect for the rights of women and other groups. Nevertheless, the achievement of full neutrality and inclusion remains distant, and therefore, in the final stage of the investigation, feminist urbanism is addressed as a possible solution for the progress of these demands.

Keywords

Women • Architecture • Urbanism • City • Feminism • Intersectionality

Sumário

Agradecimentos	III
Resumo	V
Abstract	VII
Introdução	1
1. Arquitetura	5
1.1. O Corpo na Arquitetura	5
1.2. O Ensino da Arquitetura em Portugal	12
1.3. Visibilidade Feminina na Arquitetura	20
1.4. Reflexões	27
2. “A vivência do espaço no feminino e a construção da cidade no masculino”	28
2.1. Sistema Patriarcal	30
2.2. A Habitação	34
2.3. Do Estado Novo até à Democracia	47
2.4. Reflexões	56
3. Habitar a Cidade	59
3.1. Presença Feminina na Cidade	61
3.2. Acesso, Segurança e Mobilidade na Cidade	67
3.3. Urbanismo Feminista	72
3.4. Reflexões	75
Conclusão	79
Referências Bibliográficas	83
Apêndices	
Apêndice 1 Paridade nos Alunos Inscritos na FAUP	91
Apêndice 2 Paridade nos Conselhos da FAUP	93
Apêndice 3 Paridade nos Professores na FAUP	94
Apêndice 4 Paridade na Bibliografia das U.C. de Projeto na FAUP	97
Apêndice 5 Guião Entrevistas	98

99	Apêndice 6 Entrevista com Elena Parnasari
107	Apêndice 7 Entrevista com Joana Pestana Lages
115	Apêndice 8 Entrevista com Orquídea Santos
134	Apêndice 9 Entrevista com Gabriela Cavalcanti e Helena Fidalgo
143	Apêndice 10 Entrevista com Patrícia Santos Pedrosa
158	Apêndice 11 Entrevista com Laura Sobral
164	Apêndice 12 Entrevista com Maria João Mota
175	Apêndice 13 Entrevista com Chloé Darmon
186	Apêndice 14 Questionário
191	Apêndice 15 Resultados do Questionário

Introdução

“Este livro é sobre a relação das mulheres com os edifícios e com os espaços entre eles – os nossos ambientes criados, incluindo as habitações, a sua disposição umas em relação às outras, aos espaços públicos, às vias de transporte, aos locais de trabalho e à organização das cidades. O nosso ambiente construído ou criado é concebido de acordo com um conjunto de ideias sobre como a sociedade funciona, quem faz o quê e quem vai para onde.”¹

Ponto de Partida

O interesse pelo percurso das mulheres na arquitetura começou em 2022 com a doação do acervo da arquiteta Fernanda Seixas à Casa da Arquitectura, acompanhada pela consciência de que existiu uma mulher a liderar uma brigada do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local). Entre a incredibilidade de nunca ter ouvido falar deste nome antes e a tomada de consciência da falta de referências femininas no percurso académico, o interesse foi crescendo. Este interesse foi consolidado ao frequentar uma disciplina intitulada “Cidade, gênero e interseccionalidades²: conceitos, políticas e práticas”, lecionada pela professora Paula Santoro, durante o período de mobilidade na Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade de São Paulo (FAUUSP), no ano letivo 2024/2025. A inserção numa nova cultura acarretou o confronto com preconceitos que, até então, não tinha questionado, com experiências distintas da minha e com o enraizamento das construções sociais³ na organização da sociedade, da casa e da cidade. Estes dois momentos constituíram o ponto de partida para as dúvidas e inquietações que estruturaram a presente dissertação.

Ao longo dos anos de formação somos frequentemente sensibilizados para o nosso impacto, profissionais da arquitetura, na produção do espaço, para o quanto a arquitetura influencia percepções e experiências, e para o facto de que o corpo deve estar na base do seu projeto e materialização. Isto levou-nos à interrogação – Que corpo é implicitamente considerado neste discurso? Gradualmente tornou-se claro que era preciso questionar as ideias de neutralidade e inclusão frequentemente associadas à arquitetura e ao urbanismo, analisar a sua veracidade e compreender de que forma as profissionais destas áreas, mas também as cidadãs, influenciam a produção e apropriação do espaço.

1 This book is about women's relationship to buildings and to the spaces between them – our created surroundings, including homes, their arrangement in relation to one another, to public spaces, transport routes, workplaces and the layout of cities. Our built or created environment is made in accordance with a set of ideas about how society works, who does what and who goes where.” – Matrix, 1984, p.1.

2 “O termo interseccionalidade foi cunhado e utilizado metodologicamente pela primeira vez em 1989, pela estadunidense jurista e defensora dos direitos civis, Kimberlé Crenshaw, com a publicação do artigo Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics [...] Bem antes disso, porém, Sojourner Truth, ativista ex-escravizada, já apontava a desigualdade de gênero sob uma perspectiva racial desde 1851, seguida por militantes do movimento negro estadunidense que antecederam Crenshaw. Interseccionalidade é, portanto, «abordagem que afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são características mutuamente construtivas de organização social que moldam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são formadas por elas» (COLLINS, 2019 p. 460)” – Coêlho Santana, 2019, p.270-271.

3 Termo que remete para categorias, normas e conceitos produzidos histórica e culturalmente. As construções sociais organizam informalmente a vida em sociedade e moldam expectativas e papéis sociais, sendo dinâmicos e sujeitos a alterações conforme o tempo e o contexto.

4 Ideia abordada por Saskia Sassen (socióloga holandesa) - Berth, 2023.

5 São duas esferas indissociáveis consideradas nos estudos marxistas. Trabalho produtivo é remunerado, desempenhado pelo proletariado e possibilita o sistema capitalista. Trabalho reprodutivo é considerado pelo feminismo marxista como a verdadeira base do sistema capitalista pois garante a regeneração da classe trabalhadora. É, no entanto, externo à luta trabalhista, não é remunerado e é normalmente atribuído às mulheres. Diferente do trabalho do cuidado, que pode ser remunerado ou não, também é normalmente desempenhado pelas mulheres, mas pode ser também desempenhado por órgãos públicos (Serviço Nacional de Saúde, apoios, subsídios, reformas, equipamentos públicos, habitação social, etc.)

6 Atribuição, por parte da sociedade, de uma identidade ou posição a um corpo em função das suas características inerentes e cada posição tem implícita uma expectativa de comportamento.

7 Performance, comportamento e atitude expectada de um corpo em função, por exemplo, do seu género ou orientação sexual, através da repetição de gestos, discursos, preferências, posturas socialmente determinadas ou construídas.

8 Sexo - conjunto de características físicas e funcionais que distinguem o macho da fêmea.

Género - "categoria resultante da diferenciação sociocultural (e não exclusivamente biológica) entre homens e mulheres, que varia consoante a cultura e que influencia o estatuto, o papel social e a identidade sexual de cada indivíduo no seio da comunidade em que se insere" - Definições presentes em Infopédia - Dicionários Porto Editora.

9 "De maneira sucinta, o termo 'gentrificação' foi cunhado, em 1964, pela socióloga

Enquadramento

Esta investigação irá desenvolver-se a partir do cruzamento entre teoria e história da arquitetura, estudos urbanos e teoria feminista, articulando estas áreas com uma perspetiva social e política. O eixo estrutural da análise é a premissa de que a cidade é um direito coletivo e individual, mas que ainda não se constitui como neutra.

Os temas convocados possuem um estudo mais aprofundado em contextos internacionais, como o sul-americano, espanhol e norte-americano, destacando-se autoras como Joice Berth, Zaida Muxí Martinez, Beatriz Colomina, Jane Jacobs, Silvia Frederici e grupos como Matrix e Col·lectiu Punt 6. Em Portugal, apesar do conteúdo científico e editorial ser mais reduzido, verifica-se um aumento significativo da investigação e produção sobre estas temáticas desde 2010, destacando-se principalmente Patrícia Santos Pedrosa, cujos textos sustentaram em vários momentos as ideias expostas neste trabalho, associada a Lia Gil Antunes e publicações como *Ser Mulher* (J-A, 242) e *Arquitetas: Modo(s) de (R)existir. Reflexões a partir de um ciclo de conversas*, documentários (sobretudo sobre o Estado Novo e o SAAL) e o trabalho de coletivos e associações como Mulheres na Arquitetura, Pele, A-Grupa e o Núcleo Feminista da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP).

Objetivos

Esta dissertação tem como objetivo principal a desestabilização de conceitos estáveis,⁴ como sejam as desigualdades de género que se manifestam na formação académica e na prática profissional da arquitetura em Portugal, a perceção do impacto do sistema patriarcal e capitalista na sociedade, nomeadamente, nas esferas do trabalho produtivo e reprodutivo,⁵ no papel social⁶ e na performatividade⁷ associada a cada género,⁸ e a análise das dinâmicas territoriais atuais ao nível da divisão racial, sexual e socioeconómica do espaço, como a representatividade e presença insuficiente de alguns corpos no plano simbólico, as desigualdades presentes na mobilidade e na sensação de segurança, a mercantilização do espaço público e a gentrificação.⁹ Por fim, a exploração de uma solução alicerçada no urbanismo feminista para o desenvolvimento pedagógico e prático da arquitetura e urbanismo conclui e, simultaneamente, pretende lançar possibilidades de ação.

Metodologia

Numa fase inicial da investigação a intenção era a análise dos temas num contexto geográfico restrito – a cidade do Porto e a Escola do Porto. No entanto, e conforme referido, a falta de fontes bibliográficas e de estudos prévios específicos sobre os tópicos abordados motivaram um recorte inicial com a convocação de referências mais abrangentes e consequentes processos de generalização. Ainda assim, esta perspetiva situada não foi completamente abandonada e apoiou-se em três materiais de produção própria, apresentados em apêndice. Os estudos sobre a FAUP surgiram pela proximidade do objeto de análise e pela falta de detalhe, sobretudo nas questões da paridade, nos estudos já existentes a nível nacional (Direção-Geral de Ensino Superior - DGES) e local (U.Porto). Por sua vez, as entrevistas foram desenvolvidas para colmatar lacunas nas referências bibliográficas nacionais. Esta ferramenta permitiu impulsionar a investigação e fundamentar a abordagem teórica do contexto português. O inquérito surgiu numa fase já avançada do processo, a partir da necessidade de complementar as entrevistas com uma análise empírica, para dar a conhecer a perspetiva dos cidadãos (na sua generalidade sem formação nas áreas da arquitetura e do urbanismo) sobre as temáticas convocadas ao longo da dissertação. A aplicação do questionário, de carácter meramente exploratório, apresenta limitações, como seja a amostragem reduzida de respostas, mas revelou-se essencial para a validação de certas hipóteses. Esta experiência ajudou ainda a reconhecer que esta investigação não está isenta da influência das construções sociais e dos preconceitos enraizados na sociedade, uma vez que a reflexão sobre os dados recolhidos veio, em determinados momentos, colocar em causa certos pressupostos inicialmente apresentados.

Estrutura

A dissertação está organizada em três capítulos: enquanto o primeiro se apresenta mais focado na história e na atualidade do contexto arquitetónico, o segundo capítulo é dedicado a decompor as dicotomias organizadoras do espaço – público/privado, produtivo/reprodutivo, remunerado/não remunerado –, e a analisar a sua influência na sociedade, na habitação e na cidade; o terceiro capítulo compreende, por sua vez, uma exposição das experiências dos corpos invisibilizados e uma reflexão sobre as propostas do urbanismo feminista. Durante todo o trabalho, o contexto internacional surge para enquadrar o contexto nacional, que é o foco do estudo. Por último, mesmo sendo referidos diversos marcadores de opressão,¹⁰ a investigação recai, maioritariamente, sobre as desigualdades associadas ao género.

britânica Ruth Glass quando ela refletia sobre as alterações na estrutura social e no mercado imobiliário em certas áreas de Londres. [...] O termo foi cunhado para explicar uma das facetas da expulsão promovida no bojo das ações das elites económicas. Essa expulsão acontece nas cidades onde muitos investimentos são feitos em determinado bairro com melhorias na infraestrutura principal (água, luz, saneamento, mobilidade urbana etc.) e secundária (rede de comércio, equipamentos de lazer e cultura, arborização etc.), o que acaba elevando o custo de vida. Daí que a população pobre que ali reside passa a não ter mais condições de se manter, uma vez que os aluguéis e serviços também têm valores alterados. [...] Mas *gentrificação* (*gentrification*) também é uma palavra derivada do inglês, *gentry*, que surgiu na década de 1960 e era usada para caracterizar pessoas de alta classe social ou pertencentes à nobreza. Nessa década, houve um movimento na cidade de Londres em que muitos *gentriers* (ricos, nobres) migraram para um bairro que, até então, abrigava a classe trabalhadora. Esse movimento fez disparar o preço imobiliário do lugar, obrigando os antigos moradores de classe média e baixa a saírem em busca de um custo de vida condizente com o suporte financeiro que aquelas famílias dispunham. [...] Então, a *gentrificação* também pode ser chamada de enobrecimento, aburguesamento ou elitização de uma área." - Berth, 2023.

10 São categorias como género, raça, classe, orientação sexual, idade ou capacidade física que estruturam hierarquias e desigualdades no acesso a direitos, recursos e reconhecimento social, e são interseccionais na divisão e exclusão que causam.

1. Arquitetura

A arquitetura foi sempre liderada por uma figura masculina: o criador de incríveis edifícios e monumentos, instruído nas mais diversas áreas do saber que, durante séculos, desenhou e criou com base na sua imagem. O corpo masculino esteve sempre no centro do desenho, do vocabulário e da apropriação da arquitetura, desde as plantas antropomórficas, passando pelo Homem Vitruviano, até ao Modulor ou aos desenhos de Neufert. O corpo feminino foi sempre submisso, censurado e escondido no interior da casa e, mesmo no espaço doméstico/privado, foi impedido de circular livremente. Durante muito tempo, o acesso ao ensino e prática da arquitetura não era possível para mulheres, tendo-se depois tornado um privilégio apenas das classes mais altas. Estando este acesso agora democratizado, será que existe uma visibilidade e reconhecimento igualitário das arquitetas?

11 "Ele deve então saber escrever, projetar, estar instruído na Geometria, não ignorar a Óptica, ter aprendido Aritmética, e saber muito de História, ter bem estudado a Filosofia, ter conhecimento de Música, e algumas luzes de Medicina, de Jurisprudência e de Astrologia." - Vitruvio, p.3.

12 "A Architectura é uma ciência" - Vitruvio, 2009, p.2.

13 "[...] male architects 'give birth' to their buildings." - Agrest, Conway e Weisman, 1996, p.11.

14 Gil Antunes, 2015, p.18.

1.1. O corpo na Arquitetura

A manifestação das questões de género na arquitetura poderá iniciar-se pela observação do Tratado de Arquitetura de Vitruvius, no qual, logo no primeiro capítulo, é possível perceber que a descrição da disciplina e da pessoa que a pratica não são neutras desde a sua génese formal. Este, que é o primeiro documento escrito na História da Arquitetura de que há conhecimento, coloca o homem num pedestal, Ele, versado na prática e teoria das mais variadas áreas do saber,¹¹ equilibrado nas competências e qualificado para esta "ciência".¹² No entanto, em outros textos o arquiteto é uma figura descrita de uma forma paradoxal, assumidamente masculino, que se apodera de características não só femininas, mas também divinas, produz a arquitetura à sua imagem e 'dá à luz' aos seus edifícios.¹³ O arquiteto desenha estruturas com características masculinas, viris, fortes, singelas, rejeita o feminino, esconde-o no interior da arquitetura, mas assume em si o traço mais feminino, a capacidade de reprodução, e cria, assim, espacialidade. Como analisado por Lia Antunes, "O umbigo do homem torna-se o útero da mulher, capaz de dar vida à cidade".¹⁴

Ao observar os desenhos e estruturas realizados desde a Antiguidade, muitos deles com uma forte inspiração antropomórfica, constata-se, de forma evidente, que o corpo na base destes elementos não é simplesmente o corpo humano, mas sim o corpo masculino, abertamente identificado e desenhado. Até na origem das ordens gregas se especula

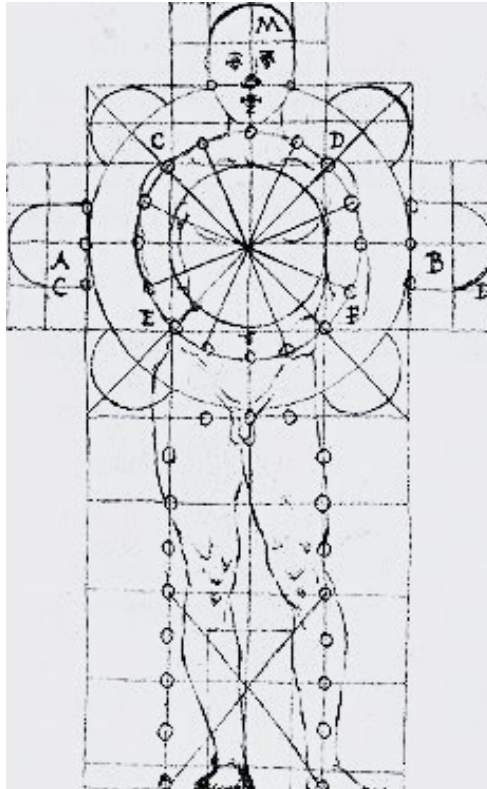


Fig. 1 - Estudo de proporções de uma igreja em relação com o "corpo humano" - Frascesco di Giorgio (1439 - 1501)

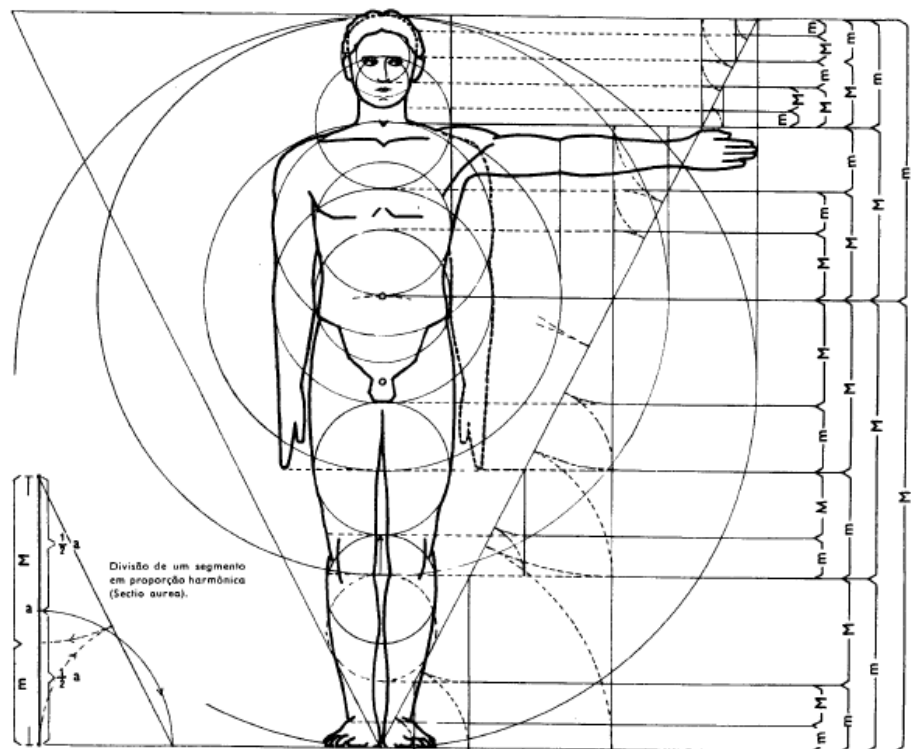


Fig. 2 - Proporções do "corpo humano" - segundo A. Zeising em NEUFERT, 1998.

uma motivação sexual e de gênero, e essa mentalidade durante séculos moldou a forma como a arquitetura era descrita, projetada e apropriada. Tal como analisado por Forty, Bernini afirma, no século XVII, que a origem (mítica) das ordens gregas se baseou nas diferenças entre os corpos dos homens e das mulheres. E Bernini, por sua vez, referenciou-se nas palavras de Vitrúvio que, no seu tratado, explica que a invenção das colunas começou com a ordem Dórica, de aparência masculina, depois a Jônica, de aparência feminina e, por fim, a Coríntia que procura imitar a figura de uma jovem virgem.¹⁵ Portanto, a arquitetura construída a partir das proporções da ordem Jônica seria feminina, mais inocente, gentil, menos robusta do que a construída com as proporções da ordem Dórica que, caso utilizada, resultaria num edifício menos ornamentado, mais discreto, viril e masculino. Cada ordem teria, assim, a sua aplicabilidade e seria mais adequada a uma certa funcionalidade ou programa.¹⁶

Esta questão só se vai intensificando durante o Renascimento, com os tratados de arquitetura de Alberti e Filarete, os estudos antropomórficos de Francesco di Giorgio, e o desenho do Homem Vitruviano de Leonardo da Vinci, que moldaram o pensamento arquitetônico da época e conseguiram perdurar durante séculos, chegando até à atualidade com um lugar de certo destaque nos conteúdos programáticos dos cursos de Arquitetura por todo o mundo. Assim, estes continuam a ser os exemplos que moldam as mentes das mais recentes gerações de arquitetos e arquitetas, perseverando no imaginário e vocabulário arquitetônicos atuais. Como é que se pode divulgar como atual e pertinente um texto que, tal como Wigley descreve, apresenta a arquitetura, e mais especificamente a residência privada, como cúmplices no exercício da autoridade patriarcal? Um texto que descreve a casa como um mecanismo de domesticação do gênero feminino, que guia o arquiteto a desenhar espaços que, através de uma interseção complexa da manipulação espacial e de um sistema de vigilância, mantêm a mulher longe do exterior, do espaço masculino.¹⁷

No entanto, no século XX a problemática torna-se mais difusa, com a orientação da cultura explicitamente masculina dos regimes totalitaristas na Europa entre-guerras, que vai dissuadir qualquer pretensão por uma arquitetura masculina.¹⁸ Então, a arquitetura moderna passa (criativamente) a considerar um sujeito universal nas suas obras, "[...] um ser masculino que se declara universal, que se proclama representante de toda a humanidade", mas "[...] no qual nós mulheres não nos reconhecemos".¹⁹

Por sua vez, Le Corbusier continua uma longa tradição de tentativas de traduções matemáticas do corpo humano e, entre 1943 e 1950, desenha o Modulor com base na sequência de Fibonacci, na proporção áurea, conjugando os sistemas métrico e imperial e considerando a altura média de 1,83 metros.²⁰ Porém, "a masculinidade do Modulor não é um acidente nem apenas um resultado do hábito cultural, [mas] foi um

15 Parafraseado de Forty, 2000, p.44

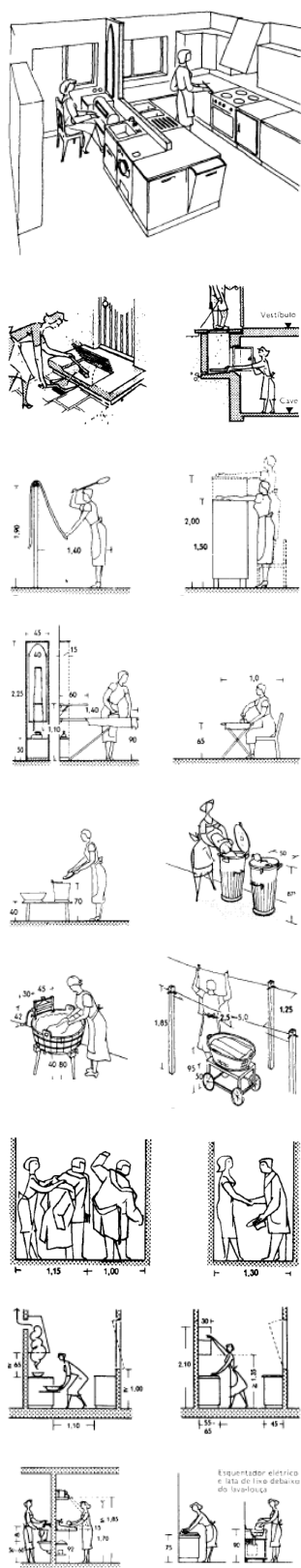
16 "The character expressed by the Ionic is more naïve, gentler and less robust than that of Doric order, and for that reason it must be used appropriately and with discretion in the decoration of buildings. [...] This style should therefore be eschewed in all military monuments, buildings raised to the glory of heroes, and in the dwellings of princes. On the other hand the feminine can be applied appropriately to the exterior decoration of a pretty country villa, a petit Trianon, in the interiors of a queen's or empress's apartments, and in baths, fountains, and other buildings dedicated to deities of the sea or the land." - Blondel, 1752, p.419-420 em Forty, 2000, p.48.

17 "Its fifth book, when discussing the design of "private" houses, contains an overt reference to architecture's complicity in the exercise of patriarchal authority by defining a particular intersection between a spatial order and a system of surveillance which turns on the question of gender. Women are to be confined deep within a sequence of spaces at the greatest distance from the outside world while men are to be exposed to that outside. The house is literally understood as a mechanism for the domestication of (delicately minded and pathologically embodied) women [...]" - Wigley, 1990, p.332.

18 "If, in every way, gender metaphors ran counter to modernism, what probably finished them off, and made them unacceptable even to critics out of sympathy with modernism, was the explicitly masculine, not to say homo-erotic, orientation of culture in the totalitarian regimes of inter-war Europe." - Forty, 2000, p.54.

19 10 Muxí Martínez, 2024, p.13.

20 "O sistema, inicialmente pensado a partir de um ho-



Figs. 3 a 11 - Representações relevantes de figuras femininas apenas nos capítulos referentes às entradas, lavadouros, vestibulos de serviço, cozinhas e lojas em NEUFERT, 1998.

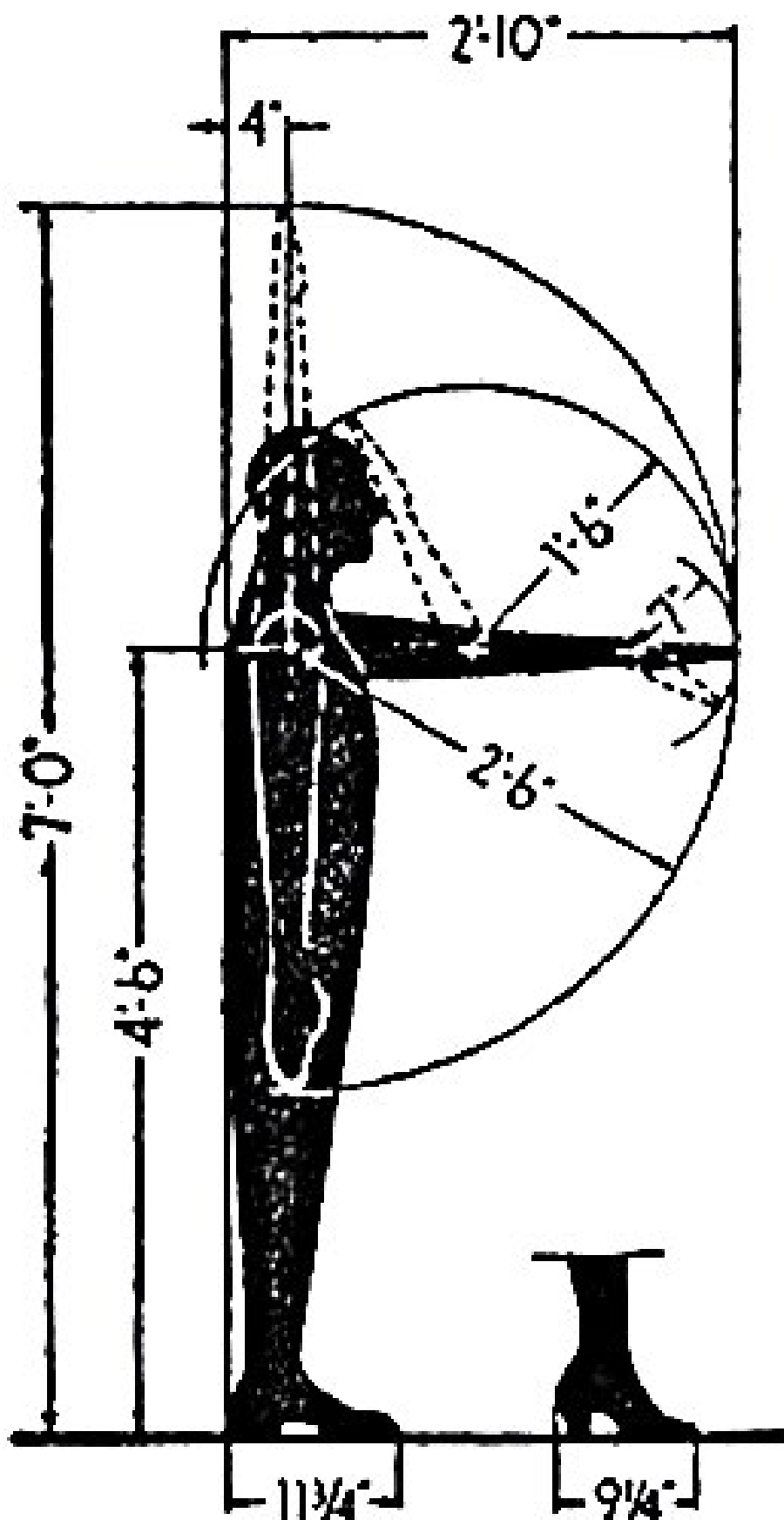


Fig. 12 - "Dimensions of the human figure" - de Ernest Irving Freese, Architectural Graphic Standards (1941) em Hosey, 2001.

conceito pensado, estudado e apoiado no protótipo do corpo masculino renascentista [...].²¹ Deste modo, o homem mantém-se como sinónimo de figura humana,²² levantando várias dúvidas, até por pares, em relação às medidas do homem, da mulher e da criança.²³ A possibilidade de uma versão feminina, proposta por Serralta,²⁴ foi, inclusivamente, descartada por Le Corbusier que se refere à tentativa do colaborador com certa ironia e menosprezo.²⁵ Nas obras de Le Corbusier são também visíveis as diferenças entre as possíveis apropriações do espaço por parte de homens ou mulheres. Como destaca Colomina, nas fotografias das obras do arquiteto, as mulheres normalmente são capturadas de costas, sem olhar diretamente para a câmara, e raramente ocupam os mesmos espaços que os homens.²⁶ Isto, tal como vamos analisar com maior detalhe no subcapítulo 2.2., evidencia um contraste entre um desenho moderno e vanguardista e uma conceção de uso dos espaços ainda convencional, ou até obsoleta, que representa e perpetua os estereótipos socialmente construídos dos papéis de género.

As mesmas questões podem ser levantadas em relação aos desenhos de Ernst Neufert no livro *A Arte de Projetar em Arquitetura*, em que a maior parte das medidas e proporções representadas correspondem ao corpo masculino, e no qual a mulher só é considerada em situações de tarefas domésticas ou de apoio ao homem. Neste sentido, tal como o coloca Hosey em referência ao livro *Architectural Graphic Standards*, mas que podemos aplicar tanto à obra de Neufert como outros a documentos congéneres, estes livros “podem ser lidos como guias para o homem branco criar edifícios para ele mesmo, com base na sua própria imagem.”²⁷ Isto que revela que esta hegemonia não é apenas de género, mas também racial e cultural, na medida em que universaliza e exporta modelos espaciais ocidentais como padrão técnico neutro.

Como foi sinalizado na introdução da dissertação, o foco será principalmente a questão de género, mas não é possível abordar a temática do corpo na arquitetura sem um olhar interseccional. Tal como Hosey afirma, “a utilização de um único conjunto de medidas ignora a diversidade humana, as medidas e proporções corporais variam de acordo com diferenças físicas e culturais, que incluem sexo, raça, idade, nacionalidade, ocupação e condições socioeconómicas.”²⁸ Deste modo, a predominante consideração do corpo masculino no imaginário arquitetónico limita negativamente toda a produção de espaços. Mesmo quando se procura realizar um estudo mais plural, relativo à diversidade de corpos, este mantém-se distante das expectativas e das necessidades, não atingindo uma interseccionalidade total nas informações apresentadas. Como exemplo, tomemos a figura 13 que considera o género, a figura 14 que considera a raça ou a figura 15 que considera o género, mas nenhuma consegue ainda conciliar os três critérios e relacioná-los num único elemento de análise gráfica ou escrita.

mem de 1,75 m de altura (a altura média de um francês e, de resto, a altura do próprio Le Corbusier), é rapidamente adaptado para a altura de um homem de 1,83 m, uma vez que esta dimensão corresponde praticamente a 6 pés e permite uma correspondência mais simples entre as medidas em metros e aquelas em polegadas, que passariam a ter menos casas decimais.” - Le Corbusier, 2010, p.10.

21 Gil Antunes, 2012, p.60.

22 “Historically, when a single body is proposed to represent all people, the body is male” - Hosey, 2001, p.101.

23 Le Corbusier, 2010, p.101.

24 Justino Serralta (Uruguai, 1919–2011) - “Along with André Maissonier, Serralta also produced the final drawings for Le Corbusier’s Modulor 2 (1955), the second book devoted to Le Corbusier’s anthropometric system of measurement.” - REAL, Patricia Del - From Modulor to «L’Unitor»: Justino Serralta’s Spatial Diagrams, 22 jan. 2016. [Consult. 3 jan. 2026]. Disponível em <https://post.moma.org/from-modulor-to-lunitor-justino-serraltas-spatial-diagrams/>.

25 “Eis o desenho (Fig.15) fornecido por Serralta e Maissonier: parte-se do quadrado do «homem do Modulor de 1,83 m» (mas como Serralta tem o coração meigo, o seu homem é uma mulher de 1,83 m, Brrr!).” - Le Corbusier, 2010, p. 60.

26 Colomina, 1990, p.104.

27 Tradução livre de Hosey, 2001, p.108.

28 “Body sizes and shapes vary according to physical and cultural differences, including sex, race, age, nationality, occupation, and socioeconomic conditions, and the use of a single dimensional set ignores human diversity.” - Hosey, 2001, p.104.

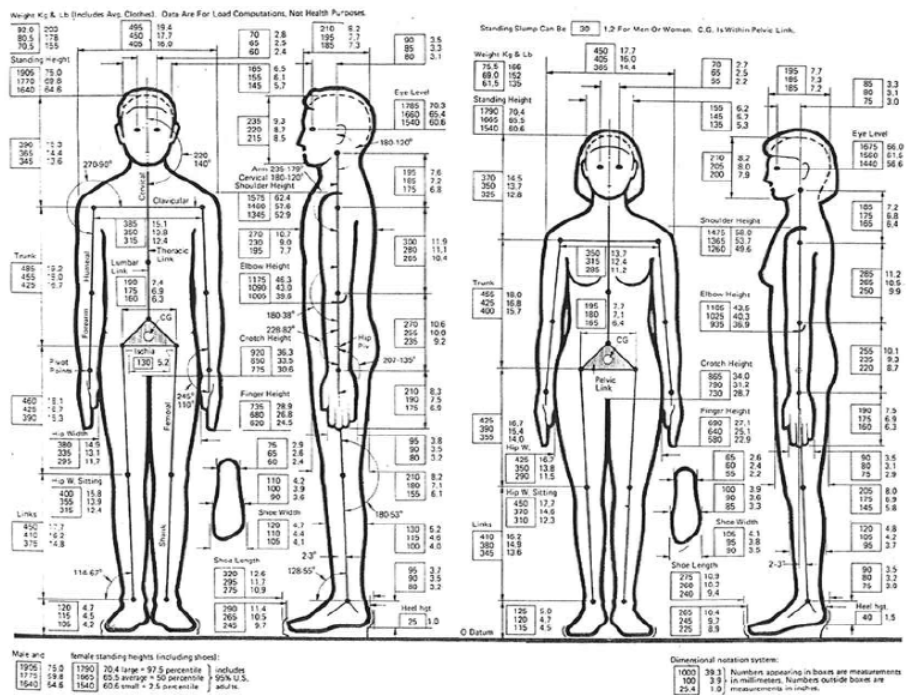


Fig. 13 - "Anthropometric data", Architectural Graphic Standards (1981), em Hosey, 2001.

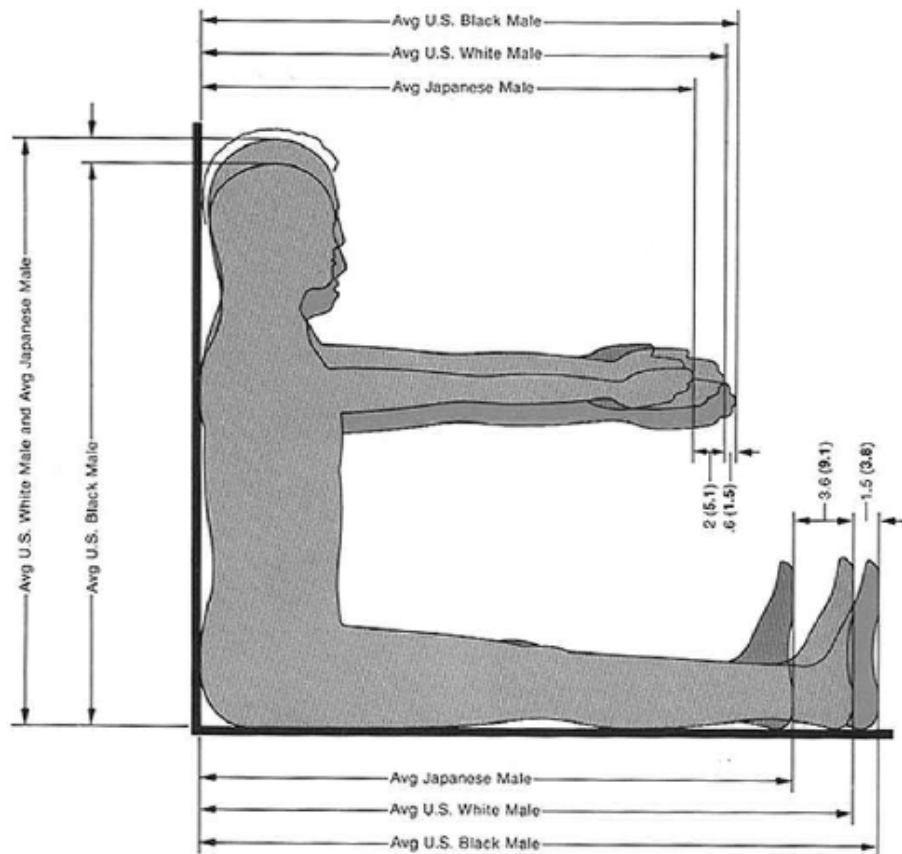
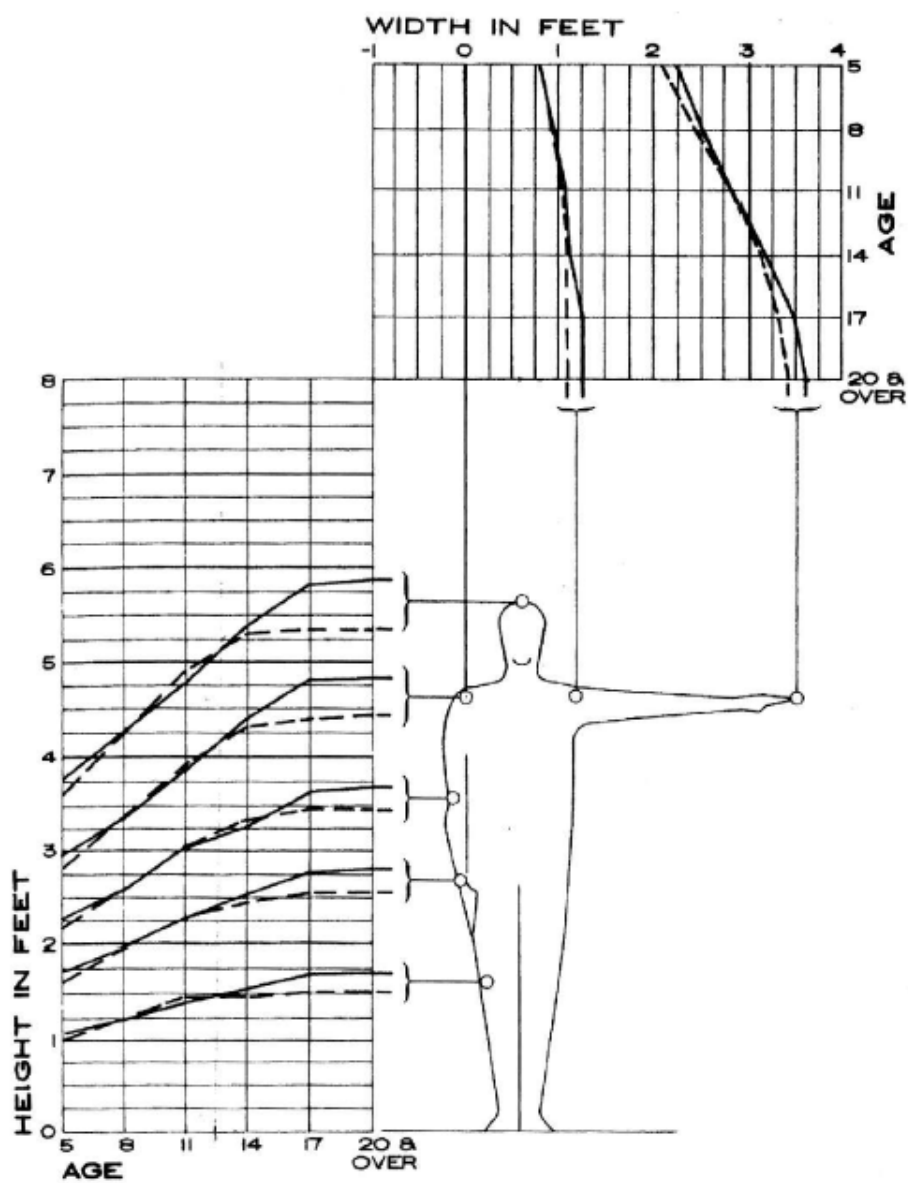


Fig. 14 - "Proportional differences in races", de Niels Dittfrant, Alvin R. Tilley e Joan C. Bardagjy, Human Scale 1/2/3 (1974), em Hosey, 2001.



LEGEND
 MALE ———
 FEMALE - - - -

Fig. 15 - "Human dimensions at varying ages", Architectural Graphic Standards (1970), em Hosey, 2001.

1881

Fundação do Curso de Arquitetura na **Escola de Lisboa**

1889

As mulheres em Portugal passam a ter autorização para ingressar no Ensino Secundário e Superior



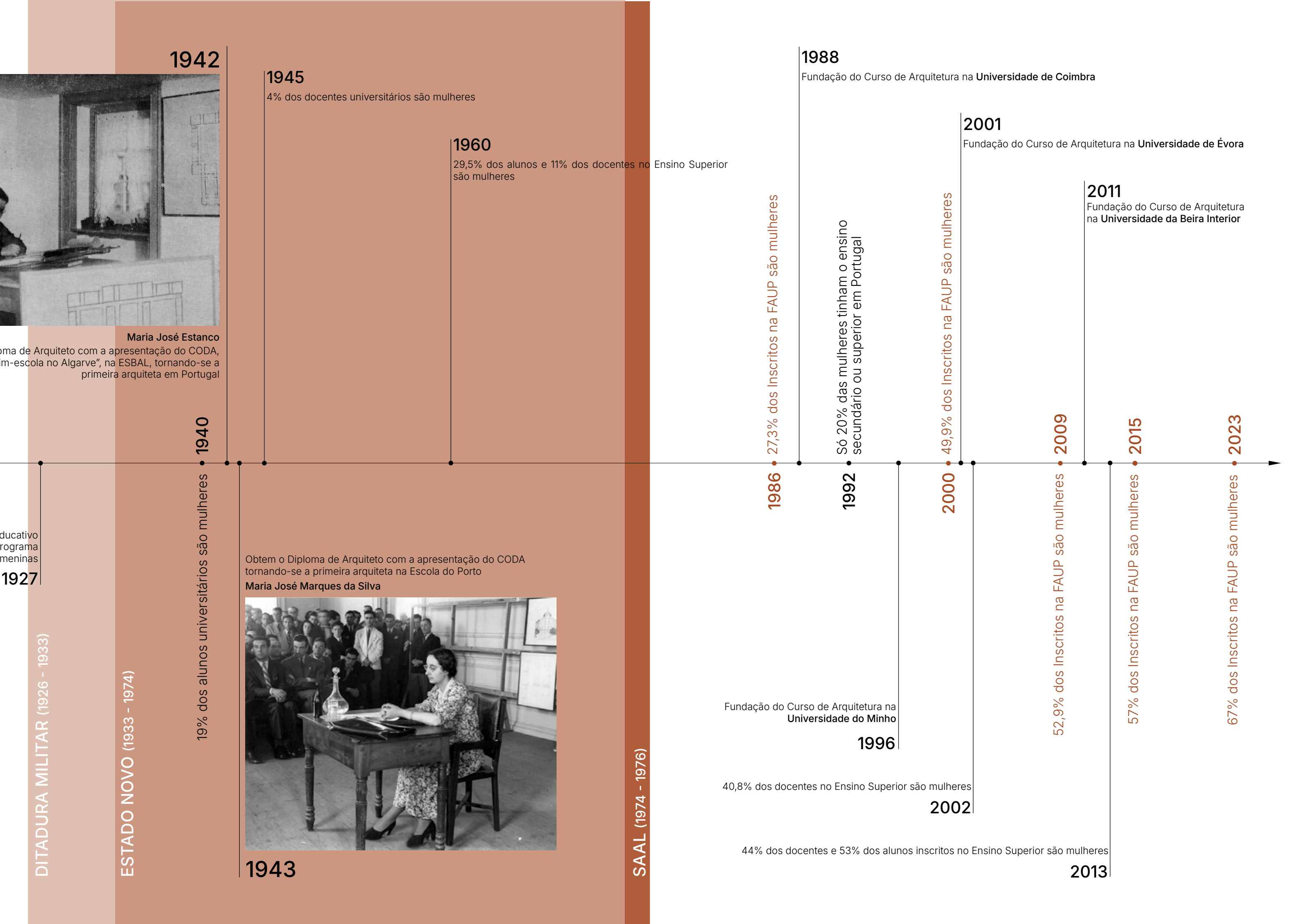
Obtem o Diploma
intitulado "Um Jardim

Maio: Extinção do regime co-educacional
Outubro: Definição do Plano
Escolar das

Fundação do Curso de Arquitetura na **Escola do Porto**

1911

Implantação da República



Programa educativo para meninas

1927

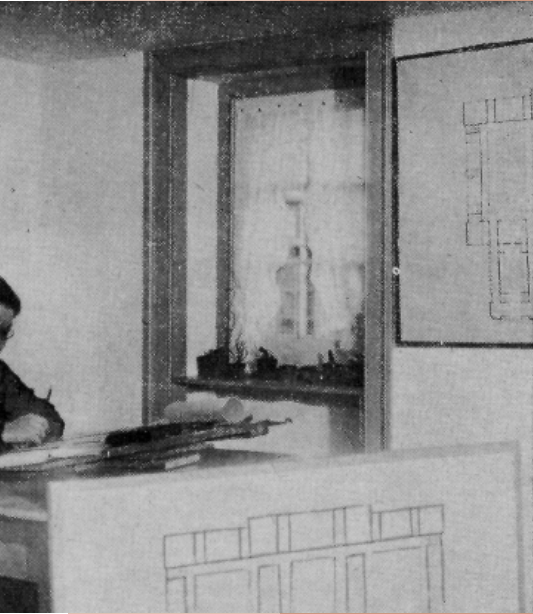
DITADURA MILITAR (1926 - 1933)

ESTADO NOVO (1933 - 1974)

19% dos alunos universitários são mulheres

1940

1942



Maria José Estanco

Obtem o Diploma de Arquitecto com a apresentação do CODA, tornando-se a primeira arquiteta em Portugal

1945

4% dos docentes universitários são mulheres

1960

29,5% dos alunos e 11% dos docentes no Ensino Superior são mulheres



Maria José Marques da Silva

Obtem o Diploma de Arquitecto com a apresentação do CODA, tornando-se a primeira arquiteta na Escola do Porto

1943

SAAL (1974 - 1976)

1988

Fundação do Curso de Arquitetura na Universidade de Coimbra

2001

Fundação do Curso de Arquitetura na Universidade de Évora

2011

Fundação do Curso de Arquitetura na Universidade da Beira Interior

1986 • 27,3% dos Inscritos na FAUP são mulheres

1992

Só 20% das mulheres tinham o ensino secundário ou superior em Portugal

2000 • 49,9% dos Inscritos na FAUP são mulheres

2002

Fundação do Curso de Arquitetura na Universidade do Minho

1996

40,8% dos docentes no Ensino Superior são mulheres

44% dos docentes e 53% dos alunos inscritos no Ensino Superior são mulheres

2009 • 52,9% dos Inscritos na FAUP são mulheres

2015 • 57% dos Inscritos na FAUP são mulheres

2023 • 67% dos Inscritos na FAUP são mulheres

1.2. Ensino da Arquitetura em Portugal

29 Soares Almeida e Boschetti, 2018, p. 161.

30 Gorjão, 2002, p. 84.

O modo como a arquitetura é transmitida às próximas gerações de profissionais vai influenciar a alteração, mais ou menos célere, destes paradigmas que insistem em permanecer na prática e produção arquitetónicas. Para analisar esta possível alteração é importante compreender a evolução que a arquitetura sofreu ao longo do tempo e, por isso, iniciar o estudo pelo contexto académico. Como foi a formação dos arquitetos e arquitetas no passado?

A análise irá focar-se, maioritariamente, no contexto nacional, desde o século XIX, e irá abranger não só a formação de nível superior no âmbito da arquitetura, mas desde os níveis mais básicos de ensino, de modo a compreender o percurso escolar em Portugal, para além das condições do professorado, e a sua relação com as questões de género que a presente dissertação pretende abordar.

Deste modo, podemos começar por observar a Reforma de 1878, ainda durante a Monarquia, que mesmo tendo conseguido produzir avanços (como a igualdade salarial entre professores e professoras, que até então só recebiam dois terços do salário pago a um colega do sexo masculino), não teve a força necessária para alcançar mudanças ideológicas ao nível do plano de estudos, pelo que o currículo proposto pelas escolas continuou a ser formulado com base na diferença de género, oferecendo uma formação distinta a rapazes e raparigas. Isto passava, nomeadamente, pelo ensino de jardinagem em vez de agricultura, deveres das mães de família em vez de deveres dos cidadãos, economia doméstica em vez de economia rural, industrial e comercial, e labores e bordados em vez de escrituração comercial.²⁹

A progressão, de certa forma, continuou e, em 1889, as mulheres passam a poder frequentar o ensino secundário e superior. Esta medida tem, no entanto, poucas repercussões, pois, com a implantação da República em 1910, o contexto político, económico e social nos anos seguintes era de grande instabilidade, situação motivada também pelo contexto internacional, nomeadamente a 1ª Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, e que culminará no Golpe de 28 de maio de 1926 e o início da Ditadura Militar.

Com esta alteração política são rapidamente observadas consequências sociais e económicas. Logo em 17 de maio de 1927, pelo Decreto-Lei n.º 13 691, é implementada uma reforma no ensino com a extinção do regime coeducativo,³⁰ que tinha sido inicialmente adotado por uma questão de gestão e economia de recursos, pois a afluência de alunos ao ensino primário não justificava a separação por género das escolas ou turmas. Existiu, assim, um certo retrocesso nos avanços que tinham sido alcançados no contexto académico e, em outubro desse mesmo ano, é definido o Programa Escolar das meninas, que volta a propor a existência

de modelos educativos subordinados ao género, determinados por uma percepção social e expectativa da performatividade do sexo feminino. Assim, o programa contempla novamente a “disciplina de Economia Doméstica, ensinando-se a «bordar, cozinhar, olhar pelo asseio da casa, talhar, cozer e conservar peças de vestuário da sua família e [...] o valor da higiene».”³¹ E mesmo que tenha sido observada uma significativa subida na taxa de literacia a nível nacional, conseguimos também compreender que o aproveitamento académico e a formação de jovens capacitados não tinham exatamente a mesma relevância que a transmissão de determinados valores e ideais nas entrelinhas do discurso pedagógico.

Em paralelo, na condição da docência vemos “um crescimento expressivo no número de docentes mulheres - de um quinto para um terço entre 1870-1890, chegando a mais de metade do professorado em 1910, caracterizando o que se passou a entender como trabalho de mulheres”.³² No entanto, e com o passar dos anos, conseguimos também observar uma expressiva relação “entre a progressiva desvalorização do estatuto da profissão docente e a grande taxa de feminização do professorado.”³³ Ou seja, na mesma medida em que as mulheres conseguem cargos no ensino, não são valorizadas as suas competências, sendo associadas maioritariamente aos níveis básicos de escolaridade, e a sua presença reduz drasticamente em níveis mais avançados, tal como demonstram os dados: “Assim, em 1945, a proporção de professoras do ensino primário atingia 79%, enquanto que ao nível do ensino liceal descaía para 38%, diminuindo drasticamente para 4% no ensino superior.”³⁴

Analisando agora com maior detalhe a educação universitária, conseguimos constatar um aumento gradual, mas lento, da presença das mulheres. Mesmo considerando os obstáculos colocados pela Ditadura Militar e, posteriormente, pelo Estado Novo, nos anos 40 19% dos alunos universitários eram mulheres. No panorama arquitetónico observamos, nesta década, a formação das duas primeiras arquitetas portuguesas – Maria José Estanco, em 1942, na Escola de Lisboa, e Maria José Marques da Silva, em 1943, na Escola no Porto. Existiram, no entanto, registos anteriores, pelo menos desde a década de 1910, de mulheres a frequentar o curso de arquitetura, mas tiveram um percurso irregular, com interrupções, o que eventualmente as impossibilitou de finalizar a formação ou fez com que apenas a finalizassem posteriormente, ou outros casos, em que alteraram a formação que estavam a realizar, pedindo, nomeadamente, transferência para pintura.³⁵ Maria José Estanco refere que o seu percurso na ESBAL foi tranquilo e que foi bem aceite pelos colegas, com exceção de apenas um, que poderia considerar machista.³⁶ Apesar de ambas as arquitetas terem tido um percurso académico bem reconhecido, não é, no entanto, possível afirmar o mesmo das suas carreiras profissionais, nas quais enfrentaram alguns obstáculos, que começaram logo com uma certa resistência em relação “ao uso da designação profissional no feminino.”³⁷ Maria José Estanco “afirma que queriam – quem?

31 Ibidem.

32 Soares Almeida e Boschetti, 2018, p. 161.

33 Gorjão, 2002, p. 86.

34 Nóvoa em Gorjão, 2002, p. 86.

35 “Apesar de a primeira mulher graduada ter entrado no curso no final da década de 1920, a presença de mulheres já acontecia desde, pelo menos, a década anterior. Na própria notícia d’O Século, já referida, dizia-se como “actualmente [em 1942], na Escola de Belas Artes, [existiam] algumas alunas do curso de arquitectura”. A título de exemplo, sabemos que Luísa Ferreira Mattos e Silva (1896-?) faria parte do conjunto de seis estudantes que frequentavam o curso em 1915, em Lisboa, juntamente com Cotinelli Telmo. Contudo, o seu percurso não foi contínuo e nos arquivos percebe-se que Luísa Ferreira Mattos e Silva terá feito duas interrupções, voltando na primeira delas ao curso entre 1934 e 1939 e concluindo o mesmo já em 1951, com 55 anos.

A dimensão das desistências, das suspensões, tal como dos percursos escolares menos lineares, deixa antever complexidades específicas dos papéis das mulheres no Portugal da primeira metade do século. Outra informação que se consegue verificar nos arquivos relaciona-se com o facto de algumas destas mulheres ingressarem primeiro em Arquitetura, fazendo o percurso contrário ao de Estanco e transferindo-se depois para Pintura.” - Santos Pedrosa, 2024, p.39-40.

36 “Na verdade, meio século depois, dirá a arquiteta que o percurso na Escola de Belas Artes de Lisboa foi tranquilo, com efetivas relações de amizade com quase todos os colegas e poucas exceções – “por acaso só tive um que era, como agora se usa dizer, machista”. - Santos Pedrosa, 2024, p.32-33.

37 Santos Pedrosa, 2024, p.33.

38 Ibidem.

39 "During the 1960's everything started to change in Portugal. Cultural, economical and social realities pressured the regime to open more liberal ways of life, it was also then that the presence of female students in architecture schools increases significantly." - Santos Pedrosa, 2010.

40 Gorjão, 2002, p. 86.

41 Nóvoa em Gorjão, 2002, p. 86.

42 "[...] foi nos anos 80 do século XX que se deu a expansão do sistema educativo português que se traduziu por uma progressiva diversificação social e pelo alargamento das faixas etárias abrangidas." (Sebastião em Torres et al., 2018, p.262.

43 População 15-64 anos por sexo, grupo etário e nível de escolaridade (%) - [Consult. 1 out. 2025]. Disponível em <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/educacao/qualificacoes-da-populacao/populacao-15-64-anos-por-sexo-grupo-etario-e-nivel>.

44 34,7% das mulheres, entre os 25 e 34 anos, tinham concluído o ensino secundário ou superior, em oposição a 29,6% dos homens, na mesma faixa etária.

45 Para além da arquitetura, por exemplo, as áreas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática).

46 Torres et al., 2018, p.53.

47 FAUP - [Consult. 2 out. 2025]. Disponível em https://sigarra.up.pt/faup/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=hist%c3%b3ria.

48 Alunos inscritos no ensino superior por sexo, ciclo de estudos e área de educação e formação - [Consult. 2 out. 2025]. Disponível em <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/educacao/ensino-superior/alunos-inscritos-no-ensino-superior-por-sexo-ciclo-de-estudos>.

49 Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino

A escola? Os professores? A restante classe profissional? – que fosse conhecida por “senhora arquiteto”, e [...] terá insistido no feminino da palavra e no direito a ser tratada por Arquiteta: “claro que isto irritou muita gente”, afirmou.³⁸

Nas décadas seguintes, ainda durante um regime autoritário, as mulheres começam a ter uma presença mais nítida no contexto académico,³⁹ enquanto alunas, mas também como professoras. Nos anos 60, constituíam 29,5% do corpo estudantil⁴⁰ e “56% do corpo docente no secundário e 11% no superior, mas preenchiem 87% dos lugares no ensino primário.”⁴¹

Após o 25 de Abril de 1974, com o fim do Estado Novo, a educação sofreu também grandes alterações. A democratização do acesso ao ensino foi um passo determinante para um sistema que, até então, atuava num regime mais elitista.⁴² Isto é particularmente evidente com a abertura de várias universidades por todo o país, nomeadamente fora dos principais centros urbanos, o que permitiu um acesso mais igualitário e diverso, principalmente na questão social. Na arquitetura este acesso foi mais demorado, mas na transição para o séc. XXI várias universidades passaram a contemplar o curso de arquitetura na sua oferta formativa.

Porém, as consequências destas medidas tardaram a tornar-se visíveis – em 1992 apenas 32,3% da população em Portugal, com idades entre os 25 e 34 anos, tinham concluído o ensino secundário ou superior⁴³ –, mas os dados já permitiam identificar uma ligeira diferença de género, apresentando as mulheres com percentagens de escolaridade superiores.⁴⁴ Consequentemente, a presença feminina nas universidades continua a aumentar e a tendência é também de feminização das áreas socialmente entendidas como masculinas em Portugal.⁴⁵ No ano letivo de 1992/1993 os valores eram já bastante superiores aos da União Europeia, e no caso específico da engenharia e arquitetura “as mulheres constituíam 28% do corpo estudantil”, enquanto a média europeia era apenas de 18%.⁴⁶

De modo a aprofundar o estudo do enquadramento arquitetónico no ensino superior em Portugal, será considerado como caso de estudo a Escola do Porto. Tal como em Lisboa, a Arquitetura no Porto iniciou, enquanto curso independente, inserida na oferta formativa da Escola Superior de Belas Artes. No Norte, o curso surge apenas em 1911,⁴⁷ 30 anos depois da ESBAL, onde existia o curso específico na área desde a Reforma de 1881. Em 1979 é criada a FAUP, autonomizando-se da anterior formação integrada nas Belas Artes.

As estatísticas da FAUP no século XXI confirmam a tendência de feminização já observada a nível nacional desde os anos 1990. No ensino superior português, em 2013, 53% das estudantes eram mulheres,⁴⁸ valor próximo do registado em 2024, quando 54,5% de um universo de mais de 450 mil estudantes eram do sexo feminino.⁴⁹ Na FAUP, contudo, estes números são sistematicamente superiores: em 2015, as alunas re-

presentavam 56,1% do corpo docente⁵⁰ e, em 2023, já correspondiam a 65,7%.⁵¹ No entanto, o contraste torna-se evidente quando se comparam estes dados com a composição do corpo docente. Em 2024, tanto no contexto nacional⁵² como na Universidade do Porto,⁵³ a distribuição é equilibrada, com 47,3% e 48% de professoras, respetivamente. Já na FAUP, a discrepância é significativa, segundo o Relatório de Recursos Humanos da Universidade do Porto, de 109 docentes, apenas 37 são mulheres,⁵⁴ o que corresponde a 34% do corpo docente. Assim, enquanto no corpo docente a FAUP se destaca pela paridade de género acima da média nacional, no corpo docente verifica-se uma clara sub-representação feminina. Esta questão toma proporções ainda mais preocupantes quando observamos os cargos de regência, ou a paridade de género nas disciplinas nucleares do Mestrado Integrado.⁵⁵ Das 24 unidades curriculares obrigatórias do plano de estudos, apenas cinco apresentam paridade de género no corpo docente, nove têm mulheres como regentes e só duas são lecionadas apenas por professoras em oposição a cinco que são lecionadas apenas por professores do sexo masculino. Esta questão, depois, também se reflete nos conteúdos lecionados, referências apresentadas e exemplos transmitidos, principalmente, às futuras arquitetas. E como anteriormente analisado, mesmo quando as mulheres começaram a ocupar cargos no ensino isso não se traduziu em reconhecimento, sendo-lhes atribuídas posições em níveis de ensino básico e sendo que a sua presença ia diminuindo drasticamente até ao ensino superior. Neste último é ainda visível atualmente uma hierarquização desfavorável para as mulheres que, mesmo estando presentes no corpo docente, não atingem tão facilmente as mesmas categorias do professorado que os seus colegas do sexo masculino, como se poderá observar no caso da FAUP, conforme a análise presente no apêndice 3 desta dissertação.

Segundo Ochôa, "No ensino superior, há ideia generalizada de que desigualdade de género não existe. Tratando-se de instituições de ciência e conhecimento, parte-se do princípio que uma distribuição assimétrica, a haver, se deverá unicamente a processos de escolha ou mérito."⁵⁶ Denise Scott Brown adverte, porém, para o facto de que mesmo que a faculdade seja o local menos discriminatório que as arquitetas encontrarão ao longo das suas carreiras, não é ainda livre de discriminação.⁵⁷ A maior presença de mulheres entre o corpo docente talvez se relacione com o facto de o ingresso no ensino superior depender de mecanismos objetivos de avaliação, ainda que estes não estejam isentos de subtis restrições. Por outro lado, a escolha do professorado poderá estar limitada por outros processos mais subjetivos. Porém, tal como Chloé Darmon afirma, poderá ser apenas uma questão de tempo até esta paridade ser alcançada – "havia mais homens quando abriram os concursos na altura e então ficaram os homens regentes das cadeiras. E depois agora há mulheres que estão a fazer doutoramento em arquitetura e que estão a se formar para ser professoras [...] acho que é do tempo, eles vão

Superior (RAIDES) - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2025 2024 [Consult. 2 out. 2025]. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefindmkaj/https://www.dgeec.medu.pt/api/ficheiros/68d-54caac94dd8ed9f2a4992.

50 Consultar o *apêndice 1 - Paridade nos Alunos Inscritos na FAUP*.

51 Ibidem.

52 Docentes do ensino superior por sexo, grupo etário e subsistema de ensino - [Consult. 2 out. 2025]. Disponível em <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/educacao/ensino-superior/docentes-do-ensino-superior-por-sexo-grupo-etario-e>.

53 Relatório Recursos Humanos - Universidade do Porto, 2024.

54 Ibidem.

	F		M		Total		%	
	n	ETI	n	ETI	n	ETI	n	ETI
FAUP	37	29,3	72	27,3	109	86,6	2,88	3,98
FEAUP	41	29,3	53	27,8	94	57,1	2,48	3,28
FCUP	98	14,2	288	20,3	386	24,7	1,28	3,38
FCNAUP	38	50,0	16	8,3	54	23,4	1,48	1,08
FADEUP	28	24,0	44	27,4	72	51,4	1,98	2,78
FEUP	39	24,3	35	19,3	74	43,4	1,68	1,88
FEP	78	58,1	76	71,7	154	129,8	4,58	5,88
FEUP	287	27,0	688	28,0	975	55,0	2,78	2,78
FEUP	53	47,2	27	25,3	79	72,4	2,08	1,28
FEUP	139	18,2	95	86,7	234	204,9	5,08	9,28
FEUP	642	18,4	555	15,7	1197	287,7	30,48	12,08
FMEUP	32	22,3	37	27,8	69	44,1	1,68	2,08
FCEUP	87	81,9	30	28,5	117	110,4	3,08	4,88
FCBS	199	58,8	84	70,3	383	180,1	1,88	7,88
FEIT	3	3,0	1	1,0	4	4,0	0,38	0,28
Total U.Porto	1094	1044,6	2055	1794,3	3149	2238,9	100,08	100,08
Fonte: CITE	%		48%	47%	42%	43%		

55 Consultar o *apêndice 2 - Paridade nos Conselhos da FAUP* e o *apêndice 3 - Paridade entre Professores na FAUP*.

56 Ochôa, 2014, p.59.

57 Scott Brown, 2009, p.88.

58 Entrevista com Chloé Darmon, 2025.

59 Santos Pedrosa, 2018, p.45.

60 Ibidem.

61 Consultar o apêndice 4 - Paridade na Bibliografia das U.C. Projeto.

62 Santos Pedrosa, 2018, p.45.

se reformando, acho que vai chegar uma hora que vão faltar professores e as mulheres vão ter que entrar também na parte da docência, se não vão faltar professores.”⁵⁸

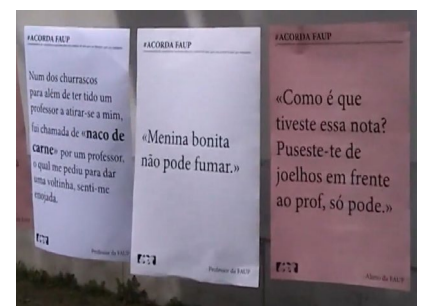
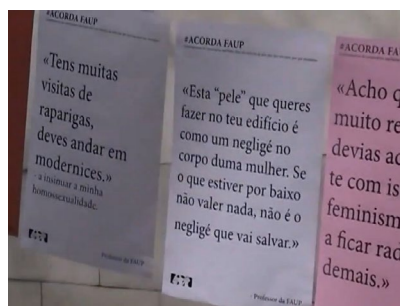
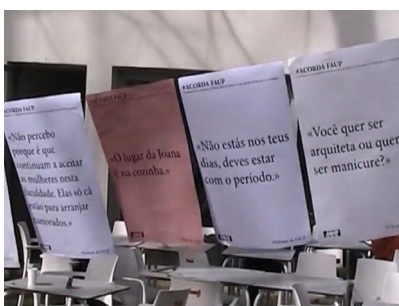
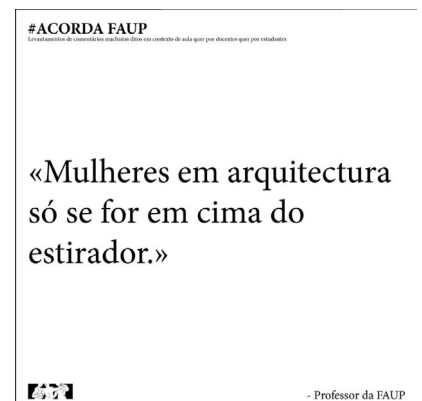
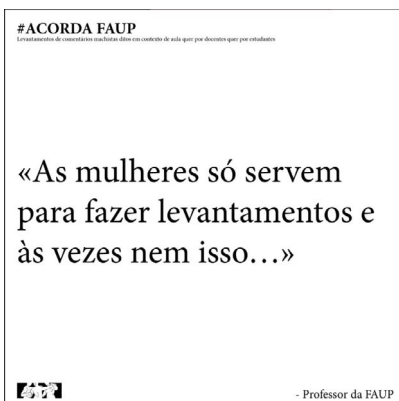
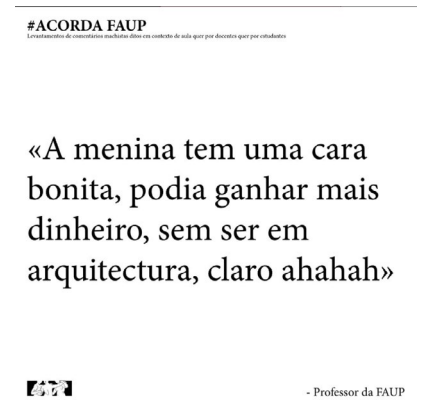
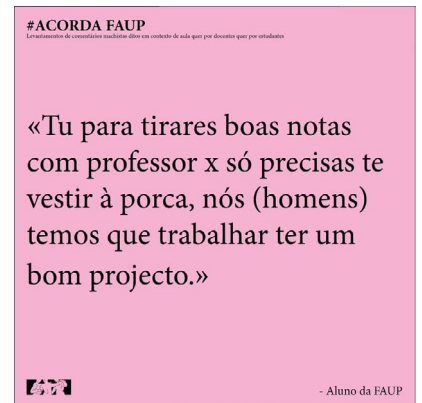
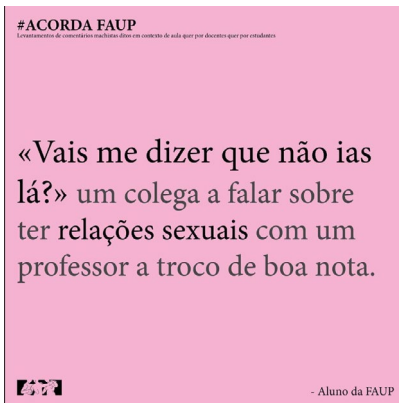
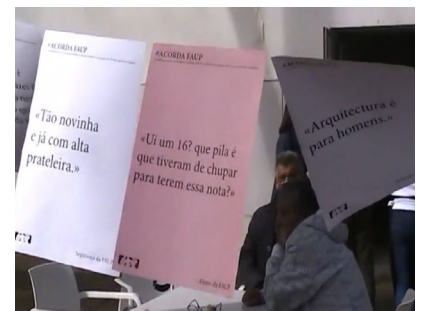
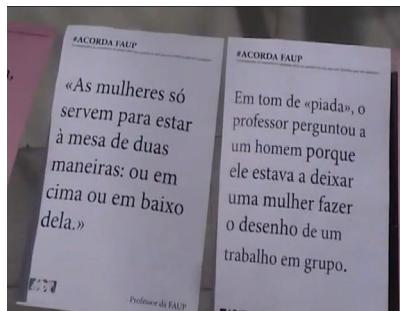
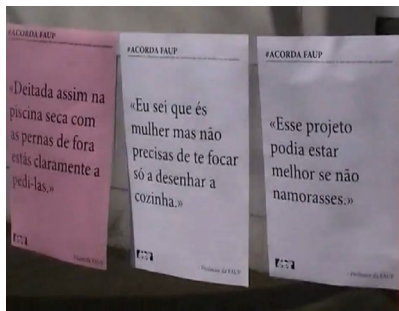
No entanto, continuam a ser transmitidos determinados valores e ideais nas entrelinhas do discurso arquitetónico, quando as alunas não se vêm representadas na sua envolvente, nem nas referências, obras e métodos que lhes são passados. Patrícia Santos Pedrosa alerta para o facto de as arquitetas não serem nomeáveis, não existindo, por isso, no imaginário dos alunos. Com base numa avaliação empírica que tem feito, a arquiteta revela que “quando perguntamos às nossas turmas de arquitetura que mulheres architectas conhecem [...] Se temos sorte referem Lina Bo Bardi ou Zaha Hadid.”⁵⁹ Santos Pedrosa afirma, também, “que o direito à visibilidade efetiva é um contributo para o direito a existir, [e que] os estudantes ao não conhecerem a diversidade crescente de que é feita a profissão, dificilmente serão capazes de contribuir para o questionamento da mesma e para a alteração da sua estrutura patriarcal, classista, racista e capacitista.”⁶⁰ Como será possível alterar a mentalidade e o discurso ainda presentes nas faculdades de arquitetura em Portugal se, por exemplo, na FAUP, no presente ano letivo (2025/2026), apenas uma unidade curricular de Projeto nos cinco anos do MIARQ tem um número igual de professores e professoras? Como contrariar a cultura dos *star-architects* e os discursos androcêntricos se na bibliografia obrigatória de Projeto 3, no presente ano letivo, 2025/2026, estão incluídas 22 obras, 27 autores dos quais quatro mulheres, e apenas duas são referidas numa obra de autoria individual? Ou, ainda mais grave, em Projeto 1, que introduz a disciplina da arquitetura aos novos alunos, em cuja bibliografia são apresentados 19 livros, nenhum escrito por uma arquiteta.⁶¹ Continuam, também, a ser sugeridos livros como o de Neufert que, tal como apontado no capítulo anterior, oferece dados e imagens tendenciosas, sem uma perspetiva interseccional ou minimamente diversa do corpo humano em que se vai suportar a conceção do espaço.

E, como nos alerta Pedrosa, “a arquitetura necessita violentamente desta atualização. O mundo, desde os heróicos modernos, alterou-se profundamente. Densidade, diversidade e complexidade tornaram argumentos quotidianos, temas que devem suportar o pensamento e o projeto. Esta velha terra ocidental, de suposta aparência cultural homogeneizada, plana e sem espessura, lugar do homem-branco-rico, morreu décadas atrás. Ou talvez nunca tenha existido. Mas aprendemos, como estudantes de arquitetura educados no século XX (e continuamos a aprender e ensinar pelo século XXI dentro) que estes foram os dias de glória.”⁶²

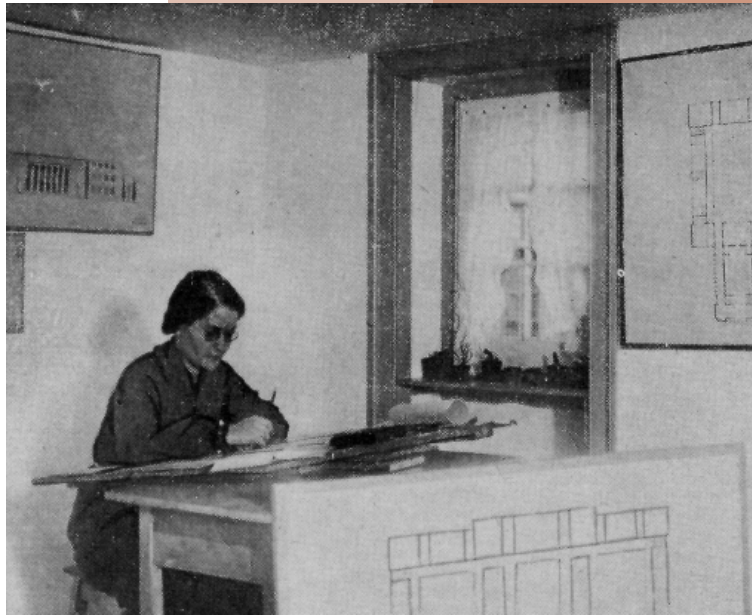
A perpetuação e naturalização de discursos profundamente machistas, no contexto formativo, são constantes e são um facto, não uma mera sensação partilhada apenas por uma minoria da comunidade académica. Tal como está ilustrado pela, ainda atual e pertinente, recolha de testemunhos por parte do Núcleo Feminista da FAUP, em 2020.

Figs. 16 a 30 - “Performance-instalação como registo de ruptura de género na Escola do Porto”, realizada pelo Núcleo Feminista da FAUP, em 2020.

Recolha, feita por meio de um formulário anónimo, de comentários e situações de machismo e misoginia expressos em contexto de aula por docentes e por estudantes.



1942



Maria José Estanco

Obtem o Diploma de Arquitecto com a apresentação do CODA, intitulado "Um Jardim-escola no Algarve", na ESBAL, tornando-se a primeira arquiteta em Portugal

DITADURA MILITAR (1926 - 1933)

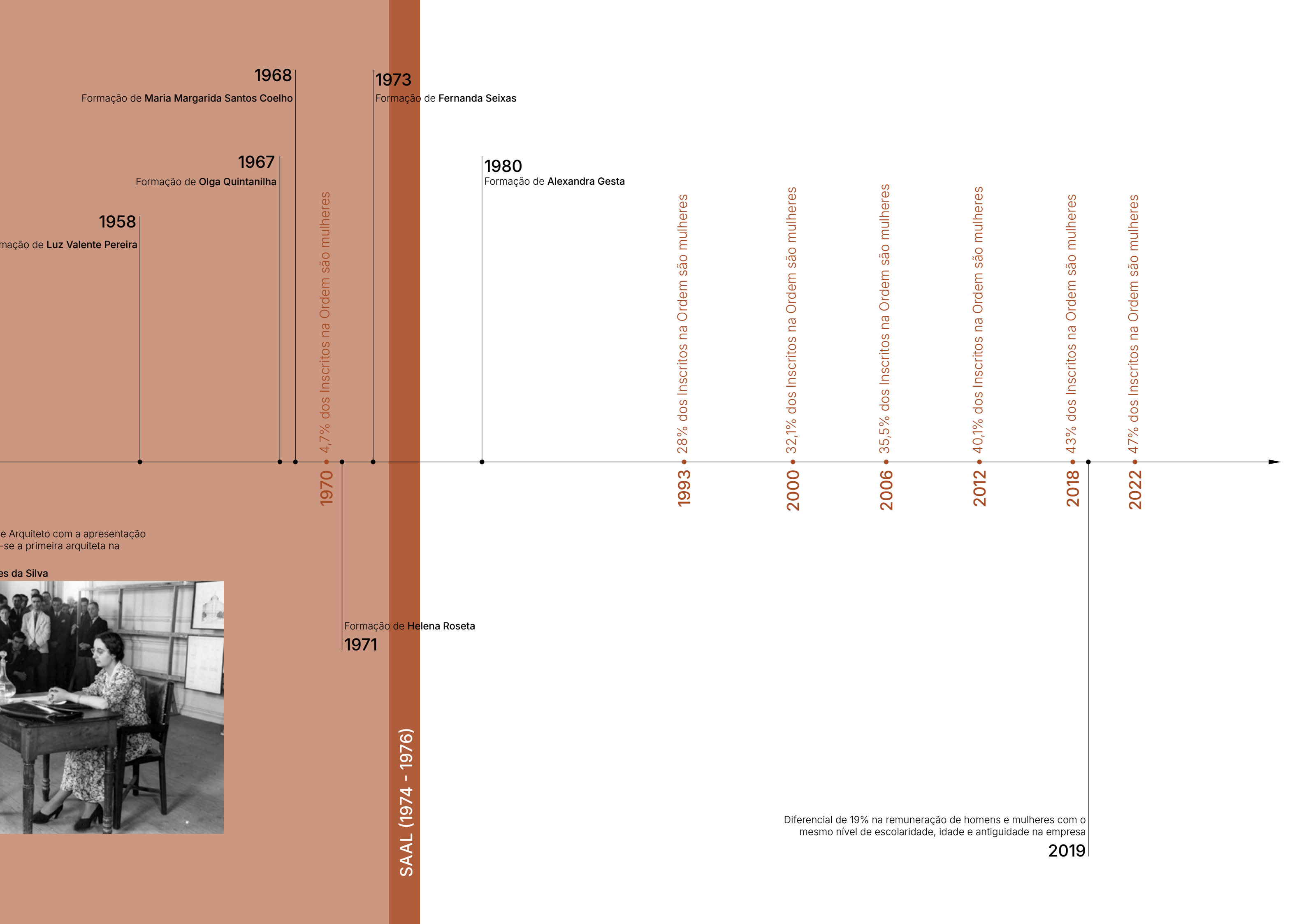
ESTADO NOVO (1933 - 1974)

Obtem o Diploma d
do CODA tornando
Escola do Porto

Maria José Marques



1943



Arquiteto com a apresentação
a primeira arquiteta na
es da Silva



1.3. Visibilidade Feminina na Profissão

63 Federici, 2021, p.129.

64 Marx e Engles em Federici, 2021, p.129.

65 Federici, 2021, p.38.

66 Idem, p.34.

67 Parafraseado de Muxi Martínez, 2024, p.115.

68 Schmid, Eberle e Hugentobler, 2019, p.81.

69 Ibidem.

70 Mussolini citado por Muxi Martínez, 2024, p.133.

71 "Architecture still has an enormous emphasis on the star individual versus the reality of the collaborative team." - Torre, 2013.

72 Fenómeno visível em outras áreas profissionais também descritas como masculinas desde o início do século XX e ainda atual:

"A escritora e feminista portuguesa Ana de Castro Osório (1872-1935) refere, em 1905, que o fim dos "fenômenos, [dos] monstros femininos" teria sido "o passo definitivo para a libertação feminina". Ou seja, a nomeação, pelos homens, de algumas mulheres como "raridades", seja pelas suas competências notáveis, seja pelos contextos de favorecimento onde se moveram, colocam-nas, como afirma Osório, "quase fora do sexo, seres híbridos, masculinos na inteligência e só fisicamente femininos". Assim, o reconhecimento de algumas mulheres enquanto fenômenos resulta numa dimensão de excentricidade no interior do sexo feminino. Esta raridade é a garantia de que uma minoria de mulheres foi e será nomeável porque, na verdade, não pertence à classe "mulheres". Para se aproximarem do suposto valor superior dos homens, estas mulheres tornam-se quase negações ou anomalias, mulheres que confirmam

Avançando no percurso arquitetónico, analisar-se-á agora o contexto profissional. A análise partirá de um panorama mais abrangente em área de atuação, em termos de contexto geográfico e também temporalmente, antes de se analisar o contexto nacional a partir do século XX.

Entre 1860 e a Primeira Guerra Mundial, houve um gradual afastamento de mulheres e crianças do trabalho fabril. Como desenvolvido por Federici, Marx e Engels, no *Manifesto Comunista*, não atentam ao peso das questões familiares e de género no capitalismo, pensando que o processo iniciado nessa época iria "criar as condições materiais para relações de género mais igualitárias"⁶³: "As diferenças de idade e de sexo não têm mais importância social para a classe operária. Não há senão instrumentos de trabalho".⁶⁴ Esta reorganização social da força de trabalho que, num estado avançado de concretização, pressupunha a dissolução da família, preparou o terreno para uma nova classe capitalista que incitou a novas hierarquias e a uma revolução na família proletária. Foram introduzidos novos perfis na esfera produtiva e, "por meio da relação salarial, o capital [...] organizou diferentes mercados de trabalho (um mercado de trabalho para pessoas negras, mulheres, jovens e homens brancos)"⁶⁵, o que criou um regime patriarcal que deu poder ao salário masculino, em específico ao do homem branco. As restantes forças de trabalho foram consideradas inferiores, tidas como mão de obra de baixo custo, nomeadamente a feminina – "contratantes sabem que estamos acostumadas a trabalhar a troco de nada e que estamos tão desesperadas por algum dinheiro próprio que podem nos admitir por um preço baixo".⁶⁶

No final do século XIX, as lutas feministas protagonizadas pelas mulheres da burguesia, pelo acesso das mulheres ao trabalho assalariado, assumiram um papel determinante na reconfiguração das esferas social, familiar e profissional. No contexto arquitetónico, as mulheres conseguiam, nesta época, trabalhar enquanto assistentes, a escrever especificações das obras e a copiar pranchas, que era um trabalho associado às ditas "qualidades naturais das mulheres", como a paciência e atenção aos detalhes.⁶⁷ Estas eram, contudo, consideradas tarefas de menor prestígio e, consequentemente, mal pagas, associadas à força de trabalho feminina, tida como um recurso barato, ainda na margem do mercado de trabalho, como vão concluir algumas autoras nas suas análises críticas da obra de Marx. Porém, estes foram os primeiros passos para uma reflexão crítica da organização do quotidiano e da distribuição do trabalho doméstico, que vai culminar na defesa de formas de habitação coletiva e de equipamentos comunitários como condição para a verdadeira emancipação feminina, como defende August Bebel.⁶⁸ E como vamos analisar a seguir, nesta época vão começar a ser desenvolvidas

propostas arquitetónicas, com antecedentes nos utópicos complexos habitacionais socialistas, que visam uma intervenção direta na organização do espaço doméstico, como o caso do modelo de cozinha central apresentado por Lily Braun no Congresso de Zurique de 1897.⁶⁹

Entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, chegaram ao poder vários regimes autoritários e totalitários por toda a Europa, o que, consequentemente, levou a retrocessos nas lutas feministas. As mulheres voltaram a ver-se limitadas à esfera do trabalho reprodutivo ou somente do trabalho doméstico, atividades não incluídas na teoria marxista. E tal como Vitruvius tinha difundido no século I a.C., a arquitetura volta a ser considerada uma disciplina que apenas os homens têm a capacidade de exercer. Assim, generalizam-se ideias como as que Mussolini proclamava no discurso "A mulher e o voto", a 15 de maio de 1925: "Eu acredito [...] que a mulher não tem grande capacidade de síntese e que é negada a ela a grande criação espiritual [...] em todos esses séculos alguma vez ela fez arquitetura? Digo que construa uma cabana e não um templo! É incapaz de fazer. Ela é alheia à arquitetura, que é a síntese de todas as artes, e isso é símbolo de seu destino."⁷⁰ Ideias estas cuja divulgação na segunda metade do século XX demorou bastante a desvanecer, e cujos resquícios ainda se fazem sentir a nível académico e profissional atualmente. O modelo de referência ainda é o da autoria individual (*Star System*) em detrimento da realidade do trabalho em equipa, colaborativo.⁷¹ E os arquitetos que se destacam ainda são maioritariamente homens, enquanto as mulheres, que são pontualmente reconhecidas neste meio, têm os seus feitos, de certa forma, desvalorizados, e são tratadas como exceções que, ainda que fisicamente femininas, são dotadas de uma excecionalidade masculina que lhes permite suceder na profissão.⁷²

Como abordado anteriormente, em Portugal, as primeiras arquitetas formaram-se apenas nos anos 40 e, ao analisarmos agora os seus percursos profissionais, vemos "dois modos de silenciamento distintos."⁷³ Por um lado, Maria José Estanco, formada pela ESBAL, tinha visto o seu trabalho académico reconhecido e desde cedo publicado em revistas e jornais,⁷⁴ e vê, em 1946, a sua entrada na profissão liberal impossibilitada "por limitações burocráticas profundamente sexistas",⁷⁵ não lhe sendo permitido trabalhar na Câmara Municipal de Lisboa por, enquanto mulher, não ter a caderneta militar. A arquiteta, que partilha inicialmente o atelier com o marido, o pintor Raimundo da Silva Machado, acaba mesmo por não conseguir ingressar no meio arquitetónico, sendo apenas conhecidos dois projetos da sua autoria atualmente. Para além do Jardim-escola para o Algarve, apresentado no CODA,⁷⁶ "o seu outro projeto construído, e única obra construída, é uma casa de férias para uma amiga, em São Pedro de Moel".⁷⁷ Maria José Estanco prossegue, assim, com a atividade profissional que já desempenhava antes de se formar, de professora do Liceu Passos Manuel.⁷⁸ Por outro lado, Maria José Marques da Silva, no Porto, vê muitas vezes o seu percurso académico reduzido ao facto de

as próprias limitações da sua classe sexual: a exceção que confirma a regra." - Santos Pedrosa, 2024, p.26-27.

73 Santos Pedrosa, 2014.

74 "Pouco depois da prova [defesa pública do CODA] ter acabado, 'já saíam as primeiras notícias na telefonia, dizendo que se tinha formado a primeira arquiteta em Portugal'" - Santos Pedrosa, 2025, p.97.

"Não era prática habitual publicarem-se os trabalhos de CODA dos recém-formados e, por isso, este número 120, de março de 1945, [da revista *Arquitetura Portuguesa e Cerâmica e Edificação*] representa uma exceção, a que o facto de se tratar da primeira mulher a obter o diploma não é alheio. Ou seja, existe uma compreensão por parte dos editores da revista, ousaria dizer pelo próprio meio profissional, de que a graduação de Maria José Estanco era um momento significativo, quer considerassem esta novidade positiva, quer negativa." - Santos Pedrosa, 2025, p.101.

75 Santos Pedrosa, 2024, p.33.

76 CODA - Concurso para Obtenção de Diploma de Arquiteto.

77 Santos Pedrosa, 2025, p.101.

78 Idem, p.98.

79 Fundação Instituto Marques da Silva - [Consult. 21 out. 2025]. Disponível em <https://fims.up.pt/index.php>.

80 Ibidem.

81 Ibidem.

82 Muxí Martínez, 2024, p.145.

ser filha de José Marques da Silva, diretor da ESBAP entre 1913 e 1939,⁷⁹ escola onde se formou; e, no seu percurso profissional, a sua participação é recorrentemente obliterada devido à parceria que tem com o marido, também arquiteto, mais uma vez ficando na sombra do nome de um homem, David Moreira da Silva. Maria José Marques da Silva raramente é vista como uma profissional independente, e todas as referências a si feitas são secundarizadas em detrimento do casal ou em favorecimento do seu marido. Isto é particularmente inquietante quando observamos que no *website* da fundação dedicada à preservação e partilha do espólio da sua família (Fundação Instituto Marques da Silva – FIMS), não existe um texto biográfico apenas sobre Maria José Marques da Silva, e a arquiteta acaba por se tornar uma personagem periférica num texto escrito sobre o casal. Neste texto, após a caracterização do momento de encontro dos dois arquitetos na ESBAP, escola onde ambos se formaram, e depois do ênfase dado ao facto de ser filha do diretor, esperamos que o texto revele mais detalhes sobre a educação e vida profissional de ambos, mas após ler-se “a bibliografia do casal é caracterizada por um primeiro momento de fortíssima formação de David Moreira da Silva”,⁸⁰ existe apenas uma descrição detalhada do percurso do arquiteto desde 1929, sem qualquer referência a Maria José Marques da Silva até 1943. Engane-se, ainda, quem achar que a apresentação do CODA e formação enquanto primeira arquiteta da Escola do Porto foi o evento de maior destaque nesse ano, pois será apenas presenteado com uma menção do seu casamento. Já no fim do texto, no penúltimo parágrafo, são finalmente dadas informações sobre um feito exclusivo da arquiteta – o desempenho de “cargos de chefia na Associação de Arquitetos Portugueses.”⁸¹

Temos, assim, resumidos dois exemplos das expectativas profissionais que esperavam as arquitetas ao ingressarem no curso de arquitetura durante o Estado Novo. Neste aspeto, infelizmente, Portugal assemelhava-se ao contexto internacional, onde se poderão destacar poucos nomes femininos neste período. Várias mulheres arquitetas terão também sido invisibilizadas na realização da sua atividade laboral, ou até impedidas de a realizar, como Maria José Estanco. As profissionais que efetivamente conseguimos nomear estiveram durante muito tempo ocultas, na sombra de um arquiteto com quem trabalhavam, podendo este ser seu companheiro, como nos casos de Aino Marsio-Aalto ou de Elisa Aalto, ou apenas colega, como ocorreu com Lilly Reich. Fica apenas a questão se Maria José Marques da Silva optou conscientemente por este anonimato, “como aconteceu com muitas esposas de arquitetos, por exemplo Aino Aalto” que, como refere Muxí Martínez, “decidiram se manter no anonimato para fazer com que a figura do marido despontasse, estando muito conscientes da relutância social e profissional bem como dos preconceitos em reconhecer o bom trabalho das mulheres profissionais.”⁸² Dado que a arquitetura não era, à época, uma formação considerada adequada para mulheres, temos ainda casos como o de Eileen Grey

ou Charlotte Perriand que, estudando belas-artes e design de mobiliário, respetivamente, conseguiram encontrar o seu caminho até à produção arquitetónica, mesmo não tendo tido um reconhecimento proporcional às suas contribuições para a disciplina.

Em Portugal, no final dos anos de 1960 e início da década de 1970, mesmo num meio de produção tecnologicamente pouco modernizado e maioritariamente masculino, é ainda assim possível realçar a formação de várias arquitetas como, por exemplo, Luz Valente Pereira (ESBAL, 1958), que se vai distinguir pela sua investigação no âmbito da habitação e reabilitação urbana, para além de ter sido a primeira arquiteta a trabalhar no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC); Olga Quintanilha (ESBAL, 1967) e Helena Roseta (ESBAL, 1971), que se tornam as primeiras presidentas da Ordem dos Arquitectos; Maria Margarida Coelho (ESBAP, 1968) e Fernanda Seixas (ESBAP, 1973) que se vão destacar pelos seus papéis no SAAL. Vemos, depois, “uma óbvia feminização da profissão, ou seja, com o pós-25 de Abril e com a democratização do ensino superior com o aparecimento de mais universidades, de mais cursos em mais sítios do país.”⁸³ Este processo e o consequente acesso à arquitetura foram lentos e, em 1974, aquando da Revolução dos Cravos, as mulheres representavam apenas 5% das inscrições na Ordem dos Arquitectos.⁸⁴ Também o reconhecimento destas mulheres, tal como nos vários exemplos internacionais, não é suficiente, considerando a importância do seu trabalho. Recentemente, em julho de 2025, durante a defesa da tese de doutoramento de Lia Gil Antunes, intitulada *As Mulheres no Processo SAAL (1974-1976): Arquitetas, Técnicas e Moradoras pelo Direito à Habitação*, foi debatido exatamente isso quando, provavelmente em referência à falta de reconhecimento do trabalho da arquiteta Maria Margarida Coelho, co-coordenadora do SAAL Norte, a arquiteta Ana Catarina Costa faz a seguinte pergunta: “Os papéis de gestão e coordenação de zona no SAAL foram muitas vezes assumidos por mulheres, o mesmo não se observa na liderança das brigadas; por que motivo foram principalmente as mulheres a assumir estes cargos de gestão, principalmente burocráticos e muitas vezes invisíveis, mas ainda assim essenciais para o funcionamento do programa SAAL?”. Ao que Lia Gil Antunes responde: “Não é específico do SAAL, mas característico das mulheres na arquitetura, estes cargos de coordenação são muitas vezes diminuídos e rejeitados em detrimento da autoria projetual, da imagem do criador que ofusca todos os outros papéis que tornam um projeto possível.” E mesmo que o tema tenha sido abordado em referência ao SAAL, cinco décadas decorridas e a questão colocada é ainda bastante pertinente no panorama arquitetónico atual.

Mesmo após décadas de lutas feministas e o alcance de algumas reivindicações como, por exemplo, o acesso ao ensino ou o direito ao voto, as ideologias ou políticas feministas nem sempre são aceites ou respeitadas. “Nos primeiros estudos de geografia a partir da teoria feminista surgiram diferentes óticas conforme os diferentes tipos de feminis-

83 Entrevista com Patrícia Santos Pedrosa, 2025.

84 Ibidem.

- 85 Bofill Levi, 2013, p.3.
 86 Santos Pedrosa, 2025, p.110.
 87 Idem, p.111.
 88 Ibidem.
 89 Idem, p.112.
 90 Ibidem.
 91 Idem, p.114.

mos, chamados liberal, marxista e radical, nos anos 60, 70 e 80, respetivamente.”⁸⁵ Porém, algumas mulheres não se sentem representadas ou não se revêm em todos os objetivos deste movimento. Na arquitetura isso é muito visível, e várias arquitetas, mesmo ao trabalharem temas e proporem soluções mais associadas às necessidades das mulheres, crianças e idosos, ou mais próximas da esfera da reprodução, fazem-no sem uma perspetiva de género assumida e plena, não querendo essa associação no seu trabalho e vida profissional. Mesmo tendo por base uma perspetiva feminista no seu trabalho, era-lhes talvez exigida uma certa subtilidade no discurso para possibilitar a sua aceitação no meio. Este facto poderá ainda justificar-se pela vontade dessas arquitetas de alcançar o reconhecimento do seu trabalho por si só, e não apenas a visibilidade num meio exclusivamente feminino ou o preenchimento de uma cota.

Essa vontade de serem reconhecidas por si mesmas, e não por serem mulheres, é evidente num acontecimento que Patrícia Santos Pedrosa descreve no seu último livro. Em 1986, o *Internacional Archive of Women in Architecture* (IAWA), na Virginia Tech, nos EUA, envia ao Sindicato Nacional dos Arquitetos, na altura já substituído há mais de uma década pela Associação dos Arquitetos Portugueses, uma carta a pedir os contactos de arquitetas portuguesas, e recebe, como resposta, informações relativas a mais de quatro centenas e meia de arquitetas, o que “faz com que Portugal tenha um lugar desconcertantemente singular no ‘Filling Cabinet’ de Milka Bliznakov”.⁸⁶ O IAWA envia no início de 1987 cartas a todas estas mulheres, das quais cerca de 15 foram devolvidas por algum erro na morada e, no geral, “a adesão ao convite foi muito baixa: apenas quatro das 452 cartas que terão chegado ao destino resultaram numa adesão”.⁸⁷ “A arquiteta Angélica Baptista é o único caso no qual surgem duas fichas”⁸⁸ e chega a doar seis desenhos relativos a um projeto habitacional; a arquiteta Joana Viana de Lemos envia um total de 24 desenhos de dois projetos de centros de saúde, um em Vagos e outro em Tondela; a arquiteta Fernanda Seixas envia um currículo técnico, “documento [que] permitiu que, na sua ficha digital, estejam referidos mais de 60 projetos”⁸⁹; a arquiteta Alda Santos envia “uma cópia de uma carta biográfica manuscrita e uma cópia de um recorte de jornal, com a notícia sobre a construção, em 1985, do monumento relativo aos cem anos do início da imigração portuguesa para o Havalí”⁹⁰; e existe ainda uma referência a outra arquiteta portuguesa, Leonor Figueira, cujo currículo chegou ao arquivo por meio da United States Information Agency, devido a uma visita da arquiteta ao país enquanto membro do Instituto Português do Património Cultural. Esta falta de respostas e de adesão a este contacto e reconhecimento internacional pode dever-se, tal como refere Patrícia Santos Pedrosa, a uma modéstia por parte destas profissionais, muitas delas bastante jovens, em início de carreira, e ainda, na sua opinião, sem trabalho relevante. Segundo a autora, poderá também dever-se à “relutância a ser-se escolhida unicamente por se ser mulher”⁹¹, uma vez que o

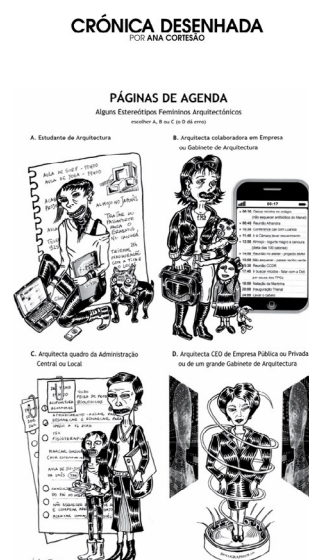


Fig. 31 - Crónica Desenhada “Alguns Estereótipos Femininos Arquitetónicos” em Ser Mulher | Being a Woman, 2011.

único critério teria sido o seu género, e as arquitectas desejavam “que o convite passasse pelo reconhecimento da qualidade do seu trabalho”⁹², pelo que “não se terão revisto nos objetivos do arquivo”.⁹³

Com a aproximação do final do século, começa a ser mais visível a feminização da profissão de que nos fala Santos Pedrosa e, em 1993, as arquitetas constituíam já 28% das inscrições na Ordem, materializando-se uma evolução clara desde os anos 70: “em menos de duas décadas, mais de 1300 arquitetas entraram na profissão, tornando-se membros da OA.”⁹⁴ Esta evolução mantém-se e, em 2022, o número subiu para 47%. Estes números não são, no entanto, sinónimo de reconhecimento nem de condições de trabalho iguais e justas.

1.4. Reflexões

Desde 1940, os percursos femininos na arquitetura portuguesa foram de visível evolução. Foi percorrido um longo caminho desde as representações humorísticas, presentes dos jornais diários da época, de edifícios projetados por arquitetas a desabar,⁹⁵ e da resistência em relação a deixar as mulheres utilizarem calças para poderem visitar as obras.⁹⁶ Ultrapassaram-se as crenças de que as mulheres não podem ser arquitetas ou que devem ser limitadas “apenas às obras domésticas, menores e privadas”.⁹⁷ No início do século XXI, a visibilidade alcançada com a eleição de duas presidentas da Ordem, bem como o reconhecimento de várias outras arquitetas — já iniciado no século XX — contribuíram para contrariar preconceitos disseminados nas fases iniciais da inserção das mulheres na profissão, até então associados sobretudo à performatividade atribuída ao género feminino. Porém, mesmo que os dois géneros fossem equitativamente representados no campo universitário, o meio de produção arquitetónica ainda não era aberto e democrático.⁹⁸ Atualmente as mulheres representam dois terços do universo de estudantes das universidades e quase metade das inscrições na Ordem. No entanto, “esta vertiginosa aproximação numérica entre mulheres e homens ainda é profundamente desequilibrada nas esferas simbólica, de representatividade e visibilidade de arquitectas e das suas obras”,⁹⁹ havendo ainda esta perceção desajustada de que existem poucas mulheres arquitetas.¹⁰⁰ Ainda não se verifica uma presença efetiva em seminários e conferências, há um desequilíbrio na atribuição dos prémios de arquitetura e também estão menos presentes nos júris. “Está longe de ser comum a presença e participação de toda a sociedade na arquitectura e as disparidades têm de ser ultrapassadas, não só pelas mulheres, mas por todos os que querem fazer da arquitectura uma profissão mais democrática, diversificada e produtiva.”¹⁰¹

92 Ibidem.

93 Ibidem.

94 Santos Pedrosa, 2024, p.62.

95 Santos Pedrosa, 2010.

96 “Mas em meados dos anos 1950, no curso de arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto, comentava-se que as mulheres não podiam ir às obras, porque teriam que ir de calças; e as mulheres não usavam calças. Numa reunião de professores, já nos anos 1960, Viana de Lima declarava, a propósito de uma nova contratação: “se querem sarilhos, metam mulheres”.” – Figueira, 2010, p.11.

97 Muxí Martínez, 2024, p.130.

98 Santos Pedrosa, 2010.

99 Santos Pedrosa, 2019.

100 Santos Pedrosa, 2024, p.62.

101 Gil Antunes, 2012, p.128.

Ditadu
192

1910
Implantação da República

Dita

1ª GM
1914 - 1918

Hostels e Pensões para homens e mulheres (1902 - 1933)

Sufrágio Universal - Alemanha
1919

Cozinha Frankfurt
1926

Sufrágio Universal - Polónia
1918

Ditadura
1

Apartamentos de Cozinha Central (1905 - 1944)

Sufrágio Universal - Rússia
1917

Fundação da Cooperative Housekeeping
Association (Melusina Fay Pierce)
1870

Melusina Fay Pierce patenteia o seu edifício
de apartamento co-operativos
1903

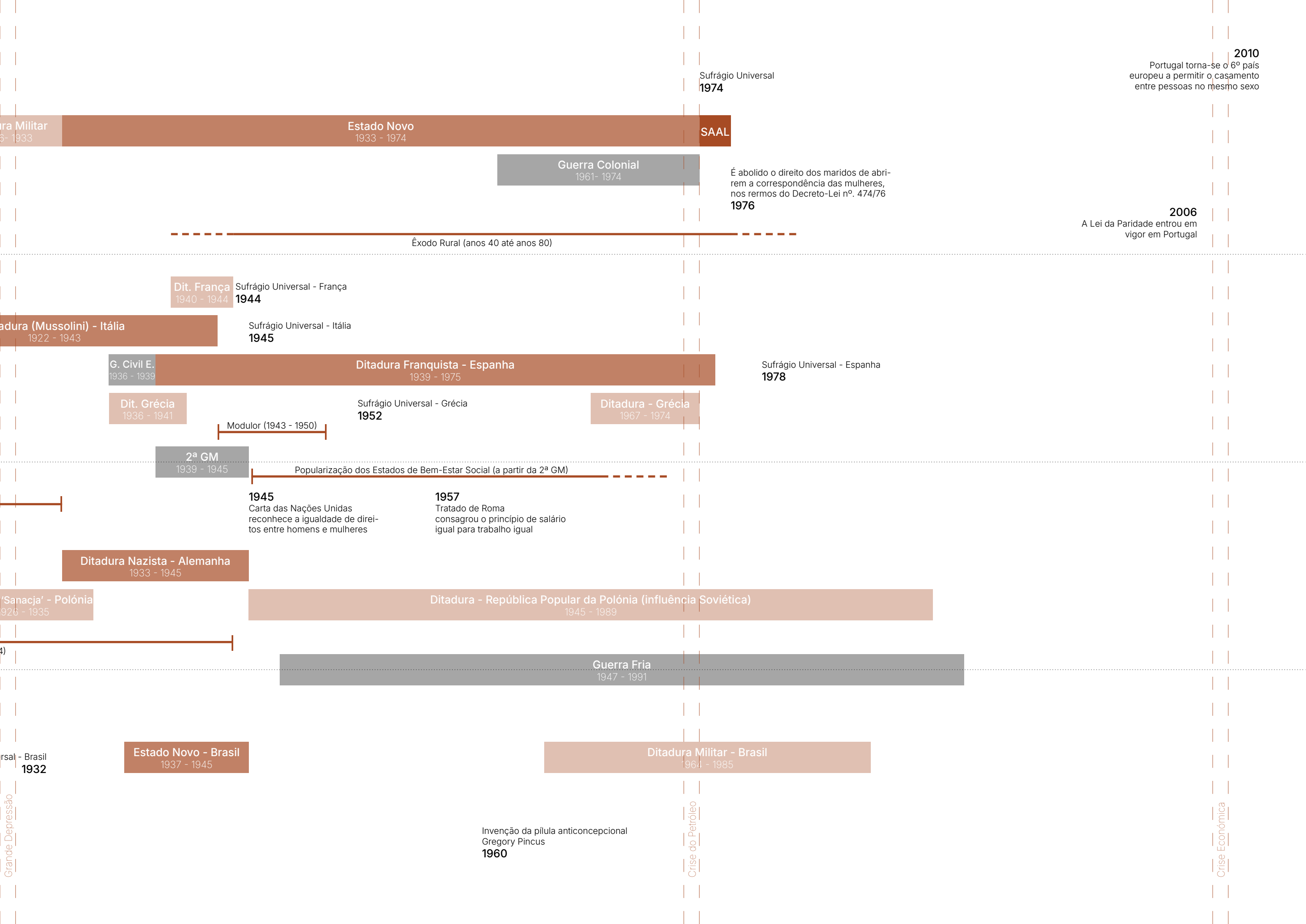
Sufrágio Universal - E.U.A.
1919

Sufrágio Unive

Sufrágio Universal - Nova Zelândia
1893

Invenção da 1ª máquina de lavar a roupa
Josephine Cochrone
1986

Invenção da máquina de lavar a roupa
(motor elétrico) - Alva J. Fisher
1908



2. "A vivência do espaço no feminino e a construção da cidade no masculino"¹⁰²

102 Capítulo em Gil Antunes, 2012.

103 MARX, O Capital, 2013, p.641 citado por Freitas, 2019, p.19.

104 Bhattacharya, 2019, p.102.

105 Ibidem.

106 Ibidem.

107 Ibidem.

Existe uma certa separação implícita, ainda não ultrapassada, dos espaços para mulheres e dos espaços para os homens. Isto remonta ao passado, a uma época em que a cidade era estruturada com base em diferenças, não só de género, mas também de classe e etnia, privilegiando certos corpos em detrimento de outros. Mesmo com o objetivo da Arquitetura Moderna de construir espaços e cidades para o sujeito universal, nem todos foram incluídos, e continuamos a sentir na atualidade essa herança arcaica e patriarcal, tanto nos espaços urbanos como domésticos. A cidade e a casa são esferas distintas para o homem, que tem uma posição segura e definida em cada uma delas. No entanto, para a mulher, o espaço público foi durante muito tempo restringido, sendo o espaço privado o único onde era permitida a sua presença, mesmo assim com restrições, e onde era expectável que ela realizasse uma série de serviços. Agora, após anos de luta, ambas as esferas são, muitas vezes, sinónimo de trabalho, produtivo e reprodutivo.

2.1. Sistema patriarcal

"Assim como uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco pode deixar de produzir. Portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução."¹⁰³ Os pesquisadores que a posteriori se debruçaram sobre a obra de Marx argumentam que "a chave do sistema" que ele analisa, o trabalho feminino, está na verdade à margem da produção capitalista,¹⁰⁴ como Bhattacharya e outras feministas marxistas frontalmente o colocam – "os trabalhadores não brotam do chão e chegam ao mercado frescos e prontos para vender sua força de trabalho para o capitalista"¹⁰⁵ – eles são produzidos e reproduzidos "num local «baseado em laços de parentesco» chamado família."¹⁰⁶ Para Bhattacharya, "Marx é frustrantemente silencioso"¹⁰⁷ em relação a este tema. O trabalho atribuído às mulheres, de cuidar da casa, dos maridos, dos filhos, dos idosos, dos doentes, é frequentemente desconsiderado na esfera política, social e económica. As mulheres ainda permanecem na metade desfavorável das dicotomias que moldam a sociedade, invisibilizadas, limitadas à esfera privada, doméstica, reprodutiva, não remunerada, que continua a contribuir ativamente para que as engrenagens do sistema capitalista continuem a girar,



Fig. 32 - "A gosto", de Ana Cabete, setembro 2019. Frasco de Memórias. [Consult. 9 maio 2026]. Disponível em: <https://frascodememorias.wordpress.com/2019/09/05/rapido/>

Fotografia de um azulejo encontrado no Portugal dos Pequenitos, em Coimbra.

108 Tradução livre de Brown, 1992, p.17

109 "Thus James Tyrell in the seventeenth century, and Immanuel Kant and William Blackstone in the eighteenth, argued that it was reasonable for women to be «concluded» (politically represented) by their husbands because «women have no civil personality» - they exist only as members of households while personhood is achieved in civil society." - Idem, p.18.

110 Tradução livre de Idem, p.19.

111 Pierce, 1884, p.18.

112 Ibidem.

113 Tradução livre de Brown, 1992, p.20.

114 Entrevista com Joana Pestana Lages, 2025.

mas sem serem reconhecidas.

Como a família é considerada natural e pré-política, consequentemente a mulher também é uma figura invisível neste discurso.¹⁰⁸ Durante os séculos XVII e XVIII, vários autores defendiam que as mulheres não deviam ter uma personalidade cívica, e deveriam antes ser representadas pelos seus maridos, pois eram apenas parte do espaço doméstico e não da sociedade.¹⁰⁹ Em suma, o Estado liberal não reconhece a família como uma entidade política ou a reprodução como uma relação social. A situação da mulher enquanto trabalhadora não remunerada dentro da família é despoliticizada,¹¹⁰ sendo as suas contribuições vistas como meras transações dentro da instituição do matrimónio. Este, por conseguinte, retira individualidade à mulher e suspende a sua existência legal enquanto ser, ao fundi-la com a figura do seu marido. Porém, à época, a expectativa de performatividade de cada integrante mantém-se claramente dividida e definida. No final do século XIX, Melusina Fay Peirce, realça que, mesmo com a passagem de tantos séculos, os papéis sociais permanecem conservadores, ao sublinhar que "as funções executivas da mulher em relação à família são exatamente da mesma importância que aquelas desempenhadas pelos homens; como os homens têm dado à sociedade abrigo, segurança e sustento, as mulheres contribuíram com conforto, saúde e beleza na mesma medida que comida cozinhada, roupa e limpeza são mais saudáveis e agradáveis do que comida crua, nudez e sujidade."¹¹¹ Cumulativamente, estas tarefas não são desempenhadas da mesma forma, uma vez que cada mulher faz o que tem de fazer pela sua família, sozinha ou com o apoio das familiares que residem consigo, ou eventualmente com a ajuda contratada que o seu marido poderá ser capaz de pagar.¹¹² Chega-se, assim, à base das divisões de classes no âmbito deste tema, o homem recebe a remuneração necessária (ou não) para sustentar a sua família pelo serviço que presta à sociedade, e a mulher cuida da família para manter este ciclo, o sistema capitalista; uma mulher de classe alta terá de orientar os empregados domésticos no cuidado da casa, a mulher da classe média terá de cuidar sozinha destes afazeres, enquanto a mulher da classe baixa, para além das tarefas domésticas, terá de trabalhar para auxiliar no sustento da sua família. "A divisão sexual do trabalho historicamente desenvolvida pelo capitalismo é aquela em que quase todas as mulheres realizam trabalho reprodutivo não remunerado, quase todos os homens realizam trabalho assalariado, e a maioria das mulheres faz ambos."¹¹³ Para além de que "também é importante desconstruir", as mulheres, principalmente das classes mais baixas, "sempre estiveram no espaço público e, portanto, foram sempre menos notadas, mas foram sempre importantes naquilo que são [...] as funções que fazem uma cidade funcionar."¹¹⁴

Estas questões são abordadas analisando a sociedade entre os séculos XVII e XIX, mas o tema mantém-se pertinente à luz da contemporaneidade. É possível observar uma evolução, proveniente das lutas

feministas ao longo do tempo, mesmo que o cerne da problemática se mantenha. “No século XIX as reivindicações destas lutas passavam pelo sufrágio, legislação laboral, moderação (*temperance*), medidas contra-cetivas e reforma da lei matrimonial. No século XX, as reivindicações alargaram-se, contemplando agora campanhas para oportunidades, remuneração e direitos iguais; direitos reprodutivos, creches e infantários públicos; e reforma das leis sobre violação, abuso, casamento e assédio. Ainda no final do século, foram incluídas na lista a legislação obstétrica e de maternidade, bem como a regulação da pornografia, gravidez por substituição (*surrogacy*) e novas tecnologias de reprodução.”¹¹⁵

No entanto, estas mudanças, tão elementares como salário igual e licenças de parentalidade, defendidas pelas lutas de género, afetam negativamente o sistema capitalista e os seus lucros, pelo que o feminismo não constitui, na sua essência, um movimento separatista. Tem implicações não só nas questões de género, como também na luta de classes, na luta contra o racismo, xenofobia, guerra, colonialismo, na luta em torno da reprodução social – saúde e educação gratuitas, justiça ambiental, habitação digna, infraestruturas básicas, transporte público, etc.¹¹⁶

Retornado à essência da dicotomia inicial – produção/reprodução – as mulheres conseguiram inserir-se no mercado do trabalho assalariado, mas continuam presas a uma certa performatividade de género que as aproxima de determinadas profissões e, quando se inserem em meios considerados masculinos, como já foi analisado no caso da arquitetura, não são devidamente reconhecidas. A questão, por exemplo, das escolas e creches que, tal como os hospitais, materializam a separação dos serviços, respetivamente, de educação e saúde, do espaço doméstico, constituindo-se como instituições independentes,¹¹⁷ levanta ainda outros problemas. A sua existência não se reflete num aumento do tempo livre da mulher, mas sim numa criação de mais tempo para ela se incluir no mercado de trabalho produtivo, sem se conseguir desligar totalmente do peso do trabalho reprodutivo, que se mantém externo ao capital. Tal como Joana Pestana Lages afirma, “nós podemos deixar as crianças na creche até às oito da noite, só que não queremos”, e o trabalho liberal apresenta-se, por vezes, como uma dificuldade para as mulheres, por causa de “uma cultura do presentismo” que é prejudicial “à medida que elas decidem abraçar outros projetos de vida, como, por exemplo, o projeto de ser mãe.”¹¹⁸ A “sociedade não está montada para que se trabalhe e se tenha filhos ao mesmo tempo, e esse é um problema transversal a todas as profissões. É suposto a actividade profissional, seja em que área for, ser feita com grande intensidade, com grande dedicação de tempo (mesmo que isso não signifique rigorosamente nada em produtividade)”.¹¹⁹ Veja-se o exemplo da arquiteta Inês Lobo, que encontrou uma solução para esse problema, ao “trazer a família para dentro do atelier”,¹²⁰ introduzindo uma creche no local de trabalho, que tanto ela como os colaboradores e colaboradoras podiam utilizar. Isto suscitou, no entanto,

115 Tradução livre de Brown, 1992, p.7-8.

116 Parafraseado de Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019, p.55.

117 Muxí Martínez, 2024, p.97.

118 Entrevista com Joana Pestana Lages, 2025.

119 Lobo, 2011, p.107.

120 Ibidem.

121 Estados de Bem-estar Social (Welfare State) - impulsionados pelas medidas implementadas em Inglaterra nos finais do séc XIX, e que se formam na Europa ao longo do século XX (tendo como pilares a garantia de Saúde, Educação e Habitação para todos), com ênfase no pós-guerra, declinando a partir de 1970.

122 Wigley, 1990, p.337.

123 Tradução livre de Idem, p.332.

124 Muxí Martínez, 2024, p.29.

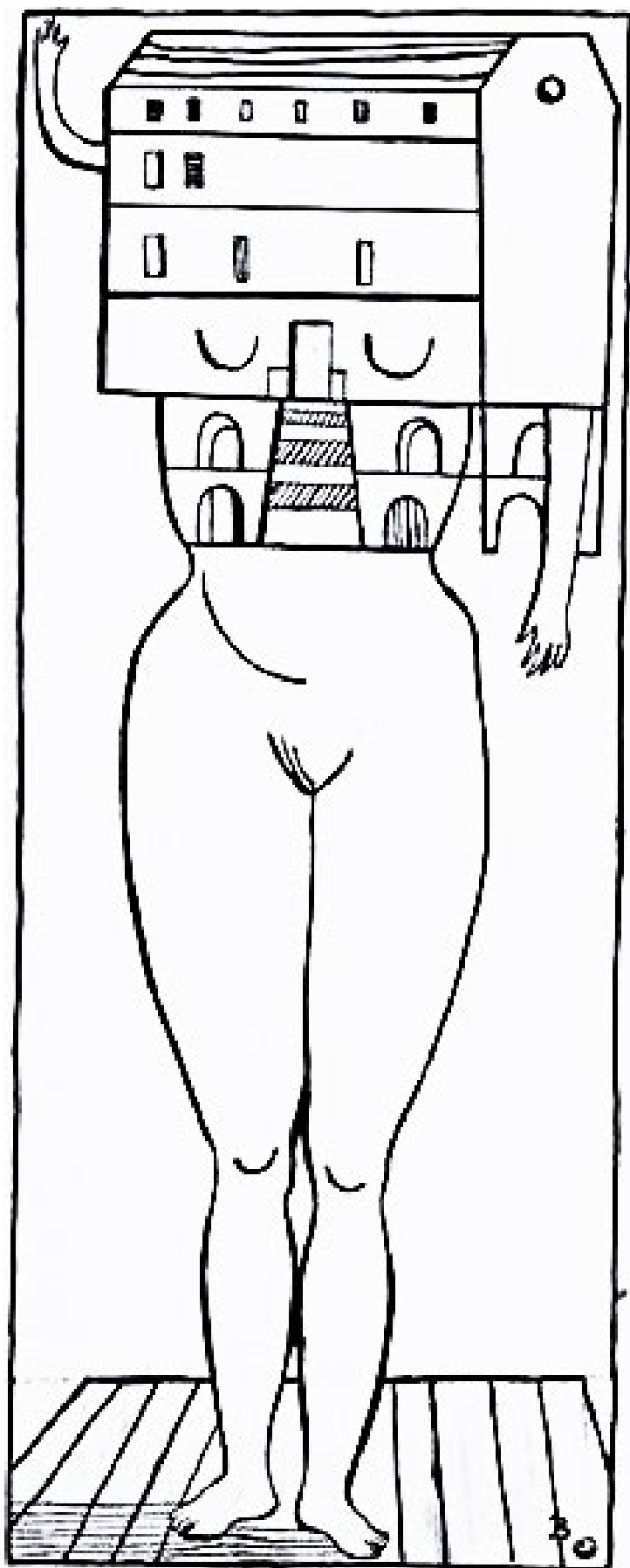
outras questões, sem abordar a raiz deste obstáculo, a divisão sexual do trabalho e a partilha desigual do tempo. Esta foi uma solução temporária, mas que chamou à atenção para a situação e a resolveu parcialmente neste contexto. Era necessária disponibilidade de todas as partes para que fosse possível a implementação da creche, pois era, como Inês Lobo refere, comum ver crianças a circular no ambiente de trabalho e tinham de lidar com a imprevisibilidade que lhes está associada. Além do mais, esta solução pressupunha uma dissolução dos limites normalmente estabelecidos entre a esfera doméstica/familiar e a profissional e, consequentemente, criar uma expectativa e facilidade do prolongamento do horário laboral.

De certa forma, no contexto atual, é ainda possível observar o próprio Estado como parte da esfera reprodutiva. Com a formação dos Estados de Bem-estar Social¹²¹ na Europa ao longo do século XX, e por meio das condições alcançadas com estas lutas, os órgãos públicos são figuras de cuidado em relação com a sociedade, devendo contribuir com serviços como saúde pública, educação gratuita, habitação social, instituições públicas e comunitárias, infraestruturas, apoios, subsídios e benefícios sociais.

2.2. Habitação

Como desenvolvido por Mark Wigley, o homem tinha uma definição clara do seu papel na casa ('oikos') e na cidade ('polis'). Por sua vez, a mulher era itinerante, o casamento possibilitava a sua mobilidade entre casas, mas ela permanecia paradoxalmente limitada ao doméstico.¹²² Tal como anteriormente abordado, no século XV, no quinto livro do tratado *De re aedificatoria*, Leon Battista Alberti debate como é que a arquitetura, no desenho da habitação privada, deve ser cúmplice da autoridade patriarcal ao definir uma interseção entre a organização espacial e um sistema de vigilância. A casa é entendida literalmente como um mecanismo de domesticação das mulheres, que devem ser confinadas, através de uma sucessão de espaços, o mais afastadas possível do mundo exterior, enquanto que os homens devem ser figuras de autoridade na casa e, simultaneamente, integrantes do domínio público.¹²³

A casa perpetua estereótipos da performatividade de género e das "estruturas rígidas e hierárquicas da família nuclear patriarcal".¹²⁴ Mesmo que a mulher tenha sido ao longo dos séculos associada ao espaço doméstico, o homem vai, ainda assim, manter aqui uma posição de importância. Podemos analisar em textos e tratados de arquitetura que a casa deveria ser desenhada com saídas secretas, locais escondidos



"(...) as casas da boneca são o presente favorito das meninas, uma vez que as educa para a ordem e o cuidado do lar, ao mesmo tempo que lhes indica seu lugar no interior doméstico"

Muxí Martínez, 2024, p.87

Fig. 32 - "Femme Maison", de Louise Bourgeois (1947).

125 "There should also be a more private side door, for the master of the house alone, to enable him to let in secret couriers and messengers, and to go out whenever the occasion and circumstances demand, without knowledge of his household. To these I have no objections. I would also recommend the inclusion of secret hiding places, concealed recesses, and hidden escape routes, known only to the head of the family, where he might keep his silverware and clothing in difficult times, and even hide himself, should the situation become so grave" - Alberti, p.120.

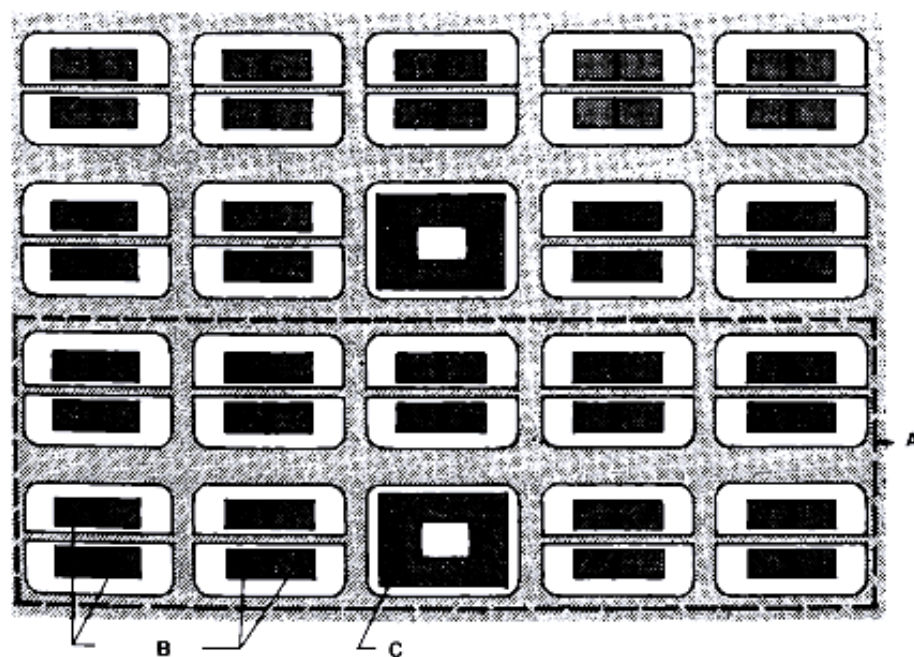
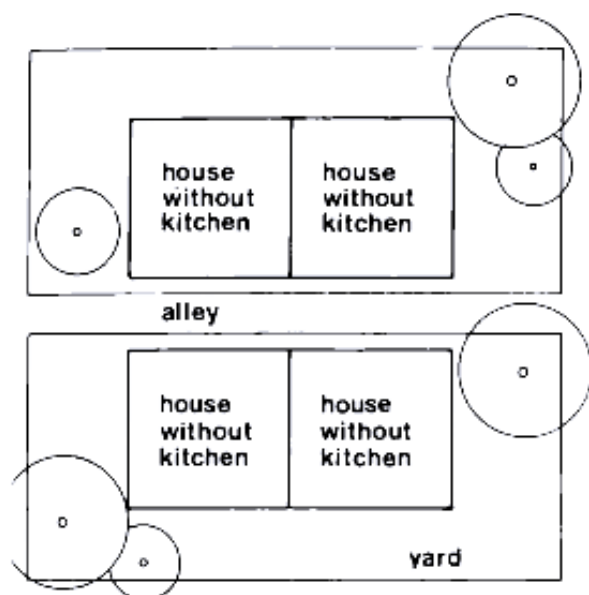
126 "The husband and wife must have separate bedrooms, not only to ensure that the husband be not disturbed by his wife, when she is about to give birth or is ill, but also allow them, even in summer, an uninterrupted night's sleep, whenever they wish. Each room should its own door, and in addition a common side door, to enable them to seek each other's company unnoticed. Off the wife's bedroom should be a dressing room, and off the husband's, a library." - Idem, p.149.

127 "I recall reading in the historian Aemilius Probo that it was the custom in Greece for women not to be admitted to table, except for meals with relatives, and the custom too for certain parts of the house, where the women resided, to be out of bounds to all but closest kin. And certainly, to my mind, any place reserved for women ought to be treated as though dedicated to religion or chastity; also I would have the young girls and maidens allocated comfortable apartments, to relieve their delicate minds from the tedium of confinement. The matron should be accommodated most effectively where she could monitor what everyone in the house was doing." - Idem, p.149.

128 "The home, the long considered women's special domain, reinforces sex-role

e percursos alternativos que seriam do conhecimento exclusivo do 'homem da casa'¹²⁵; os quartos do casal deveriam ser separados, de modo que a esposa, quando estivesse a parir ou doente, não perturbasse o marido; associado ao quarto da mulher deveria estar um quarto de vestir ('closet'), enquanto que o quarto do homem deveria ter uma biblioteca ou escritório;¹²⁶ os locais onde as mulheres habitam deveriam ser isolados, tratados cuidadosamente como se fossem dedicados à religião ou à castidade, e isto chegaria ao extremo de as mulheres só serem permitidas na mesa em refeições com familiares, e apenas as pessoas mais próximas poderiam entrar nos seus quartos.¹²⁷ Estes ideais divulgados no século XV, no tratado de Alberti, perduraram no tempo, e podemos ainda observar os seus vestígios na posição de autoridade do provedor da família no topo da mesa, ou na privacidade associada a um espaço (escritório/garagem) ou poltrona só seus. A mulher permanece mais conectada aos espaços de serviço, não lhe sendo atribuído um local só seu.¹²⁸ Mais próximo da atualidade, ao analisarmos as tecnologias, a televisão ou o computador, este é, na maioria dos casos, um novo lugar de lazer para o homem.¹²⁹ A casa vai ter um significado diferente para o casal, "o lugar de lazer e descanso, para uns, ao mesmo tempo que para a maioria das mulheres é mais um lugar de trabalho."¹³⁰

Até ao século XIX a performatividade do género feminino na esfera privada não foi colocada em causa, mas começou a ser procurada uma otimização da casa. Como analisado por Muxi Martinez, Catherine Beecher "não questionava o papel da mulher no cuidado da casa e da família, mas defendia que as casas deveriam ser projetadas para facilitar e tornar viável seu trabalho; para isso, era imprescindível levar em conta sua experiência."¹³¹ Esta ideologia vai manter-se durante mais de um século. Por exemplo, "em França, antes da publicação em 1949, de *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, a divisão sexual do trabalho raramente era vista como opressiva mas antes parte de uma necessária complementaridade dos sexos."¹³² Porém, as soluções arquitetónicas começam a alterar-se, e muitas mulheres encontram nesta altura um ponto de entrada para o meio arquitetónico, sob o pretexto de serem as consultoras mais especializadas, tendo em consideração a sua experiência. As autoras muitas vezes convergiam nas suas opiniões, procuravam uma maior economia, eficiência dos sistemas de aquecimento, ventilação e iluminação, colocação da cozinha num local central na habitação e torná-la mais eficiente, com flexibilidade e transformabilidade dos ambientes, espaços de armazenamento e armários embutidos em detrimento de móveis isolados.¹³³ Por exemplo, a eliminação do *hall* de entrada foi "uma revolução doméstica"¹³⁴ que iniciou uma alteração do paradigma, defendido nomeadamente por Alberti, da sucessão de espaços para preservação da intimidade familiar e consequente restrição do corpo feminino. Ainda assim, existiam algumas divergências em outros tópicos. Como afirma Muxi Martinez, "Frederick ressaltava que a energia era o



4.3 Diagram of block of four kitchenless houses, by Beth Ganister, based on descriptions by Melusina Fay Peirce

4.4 Diagrammatic plan of cooperative residential neighborhood (A), thirty-six kitchenless houses (B), and one cooperative housekeeping center (C), drawn by Paul Johnson from descriptions by Melusina Fay Peirce

Fig. 33 - Planta esquemática do bairro residencial 'co-operativo' de Melusina Fay Pierce, desenhado por Beth Ganister em HAYDEN, 1982.

stereotypes and subtly perpetuates traditional views of family. From the master bedroom to the head of the table, the "man of the house/breadwinner" is afforded places of authority, privacy (his own study), and leisure (a hobby shop, a special lounge chair). A homemaker has no inviolable space of her own. She is attached to spaces of service. She is a hostess in the living room, a cook in the kitchen, a mother in the children's room, a lover in the bedroom, a chauffeur in the garage. The house is a spatial and temporal metaphor for conventional role playing." - Weisman, 1981, p.6.

129 Idem, p.29.

130 Muxí Martínez, 2024, p.28.

131 Idem, p.88.

132 McLeod, 2011.

133 Parafraseado de Muxí Martínez, 2024, p.90.

134 Idem, p.93.

135 Muxí Martínez, 2024, p.108.

136 Mais recentemente, Silvia Federici, nomeadamente no seu livro *O Patriarcado do Salário*, vai debater exatamente este tópico, numa contínua luta pelo reconhecimento do trabalho reprodutivo e de cuidado (maioritariamente atribuídas às mulheres) e a sua consequente remuneração justa.

137 Spatial Agency: Melusina Fay Peirce, [s.d.]

138 Muxí Martínez, 2024, p.29.

139 Idem, p.102.

140 Idem, p.28.

141 Ibidem.

fator mais caro da cozinha", enquanto que "para Gilbreth o fator mais caro era precisamente o trabalho das mulheres",¹³⁵ que esta não considerava gratuito.¹³⁶

Em 1870, a feminista americana Melusina Fay Peirce fundou a Cooperative Housekeeping Association, que teria como objetivo a coletivização das tarefas domésticas (como cozinhar, costurar, lavar a roupa, etc.) por parte das integrantes da associação. Ao compartilharem esse trabalho doméstico, as associadas teriam mais tempo para se dedicarem a outros interesses. Esta associação manteria, num primeiro momento, intacta a divisão de classes, uma vez que seriam as mulheres mais pobres a realizar as tarefas a troco de remuneração. Mesmo assim, a iniciativa aproximou mulheres de contextos distintos e foi um passo na integração das tarefas domésticas e de cuidado na esfera produtiva e, consequentemente, no sistema capitalista, o que levantaria outros problemas. Esta experiência colocou em prática as ideias teorizadas por Peirce, constituindo a primeira tentativa de alcançar uma comunidade sem classes, iniciada por mulheres, que só não terá prosseguido por os maridos não terem permitido a participação integral das suas esposas. Peirce teorizou ainda sobre cozinhas e lavandarias coletivas/comunitárias e patenteou, em 1903, um projeto para um edifício de apartamentos 'co-operativo', tendo partilhado a opinião de que as mulheres seriam as mais especializadas para projetar as mudanças necessárias na casa e nos bairros.¹³⁷

Nesta época, surgiram também novas tecnologias e eletrodomésticos que tinham em vista a simplificação do trabalho na esfera reprodutiva, que sobrecarregava as mulheres, uma vez que, tal como "para Simone de Beauvoir, poucas tarefas são tão parecidas com a tortura de Sísifo como as tarefas domésticas, com sua repetição sem fim: o que está limpo fica sujo, o que está sujo é limpo, repetidas vezes, dia após dia."¹³⁸ Estes eletrodomésticos não tiveram o efeito pretendido, fosse pela restrição da sua aplicação, o seu tamanho ou custo, que impossibilitava o seu uso individual e dificultava o acesso às classes mais baixas. Isto, porventura, terá também impulsionado ideologias semelhantes às de Melusina Fay Pierce em relação à coletivização dos serviços, e que permitiam "conciliar as quatro esferas da vida de uma pessoa: a reprodutiva, a produtiva, a social e a individual."¹³⁹ Assim, numa fase inicial estas novas tecnologias criadas "para solucionar problemas acabaram acarretando, em sua especificidade, mais tempo, mais trabalho, mais resíduos e mais gasto"¹⁴⁰ e "não modificaram substancialmente os traços característicos do espaço."¹⁴¹ Com o seu desenvolvimento e a sua produção em massa, estas questões foram sendo ultrapassadas e, por exemplo, a máquina de lavar a roupa, mais comum a partir de 1950, aligeirou profundamente o esforço e tempo despendidos no trabalho doméstico. No entanto, a possibilidade de realizar a tarefa de lavagem da roupa no interior da habitação e a popularização deste eletrodoméstico conduziu, no que pode ser considerada uma mudança negativa, ao abandono dos lavadouros e

Finalmente!

A MÁQUINA
ELÉCTRICA
DE LAVAR
ROUPA

"HOOVER"

ENLEVO
DAS BOAS
DONAS DE
CASA



PEQUENA PORTÁTIL E EFICAZ!
A MÁQUINA QUE EM 'QUATRO MINUTOS' LAVA CERCA DE 'DOIS QUILOS'
DE ROUPA SEM A DANIFICAR, PORQUE NÃO POSSUI PÁS!

Consumo reduzido, 300 W por hora!

A MÁQUINA DE LAVAR ROUPA HOOVER É MAIS UM PRODUTO

HOOVER

OS CRIADORES E FABRICANTES DO MELHOR ASPIRADOR DO MUNDO!

REPRESENTANTES:

LEACOCK (LISBOA), L.^{DA}

PORTO:
Rua José Falcho, 185
Telef. 21506

Avenida 24 de Julho, 16
LISBOA
Telef. 61127/8 — 66073/4

COIMBRA:
Av. Sá da Bandeira, 7
Telef. 3361

Fig. 34 - Anúncio na Revista Eva, out. 1951.

142 Parafraseado de Schmid, Eberle e Hugentobler, 2019, p.12.

143 Muxí Martínez, 2024, p.97.

144 Ibidem.

145 Mais informações sobre "The Large Housing Complexes of the Utopian Socialists" em SCHMID, Susanne; EBERLE, Dietmar; HUGENTOBLER, Margrit - A History of Collective Living: Forms of Shared Housing. Suíça: Birkhäuser, 2019. ISBN 978-3-0356-1868-6. p. 41-55.

146 Mais informações em SCHMID, Susanne; EBERLE, Dietmar; HUGENTOBLER, Margrit - A History of Collective Living: Forms of Shared Housing. Suíça: Birkhäuser, 2019. ISBN 978-3-0356-1868-6. p. 49-51.

147 Schmid, Eberle e Hugentobler, 2019, p. 52-55.

da cultura e tradições a eles associados, para além de, numa fase inicial, ter contribuído para reforçar a ideia de que o lugar da mulher é dentro de casa.

Além disso, por uma série de razões, incluindo talvez a embrionária mudança nos papéis desempenhados por homens e mulheres que se começava a observar, muitas das tarefas reprodutivas relacionadas com as tradicionais atividades do lar e da família foram sendo progressivamente terceirizadas e realizadas por um conjunto de serviços e infraestruturas complementares.¹⁴² Isto traduziu-se numa redefinição espacial da casa, motivada pelo processo de industrialização e modernização patente, ou seja, instituições como escolas e hospitais eram considerados recentes e "até sua criação, as atividades realizadas nesses espaços eram feitas e solucionadas no interior das moradias."¹⁴³ Seguindo essa mesma lógica de redefinição de certas atividades reprodutivas, algumas autoras pensaram "Por que então o ato de cozinhar, que é uma atividade, um trabalho no qual se requer instrumentos, maquinário e conhecimentos específicos, não podia também sair da casa e se especializar?"¹⁴⁴

Este caminho em direção à coletivização dos serviços e tarefas domésticas teria já começado no início do século XIX, fruto da revolução industrial que desencadeou um abandono das zonas rurais e a deslocação da população para as cidades em busca de progresso e melhores condições de vida. Em vez disso encontraram metrópoles sem infraestruturas nem capacidade de resposta face ao crescimento populacional sem precedentes. As condições de habitabilidade degradaram-se rapidamente, resultando na classe operária a viver em edifícios e bairros sobrelotados e insalubres. Os socialistas na Europa ganharam força e reconhecimento, o que os levou a propor e até construir projetos residenciais quase utópicos, grandes complexos habitacionais (*large housing complexes*),¹⁴⁵ ambicionando reorganizar o trabalho e proporcionar uma alternativa às condições degradantes em que os operários viviam. Estas visões ou formulações, para além de constituírem uma unidade residencial, ofereciam espaços verdes e infraestruturas coletivas que possibilitavam a vida em rede – subsistência, trabalho, cuidado, educação, lazer. Um exemplo destes complexos é o Familistère (1859), onde Godin, em 1859, coloca em prática estas concepções, baseado no Phalanstère (1829),¹⁴⁶ mas oferecendo uma abordagem diferente da de Fourier em relação ao papel da família, preservando-a como unidade. Godin projeta um edifício que mantém o apartamento enquanto espaço privado e familiar, mas coletiviza vários serviços e espaços. No Familistère, os apartamentos não teriam cozinha, as refeições seriam preparadas numa cozinha central e as famílias podiam fazer as refeições, em conjunto, numa sala de jantar comum, ou nos seus próprios apartamentos. Outros serviços, como casas de banho, lavandarias, escolas, enfermarias ou bibliotecas, eram também coletivos, para além de terem acesso a piscina, teatro e lojas.¹⁴⁷

Tal como analisado por Schmid et al., em contraponto às soluções para a família nuclear tradicional surgiram, já no início do século XX, nomeadamente em Londres, modelos habitacionais para pessoas solteiras, divorciadas e viúvas, bem como para estudantes ou nómadas urbanos, para quem ainda não havia soluções no mercado imobiliário. Estes novos modelos, como hostels ou pensões (1902–1933),¹⁴⁸ teriam como objetivo responder a necessidades de grupos bastante heterogêneos de isolados, normalmente não aceitando crianças como residentes. Inicialmente concebidos exclusivamente para homens, vieram a surgir experiências na Europa central destinadas a mulheres, suprimindo as necessidades habitacionais de trabalhadores independentes ou indivíduos sem o suporte de uma rede familiar. Isto foi alcançado devido à solução arquitetónica de diminuir a área do apartamento privado de cada residente, limitando-o ao essencial (com menor manutenção e limpeza) e, simultaneamente, de coletivizar os serviços como lavandaria e cozinha, e oferecer outros espaços, por exemplo de lazer, em áreas comuns. A partilha de casas de banho ou balneários revelou-se também uma grande melhoria face às condições habitacionais típicas dos operários. Principalmente para as mulheres, que começavam a integrar a esfera produtiva, enquanto professoras, enfermeiras ou colaboradoras em escritórios, este modelo solucionou várias questões. A maior parte destas mulheres eram solteiras, a legislação em vários países europeus forçava-as ao celibato e impossibilitava-as de continuarem a trabalhar se casassem.¹⁴⁹ Deste modo, os hostels e pensões para mulheres permitiam uma habitação digna, compatível com os seus salários, onde a sua moralidade não seria questionada e onde as tarefas domésticas e o cuidado da casa não constituiriam um obstáculo às suas carreiras, mesmo que ainda assim não vivessem de acordo com os requisitos e da forma que era expectável de uma jovem mulher na época.¹⁵⁰

Tal como analisado pelos mesmos autores, nesta época, nos países da Europa do Norte, as casas de cozinha central (1905–1944)¹⁵¹ ganharam também popularidade entre as mulheres de classe média,¹⁵² que procuram uma optimização do espaço doméstico para lhes permitir um melhor equilíbrio entre a esfera reprodutiva e a esfera produtiva, que estão a tentar integrar. Este modelo propôs “uma radical reforma da cultura do habitar”,¹⁵³ uma clara e estruturada aproximação do verdadeiro conceito de equidade para as mulheres. Projetadas a partir do princípio básico da economia de meios, ao coletivizar os serviços de várias famílias seria reduzido o número de empregados necessários e, consequentemente, os gastos também diminuiriam. Observamos novamente em modelos deste sistema a coletivização da cozinha, lavandaria, jardins de infância e até espaços de lazer e socialização com a particularidade da comodidade assegurada por um elevador (monta-pratos) que entregaria as refeições diretamente nos apartamentos privados.

As casas de cozinha central tiveram, porém, um período de ati-

148 Mais informações sobre “Men’s and Women’s Hostels and Boarding Houses for Urban Nomads” em SCHMID, Susanne; EBERLE, Dietmar; HUGENTOBLER, Margrit - A History of Collective Living: Forms of Shared Housing. Suíça: Birkhäuser, 2019. ISBN 978-3-0356-1868-6. p. 56-80.

149 “The belief that work and family were incompatible was enforced politically through labor laws in numerous European countries and cities and was also endorsed by the bourgeois women’s movement. In Zurich, for example, the celibacy requirement for teachers was not revoked until 1962. The laws were also seen as a way to prevent competition with men for their paid work. Thus, depending on whether there was a shortage or oversupply of workers, women’s celibacy laws were relaxed or made more stringent.” - Schmid, Eberle e Hugentobler, 2019, p. 59 (notas de rodapé).

150 “As mulheres que viviam em hotéis ou edifícios de apartamentos, em vez de viver em casas unifamiliares geminadas, corriam o risco de ser “estragadas” pelo conforto da vida comunitária, além de violarem os requisitos vitorianos inalienáveis para a condição de mulher: ser uma mãe correta e uma dona de casa ativa. Em 1857, os editores da revista Harper’s Weekly declaravam que os hotéis para mulheres eram inadequados para se exercer o papel de mães ou esposas, ou de membras da sociedade, e que a vida nesses edifícios não tinha as responsabilidades das tarefas domésticas, trazendo como resultado o tempo livre, a vagabundagem e a fofoca com qualquer um, inclusive entre homens e mulheres” - Muxí Martínez, 2024, p.100.

151 Após a década de 1930, este modelo habitacional subsiste apenas nos países nórdicos, a sua relevância no resto da Europa diminui no período entre guerras.

152 Foram inicialmente pensadas para o proletariado, mas encontraram o seu público-alvo na classe média e estavam estreitamente relacionadas com os movimentos feministas burgueses. Mesmo com este progresso estas residências não eram ainda acessíveis para todos, mesmo que pertencentes a classes mais altas, uma mulher casada continuava a não ter liberdade financeira ou controlo sobre os bens conjugais, pelo que seria uma escolha do marido mudar-se ou não para uma casa de cozinha central, e este modelo de vida ainda não era considerado favoravelmente pela sociedade da época.

Mais informações sobre "Central-Kitchen Houses" em SCHMID, Susanne; EBERLE, Dietmar; HUGENTOBLE, Margrit - *A History of Collective Living: Forms of Shared Housing*. Suíça: Birkhäuser, 2019. ISBN 978-3-0356-1868-6. p. 81-101.

153 Tradução livre de Schmid, Eberle e Hugentobler, 2019, p. 81.

154 Mais informações sobre as alterações na cozinha ao longo do século XX ver GREENBAUM, Joan - *Kitchen Culture/Kitchen Dialect*. *HERESIES* 11. 3:3 (1981) p.59-61.

155 "But the swing toward liberating women from the kitchen was slowed by a deluge of social prescriptions decrying the demise of the family and stressing the need for women to stay at home. Women's magazines campaigned; «experts» spoke out; and domestic science literature, the forerunner of home economics, took workplace efficiency measures and clamped them to the home. The home was to be the bastion of family life, the kitchen its command center, and the woman its sergeant. The large wooden table remained literally at the center of women's activities." - Greenbaum, 1981, p.59.

156 "The right to paid employment and thus financial

vidade bastante curto. Durante a Primeira Guerra Mundial as mulheres tiveram de ocupar os lugares deixados pelos homens na esfera produtiva e, quando começaram finalmente a alcançar algum reconhecimento social, os homens retornaram. Houve também neste momento um grande retrocesso, nomeadamente no direito ao voto e no acesso ao ensino superior, devido aos regimes totalitários e autoritários que ganhavam força em toda a Europa e divulgavam ideologias tradicionalistas e patriarcais. Com o início da Segunda Guerra Mundial, dá-se a repetição deste processo de progressão e retrocesso das mulheres relativamente ao trabalho assalariado.

No pós-Primeira Guerra Mundial, com a necessidade de reconstrução de várias cidades europeias e a grande demanda por habitação digna, as soluções muitas vezes alinhavam-se com os princípios da arquitetura moderna, que começavam a ganhar visibilidade, e materializavam-se em unidades habitacionais de dimensões mínimas que recorriam à modulação e pré-fabricação. Neste período, a cozinha vai ser uma das peças centrais em várias alterações espaciais e programáticas propostas no âmbito da arquitetura doméstica/residencial.¹⁵⁴ Associada a estas mudanças vem a crença de que o lugar das mulheres é dentro de casa,¹⁵⁵ principalmente devido ao retorno dos homens da guerra que esperavam voltar aos seus trabalhos e a quem também não agradava a concorrência feminina.¹⁵⁶ A arquitetura será novamente cúmplice do exercício da autoridade patriarcal e da domesticação feminina: ao mesmo tempo que a arquitetura moderna procurava progresso, comprimia todas as tarefas domésticas no espaço interior e tornava-as exequíveis dentro de unidades de habitação mínima, contribuindo para limitar as mulheres à casa.

No entanto, é importante recuperar a ideia de que antigamente as mulheres, principalmente as das classes mais desfavorecidas, não estavam restringidas ao espaço privado. Na realidade, estas mulheres "eram atribuídas às tarefas do espaço doméstico, mas elas iam para todo lado para as realizar, ou seja, estavam nos mercados, estavam no rio porque tinham que lavar roupa, no lavadouro porque tinham que lavar roupa, depois tinham que fazer compras, tinham que ir buscar água para cozinhar."¹⁵⁷ Elas sempre estiveram no espaço público, mas eram subalternas e invisibilizadas, reforçando a ideia de que esta concepção da mulher dentro de casa é uma fabricação moderna: "o discurso público foi reconstruído para separar a esfera reprodutiva da produtiva, para que as mulheres voltassem às casas como um paraíso sonhado, adequado e, sobretudo um destino inevitável."¹⁵⁸

Por sua vez, "ao contrário dos arquitetos masculinos que a mantêm enclausurada na sua cozinha-laboratório, funcional e técnica", Charlotte Perriand vai-se destacar porque "quer que a mulher esteja em contacto com os convidados"¹⁵⁹ e integrada na vida e dinâmica social da família. As suas propostas, nomeadamente o módulo da cozinha para a Unidade de Habitação em Marselha, procuram contrariar estes paradig-

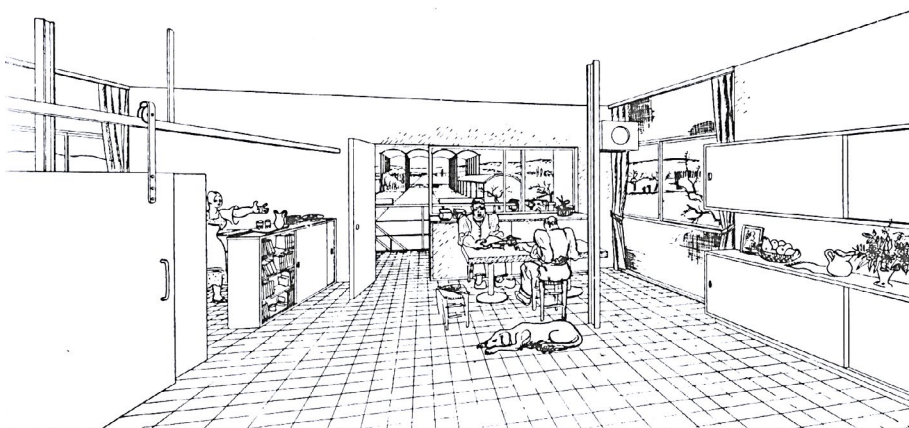


Fig. 35 - "Réorganisation
agraire, ferme et village ra-
dieux", Le Corbusier.

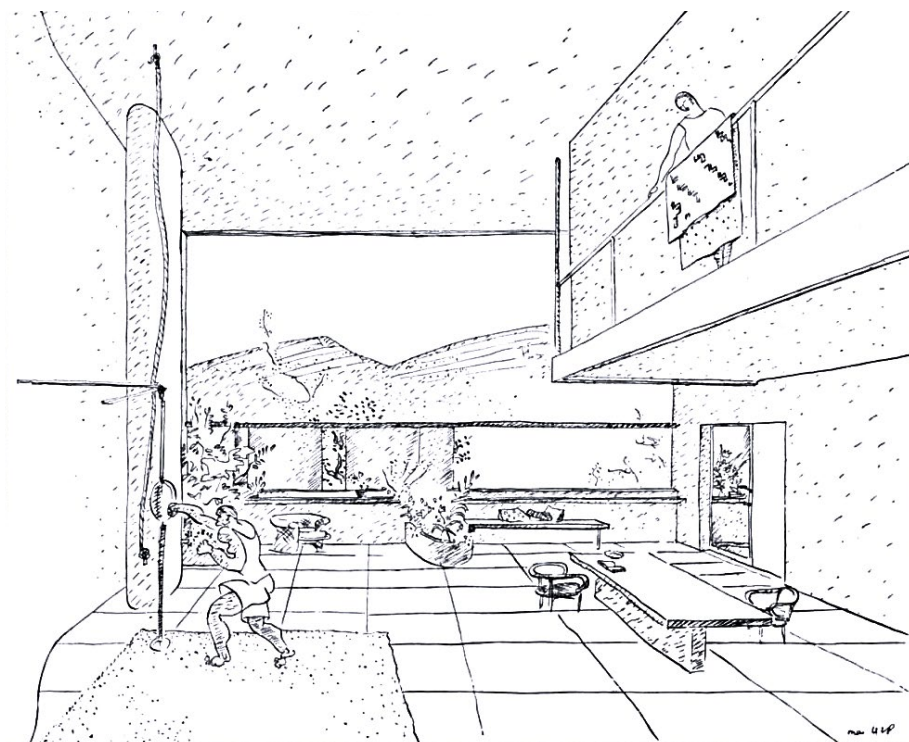


Fig. 36 - "Immeubles-villas",
Le Corbusier.

Destaque para a representa-
ção da mulher, que não ocupa
os mesmos espaços que o ho-
mem, nem realiza as mesmas
atividades.

Um espaço moderno, mas
uma visão tradicional e con-
servadora da performativida-
de de gênero.

Fig. 37 - Fotografia da Cozinha-bar para a Unidade de Habitação de Marselha (1947-1952), Charlotte Perriand.



mas que a arquitetura moderna instaurou. "A cozinha é o território da mulher. É um território onde vai passar o dia. Ao abrir os olhos, vai preparar o pequeno-almoço, depois vem a preparação do almoço, tem a louça para lavar, depois vem a preparação do lanche, vem a preparação do jantar e volta a lavar a loiça. É o dia dela. É uma pequena prisão. [...] Hoje em dia a mulher trabalha. A transformação da cozinha torna-se uma questão de evolução social, de evolução da condição da mulher, no fundo, que tentamos libertar e que quer libertar-se."¹⁶⁰ As mudanças passavam muitas vezes por cozinhas mais abertas para os espaços de socialização e lazer, utilizando portas de correr ou posicionando-a num nicho na sala de estar, tornando possível a mulher manter o contacto com a família ou cuidar dos filhos mesmo enquanto realizava outras tarefas.¹⁶¹

A ambição da arquitetura moderna de ser acessível a todos vai ainda proporcionar o desenvolvimento da produção em série e em massa, nomeadamente de peças de mobiliário, para atingir a redução do seu custo e a facilidade de acesso a objetos de qualidade, desenhados por arquitetos, até por parte das classes mais baixas. Isto posteriormente influenciará também a produção de eletrodomésticos, o que tornará possível a cada família ter em casa um frigorífico, máquina de lavar a roupa, máquina de lavar a loiça, entre outros dispositivos, até de usos mais específicos como máquina de café, ferro de passar, batedeira, liquidificadora, aspirador, entre outros, que transmitem uma falsa percepção de redução da carga das tarefas domésticas, ao mesmo tempo que desvalorizam a coletivização dos serviços.

"E em paralelo às alterações físicas do espaço, vemos transformações a afetar as atividades dentro da cozinha: o papel das mulheres mudou de produtora para consumidora, as mulheres entraram e foram afastadas da força de trabalho apenas para reentrarem nela outra vez; o tamanho da família diminuiu; a composição familiar foi redefinida; os empregados desapareceram e os homens fizeram sentir a sua presença."¹⁶² Nas prateleiras do (super)mercado estão disponíveis todos os bens essenciais, desde pão até à comodidade das refeições prontas, o que torna a família cada vez mais dependente do rendimento proveniente do trabalho assalariado. A cozinha perfeita torna-se uma comodidade comercializável, publicitada em campanhas e anúncios, parte do sonho de qualquer mulher e uma necessidade para qualquer família. Um passo para a transformação da moradia "em uma mercadoria consumida e produzida com um potencial ativo financeiro".¹⁶³ As mulheres eram fortemente influenciadas, pela sociedade, em anúncios publicitários, filmes, entre outros, a desempenhar este papel de donas de casa e levadas a crer que ainda deveriam estar felizes ao fazê-lo, pois estariam a servir a sua família, uma glorificação destas tarefas, pois cuidar por amor não é trabalho. Porém, atualmente, as mulheres já não são as donas de casa tradicionais, com um parceiro que providencia financeiramente, e têm de conjugar o trabalho assalariado, reprodutivo, do cuidado/comunitário,

independence had not yet been granted, especially to married women, for fear it would create competition for men." - Schmid, Eberle e Hugentobler, 2019, p. 84.

157 Entrevista com Chloé Darmon, 2025.

158 Muxi Martínez, 2024, p.253.

159 Charlotte Perriand, 2019.

160 Ibidem.

161 "Changes in floor plan design — like placing the kitchen in a niche of the living room and creating new opening options, such as sliding doors — led to more flexible connections between living and working spaces. The half-open kitchen then began developing into a fully open kitchen, a kitchen-living room, in which the functions of cooking and living were more closely linked spatially. This departure from functionally self-contained built-in kitchens to open kitchens was in keeping with, first, the demand for a central dwelling space and living room for the family, and also with the desire for open spaces for the housewife. In Cooperative Living projects, private kitchens remained fully equipped and therefore independent, and housekeeping continued to be organized individually. However, the communal areas made it possible to look after children together, cook jointly in the shared kitchens, and provide everyday assistance to one another. Despite increasing employment numbers, 80 percent of such collective activities continued to be carried out by women." - Schmid, Eberle e Hugentobler, 2019, p.166.

162 Tradução livre de Greenbaum, 1981, p.59.

163 Abreu 2019, citado por Chiavone, 2022, p. 71.

164 Palestra Verónica Gago - Seminário Lutas Urbanas Feministas, 2023.

"Despite increasing employment numbers, 80 percent of such collective activities

continued to be carried out by women." - Schmid, Eberle e Hugentobler, 2019, p.166.

165 Schmid, Eberle e Hugentobler, 2019, p.208.

166 Idem, p.208.

167 Idem, p.201.

168 "The boundaries of privacy and intimacy have changed over the decades, adapting as forms of living have changed. Two centuries ago, a threshold of shame and embarrassment about physicality and intimacy separated the home from public space. This is still true in terms of physical spatial formulations, because living space has grown significantly as a result of the fourth industrial revolution.

Now, digitization and new means of communication are once again blurring the boundaries between living and working. Thanks to the internet, the world and thus the public can be brought straight into the bedroom, so to speak. The insulating nature of the home as a place of intimacy is undergoing major changes, and the socio-psychological significance of habitation must be redefined and renegotiated as time passes." - Idem, p.12.

169 Helena Roseta em Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2024.

170 Ibidem.

171 Ibidem.

172 Muxí Martínez, 2024, p.113.

entre outros.¹⁶⁴

A divulgação de métodos contraceptivos, nos anos 70, que causou uma significativa redução da taxa de natalidade durante várias décadas, numa forte oposição à geração *baby boomer* no pós-guerra,¹⁶⁵ e o aumento da expectativa de vida, resultaram num envelhecimento geracional e numa reorganização social; nos anos 80, o aumento na taxa de empregabilidade das mulheres, o alcance da sua independência financeira e o aumento drástico das taxas de divórcio nos países da Europa Central, ajudaram a que o casamento heterossexual deixasse de ser considerado a única fundação social da família, passando a legislação a contemplar a união de facto, a adoção¹⁶⁶ e, já no século XXI, também o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Todos estes fatores impulsionaram alterações nas dinâmicas do agregado familiar – pessoas solteiras, estudantes, casais sem filhos, diferentes agregados familiares com crianças, viúvos e reformados – que, conseqüentemente, exigiram novos modos de habitação e motivaram uma revisita de modelos residenciais como as cooperativas ou as habitações coletivas.¹⁶⁷ E este é um processo que não estagnou, mas que continua até aos dias de hoje, mais recentemente impactado pelas mudanças nos agregados familiares e nas relações entre os residentes, motivadas pelos contínuos desenvolvimentos tecnológicos: "A era do digital e os novos meios de comunicação estão a diluir as fronteiras entre o viver e o trabalhar. Graças à internet o mundo e o domínio público são trazidos para dentro do quarto."¹⁶⁸

Não é, no entanto, uma surpresa que uma das dinâmicas familiares mais comum seja a da mãe solteira com os seus filhos, proliferando os agregados onde a mulher se torna a figura principal, a provedora. Porém, as desigualdades no salário mantêm-se, e se a mulher tem a mesma carga de trabalho (para além da manutenção da família) e ainda ganha menos, "a desigualdade no acesso à habitação vem agarrada."¹⁶⁹ "E, portanto, não há dúvidas e estatísticas comprovam que, em termos de acesso à habitação, quando o agregado tem como cabeça de casal a mulher, as condições são piores [...]."¹⁷⁰ O salário já não é garantia da manutenção da vida, dado que "o custo da habitação não acompanha o valor dos salários"¹⁷¹ e quem fica mais prejudicado são as mulheres, as pessoas desempregadas e os jovens acabados de chegar ao mercado de trabalho.

Tal como notado por Muxi Martinez, com recurso a dados estatísticos, "as mulheres trabalham dois terços das horas do trabalho mundial, produzem a metade dos alimentos, ganham 10% da renda mundial e são proprietárias de menos de 1% da terra. E como se esses números não fossem suficientes, as mulheres constituem 70% das pessoas que vivem em extrema pobreza."¹⁷²

2.3. Do Estado Novo até à Democracia

No contexto nacional os acontecimentos vão desenrolar-se de uma forma distinta. No início do século XX a sociedade ainda vive segundo modelos e princípios rurais. A Implantação da República dá-se em 1910, mas uma grande parte da população fica excluída da vida política, pois o direito ao voto estava restringido a “todos os portugueses maiores de vinte e um anos [...], residentes em território nacional, compreendidos em qualquer das seguintes categorias: 1.º Os que souberem ler e escrever; 2.º Os que forem chefes de família.”¹⁷³ Pouco após a Primeira Guerra Mundial, inicia-se em Portugal uma Ditadura Militar, em 1926, que evolui em 1933 para um regime intitulado de Estado Novo, que se vai refletir num país sempre relativamente atrasado em comparação com o progresso observado no resto da Europa.

Na Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, o país quis manter-se neutro, o que garantiu uma certa manutenção da normalidade. Tal como Santos Pedrosa destaca, ao analisarmos este período histórico do ponto de vista europeu, conseguimos traçar uma linha entre o centro europeu mais rico, e o centro e sul mais pobres, e as mulheres vão ter acessos distintos à cidade nesses dois contextos. No primeiro, durante as guerras, “as mulheres saem para ocupar os lugares do trabalho” dos homens “e depois há o backlash, o reenvio para casa” quando os homens regressam, isto vai observar-se na Europa, Inglaterra, Estados Unidos, etc. Mas depois existe a realidade do segundo contexto, “países muito pobres sempre contaram com as mulheres da família, ou contaram muitíssimo mais com as mulheres da família, e das raparigas da família, para trabalharem, para trabalharem nos campos, para depois trabalharem nas fábricas, para trabalharem nos serviços domésticos.”¹⁷⁴

O regime instaurado em Portugal era baseado numa visão rural da sociedade, e as mulheres tiveram de se manter em casa, a desempenhar o papel tradicional de esposas, mães e donas de casa. As únicas exceções para a introdução das mulheres na esfera produtiva seria para desempenharem cargos no ensino ou na saúde.¹⁷⁵ A legislação impossibilitava-as de trabalharem em certas profissões,¹⁷⁶ devido ao seu estado civil,¹⁷⁷ ou sujeitavam-nas à autorização ou não dos seus maridos,¹⁷⁸ e ainda as impossibilitava de gerirem o seu próprio salário.¹⁷⁹ A mulher tinha o seu papel bem definido¹⁸⁰ tal como o homem: à mulher caberia cuidar da casa, do marido (que sustentava a família) e educar os filhos para respeitarem o regime e poderem garantir a renovação da força de trabalho. Eram, deste modo, submissas e oprimidas, e tal como em outros países, “a burguesia, e nela tanto homens como mulheres, foi uma força fundamental para a construção do modelo de submissão familiar [...] a imagem da mulher burguesa foi imposta sobre a classe trabalhadora, atacando

173 Carolina Beatriz Ângelo - [Consult. 11 nov. 2025]. Disponível em <http://www.parlamento.pt:80/Parlamento/Paginas/Carolina-Beatriz-Angelo.aspx>.

“Carolina Beatriz Ângelo, médica, republicana e sufragista, foi a primeira mulher a votar em Portugal, nas eleições realizadas para a Assembleia Nacional Constituinte, no dia 28 de maio de 1911. [...] Com formação superior e chefe de família, sendo viúva, Carolina Beatriz Ângelo reunia as condições para votar, uma vez que a lei não especificava que apenas os cidadãos do sexo masculino tinham capacidade eleitoral. [...] O código eleitoral de 1913 esclareceria a questão: “são eleitores de cargos legislativos os cidadãos portugueses do sexo masculino maiores de 21 anos ou que completem essa idade até ao termo das operações de recenseamento, que estejam no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, saibam ler e escrever português, e residam no território da República Portuguesa.”

174 Entrevista com Patrícia Santos Pedrosa, 2025.

175 Santos Pedrosa, 2010.

176 “O princípio restritivo aplicado ao trabalho feminino tinha sido contemplado, em 1933, na legislação do Estatuto do Trabalho Nacional, que fixava, no artigo 31, que «o trabalho das mulheres e menores fora do domicílio [seria] regulado por disposições especiais conforme as exigências da moral, da defesa física, da maternidade, da vida doméstica, da educação e do bem social». Outros decretos vieram especificar as restrições ao trabalho feminino. Saliente-se o Decreto-Lei n.º 27 279, de 24 de Novembro de 1936, que estabeleceu condicionantes à celebração do casamento pelas professoras primárias,



Fig. 38 - Fotografia de Artur Pastor (1950 - 1960)..



Fig. 39 - Fotografia de Artur Pastor (1950 - 1960)..

cada vez mais as mulheres casadas que exerciam atividades de trabalho fora de casa.”¹⁸¹ Nas revistas da época, os artigos e anúncios confirmavam que a mulher deveria sujeitar-se ao domínio do marido, tal como no exemplo seguinte:

“Sê bem homem, não te deixes dominar. E (aqui em segredo que todas nos ouvem) uma pequenina brutalidade a tempo nunca fez mal a ninguém... Dá-lhe o dinheiro necessário e com método. Habitua-a a assentar as despesas. De vez em quando oferece-lhe uma superfluidade que seja útil: um chapéu, um colar, um frasco de perfume. Estas ninharias têm muito mais valor se vierem de ti, do que se forem compradas com o dinheiro de casa. Se infringires o tal pecaminoso mandamento, nega sempre. A mulher ‘contando que o não saiba’, vive feliz. Para quê, uma confissão que lhe envenenará a vida inteira? Porque, embora perdoe, nunca mais esquece.”¹⁸²

As mulheres não eram consideradas, socialmente, como seres iguais aos homens, com os mesmos direitos, tal como vários testemunhos da época confirmam; não tinham igual acesso aos tempos de lazer, “os homens vão para o café ou vão sair e as mulheres ficam em casa a cuidar sempre da família”¹⁸³; reconheciam que o seu trabalho doméstico não era considerado da mesma importância que o trabalho produtivo do seu companheiro; e mesmo em caso de doença tinham de manter as suas atividades, não sendo expectável que o homem fizesse qualquer tarefa dentro de casa.¹⁸⁴

Nos anos 50, começou a notar-se um crescimento económico, principalmente no litoral e nas principais cidades, como Porto e Lisboa, em consequência da industrialização tardia em Portugal. Nos anos 60 e 70 existiu um grande fluxo de migração das zonas rurais para as zonas urbanas, mas muitas vezes o homem fazia esta deslocação sozinho, e a mulher e os filhos permaneciam em casa. Nesta altura muitos homens também são forçados a deixar as suas famílias pois, após o serviço militar obrigatório, eram enviados para a Guerra Colonial, iniciada em 1961. Por exemplo, em alguns povoamentos do Alto Minho, “com o Êxodo Rural, a figura masculina foi afastada [...] em busca de melhores condições para a família (ou, posteriormente, forçada a cumprir o seu dever militar), diminuindo profundamente o número de habitantes da região, fator que não se alterou até aos dias de hoje. Deixavam, assim, a gestão das culturas, do gado e da família para as mulheres, descritas pelos habitantes como verdadeiras heroínas, que mantiveram a paisagem e as tradições.”¹⁸⁵ A realidade social e económica não estava alinhada com os modelos tradicionais de família que o regime difundia e, em várias situações, vê-se que “o trabalho feminino constituía uma fonte indispensável de rendimentos para a maioria dos agregados familiares”,¹⁸⁶ tanto no interior, onde a mu-

as quais passaram a necessitar de autorização prévia do Ministério do Interior para o fazer, sendo-lhes exigido um comprovativo de que o futuro marido tinha um comportamento moral e civil irrepreensível, bem como meios de subsistência adequados às necessidades do núcleo doméstico.” - Mónica, 1978, p.186 em Gorjão, 2002, p.109

177 “[...] a condição de solteira ou viúva mantinha-se como ideal ao exercício da enfermagem, sendo as mulheres casadas admitidas por motivos de escassez de pessoal nos hospitais oficiais.” - Gorjão, 2002, p.108.

178 “- A senhora não trabalha?

- Não, senhor.

- E vai estar em casa para educar os seus filhos sempre ou pensa começar a trabalhar depois?

- O meu marido não quer que eu trabalhe. Quando eles forem grandes é que eu vou trabalhar.” - Sousa e Palla, Porto, Mulheres da Ribeira - parte I, 1975, 20:35 - 20:57.

179 Gorjão, 2002, p.98.

180 “Salazarism was thus synthesized in the triad “God, Fatherland and Family”, a hierarchy that in a determinant way organized the role of women in Portuguese society.” - Sucena e Ferreira, 2022, p.136.

181 Muxí Martínez, 2024, p.64.

182 Aurora Jardim Aranha, «A um marido», Eva, Ano IX, n.º 426, 8 de julho de 1933 em Gorjão, 2002, p.73.

183 Sousa e Palla, Porto, Mulheres da Ribeira - parte II, 1975.

184 “Porque se o marido trabalha a mulher está em casa a olhar pelos filhos e também está a fazer a vida dela, também trabalha. Se ela ficar doente o homem nem um chá sabe fazer, não se oferece para segurar no filho um pouco para ela ir fazer alguma coisa” - Ibidem.

185 Ensaio escrito desenvol-

Fig. 40 - Fotografia de Alexandre Alves Costa - Ilhas, entrada marginal (s.d.) em em Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.



Fig. 41 - Fotografia de Artur Pastor (1950 - 1960)..



Fig. 42 - Fotografia de Artur Pastor (1950 - 1960)..



lher permaneceu e assumiu o papel do homem e cuidou da agricultura e da pecuária,¹⁸⁷ como no litoral, nas comunidades piscatórias, onde a mulher (a varina) vendia o peixe pela cidade.¹⁸⁸ Existia, porém, um certo paradoxo em relação à expectativa de performatividade do gênero feminino divulgada nos meios de comunicação.¹⁸⁹ Na mesma medida em que partilhavam artigos sobre como ser a melhor dona de casa, também ofereciam conselhos sobre como conjugar a vida familiar e o trabalho assalariado.

Por esta necessidade da contribuição feminina para o sustento familiar, as mulheres no sul europeu litoral estão mais presentes no espaço urbano, como, por exemplo, as varinas que tinham acesso livre à cidade para desempenharem as suas atividades. Por outro lado, mesmo as tarefas domésticas permitiam-lhes o acesso ao espaço público e, tal como Chloé Darmon realça, “o lavadouro é um espaço público só para mulheres, que elas levavam também as crianças, ou seja, é uma rede de cuidado e solidariedade no espaço público.”¹⁹⁰

Com o fim do regime ditatorial em 1974, as mulheres foram uma força diferenciadora na luta por habitação digna.¹⁹¹ É possível perceber por testemunhos na primeira pessoa da comunidade que vivia sem condições mínimas de habitabilidade:

“Porque há casas aqui que moram 10 e 12 pessoas em casas que parecem uns cubículos, chove e tudo. Eu um dia desta semana até tive que trazer o meu fogão para o quarto dos meus filhos para cozinhar lá. A minha cozinha era como se fosse aqui fora na rua. E pago 625 escudos, senhor. É um autêntico gelo, é um frigorífico dentro da minha casa.”¹⁹²

“Nessa altura [1974], já tinha quatro filhos e vivia com os meus sogros. Tinha um quarto no sótão. As minhas duas filhas dormiam comigo e com o meu marido na mesma cama. E depois havia o mais velho, que dormia no chão atrás da porta, e o bebé, com 15 dias, dormia numa alcofa. Quando eu precisava de sair do quarto, tinha de acordar o meu filho para poder passar.”¹⁹³

“A casa onde vivia não tinha água nem eletricidade, a latrina era no exterior, tal como as outras ao redor; ia buscar água a cântaro e aprendeu a lavar a roupa no tanque coletivo.”¹⁹⁴

Após a Revolução dos Cravos, seguiu-se em Portugal um período de dois anos de grande instabilidade política, definido como PREC (Processo Revolucionário em Curso), em que se sucederam diversos governos provisórios. Nos três primeiros, Nuno Portas desempenha um papel bastante importante enquanto Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo. Neste cargo o arquiteto cria o programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Social), iniciando-se um processo que, durante o seu

vido no âmbito da U.C. História da Arquitetura Portuguesa - intitulado “Entre Brandas: A Transumância que molda o território de Sistelo”, 2024, p.7.

186 (Gorjão, 2002, p.99)

187 “Mesmo durante a vaga de emigração dos anos 1960/70, muitas famílias mantiveram a sua atividade: os homens emigravam e a casa, as terras e o gado ficavam a cargo das mulheres e das crianças na aldeia.” - Nogueira et al. - 2021, p. 15 em “Entre Brandas: A Transumância que molda o território de Sistelo”, 2024, p.7.

188 “vinha aqui à zona ribeirinha, às zonas onde os pescadores atracavam, e vendiam o seu peixe, e punham o pescado, o peixe no cabaz e depois à cabeça, elas tinham acesso à cidade, caminhavam pela cidade toda vendendo peixe, chegavam a entrar, e é muito interessante, porque é daquelas situações em que elas entravam para os espaços domésticos burgueses e de classe média alta, porque iam vender às clientes, portanto entravam e saíam.” - Entrevista com Patrícia Santos Pedrosa, 2025.

189 LAMAS, Maria - As mulheres do meu país, 1948.



190 Entrevista com Chloé Darmon, 2025.

191 “As comissões de moradores, muitas vezes lideradas por mulheres, foram essenciais para a coordenação das ocupações: organizaram reuniões, elegeram representantes e negociaram com as

Fig. 43 - Fotografia de Alexandre Alves Costa - 1ª Manifestação de moradores, junto aos paços do conselho, Porto (1974) em Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.



Fig. 44 - Fotografia de Alexandre Alves Costa - Manifestação contra a lei das ocupações, zona da Arrábida, percurso até ao centro, Porto (1975) em Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.



curto período de atividade (1974-1976), conseguiu assegurar melhores condições não só de habitação, mas também de cidade, para milhares de pessoas em todo o país. Em vários registos que retratam o processo do SAAL, somos chamados à atenção para o papel das mulheres nestas lutas urbanas por habitação digna, onde, motivadas pela liberdade alcançada na Revolução, percebem o poder da sua voz e a força que têm quando se juntam por um objetivo comum:

"O processo SAAL é uma conquista das classes mais humildes e por isso importa ressaltar a importância dos próprios trabalhadores na solução dos seus problemas. Neste campo, a mulher, normalmente ignorada, machistamente afastada ou subestimada nos problemas nacionais, tem um papel primordial a desempenhar, mais do que ninguém, a mulher, como ser social explorado que é, vive e suporta de um modo muito particular e intenso as más condições da habitação familiar"¹⁹⁵

"Nós, as mulheres, temos estado na primeira linha de combate por uma habitação digna. Tantas e tantas vezes fomos nós que, nas ocupações, enfrentámos os senhorios especuladores e fizemos frente à PSP e GNR, quando nos pretendiam tirar as casas a que temos direito. (...) A luta das mulheres faz parte da luta do povo em geral."¹⁹⁶

"Eu lembro-me das reuniões e das assembleias gerais, das manifestações, em que as mulheres eram o fogo daquilo tudo"¹⁹⁷

"As mulheres vivem num mundo de submissão, onde quem manda é o homem. No entanto, três mulheres fazem parte da Associação de Moradores. As mulheres do Castelo Velho sempre participaram activamente, estando inclusivamente na origem da aquisição do terreno para a construção do bairro. Em lutas travadas em favor do coletivo, as mulheres têm participado com um papel preponderante."¹⁹⁸

"Quando fui a primeira mulher a entrar na Associação de Moradores, os homens no tasco falavam à frente do meu homem: «se tivesse uma mulher assim, todos os dias lhe dava no focinho»! Mas consegui! Não me interessa. Eu queria fazer qualquer coisa que abrisse os olhos a estas mulheres!"¹⁹⁹

Nos testemunhos de Orquídea Santos (Bairro da Bouça) e Maria da Paz (Bairro das Antas), ambas referem que a sua motivação principal seria a de procurar melhores condições de vida para as suas famílias, em específico para os seus filhos. No mesmo eixo de pensamento que algumas pioneiras na área, que já abordamos, ambas consideravam que a voz feminina era a mais especializada, devido à sua experiência pessoal

autoridades. A solidariedade entre moradores e moradoras foi crucial para manter as ocupações, com a partilha de recursos e a defesa coletiva das propriedades ocupadas. Embora as ocupações envolvessem várias classes sociais, foram os pobres urbanos, frequentemente liderados por mulheres, que deram o primeiro passo." - ASSOCIAÇÃO MULHERES NA ARQUITECTURA (MA), Arquitectas da Liberdade, Porto, Fundação Marques da Silva, 2025.

192 Testemunho de Maria da Paz, Moradora do Bairro das Antas em Direito à Habitação – Parte I, 1976.

193 Testemunho de Graça, residente no Rio Seco, Ajuda, Lisboa, presente em ASSOCIAÇÃO MULHERES NA ARQUITECTURA (MA), Arquitectas da Liberdade, Porto, Fundação Marques da Silva, 2025.

194 Descrição presente em ASSOCIAÇÃO MULHERES NA ARQUITECTURA (MA), Arquitectas da Liberdade, Porto, Fundação Marques da Silva, 2025, sobre as condições em que Manuela Juncal vivia na década de 70 enquanto operária numa fábrica em Guimarães.

195 Direito à Habitação - Parte II, 1976.

196 Comunicado da UMAR, nov. 1976 em ASSOCIAÇÃO MULHERES NA ARQUITECTURA (MA), Arquitectas da Liberdade, Porto, Fundação Marques da Silva, 2025.

197 Testemunho da Arquiteta Alexandra Gesta em Ibidem.

198 Fátima Brinca, jornal Nova Vida 1976 em Ibidem.

199 Testemunho de Esmeralda Mateus (2018), co-fundadora da UMAR, em Ibidem.

200 Testemunho de Margarida Duque Vieira (2010), assistente social e coordenadora regional do SAAL, em *Ibidem*.

201 Entrevista em Direito à Habitação – Parte II, 1976.

202 Testemunho de Isabel, da Associação de Moradores de Miragaia (Direito à Habitação, 1976) em ASSOCIAÇÃO MULHERES NA ARQUITECTURA (MA), Architectas da Liberdade, Porto, Fundação Marques da Silva, 2025.

mais próxima da esfera doméstica:

“As mulheres surgiam à frente da reivindicação, na energia que colocavam ao exigir maiores e melhores condições de vida nas suas casas e para as suas famílias. Pudera! Eram elas que se confrontavam diariamente com a resolução prática dos problemas domésticos: como alimentar, como vestir, como dar conforto aos seus filhos, como estender os magros recursos às necessidades?”²⁰⁰

“Entrevistador: Já percebi pelas suas respostas que defende que a mulher, e mesmo a mulher casada, deve participar...

Maria da Paz: Em tudo, em tudo, senhor. E tenho um homem, graças a Deus, que me deixa ir, vou eu, a minha sogra e as minhas cunhadas, e vou sempre. Eu vou, ou para reuniões, ou para manifestações, ou tudo quanto diga respeito a que seja para a gente ir, para arranjar uma casa. E acho que a mulher que devia de ir, e aqui nesta rua é que não é uma rua assim com mulheres corajosas como eu, senão a gente até é que havia de ir, havia de organizar as coisas. Quem vive dentro das casas somos nós, porque os homens chegam a casa, é só aquela ocasião de cá estar e vão passear, vão para aqui, nós é que sofremos ou a chuva, ou o frio, ou os maus tratos, ou tudo. A mulher é que tem mais dever de participar nestas coisas do que até os homens.

Entrevistador: Portanto, para resolver porque está mais dentro destes problemas, portanto...

Maria da Paz: Pois, com certeza, porque nós é que vivemos o dia a dia aqui dentro de casa.”²⁰¹

“O papel fundamental das comissões de moradores é lutar para que as pessoas tenham uma casa digna. Entre as mulheres, devem ser as principais a ter um arranque desses [processos de organização] porque nós é que sentimos na pele a miséria dentro das casas. Nós é que fazemos a limpeza, nós é que cozinhamos para a família, é que temos essa série de problemas. Todas nós, é que temos a ambição de gostar de uma coisa melhor, não é?”²⁰²

Para além da habitação, as mulheres também perceberam que era necessária uma série de infraestruturas, serviços e equipamentos para assegurar a vida digna no bairro. Entre as reivindicações propostas estavam: a limpeza de lixeiras e das ruas, melhor iluminação pública, mais cabines telefónicas, maior oferta de transportes públicos nos bairros, creches e infantários, para terem um local onde poder deixar os filhos em segurança enquanto vão trabalhar, e fontanários, lavadouros e

Fig. 45 - Implantação do Projeto para o Bairro de Cruz de Pau, Matosinho (SAAL Norte), de Fernanda Seixas (1974 - 1976). - desenho feito com base na imagem presente em Sucena e Ferreira, 2022, p.139.

Destaque para a contemplação de espaços para a comunidade no projeto, para além do programa residencial.



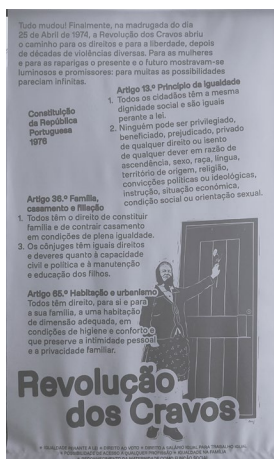
203 Ibidem.

204 O direito de voto consagrado em 1931 só agora seria exercido em liberdade. - O voto das mulheres - [Consult. 18 jan. 2026]. Disponível em <http://www.parlamento.pt:80/Parlamento/Paginas/voto-mulheres.aspx>.

Em 1931 (O início): o voto feminino foi introduzido pela primeira vez, mas com exigências muito elevadas: apenas para mulheres com ensino secundário ou superior. Para os homens, as exigências de instrução eram muito menores.

Estado Novo: as restrições continuaram. Em 1946, por exemplo, mulheres casadas não podiam votar em certas condições. Em 1969, alargou-se a todas as pessoas alfabetizadas, mas como o analfabetismo era elevado (especialmente entre mulheres), a maioria continuava excluída. o direito de voto consagrado em 1931 só agora seria exercido em liberdade.

205 ASSOCIAÇÃO MULHERES NA ARQUITECTURA (MA), Architectas da Liberdade, Porto, Fundação Marques da Silva, 2025.



206 Roseta em Mulheres na Arquitectura, 1993.

207 Muxí Martínez, 2024, p.63.

208 "São atribuídas anualmente pontuações aos Estados-Membros da UE e à UE no seu conjunto para determi-

balneários, para um acesso facilitado à água para cozinhar, beber, limpar, lavar.²⁰³

Neste momento, a mulher é finalmente incluída na vida política.²⁰⁴ Em 1975, temos as primeiras eleições livres com sufrágio universal em Portugal, para a Assembleia Constituinte, com vista à escrita da nova Constituição, para substituir a que vigorava no Estado Novo. E na Constituição da República Portuguesa de 1976 vemos efetivamente plasmadas as disposições em defesa da igualdade de género.²⁰⁵

2.4. Reflexões

Segundo Helena Roseta, a génese do problema da desigualdade entre homens e mulheres é o tempo, e a solução de diversas questões deveria passar por uma diferente partilha do tempo: "enquanto a sociedade não se organizar de outra maneira, enquanto a gente não obrigar a que todas as pessoas tenham mais tempo para si mesmas, é muito difícil as mulheres disputarem as coisas em pé de igualdade, porque elas têm sempre uma sobrecarga, e evidentemente que há situações de privilégio, pessoas que têm grandes apoios, etc., mas isso são casos pontuais, a generalidade das mulheres tem o problema do tempo como primeira questão para ser resolvida."²⁰⁶

Tanto no contexto internacional, como no contexto nacional, podemos observar uma desigualdade de carácter social, económico e político entre homens e mulheres. Durante muito tempo as mulheres não eram consideradas como seres independentes, "eram sempre definidas por sua relação familiar com o homem e senhor da casa, fosse como mãe, esposa, filha ou irmã."²⁰⁷ As mulheres eram representadas pelos maridos em todas as vertentes, sem direito a expressarem a sua opinião, tomarem a suas próprias decisões, possuírem bens ou gerirem as suas finanças. No estrangeiro, o processo das lutas feministas foi caracterizado por avanços e recuos, em relação ao acesso ao ensino e ao trabalho assalariado, ao direito ao voto ou em relação a outras reivindicações. Em Portugal, o processo foi mais lento, mas com um visível avanço após a Revolução de 25 de abril e 1974. E durante um curto espaço de tempo em que foi possível exercer a auto-organização da procura pela habitação, esta, durante vários séculos uma ferramenta de opressão, foi exatamente o meio que, em muitos casos, possibilitou a emancipação e liberdade do género feminino.

Porém, é ainda possível ver vestígios da herança patriarcal, mais ou menos pronunciados, em vários países do contexto europeu. Ao observarmos, por exemplo, o Índice de Igualdade de Género²⁰⁸ vemos me-

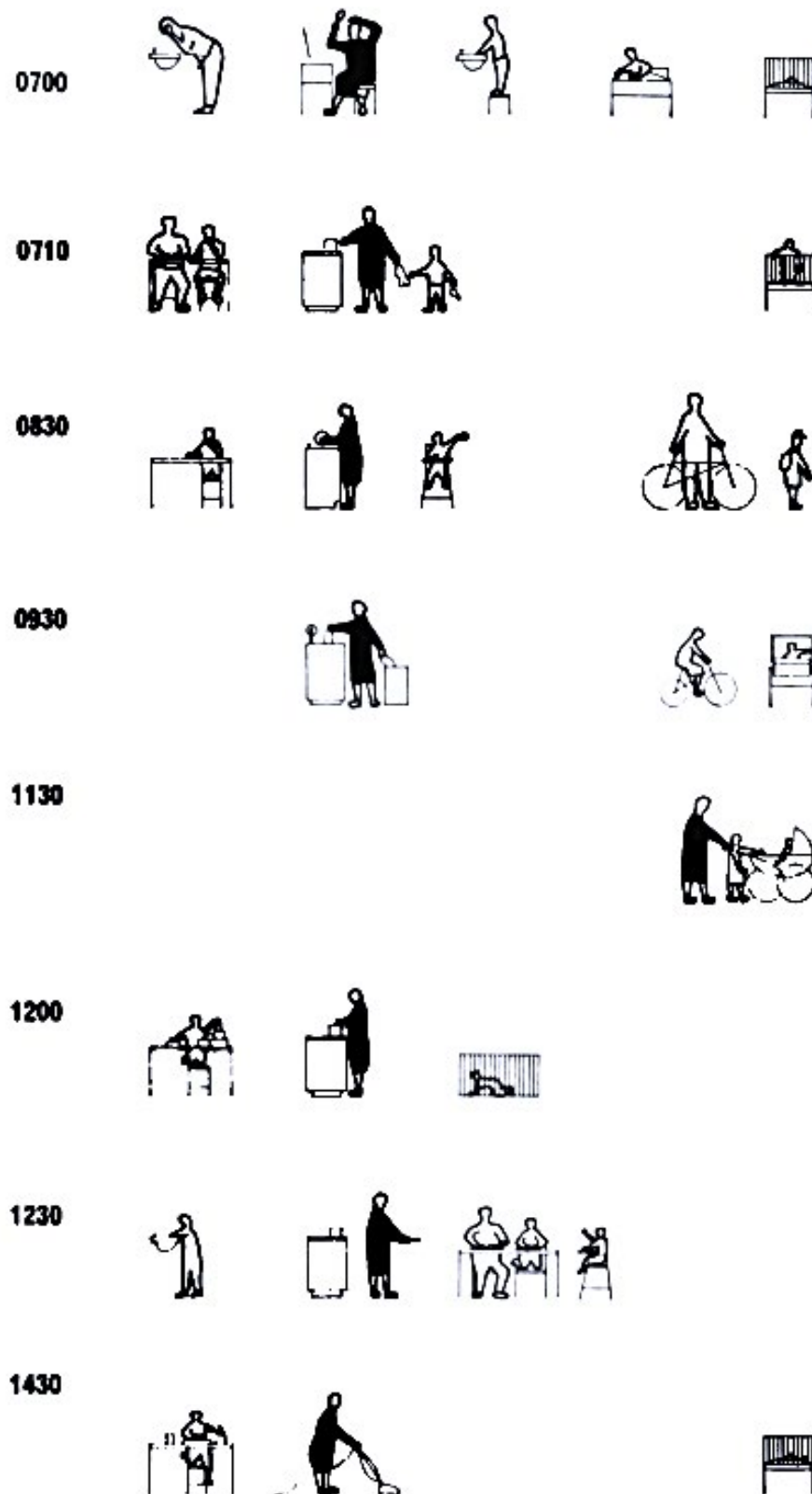


Fig. 46 - Gráfico de tempo e atividades, a documentar um dia típico, Housing the family (1974) em Matrix (1984).

nar a que distância estão de atingir a igualdade de género. O Índice utiliza uma escala de 1 a 100, segundo a qual 1 representa desigualdade total e 100 igualdade total. As pontuações têm por base as disparidades entre homens e mulheres e nos níveis de desempenho em seis domínios nucleares — trabalho, dinheiro, conhecimento, tempo, poder e saúde — e respetivos subdomínios. São incluídos no Índice dois domínios adicionais, que, no entanto, não se refletem na pontuação final. O domínio das desigualdades entrecruzadas salienta a forma como as desigualdades de género se manifestam em combinação com a idade, a (in)capacidade, o país de origem, a educação e o agregado familiar. O domínio da violência contra as mulheres mede e analisa as experiências de violência vividas pelas mulheres. O Índice é composto por 31 indicadores. O Índice de Igualdade de Género 2020 inclui também um foco temático na digitalização e no futuro do trabalho.” - European Institute for Gender Equality

209 Dados obtidos em: Perfis de países - Equal Measures 2030 - 7 ago. 2024. [Consult. 13 nov. 2025]. Disponível em <https://equalmeasures2030.org/es/perfiles-de-paises/>.

Ou Gender Equality Index | European Institute for Gender Equality - [Consult. 13 nov. 2025]. Disponível em <https://eige.europa.eu/gender-equality-index>.

lhores resultados nos países nórdicos como a Finlândia (74.5), Dinamarca (78.8), Suécia (82.0) e Noruega (88.5), mas também em países como a Alemanha (72.0), França (76.1) ou Espanha (76.7) que, tal como Portugal, viveram em ditadura durante uma porção considerável do século XX, mas que, ao contrário do nosso país, evidenciaram um desenvolvimento mais rápido destas questões. Assim, Portugal, com um índice de 68.6, ainda abaixo da média europeia, alinha-se mais com os valores dos países do leste europeu ou do sul do continente americano, como por exemplo, o Brasil (68.2), enquanto se distingue de países como a Grécia (59.3) ou a Roménia (57.5).²⁰⁹

3. Habitar a Cidade

"As desigualdades e dicotomias de diferentes ordens (público-privado, seguro-inseguro, dia-noite, cidade-periferia, reprodutivo-produto) marcam a vida das mulheres na cidade e enraízam-se ainda mais em contextos de globalização, neoliberalismo e – nos últimos anos – de pandemia."²¹⁰

Como temos vindo a analisar, "no geral, as mulheres vivem em cidades que não foram desenhadas por elas nem para elas",²¹¹ e têm sido, ao longo da história, impedidas de intervir, projetar ou apropriar plenamente o espaço público. Isto constitui um desrespeito pelo direito das mulheres à cidade e pelas diversas dimensões da justiça espacial, que se mantém e materializa, nomeadamente, na escassa presença e representatividade, na limitação da mobilidade e insegurança no contexto urbano, não só por parte dos corpos feminizados, mas também de qualquer outro corpo que não se assemelhe ao corpo tipo no qual o planeamento urbano normalmente se baseia.

A presente dissertação procurará ser consciente em relação ao alerta feito pelas arquitetas Joana Pestana Lages e Patrícia Santos Pedrosa, sobre o erro de encerrar a questão do direito do acesso à cidade na insegurança. Normalmente, este caminho acaba por responder a uma agenda meramente securitária e limitadora, que não analisa a verdadeira problemática nem visa encontrar soluções adequadas. "A segurança não é um a priori, (...) é um resultado, seja nas questões da perceção (...) seja na questão da segurança efetiva",²¹² o que não se alcança através de um sistema urbano securitário, mas sim com espaços onde é possível "uma vida urbana complexa, multifuncional, diversa, multi-horários, com condições".²¹³ O objetivo deveria ser, então, projetar "cidades saudáveis, (...) cidades ocupadas, bem cuidadas, bem iluminadas, com diversidade de atividades, onde [as mulheres] possam passear numa rua e porque as lojas fecharam de repente não é um deserto urbano, isto é que dá segurança. Não é as ideias de um polícia em cada esquina, não é as ideias de uma câmara de filmar em cada esquina que dá segurança."²¹⁴

Como vai ser analisado posteriormente, uma boa solução não vai ser aplicável em toda a cidade de igual modo. Não haverá uma "resposta uniforme", será antes necessária uma "perspetiva situada", "é preciso perceber o que cada território, o que cada lugar, o que cada cidade, o que cada rua, o que cada bairro tem enquanto expectativas e necessidades", e não cair na ideia falsa e caricaturada "de que a perspetiva feminina é pôr iluminação maravilhosa e focos (...) de holofote de estádio de futebol, em toda a cidade. Pode ser verdade, pode não ser."²¹⁵

210 Tradução livre de Falú, 2022, p.12.

211 Amoroso, 2022, p. 6.

212 Entrevista com Patrícia Santos Pedrosa, 2025.

213 Ibidem.

214 Ibidem.

215 Ibidem.



Fig. 47 - Marc-Antoine Laugier, "A Cabana Primitiva", frontispício de *Ensaio Sobre a Arquitetura*, 2ª ed. (1975).

3.1. Presença Feminina na Cidade

Os princípios da arquitetura, em conjunto com os da ciência e da tecnologia, têm sido até agora considerados neutros, no que diz respeito ao género. Ou então, a arquitetura sempre foi considerada um domínio maioritariamente masculino, onde as mulheres aparecem como intrusas exóticas, que têm naturalmente algumas dificuldades em ajustarem-se. O facto de que a arquitetura foi originalmente um campo feminino tem sido suprimido até muito recentemente, tal como estudado por Margrit Kennedy.²¹⁶ A arquiteta afirma que, mesmo após duas décadas a estudar e praticar arquitetura, só há pouco tempo descobriu que em quase todas as primeiras civilizações as mulheres foram as construtoras e ainda desempenham este papel em vários países. Mesmo não existindo um consenso no meio académico em relação ao tema, existem algumas civilizações que resistiram até aos dias de hoje, com as suas tradições, costumes, modos de viver distintos, como a matrilinearidade ou mulheres em cargos de liderança, e que muitas vezes confiam a construção da casa e de outras estruturas às mulheres. Isto pode constituir um passo no sentido de confirmar que a atual estrutura social e a organização tanto do espaço privado como público não é natural, e que o patriarcado não definia as formas de organização das sociedades pré-coloniais.²¹⁷ O cuidado é recorrentemente atribuído à figura feminina; não é, portanto, assim tão distante atribuir-lhe também a proteção, e considerar a mulher a responsável pelo abrigo, pela construção das primeiras habitações. Tal como não é possível afirmar que as primeiras construtoras eram mulheres, também não é possível afirmar o contrário, e podemos encontrar fundamentações para esta tese na história mais recente, em que diversas mulheres lutaram por melhores condições, casas e cidades para si e para as suas famílias, tendo por base a sua experiência pessoal, a mais indicada para tal. Poder-se-á convocar autoras como Catherine Beecher, Melusina Fay Pierce e Chistine Frederick, bem como grupos como as Netherlands' Vrouwen Adviescommissies voor de Woningbouw (Women's Advisory Committees on Housing, VACs) e as assembleias de moradores, lideradas por mulheres, durante o SAAL, até à atualidade, em que as mulheres ainda são as principais figuras na luta por estes direitos, como, por exemplo, nas favelas no Brasil. A maioria destes refere-se a "mulheres não arquitectas, mas que se destacam pela posição social e influência como produtoras de espaço público; ou como as acções femininas se manifestam nas cidades ocidentais através do exercício de actividades transgressoras."²¹⁸

Como anteriormente abordado a respeito da habitação, a arquitetura moderna introduziu um sujeito universal no projeto, concebido a partir da referência normativa do homem branco. Essa lógica extrapolou o

216 Margrit Kennedy, "Seven Hypotheses on Male and Female Principles in Architecture", *Heresies*, n.º 11, vol. 3, n.º 3, 1981, p. 12.

217 Ideia abordada em Oyèwùmí, 2021.

218 VAZ MILHEIRO, Ana - A mulher do arquitecto. *Jornal Arquitectos*. 242 (2011) p.3. Disponível em https://arquitectos.pt/ja_arquivo/JA_242.pdf. ISSN 0870-1504

219 "Architect Louis Sullivan often referred to as the "Father of the Skyscraper", described a building by his colleague Henry Hobson Richardson in this way: Here is a man for you to look at, a virile force, an entire male. It stands in physical fact, a monument to trade, to the organized commercial spirit, to the strength and resource of individuality and force of character. Therefore I have called it, in a world of barren pettiness, a male, for it sings the song of procreant power, as others have squealed of miscegenation." - SULLIVAN, Kindergarten Chats, 1901 apud WEISMAN, Leslie Kanes - Women's Environmental Rights: A Manifesto. HERESIES 11. 3:3 (1981) p.6. ISSN 0146-3411.

220 Premissa sobre a qual o projeto TransFemina: Intersectional Landscapes é construído.

221 Muxí Martínez, 2024, p.16-17.

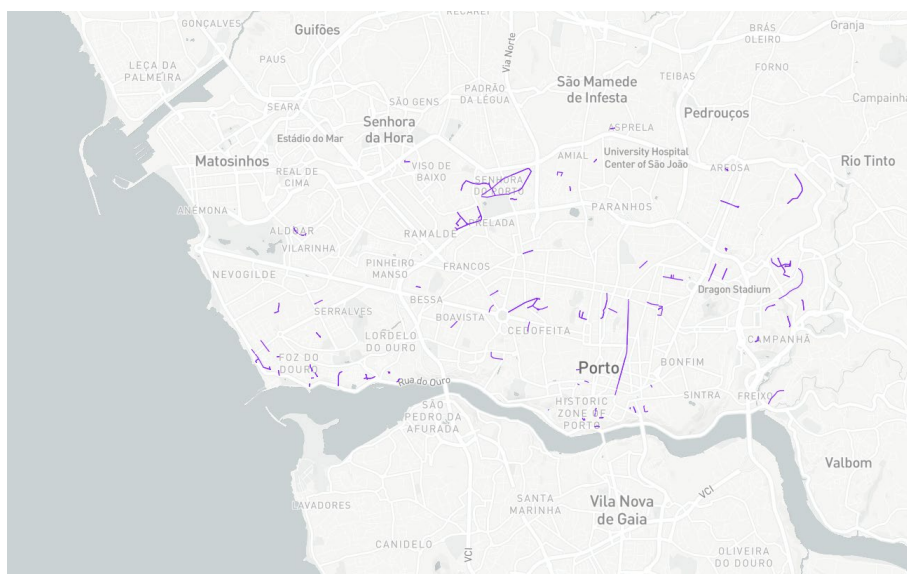
222 Gil Antunes, 2012, p.44.

domínio doméstico e estendeu-se ao tecido urbano, no qual perduram os sinais estruturais desse condicionamento. Por exemplo, os arranha-céus, popularizados no século XX, ainda são atualmente parte integrante do *skyline* de várias cidades, e uma lembrança dessa constante masculina na esfera pública. Tal como analisa Adrian Forty, Louis Sullivan descreve-os exatamente como a materialização da masculinidade na arquitetura, uma força viril, um homem completo.²¹⁹ Agora, após a análise das alterações no panorama arquitetónico, tanto no contexto académico como profissional, e as implicações que isso teve, principalmente na arquitetura doméstica, surge a dúvida sobre as implicações na apropriação efetiva das cidades. Atualmente, "quanto espaço, físico e simbólico, ocupam as mulheres nas cidades?"²²⁰

Como Muxí Martínez refere, as representações históricas "situam perfeitamente os espaços de influência atribuídos a cada género",²²¹ a rua para os homens e o espaço privado para as mulheres, e talvez ainda persistam as conotações positivas associadas ao homem público e as conotações negativas associadas à mulher pública. Mesmo que o homem tenha um local e função bem definidos, tanto na cidade como na casa, ele tem permissão para transitar livremente entre os espaços, mas durante muito tempo a mulher podia apenas transitar dentro da esfera doméstica, da casa do pai para a casa do marido. Por outro lado, a ideia da mulher pública estava associada à imoralidade, à prostituição, uma figura impura que pode circular apenas na cidade das sombras, à noite, e se transitar nesse espaço não poderá retornar à pureza da cidade iluminada. Já o homem pode, mais uma vez, circular livremente entre as duas realidades sem que isso afete o seu carácter ou a percepção da sua moralidade.

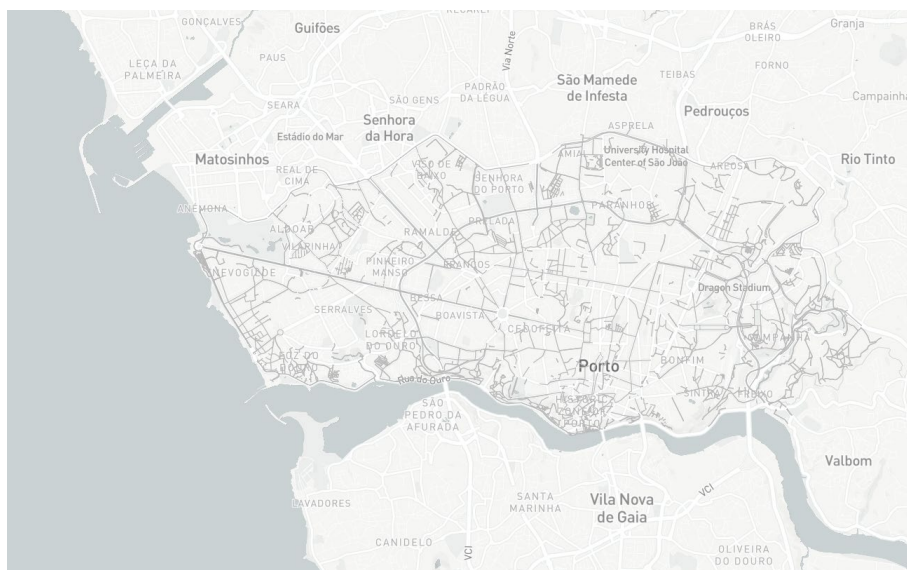
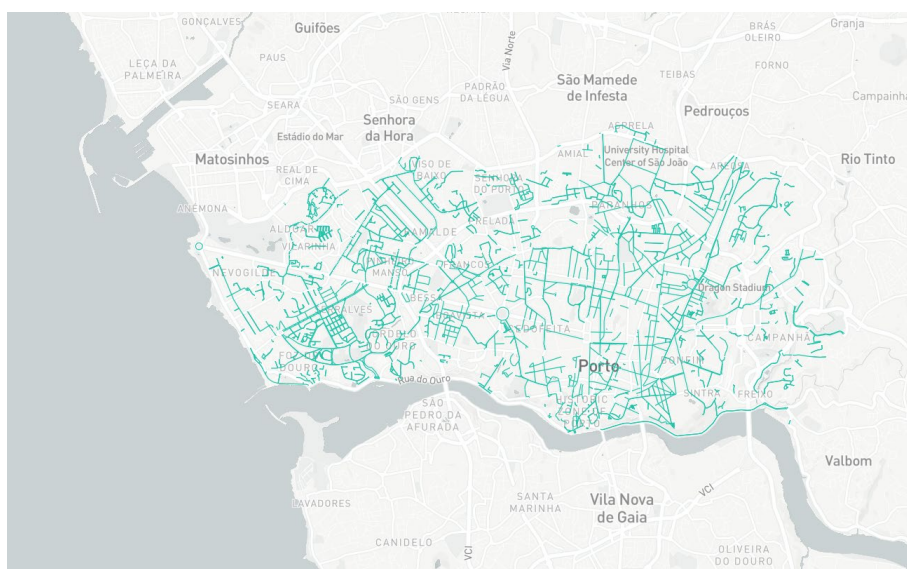
"As cidades ocidentais promoveram, ao longo da história, uma estrutura urbana que criou separações rígidas baseadas em diferenças de classe, de etnia e de género", bem como no "modo como elas conformaram as divisões espaciais nas esferas do lazer e do trabalho (ou seja, no traçado dos bairros, dos espaços laborais, nas áreas comerciais, etc.)."²²² Já contrariámos anteriormente a afirmação de que o lugar das mulheres é no espaço doméstico/privado. Há muito tempo que as mulheres começaram a ter mais presença na cidade, mas continuam a apropriar-se dela de um modo distinto. A educação dada a rapazes e a raparigas tem ainda diferenças, sejam elas mais subtis ou vincadas, que perpetuam as utilizações distintas do espaço urbano. Existe ainda uma abordagem muito protetora na criação de uma rapariga.

"(...) no longo tempo da criação das cidades (...) e das várias cidades que existem no interior de cada cidade, sempre nos habituámos, e nós, raparigas, meninas, desde que nascemos, a funcionar e a naturalizar um somatório de agressões que a cidade acaba a ter no nosso sentido. Quando tu és



Figs. 48 a 50 - Toponímia feminina, masculina e neutra, respetivamente, na Cidade do Porto.

NARCISO, João Bernardo; LEMOS, Cláudio - Ruas do Género [Consult. 3 dez. 2025]. Disponível em <https://ruasdogenero.pt/pt>.



223 Entrevista com Patrícia Santos Pedrosa, 2025.

224 Entrevista com Joana Pestana Lages, 2025.

225 Mais informações em <https://ruasdogenero.pt>.

226 Consultar o apêndice 15 - Resultados do Inquérito.

criança, não consegues brincar, ter a liberdade de usar o espaço público, porque pode ser perigoso, por n motivos. Quando tu entras na pós-puberdade, comesas a deixar de ser estritamente vista como uma criança e passas a ser percecionada como uma futura jovem mulher, ainda que sejas uma criança e ainda que sejas uma rapariga. Tu comesas a sentir outros tipos de agressões no contexto do espaço urbano, o assédio sexual, a maneira como a cidade se pode transformar muito rapidamente num território onde tens que estar atenta, tensa, protegida, com cuidado, permanentemente, e onde és educada desde sempre, "Ah não podes ir sozinha", "ah, cuidado". Estas coisas que nós normalizamos na educação das nossas filhas, naturalizaram na nossa própria educação, destes cuidados, destas atenções, têm a ver com uma ideia, com uma cidade que foi feita, foi pensada, mas também é mantida, e cujas decisões de gestão são sustentadas por uma ideia onde, teoricamente, todas as pessoas são iguais, não há necessidades diversas, que já sabemos que é uma ficção, e que, portanto, este modelo de pseudo-universalidade e neutralidade acaba, na verdade, a ser um espaço onde nós temos que representar quotidianamente uma soma infinita de estratégias de proteção e de salvaguarda para as quais, normalmente, já nem temos consciência, nós mulheres, nós raparigas."²²³

No entanto, não podemos restringir esta questão apenas às mulheres. Ao adotarmos um olhar interseccional "conseguimos compreender que diferentes tipos de corpos são ou não bem-vindos a diferentes tipos de espaço e, portanto, não falamos só de uma discriminação (...) com base no género."²²⁴ Tal como os arranha-céus são lembranças dessa presença masculina na cidade, as questões como a toponímia, a estatuária ou a publicidade são exemplos de uma contínua e persistente falta de representatividade feminina e de outros corpos no espaço público. Utilizando como exemplo o caso da cidade do Porto, percebemos que a toponímia feminina é drasticamente inferior à masculina, estando a maior parte associada a figuras religiosas.²²⁵ Por outro lado, a estatuária e a publicidade, ainda que esta última cada vez menos, são meios que frequentemente objetificam o corpo feminino quando o representam.

Muitas vezes o corpo feminino ou outros corpos que não se encaixem no definido como normativo não são contemplados, ou são negativamente representados, no espaço público – não só no espaço físico, como também se tem tornado um tópico de preocupação no espaço digital. Segundo os resultados apurados no inquérito realizado no âmbito desta dissertação,²²⁶ apenas 7% dos inquiridos consideram que mulheres, crianças, idosos, comunidade LGBTQIAPN+, pessoas com mobilida-

de reduzida, ou outras, são bem representadas no espaço público e apenas 15% consideram que esses mesmos corpos são bem representados nas redes sociais ou universo digital, no geral.

A presença ou não dos diferentes corpos na cidade não se restringe unicamente às mulheres, que frequentemente se sentem inseguras ou desconsideradas no espaço público, quando desviam o seu percurso para não passar numa determinada rua, alteram os seus horários e agendas para não caminharem sozinhas a determinadas horas, ou são assediadas nos transportes públicos. Estas questões estendem-se a opressões de classe, etnia, idade, condição física, entre outras. Atualmente, o espaço noturno ainda é altamente restritivo para as mulheres; a mercantilização do espaço público, visível, por exemplo, na obrigatoriedade de consumo para se poder permanecer numa praça exclui pessoas com rendimentos menores; a gentrificação e a fragilidade das políticas públicas de habitação; a falta de espaços de estar ou o facto de quando estes existem não oferecem o mobiliário urbano necessário e confortável,²²⁷ nem locais com sombra, o que dificulta a permanência de pessoas idosas; a não contemplação das crianças no desenho urbano ou, por outro lado, o desenho de espaços verdes apenas com campos de futebol ou brincadeiras infantis, desvalorizando o tempo de lazer da mulher e pensando apenas na utilização destes espaços no desempenho do seu papel tradicional de mãe; a infraestrutura viária que apresenta passeios estreitos, passadeiras sem rampas, ruas que apenas contemplam o conforto automóvel, ou ruas sem manutenção, o que dificulta a deslocação de pessoas com mobilidade reduzida, idosos e pais com carrinhos de bebé; não faltam exemplos da desconsideração da diversidade humana nas cidades.²²⁸ Tendo por base o questionário construído nesta investigação, de um universo de 84 pessoas residentes na Área Metropolitana do Porto, apenas 25,4% das mulheres e 28,6% dos homens sentem que o espaço urbano responde às suas necessidades enquanto utilizadores. Além disso, apenas 6,3% das mulheres e 14,3% dos homens sentem que a sua opinião é ativamente considerada no planeamento urbano. Isto realça o facto de que o modo como produzimos e intervimos no espaço urbano necessita de uma drástica mudança. Talvez também o facto de 36% dos inquiridos considerarem que quem planeia a cidade (arquitetos, urbanistas, decisores políticos) não representa a diversidade da população seja uma pista para o ponto de partida da solução.

No entanto, até o ato mais pequeno, mais rotineiro, constitui uma ação política, mesmo que não tenhamos essa percepção.²²⁹ Por exemplo, caminhar já se revelou em diversas situações uma ferramenta determinante. Em 1977, na Argentina, formou-se uma associação de mulheres em silenciosa, mas visível, oposição à ditadura instaurada no país. Estas mulheres caminharam e caminham em volta da Pirâmide de Mayo, localizada no centro de uma praça, respeitando ainda a ordem policial inicialmente vigente que exigia a circulação, e provaram "que a ação co-

227 Exemplos apresentados na entrevista com Joana Pestana Lages, 2025.

228 Esta preocupação e consciência da desigualdade no acesso ao espaço público pela população está presente nos vários testemunhos recolhidos no questionário elaborado no âmbito desta investigação e cujos resultados estão apresentados no apêndice 12.

229 "Mas as mulheres têm uma relação diferente ao espaço público, ou seja, tudo o que nós fazemos no dia-a-dia são coisas que depois são políticas, mas não temos essa percepção. Ou seja, o dia-a-dia é político, mas não têm essa percepção. E muitas mulheres não têm a percepção que lutando para a creche, lutando para coisas do cotidiano estão de facto a fazer política e muitas delas não têm essa noção." - Entrevista com Chloé Damon, 2025.



Fig. 51 - Madres de Plaza de Mayo, 1981.

letiva consegue fazer (re)nascer o espaço público e alterar os seus significados.”²³⁰ Outro exemplo é a Caminhada de Mulheres Negras,²³¹ um grupo informal que atua em Portugal e reúne mulheres negras (cis, trans) e pessoas negras não-binárias para caminharem juntas pela cidade, reforçando a presença destas mulheres no espaço público, contrariando preconceitos ao normalizar a circulação e o usufruto do espaço urbano por mulheres negras em contextos lúdicos e de lazer, enquanto cria uma rede de suporte para uma comunidade que frequentemente se sente fragilizada na cidade, e que ganha, assim, força e representatividade.

“Quando corpos se reúnem no espaço público para expressar a sua indignação e para representar a sua existência plural, eles estão a colocar questões muito maiores: eles estão a pedir para serem reconhecidos, estão a pedir para serem valorizados, estão a exercer o seu direito de aparecer e a sua liberdade, e estão a exigir uma vida digna.”²³²

3.2. Acesso, Segurança e Mobilidade na Cidade

Como anteriormente analisado, a presença feminina no espaço urbano revela-se desigual no plano simbólico, o que é particularmente evidente tanto na invisibilidade na toponímia, como nas formas de representação marcadamente negativas, por exemplo, na estatuária. Esta dimensão articula-se com outras desigualdades estruturais no acesso e na vivência da cidade, observáveis sobretudo nos domínios da mobilidade e da segurança. A exclusão histórica da mulher enquanto sujeito político,²³³ com capacidade de decisão e intervenção no espaço público, teve consequências diretas na forma como elas se inscrevem na cidade. As limitações no acesso à esfera produtiva, à gestão financeira e à posse de propriedade, condicionaram profundamente o seu papel enquanto proprietárias e intervenientes no espaço urbano. Apesar dos avanços registados, estas assimetrias continuam a influenciar a forma como as mulheres habitam e se apropriam do espaço urbano, o que justifica a necessidade de uma análise mais aprofundada das questões da segurança e da mobilidade, particularmente a partir das experiências quotidianas femininas.

O modo como é organizada e projetada a cidade tem um grande impacto na mobilidade e segurança dos cidadãos. Como o coletivo Matrix descreve, em 1984, e que se mantém atual, “o planeamento urbano recente ofereceu-nos um ambiente frio e alienado onde os edifícios se posicionam como objetos isolados num mar de espaço aberto inutilizável, desconectados uns dos outros, ligados apenas por ruas que servem

230 Gil Antunes, 2015, p.11.

231 Mais informações sobre este grupo em <https://www.instagram.com/caminhada-demulheresnegraspt/>

232 Butler, 2017 citado por Andreola e Muzzonigro, 2021, p.50.

233 “Already in the 4th century BC, Aristotle states in his *Politics* that men are, ‘by nature’, superior to women: “For the soul rules the body with despotic role [...]. Again, the male is by nature superior and the female inferior; and the one rules, and the other is ruled; this principle, of necessity, extends to all mankind” (Aristotle, 1973: 9-12). Furthermore, he defines citizenship as the capability to participate in political power, a right women, foreigners and slaves were not entitled to. To these lower categories public life was forbidden: these people were simply not considered citizens.” – Andreola e Muzzonigro, 2021, p.50.

234 Tradução livre de Matrix, 1984, p. 4.

235 Carnauba, 2022, p. 42.

236 "Plainly, the mobility of women is restricted unless they live in an area with a very good public transport network, or have equal use of a private car. So women tend to lead a more 'local' existence, not just because of domestic roles and responsibilities but also because of an inequality between the genders in access to resources." – Matrix, 1984, p. 40.

apenas a função de chegar o mais rápido possível do ponto A ao ponto B. As cidades modernas foram planeadas para segregar os diferentes aspetos da vida; casas, lojas, fábricas, escritórios, são todos em zonas separadas."²³⁴ Outro problema no planeamento urbano é evidenciado pelos subúrbios, periferias meramente residenciais que complementam o centro urbano. Cada vez mais as pessoas residem em áreas urbanas e a intensa procura enfatiza desigualdades no acesso às centralidades urbanas, motivadas maioritariamente por questões económicas.

As respostas obtidas com a aplicação do questionário permitiram confirmar tais desigualdades. Logo na primeira pergunta foi possível perceber que uma grande percentagem dos inquiridos reside em outros municípios da Área Metropolitana do Porto, mas mesmo assim trabalha, estuda ou descola-se frequentemente ao município do Porto, o que confirma falhas na oferta de habitação nos centros urbanos. Com base nos testemunhos, foi possível perceber também fragilidades na oferta de transportes públicos. Mesmo numa cidade pensada para o automóvel, a existência de uma rede viária insuficiente e a falta de estacionamento dificultam diariamente o acesso e a mobilidade das pessoas, não havendo medidas suficientes para mitigar as consequências negativas da rápida urbanização.

Normalmente as mulheres têm maiores dificuldades nas deslocações na cidade, pois mantêm-se associadas ao trabalho do cuidado e as micromobilidades, incluídas obrigatoriamente no seu quotidiano, são invisibilizadas pelas macromobilidades (casa > trabalho > casa) a que se restringem normalmente os homens. Por sua vez, mesmo que os paradigmas se tenham vindo a alterar, "o percurso da maioria das mulheres de diversas faixas etárias ao longo do dia, é de um deslocamento feito por pausas"²³⁵ de casa para a escola ou creche dos filhos, para o trabalho, de volta para a escola e, por vezes, ao final do dia ou durante o horário do almoço têm de ir à farmácia, ao supermercado ou a outro serviço, o que aumenta a distância que percorrem diariamente, principalmente nas cidades organizadas por setores. Atualmente já não é tão notória a discrepância entre homens e mulheres com carta de condução e com carro, como foi em gerações anteriores, em que a mulher tinha a sua mobilidade limitada pela falta de acesso ao automóvel e também à obtenção de licença de condução, o que a forçava a estar sempre acompanhada do marido ou de outra figura masculina para realizar deslocações maiores, ficando restringida a uma "vivência mais local".²³⁶ Ainda assim, com base no questionário desenvolvido, foi possível confirmar que ainda existe uma maior percentagem de homens a utilizarem uma viatura privada para se deslocarem diariamente, enquanto as mulheres se deslocam principalmente a pé ou de transportes públicos, sendo quase diariamente prejudicadas pelas fragilidades desta infraestrutura. É de salientar a limitada oferta de transportes públicos, caracterizada pela baixa frequência de circulação e atrasos recorrentes, que conduzem à sobrelotação dos



Fig. 52 a 54 - Imagens retiradas de Matrix, 1984, p. 42-43.

237 Entrevista com Patrícia Santos Pedrosa, 2025.

238 Respostas escritas de participantes no questionário realizado no âmbito da presente investigação. Identificação omitida para garantia de anonimato.

239 Entrevista com Joana Pestana Lages, 2025.

veículos, para além de a rede não assegurar uma cobertura adequada de todo o território urbano, o que obriga a extensos percursos pedonais e múltiplos transbordos entre meios de transporte. Estas circunstâncias aumentam a probabilidade de ocorrência de situações de risco, em particular de episódios de assédio, que, como se verifica nos resultados obtidos, afetam de forma desproporcional as mulheres. E se a rede de transportes públicos expõe as suas limitações na simples deslocação entre casa e trabalho em dias úteis, a situação agrava-se durante o fim-de-semana ou em períodos de férias escolares, quando a oferta é ainda mais reduzida e impossibilita as pessoas de utilizarem a cidade em contexto de lazer. "Ou seja, também não interessa só pensar uma cidade, que mesmo em termos daquilo que é o direito comum à cidade, os transportes públicos, depois não te deixa concretizar esse mesmo direito no direito ao lazer, no direito à cultura, no direito à saúde, no direito ao descanso."²³⁷ Segundo os dados recolhidos no questionário, as mulheres relatam sentir-se mais vezes desconfortáveis e inseguras tanto no espaço urbano como nos transportes públicos. E as perguntas de resposta escrita permitiram recolher vários testemunhos, principalmente de mulheres, sobre a insegurança sentida nas paragens à espera do autocarro ou do metro, e a ocorrência de situações de assédio ou violência direcionadas a elas próprias ou a outras mulheres. Ao final do dia, quando começa a escurecer, e de madrugada, observam-se as mesmas dificuldades de mobilidade, pela diminuição da oferta de transportes, e intensifica-se a questão da insegurança.

"O desconforto surge quando o autocarro nunca mais aparece."

"Já fui alvo de piropos à espera do autocarro."

"Já vi uma mulher sendo assediada no metro, logo ao meu lado."

"Já me aconteceu acabar por me sentir inseguro numa paragem de metro muito pouco movimentada e de noite mesmo esta contendo câmaras de segurança. Na altura tentei relaxar por saber que estaria a ser vigiado pelo equipamento mas de qualquer maneira o nível de insegurança não diminuiu."

"Por ser mulher, sinto-me muitas vezes condicionada devido a comportamentos de homens ou a evitar espaços escuros ou pouco movimentados devido a insegurança."²³⁸

É, no entanto, importante clarificar a diferença entre a perceção de segurança e a segurança efetiva. Utilizando um caso prático – Portugal mesmo sendo "um dos países mais seguros do mundo, [no qual] a perceção de insegurança sentida por mulheres, mas (...) também, por exemplo, por idosos, é das mais altas da Europa."²³⁹ Não se pode des-

valorizar a sensação de insegurança, mas esta é uma ideia construída e alimentada, pelo que existe uma discrepância entre as percepções e a realidade. Porém, das 84 pessoas inquiridas, quase metade relatou ter sofrido algum tipo de violência na cidade. Das 37 pessoas que reportaram ter sofrido assédio ou outro tipo de violência na cidade, mais de 50% identificavam-se como mulheres e cerca de um terço tinham uma orientação sexual diferente da heterossexualidade, sendo os dados particularmente graves entre pessoas mais jovens, e as formas de violência mais comum o assédio sexual (33 relatos), a perseguição por estranhos / stalking (17) e o toque sem permissão (13).

A cidade também apresenta variações na sua apropriação durante o dia e à noite. A mesma rua pode ter diferentes intensidades de uso em diferentes horas do dia, e o facto de circularem menos pessoas na rua, existirem zonas com iluminação pública insuficiente e haver, consequentemente, menos vigilância, pode justificar um agravamento da sensação de insegurança à noite, tal como confirmado pelos resultados do inquérito. Esta sensação motiva principalmente as mulheres a evitarem circular no espaço público a partir de uma certa hora, a utilizarem diferentes meios de transporte ou a realizarem percursos alternativos para chegar ao mesmo destino, dependendo da hora ou do contexto - "aquela parte à noite que não tem luz (...) eu vou porque preciso, mas (...) faço desvios (...) os caminhos são diversos (...) para evitar certos sítios, (...) porque não quero lidar com o constrangimento de passar ali."²⁴⁰

É intrínseco a quase todas as mulheres a consciência de onde, como e quando circular na cidade - "De onde é que eu vou? Qual é o caminho que eu posso fazer? Tem momentos que eu vou evitar de andar em certos sítios à noite"²⁴¹ - são pensamentos constantes e cultivados desde cedo. "Não somos biologicamente assim, somos formadas, educadas, influenciadas a sermos mais cautelosas",²⁴² "somos criadas com barreiras".²⁴³ Muitas vezes, e de forma até inconsciente, nas diversas fases da vida, as mulheres vêm-se limitadas no seu acesso à cidade.²⁴⁴ Como já foi apresentado, desde cedo existe uma educação distinta para meninas que, por trás de uma posição de proteção, são impedidas de sair e são sempre instruídas para terem cuidado, estarem sempre atentas, talvez porque "as crianças têm espaços muito reduzidos de lazer para estarem na rua e estarem seguras e confortáveis."²⁴⁵ Depois, enquanto jovens adultas, entre o trabalho produtivo e reprodutivo, não têm quase tempo para usufruir livremente e por lazer do espaço público. E, por fim, as mulheres idosas têm o tempo livre, mas nem sempre a capacidade física para se deslocarem por ruas de difícil acesso, sem passeios largos ou bem cuidados e sem bancos, onde se possam sentar, descansar ou conviver, e por vezes não têm também a capacidade económica para permanecer no espaço público gentrificado, que obriga ao consumo para a sua utilização.²⁴⁶

240 Entrevista com Chloé Darmon, 2025.

241 Ibidem.

242 PELE, Transfemina, 2025.

243 Ibidem.

244 Ideia abordada numa das palestras do projeto Transfemina, dos coletivos PELE (Portugal), Punt.6 (Espanha) e Amígdala (Itália).

245 Entrevista com Chloé Darmon, 2025.

246 "É um espaço público que é pensado para cruzar, para poucas interações e neste momento é um espaço público pensado para o usufruto de pessoas turistas. Ou seja, tu, neste momento tens as poucas praças que existiam usadas para esplanadas, em que tens que pagar para te poderes sentar." - Entrevista com Maria João Mota (PELE), 2025.

3.3. Urbanismo Feminista

247 Entrevista com Patrícia Santos Pedrosa, 2025.

248 Ideia abordada por Paulo Mendes da Rocha.

249 Questão levantada pela arquiteta e urbanista Paula Santoro nas aulas de Cidade, gênero e interseccionalidades: conceitos, políticas e práticas, 2024.

As cidades, na generalidade, foram desenhadas para um corpo tipo, cujas necessidades moldam os espaços que habitamos e nos quais transitamos diariamente. Assim, verificam-se grandes desigualdades no acesso à cidade, quando uma grande parte dos seus utilizadores não tem meios para se deslocar, não dispõe de locais confortáveis para se sentar e conviver, ou não se sente segura no espaço público.

As rotinas da sociedade foram-se alterando ao longo do tempo, mas o desenho urbano continua a reger-se pelos mesmos princípios estruturais que as Matrix, Jane Jacobs e outros autores antes e depois criticaram. As exigências feitas à cidade pelos seus residentes e utilizadores diários eram umas quando apenas o homem saía para trabalhar e enquanto a mulher ficava em casa a limpar, cozinhar e cuidar dos filhos; alteraram-se quando a mulher passou a integrar mais expressamente a esfera produtiva; voltaram a alterar-se durante a pandemia; e são outras completamente diferentes atualmente. A cidade necessita de ter esta capacidade de adaptabilidade e resposta às necessidades e exigências feitas por diferentes corpos e rotinas. A cidade por setores "é uma sabotagem a uma vida urbana saudável e completa",²⁴⁷ pois impossibilita a existência de diversidade e da "imprevisibilidade da vida".²⁴⁸ As referências e os ensinamentos transmitidos nas universidades têm de mudar, não se pode manter a falsa crença do projeto neutro, desenhado para o sujeito universal.

O urbanismo feminista visa exatamente cultivar espaços diversos, desafiar normas patriarcais e capitalistas por meio da transdisciplinaridade e de processos verdadeiramente participativos. Mesmo que várias autoras defendam esta metodologia, muitas receiam que a sua designação crie barreiras e atritos desnecessários, pelo que, em alternativa, definem-na como um urbanismo inclusivo. Porém, corre-se aqui o risco de focar excessivamente na intenção de incluir todas as diferenças e alcançar o extremo oposto do problema que se procura solucionar para, no fim, continuar a desenhar para um corpo demasiado restrito e não para o coletivo. Os marcadores de opressão não podem ser observados individualmente, mas devem ser relacionados, sem os hierarquizar, de modo a alcançar um planeamento urbano verdadeiramente interseccional. Por exemplo, no caso das mulheres, será que estas podem ser consideradas como um grupo homogêneo e universal?²⁴⁹ Não, mas também não se pode cair no erro de pensar em cada experiência como única, é necessário um intermédio. Assim, recorrendo ao termo proposto pela urbanista Laura Sobral durante a entrevista realizada no âmbito desta dissertação, talvez a resposta mais moderada seja a procura de um urbanismo mais plural.

5. A sua relação com o espaço urbano é influenciada por alguma condição ^{*} permanente ou temporária?

☐ Não

☒ Sim, uma condição permanente

☐ Sim, uma condição temporária

☐ Prefiro não responder

5.1. Se respondeu "Sim", indique a(s) situação(ões) que se aplicam:

☐ Mobilidade física

☐ Visão

☐ Audição

☐ Cognitiva / neurodivergência

☐ Gravidez

☐ Deslocação frequente com bebés e/ou crianças pequenas

☐ Acompanhamento de pessoas idosas

☐ Prefiro não responder

☒ Outra: SER MULHER

[Anterior](#) [Seguinte](#) [Limpar formulário](#)

Página 2 de 5

Fig. 55 - Imagem produzida a partir de uma das respostas obtidas no questionário.

250 Ideia abordada na entrevista com Patrícia Santos Pedrosa, 2025.

O objetivo deve, então, ser a consideração das necessidades e opiniões de todos os utilizadores na tomada de decisão, sendo que não existe uma receita perfeitamente adequada a todos os contextos e a todos os cidadãos, mas a solução pode ser alcançada por meio de processos participativos. Uma mulher vai ter necessidades diferentes de um homem, tal como um adolescente, um adulto e um idoso, e também uma grávida ou uma pessoa que se desloca frequentemente com crianças terão exigências diferentes, ou alguém com dificuldades motora, auditiva, visual ou cognitiva. O urbanismo com perspectiva de género ou o urbanismo plural não são uma solução universal, mas antes uma metodologia ou um conjunto de estratégias que ajudam a alcançar uma solução.²⁵⁰ Por exemplo, contrariamente à conotação negativa associada, por vários autores, à presença excessiva de câmaras de vigilância e forças policiais, e havendo a confirmação de que um sistema securitário é uma resposta desajustada em relação ao verdadeiro problema urbano, no questionário, estas condições, tanto para homens como para mulheres, transmitem uma grande sensação de segurança. Adicionalmente, houve uma grande discrepância entre a segurança percebida em espaços desertos e em espaços muito movimentados, principalmente por parte das mulheres. Estas sentem-se manifestamente mais seguras em espaços com muitas pessoas do que em espaços áridos. No caso dos homens, ainda que no geral também tenham a mesma percepção, a diferença entre ambos os locais é muito menos pronunciada, ou seja, os lugares desertos não são uma fonte de insegurança tão grande para os homens como são para as mulheres. Por isso, as soluções têm de ser ajustadas e o diálogo com os utilizadores do espaço tem de ser uma constante nos projetos de arquitetura e urbanismo, bem como na implementação de políticas públicas.

Ainda com base no inquérito desenvolvido no âmbito da presente dissertação, é possível constatar um descontentamento por parte dos inquiridos em relação ao espaço público e ao planeamento urbano. Este descontentamento tem por base a sensação generalizada de insegurança, agravada nos períodos da noite e madrugada, os relatos de experiências de assédio e violência, passando pela consciência da não inclusão de todos os corpos na cidade, a sensação de não terem as suas opiniões e necessidades, enquanto cidadãos, totalmente consideradas e, ainda, o facto de 45 dos 103 inquiridos terem proposto alterações na cidade. Vários destes comentários reforçaram a falta de consideração pela diversidade humana e as recorrentes falhas na manutenção do espaço público. Muitos sugeriram uma maior integração da população nas decisões e processos que impactam a cidade, realçando a ideia de que os projetos de arquitetura e urbanismo devem ser transparentes e ter por base as opiniões dos futuros utilizadores dos espaços. Como a urbanista Laura Sobral adverte, os processos participativos têm de ser verdadeiramente uma prática projetual e não um mero conceito utilizado sem consequências reais.

Dialogar com clientes reais ou com os futuros utilizadores de um edifício ou espaço não é considerada uma etapa no projeto arquitetónico de âmbito académico.²⁵¹ Na formação dos arquitetos, os processos participativos raramente são apresentados como rotineiros ou essenciais na prática arquitetónica. Por vezes parece que valores estéticos, construtivos ou técnicos são de absoluta ou maior importância do que a real adequabilidade, vivência e apropriação dos espaços.

As “vozes têm de ser convocadas para os espaços de pensamento e decisão sobre as políticas de urbanismo [...] e têm de ser convocadas numa perspetiva efetiva [...] não só para cumprirem processos participativos de auscultação quase obrigatória”.²⁵² As vozes femininas são mais difíceis de convocar para a discussão pela questão do tempo, abordada anteriormente, que as coloca em situação de desigualdade perante a restante população.²⁵³ Porém, estes processos devem visar a inclusão e escuta de todos, sendo preciso que “sejam estabelecidos de maneira a que essas pessoas consigam vir, que essas pessoas consigam se expressar, oferecendo vários modos, vários canais”.²⁵⁴ É preciso saber como dar voz aos diferentes cidadãos e cidadãs, como ativar o pensamento crítico pessoal e coletivo, saber como escutar e depois como traduzir os temas abordados em ações e soluções efetivas nas quais todos se possam, em parte, rever, e o processo de co-decisão deve ser estruturado por práticas de democracia cidadã.²⁵⁵ Ambicionando-se um espaço urbano mais plural, estas metodologias deveriam integrar os programas curriculares dos cursos de arquitetura e urbanismo.

3.4. Reflexões

Ao contrário da ideia de neutralidade transmitida, especialmente pela Arquitetura Moderna, com a adoção de uma posição passiva, que apenas encontrou mecanismos para simular a inclusão da diversidade, a cidade continua a produzir e a perpetuar desigualdades e opressões. Os corpos não normativos, ou os corpos que não são convencionalmente considerados no planeamento urbano, vivem num estado constante de tentativa de adaptação e de sensação de não pertença. O medo, por exemplo, não é apenas uma perceção individual e subjetiva, mas uma construção baseada em determinadas escolhas e elementos do planeamento urbano. “Os bloqueios espaciais, a falta de iluminação pública adequada, as grandes distâncias cercadas por empenas cegas que não possibilitam o olhar protetor da vizinhança, o transporte público impróprio e superlotado, assim como, outras séries de fatores do cotidiano, dificultam o acesso [...] no espaço público”²⁵⁶ por parte das mulheres e

251 Matrix, 1984, p.12-13.

252 Entrevista com Maria João Mota, 2025.

253 “Trabalhar com as mulheres, com as raparigas, ainda exige mais tempo do que trabalhar com a restante população. É muito simples, tu vais pedir a uma mulher que trabalha oito horas, a uma hora e meia de distância do sítio onde vive, e que chega a casa, ainda tem que ir, por causa ainda daquilo que referimos à bocada de estereótipos de género e o peso que a esfera dos cuidados tem na sua vida, ainda tem que ir lavar crianças, ainda tem que ir preparar jantar, ainda tem que ir pôr crianças a comer. Como é que tu vais pedir que às seis da tarde ou às sete da tarde vá a uma reunião no bairro para discutir o que é que a praça precisa.” - Entrevista com Patrícia Santos Pedrosa, 2025.

254 Entrevista com Laura Sobral, 2025.

255 Apontamentos pessoais da autora, recolhidos durante o 2.º Encontro TransNacional do projeto TransFemina, intitulado *Como construir uma cidade mais feminista?*, organizado pelos coletivos PELE (Portugal), Col·lectiu Punt 6 (Espanha) e Collettivo Amigdala (Itália), realizado no Porto, nos dias 19 e 20 de março de 2025.

256 Caraubá, 2022, p. 42.

257 "Cities are an immense laboratory of trial and error, failure and success, in city building and city design. This is the laboratory in which city planning should have been learning and forming and testing its theories. Instead the practitioners and teachers of this discipline (if such it can be called) have ignored the study of success and failure in real life, have been incurious about the reasons for unexpected success, and are guided instead by principles derived from the behavior and appearance of towns, suburbs, tuberculosis sanatoria. Fairs and imaginary dream cities - from anything but cities themselves." – Jacobs, 1961, p.6

258 Tema abordado nas entrevistas com Laura Sobral, Maria João Mota e Patrícia Santos Pedrosa, 2025.

259 Entrevista com Laura Sobral, 2025.

de outros grupos, assim como aumentam a insegurança percebida ao suscitarem sensações de exposição, isolamento ou vulnerabilidade. Estas sensações têm impactos reais na mobilidade e apropriação da cidade. Por isso a urgência na adoção de um urbanismo mais plural, situado e interseccional, que use a cidade como laboratório e fonte de conhecimento, ao contrário do urbanismo criticado por Jane Jacobs²⁵⁷ que não observa a cidade em que está a intervir e continua a guiar-se por princípios teóricos derivados exclusivamente do comportamento e aparência da cidade. É ainda importante reforçar, novamente, a extrema importância dos processos participativos enquanto prática estrutural, não excecional e verdadeiramente integradora de todos os cidadãos, sem a exclusão indireta daqueles com menos tempo, recursos ou reconhecimento simbólico, para além da importância da sua utilização efetiva, para não se tornar um processo meramente consultivo, aplicado apenas para responder a uma obrigatoriedade legal, mas sem consequências reais.²⁵⁸ A cidade é, pois, da responsabilidade coletiva e a garantia do seu cuidado é um ciclo que começa com a abertura do diálogo entre órgãos públicos e cidadãos, a sua inclusão efetiva nas políticas públicas e a consequente manutenção do espaço urbano numa "gestão compartilhada" entre os cidadãos e o Estado - "se as pessoas não têm pertencimento ao lugar, elas não vão cuidar do lugar. Se o lugar é importante para elas, porque reflete as suas necessidades, elas vão cuidar. Então, esse é um problema basal. Outra coisa é que elas não conseguem cuidar sozinhas. [...] tem que haver acordos claros sobre o que precisa ser feito no espaço e o que dá para cada um fazer. [...] esse tipo de diálogo com o governo local com as pessoas, é essencial [...] precisa ser espaço que as pessoas queiram estar. Se é um lugar que não me atende, [...] é mais fácil que esse espaço seja abandonado, porque se eu não uso e se me convocam para usá-lo, não sei. Ah, mas pode estar super bem cuidado. Tá bom, mas não me atende, o que eu vou fazer lá? Por que que eu vou cuidar dele? Então, na verdade, é multifatorial. [...] A obrigação do Estado básica que é fazer as coisas que os impostos são feitos para que eles façam. E daí, quando você tem uma boa combinação dessas coisas, você tem um espaço vivo, você tem um espaço que atende as pessoas, você tem realmente um espaço público acessível para as pessoas. Porque ele existir não quer dizer que ele é acessível."²⁵⁹

Conclusão

Com esta dissertação pretendeu-se analisar o percurso das mulheres na arquitetura e comprovar que a invisibilização e submissão sistemática das mulheres, bem como as construções sociais, nomeadamente de carácter patriarcal, impactam o desenho, intervenção e apropriação das cidades. O conteúdo do presente trabalho e o objetivo da investigação não são temas particularmente recentes no panorama arquitetónico, porém procurou-se a originalidade através da materialização de um diálogo indireto entre várias partes – autores, diversos profissionais, livros e artigos, estudos, estatísticas, disciplinas, culturas e escalas, tendo como base o estudo do contexto português e, em particular, o do Porto.

O primeiro capítulo inicia com o questionamento da representação do corpo na arquitetura, tendo permitido confirmar a hegemonia do homem, branco, heterossexual e sem limitações físicas ou outras. Este tema lançou as bases para as problemáticas dos capítulos seguintes na medida em que corrobora as limitações negativas na produção arquitetónica causadas por esse domínio, abrindo caminho para a abordagem da interseccionalidade. Ainda neste capítulo, voltou-se atrás e apresentou-se a evolução do acesso das meninas, raparigas e mulheres aos vários níveis de ensino, bem como as dificuldades enfrentadas até conseguirem ter acesso ao mesmo conhecimento transmitido aos rapazes. Em paralelo analisou-se o professorado e a relação entre a crescente feminização da profissão e a sua consequente desvalorização. Constatou-se que, no ensino da arquitetura também ocorreu uma feminização da disciplina, no entanto, o mesmo não se observa, ainda, no corpo docente das faculdades, nem no contexto profissional, o que confirmou que as desigualdades neste meio ainda estão longe de serem ultrapassadas. Assim, o domínio masculino apresentou-se como um obstáculo e causou uma entrada tardia das mulheres na arquitetura e áreas relacionadas. Em Portugal, essa entrada só ocorreu nos anos 40, mas o estudo evidenciou o seu rápido progresso e desconstruiu as ideias de que ainda existem poucas arquitetas ou que as suas contribuições não são tão relevantes.

No segundo capítulo ficou clara a influência das dicotomias público/privado e produção/reprodução nos espaços residenciais e urbanos, bem como o impacto da herança patriarcal e do sistema capitalista. As mulheres ficaram durante muito tempo restringidas ao trabalho de cuidado e reprodutivo e, consequentemente, a espaços domésticos e/ou privados. Assim, foi perceptível o modo como a arquitetura foi um instrumento de opressão, ao materializar modelos familiares patriarcais e sustentar hierarquias de género, mas foi depois um meio de transgressão, particularmente através dos ensaios de coletivização e reorganização do espaço doméstico. Tal como foi analisado, as mulheres viram na arquite-

tura, sobretudo doméstica, um ponto de entrada na profissão, sustentado pela sua experiência, e firmaram a sua presença na cidade por meio das lutas urbanas feministas. Na observação do contexto nacional, todos estes aspetos são visíveis: as mulheres, mesmo contra os ideais do regime e construções sociais da época, eram obrigadas a contribuir para a economia familiar para garantir a sua subsistência. A este propósito, foi também possível reconhecer a habitação como um meio para a emancipação, uma vez que a voz feminina foi da maior importância na luta por melhores infraestruturas urbanas e condições de habitabilidade no pós-25 de abril. A análise aqui desenvolvida confirma que a casa e a cidade se configuram com base em ideais de performatividade de género e outras construções sociais indissociáveis dos marcadores de opressão. A sua transformação exige um urgente questionamento destas desigualdades comprovadamente naturalizadas e estruturantes da sociedade.

Esta primeira parte da dissertação tem um carácter marcadamente teórico, procurando problematizar conceitos e temáticas basilares da arquitetura que se mantiveram praticamente estáveis, nas suas preocupações e questões base, ao longo dos séculos e, assim, reinterpretar a história e a conceção projectual que nos são transmitidos ao longo dos anos de formação. Este conhecimento que adquirimos é baseado em opiniões e métodos passados de pessoa em pessoa, entre colegas e profissionais de arquitetura, de docentes para discentes, uma linha progressiva de transmissão de informações que, na realidade, são uma sobreposição de opiniões e camadas de subjetividade. Esta é uma situação à qual nos sujeitamos até na leitura de um livro, que constitui, na sua essência, uma interpretação de dados. O problema materializa-se apenas quando, no geral, não são apresentadas referências diversas e não existe uma abertura para a procura de métodos ou informações diferentes daquelas propostas.

Deste modo, a metodologia da presente dissertação baseou-se, inicialmente, em entrevistas para conseguir apresentar informações mais situadas, mais próximas do contexto nacional, mas que desalinham construções e ideais transmitidos atualmente, por exemplo, na formação de profissionais nas áreas da arquitetura e urbanismo. Numa fase tardia, o inquérito permitiu abordar temáticas e conceitos semelhantes mas numa perspetiva menos académica e, ainda que subjetiva, mais factual, que permitia uma apresentação mais visual e clara. Estes dois elementos influenciaram profundamente os conceitos abordados e as conclusões retiradas de cada capítulo, principalmente na fase final da dissertação.

Assim, o terceiro capítulo procurou olhar para a cidade com lentes diferentes, ambicionou chamar à atenção de estudantes e profissionais implicados no planeamento urbano para as experiências vividas por corpos diferentes dos seus. A finalidade não foi, contudo, a produção de um novo manual de referências e métodos corretos, a investigação foi um processo de aprendizagem e está apresentada desse modo. Aqui

o objetivo foi retomar a problemática da interseccionalidade, incluindo a idade, condições temporárias e permanentes, orientação sexual, para além dos marcadores de género, raça e classe, e confirmar que historicamente as cidades foram desenhadas para um corpo tipo e essa hegemonia ainda é visível e sentida atualmente, o que resulta numa limitação da presença feminina e de outros corpos no espaço público, tanto no plano simbólico como no quotidiano, aumentando a insegurança e as dificuldades de mobilidade. A interseccionalidade na cidade e o modo como as opressões coexistem e podem estar associadas a um mesmo corpo foram demonstrados de um modo sintético com a realização e análise do inquérito, ainda que este tenha uma amostragem reduzida. Por fim, a investigação propõe como solução a procura de um urbanismo feminista, na essência, um urbanismo mais plural, baseado em processos participativos reais, sensível às especificidades do contexto em que intervém, e que consequentemente incentive à colaboração entre órgãos públicos e a população.

Deste modo, o contributo da investigação é o despertar de um olhar mais atento, para questionarmos o que nos rodeia e o que nos ensinam, para procurarmos ativamente, na condição de intervenientes na cidade, um urbanismo e uma arquitetura mais plurais, situados e interseccionais. Apesar das aprendizagens deixadas, esta investigação evidencia a necessidade de um aprofundamento sistemático destes temas no contexto português, onde o debate sobre o urbanismo em função da perspetiva de género e da interseccionalidade ainda está numa fase embrionária. É necessário conduzir investigações aprofundadas sobre os percursos na arquitetura, tanto a nível académico como profissional; são também necessários estudos e cartografias pensadas a partir das várias opressões na cidade; estudos sobre a segurança percebida que a legitimem; entre tantas outras lacunas que, se fossem abordadas, poderiam impactar o ensino, a prática, as políticas públicas e a vivência das cidades.

Referências Bibliográficas

AGREST, Diana; CONWAY, Patricia; WEISMAN, Leslie Kanes (eds.) - **The Sex of Architecture**. Nova Iorque: Harry N. Abrams, Inc., Publishers, 1996. ISBN 0-8109-2683-0.

ANDREOLA, Florencia; MUZZONIGRO, Azzurra - **Milano Atlante di Genere / Milan Gender Atlas**. Itália: LetteraVentidue Edizioni, 2021. ISBN 978-88-6242-595-7.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy - **Feminismo para os 99%: Um Manifesto**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019. ISBN 978-85-7559-680-7.

ASSOCIAÇÃO MULHERES NA ARQUITECTURA (MA). **Arquitectas da Liberdade**. Porto: Fundação Marques da Silva, 14-29 junho 2025.

BHATTACHARYA, Tithi - **O que é a Teoria da Reprodução Social?** Revista Outubro. 32 (2019) p. 101-113.

BIJKER, Wiebe E.; BIJSTERVELD, Karin - **Women Walking Through Plans: Technology, Democracy, and Gender Identity**. Technology and Culture. 41:3 (2000) p. 485-515.

BOFILL LEVI, Anna - **La Construcció de la Ciutat Inclusiva: Estratègies d'Intervenció Integral en l'Hàbitat Local**. Em Seminário Barcelona. Barcelona: Agencia Suiza para el desarrollo y la cooperación COSUDE, 10 mar. 2013.

BROWN, Wendy - **Finding the Man in the State**. Feminist Studies. 18:1 (1992) p. 7-34. [Consult. 5 mar. 2025]. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/3178212>.

CABRAL, Manuel Villaverde; BORGES, Vera - **Relatório Profissão: Arquitecto/a**. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2006.

CASA COMUM U. PORTO - **O Meu 25 de abril com Alexandra Gesta**. 23 abr. 2024. [Consult. 21 jun. 2025]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=vURvJq3zYfY>.

CHIAVONE, João de Araújo. **A estruturação em curso dos negócios de impacto habitacional: reorganização das finanças, moradia como ativo e moradores como cliente**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2022. Dissertação de Mestrado.

COELHO, Margarida; BANDEIRINHA, António; SOARES, Bruno - **SAAL - entrevistas com Margarida Coelho e Bruno Soares parte 2, 1998**. [Con-

sult. 13 ago. 2025]. Disponível em <https://arqmultimedia.cd25a.uc.pt/pt/mmcs/1205>.

COELHO SANTANA, Jaqueline - **AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. ISBN 978-85-98349-69-5. Cadernos De Linguagem E Sociedade. Brasil. 20:2 (2019) 270–273. [Consult. 15 fev. 2025].**

COL·LECTIU PUNT 6 - **Urbanismo Feminista: Por una Transformación Radical de los Espacios de Vida. 1ª ed. Barcelona: Virus Editoria, 2019. ISBN 978-84-92559-99-2.**

COLAÇO, Isabel; GRAÇA DIAS, Manuel - **Mulheres na Arquitectura. Arquitectura e Decoração. Lisboa, RTP 2, 29 dez. 1993. [Consult. 7 abr. 2025].**

COLOMINA, Beatriz (ed.) - **Sexuality & Space. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1990. ISBN 1-878271-08-3.**

COMISSÃO DE REGISTROS HISTÓRICOS - **Depoimentos - Maria José Estanco 1986. 21 set. 2022. [Consult. 14 abr. 2025]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pMtVyueWF4o>.**

Dados e Estatísticas de Cursos Superiores - [Consult. 14 abr. 2025]. Disponível em <https://infocursos.medu.pt/>.

Direito à Habitação – Parte I. Nome Mulher, Porto, RTP 1, 2 mar. 1976. [Consult. 28 jul. 2025]. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/direito-a-habitacao-1-2/>.

Direito à Habitação – Parte II. Nome Mulher, Porto, RTP 1, 2 mar. 1976. [Consult. 28 jul. 2025]. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/direito-a-habitacao-2-2/>.

Docentes do ensino superior por sexo, grupo etário e subsistema de ensino - [Consult. 2 out. 2025]. Disponível em <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/educacao/ensino-superior/docentes-do-ensino-superior-por-sexo-grupo-etario-e>.

Ensino de Arquitetura. Alunos relatam experiências de exaustão - A Prova dos Factos, RTP 2, 20 jun. 2025. [Consult. 28 jul. 2025]. Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/pais/ensino-de-arquitetura-alunos-relatam-experiencias-de-exaustao_v1663660.

Entrevista ao projeto Mulheres em Construção - Cidades, Comunidades e Territórios. Autumn Special Issue (2022) p. 113–125.

Entrevista sobre os trabalhos do SAAL, 1975. [Consult. 21 jun. 2025]. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-sobre-os-trabalhos-do-saal/>.

EPSTEIN, Cynthia Fuchs - **Encountering the Male Establishment: Sex-Status Limits on Women's Careers in the Professions**. American Journal of Sociology. 75:6 (1970) p. 965–982.

FÁVERO, Natália Fernandes - **A Condição das Mulheres no Espaço Público: Territórios de Conforto e Desconforto na Urbanidade Contemporânea**. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2020 Dissertação do Mestrado Integrado em Arquitectura.

FEDERICI, Silvia - **O Patriarcado do Salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021. ISBN 978-65-5717-054-0.

FIGUEIRA, Jorge - **Olhar para as Estrelas – Notas sobre o feminino / masculino na arquitectura**. Joelho - Journal of Architectural Culture. 1 (2010).

FORTY, Adrian - On Difference: Masculine and Feminine. Em **Words and Buildings: A Vocabulary of Modern Architecture**. Nova Iorque: Thames & Hudson Inc., 2000. p. 42–61.

FREITAS, Carolina - **Estudos Feministas Sobre a Questão Urbana: Abordagens e Críticas**. Em XVIII ENANPUR. Natal: [s.n.]. ISBN 1984-8781.

Fundação Instituto Marques da Silva - [Consult. 21 out. 2025]. Disponível em <https://fims.up.pt/index.php>.

GAGO, Veronica - **Economia feminista: exploração e extração. Em A Potência Feminista, ou o Desejo de Transformar Tudo**. Brasil: Editora Elefante, 2020. ISBN 978-85-93115-65-3. p. 105–136.

GHEZ, Stéphane - **Charlotte Perriand: Pioneira Do Saber Viver**. 2019. [Consult. 6 nov. 2025]. Disponível em <http://archive.org/details/pioneira-do-saber-viver>.

GIL ANTUNES, Lia - **A Arquitectura Nunca Mais Será a Mesma. Considerações Sobre Género e Espaço(s)**. Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade. 7:2 (2015) p. 02–23.

GIL ANTUNES, Lia - **Arquitectura: Substantivo Feminino, Contribuição para uma História das Mulheres na Arquitectura**. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, jun. 2012 Dissertação do Mestrado Integrado em Arquitectura.

GIL ANTUNES, Lia - Paths of Resistance: «Women in Architecture» Association in Portugal. Em **Women's Creativity since the Modern Movement (1918-2018) - Toward a New Perception and Reception**. 1ª ed. Ljubljana: MoMoWo - Women's Creativity since the Modern Movement, 2018. ISBN 978-961-05-0106-0. p. 505–512.

GORJÃO, Vanda - **Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo.** Coleção Estudos e Investigações. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002. ISBN 972-671-090-1.

HAYDEN, Dolores - **The Grand Domestic Revolution: A History of Feminist Designs for American Homes, Neighborhoods, and Cities.** England: MIT Press, 1982. ISBN 0-262-58055-1.

HOSEY, Lance - **Hidden Lines: Gender, Race, and the Body in Graphic Standards.** Journal of Architectural Education. 55:2 (2001) p. 101-112.

Inquérito aos Membros - Relatório final. Observatório da Profissão. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2023.

JACOBS, Jane - **The Death and Life of Great American Cities.** Nova Iorque: Vintage Books, 1961.

LABCIDADE FAUUSP - **Palestra Verónica Gago - Seminário Lutas Urbanas Feministas**, 30 nov. 2023. [Consult. 15 ago. 2025]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Nkp-NsRf-Us>.

LE CORBUSIER - **O Modulor - Ensaio sobre uma Medida Harmónica à Escala Humana Aplicável Universalmente à Arquitectura e à Mecânica.** 1ª edição portuguesa, Lisboa: Antígona/Orfeu negro, 2010. ISBN 978-989-95565-7-7.

Making Room: Women and Architecture - HERESIES 11. 3:3 (1981).

MANDLEY, Sandra; GRAFT-JOHNSON, Ann De - **Women in Architecture: Five Tears on.** Em Dainty, A. (Ed.). Cardiff, Reino Unido: Association of Researchers in Construction Management, 1 set. 2008.

Mapa · An Archaeology of Utopia - [Consult. 21 jun. 2025]. Disponível em <https://anarchaeologyofutopia.com/pt>.

MATRIX - **Making Space: Women and the Man-made Environment.** Londres: Pluto Press, [s.d.]. ISBN 0-86104-601-3.

Milan Gender Atlas / Milano Atlante di genere - Sex and the City. 21 out. 2021. [Consult. 8 ago. 2025]. Disponível em <https://sexandthecity.space/milano-atlante-di-genere/>.

MUXÍ MARTÍNEZ, Zaida - **Mulheres, casas e cidades.** Brasil: Olhares Editora, 2024. ISBN 9786560920132.

NARCISO, João Bernardo; LEMOS, Cláudio - **Ruas do Género** [Consult. 3 dez. 2025]. Disponível em <https://ruasdogenero.pt/pt>.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́ - **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero.** 1ª ed. Brasil: Bazar do tempo, 2021. ISBN 978-65-86719-49-9.

PELE – Associação Social e Cultural (org.). **A Cidade Invisível – Cartografia(s) dos Caminhos Diários: TransFemina – Soundwalk na Estação de Campanhã** (Porto, 29 junho 2025). Projeto Europa Criativa. Evento integrado o projeto TransFemina: Intersectional Landscapes.

PELE – Associação Social e Cultural (org.). **Cartografias Poéticas e Políticas – O Olhar do TransFemina sobre as Cidades** (Porto, 1920 março 2025). Projeto Europa Criativa. Conversa integrada no projeto TransFemina: Intersectional Landscapes.

PELE – Associação Social e Cultural (org.). **Interseccionalidades no Espaço Público** (Porto, 1920 março 2025). Projeto Europa Criativa. Conversa integrada no projeto TransFemina: Intersectional Landscapes.

PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES - **O caminho de uma feminista e de uma causa: habitação, com Helena Roseta**. 26 nov. 2024. [Consult. 21 jun. 2025]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=LLL3wEreuk0>.

População 15-64 anos por sexo, grupo etário e nível de escolaridade (%) - Consult. 1 out. 2025]. Disponível em <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/educacao/qualificacoes-da-populacao/populacao-15-64-anos-por-sexo-grupo-etario-e-nivel>.

QUINTANILHA, Olga - **Entrevista a Olga Quintanilha, 1984**. [Consult. 21 jun. 2025]. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-olga-quintanilha/>.

Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior (RAIDES). Portugal: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2024/2025.

Relatório Recursos Humanos. Porto: Universidade do Porto, 2024.

SANTOS PEDROSA, P.; ÁLVARES LOMBARDEIRO, N.; ARIAS, D. - **Feminisms and the Spacialization of Resistences: Keeping the Fight Alive. Cidades, Comunidades e Territórios**. Autumn Special Issue (2022) p. I-V.

SANTOS PEDROSA, Patrícia - **Arquitectas: Ensaio para um Manual Revolucionário** - Arquitetura e Design, 2014. [Consult. 7 abr. 2025]. Disponível em https://www.artecapital.net/arq_des-114-patricia-santos-pedrosa-arquitectas-ensaio-para-um-manual-revolucionario.

SANTOS PEDROSA, Patrícia - **Arquitetas e a construção da visibilidade. Percursos a partir do contexto português**. 1ª ed. Porto: Circo de Ideias, 2025. ISBN 978-989-36040-1-4.

SANTOS PEDROSA, Patrícia - **Being a Female Architect in Portugal:**

A Short Introduction to a Long Ride. Em 1st International Meeting EAHN European Architectural Network - CD of Papers. Guimarães: [s.n.]. ISBN 978-989-96163-2-5

SANTOS PEDROSA, Patrícia - **Cidade e Arquitectura no Contexto das Diversidades.** Traço. Suplemento do jornal Construir n.º 385 (2019) p. 22-23. [Consult. 7 abr. 2025]. Disponível em https://www.academia.edu/38973449/Cidade_e_arquitectura_no_contextos_das_diversidade.

SANTOS PEDROSA, Patrícia - **Da Guerra Civil às Cidades das Mulheres.** Expresso. (2017) p. 36.

SANTOS PEDROSA, Patrícia - **Das Mulheres e da Arquitetura. Fragmentos, diálogos e reflexões.** 1ª ed. Porto: Circo de Ideias, 2024. ISBN 978-989-36040-0-7.

SANTOS PEDROSA, Patrícia - **Mulheres arquitectas e arquitectura: e se trocássemos umas ideias sobre o assunto?** 2018. [Consult. 7 abr. 2025]. Disponível em <http://www.jornalarquitectos.pt/pt/forum/cronicas/mulheres-arquitectas-e-arquitectura-e-se-trocassemos-umas-ideias-sobre-o-assunto>.

SANTOS PEDROSA, Patrícia - **Mulheres arquitectas e uma profissão (ainda) pensada e agida no masculino.** 2019. [Consult. 7 abr. 2025]. Disponível em <http://www.jornalarquitectos.pt/pt/jornal/quatro-lustros-na-ordem-dos-arquitectos/mulheres-arquitectas-e-uma-profissao-ainda-pensada-e-agida-no-masculino>.

SANTOS PEDROSA, Patrícia; GIL ANTUNES, Lia - **Plural Existences: Feminists' Epistemologies and the History of Architecture.** Em Género, Conhecimento, Resistências e Ação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, 2023. ISBN 978-989-646-171-3. p. 205-220.

SANTOS PEDROSA, Patrícia; LAGES, Joana Pestana; GIL ANTUNES, Lia (EDS.) - **Arquitectas: Modo(s) de (R)existir. Reflexões a partir de um ciclo de conversas.** 1ª ed. Lisboa: Mulheres na Arquitectura, 2018. ISBN 978-989-20-8954-6.

SCHMID, Susanne; EBERLE, Dietmar; HUGENTOBLE, Margrit (eds.) - **A History of Collective Living.** Suíça: Birkhäuser, 2019. ISBN 978-3-0356-1868-6.

SCOTT BROWN, Denise - Room at the Top? Sexism and the Star System in Architecture. Em **Having Words, Architecture Words 4.** Londres: Architectural Association Publications, 2010. ISBN 978-1-902902-70-8.

SEIXAS, Fernanda; PEREIRA, João Martins - **SAAL: entrevistas a João Martins Pereira e Fernanda Seixas,** 1998. [Consult. 13 ago. 2025]. Dispo-

nível em <https://arqmultimedia.ces.uc.pt/en/mmcs/1272>.

SER MULHER | BEING A WOMAN - Jornal Arquitectos. 242 (2011). Disponível em https://arquitectos.pt/ja_arquivo/JA_242.pdf.

SOARES ALMEIDA, Jane; BOSCHETTI, Vania Regina - **A Educação feminina e propostas coeducativas (séculos XIX/XX): A Igreja Católica como mediadora educacional**. Revista Historia de la Educación Latinoamericana. 20:31 (2018) p. 143-163. [Consult. 30 set. 2025]. Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/869/86958798009/html/>.

SOUSA, Antónia De; PALLA, Maria Antónia - **Porto, Mulheres da Ribeira – Parte I**. Nome Mulher, Porto, RTP 1, 1 abr. 1975. [Consult. 28 jul. 2025]. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/porto-mulheres-da-ribeira-parte-i/>.

SOUSA, Antónia De; PALLA, Maria Antónia - **Porto, Mulheres da Ribeira – Parte II**. Nome Mulher, Porto, RTP 1, 1 abr. 1975. [Consult. 28 jul. 2025]. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/porto-mulheres-da-ribeira-parte-ii/>.

Spatial Agency: Melusina Fay Peirce. [Consult. 5 nov. 2025]. Disponível em <https://www.spatialagency.net/database/peirce>.

SUCENA, Sara; FERREIRA, João Castro - **Fernanda Seixas, a Woman's Take on Architecture as Social Intervention**. ZARCH. 18 (2022) p. 134-147.

TORRE, Susana - **A Conversation with Susana Torre**, 2013.

TORRES, Anália et al. - **Igualdade de género ao longo da vida: Portugal no contexto europeu**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, maio 2018 [Consult. 28 set. 2025]. Disponível em <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/estudos/igualdade-de-genero-ao-longo-da-vida>.

URBANISMO FEMINISTA. Revista de estudios urbanos y territoriales. [S.I.]: Crítica Urbana, março 2022. Vol. V, n.º 23.

VILLAGRÁN, Paula Soto - **Patriarcado y Orden Urbano. Nuevas y Viejas Formas de Dominación de Género en la Ciudad**. Revista Venezolana de Estudios de la Mujer. 19:42 (2014) p. 199-214.

VITRÚVIO; MACIEL, Manuel Justino Pinheiro; HOWE, Thomas Noble - **Vitrúvio: tratado de arquitectura**. 3ª ed ed. Lisboa: IST Press, 2009. ISBN 978-972-8469-44-3.

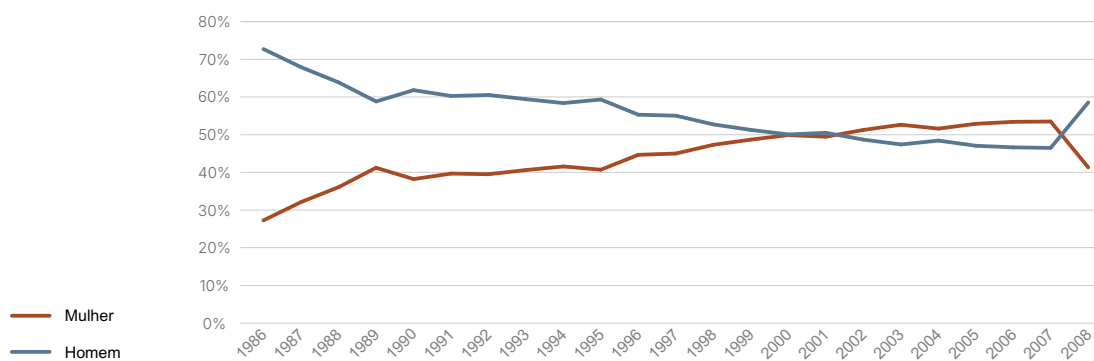
Apêndice 1 | Paridade nos Alunos Inscritos na FAUP

Curso	Ano	Mulher	Homem	Total	Mulher (%)	Homem (%)
ARQ	1986	6	16	22	27,3%	72,7%
ARQ	1987	17	36	53	32,1%	67,9%
ARQ	1988	44	78	122	36,1%	63,9%
ARQ	1989	101	144	245	41,2%	58,8%
ARQ	1990	148	239	387	38,2%	61,8%
ARQ	1991	211	320	531	39,7%	60,3%
ARQ	1992	238	365	603	39,5%	60,5%
ARQ	1993	275	402	677	40,6%	59,4%
ARQ	1994	320	450	770	41,6%	58,4%
ARQ	1995	313	456	769	40,7%	59,3%
ARQ	1996	326	404	730	44,7%	55,3%
ARQ	1997	355	434	789	45,0%	55,0%
ARQ	1998	385	429	814	47,3%	52,7%
ARQ	1999	408	429	837	48,7%	51,3%
ARQ	2000	452	454	906	49,9%	50,1%
ARQ	2001	469	479	948	49,5%	50,5%
ARQ	2002	509	484	993	51,3%	48,7%
ARQ	2003	542	489	1031	52,6%	47,4%
ARQ	2004	523	491	1014	51,6%	48,4%
ARQ	2005	530	471	1001	52,9%	47,1%
ARQ	2006	515	449	964	53,4%	46,6%
ARQ	2007	494	429	923	53,5%	46,5%
ARQ	2008	31	44	75	41,3%	58,6%
MIARQ	2008	482	404	886	54,4%	45,6%
MIARQ	2009	526	468	994	52,9%	47,1%
MIARQ	2010	517	452	969	53,4%	46,6%
MIARQ	2011	492	405	897	54,9%	45,1%
MIARQ	2012	524	439	963	54,4%	45,6%
MIARQ	2013	542	436	978	55,4%	44,6%
MIARQ	2014	555	435	990	56,1%	43,9%
MIARQ	2015	574	449	1023	56,1%	43,9%
MIARQ	2016	606	438	1044	58,1%	41,9%
MIARQ	2017	602	452	1054	57,1%	42,9%
MIARQ	2018	610	437	1047	58,3%	41,7%
MIARQ	2019	601	408	1009	59,6%	40,4%
MIARQ	2020	620	400	1020	60,8%	39,2%
MIARQ	2021	631	399	1030	61,3%	38,7%
MIARQ	2022	656	371	1027	63,9%	36,1%
MIARQ	2023	666	348	1014	65,7%	34,3%
MIARQ	2024	714	361	1075	66,4%	33,6%
MIARQ	2025	713	346	1059	67,3%	32,7%

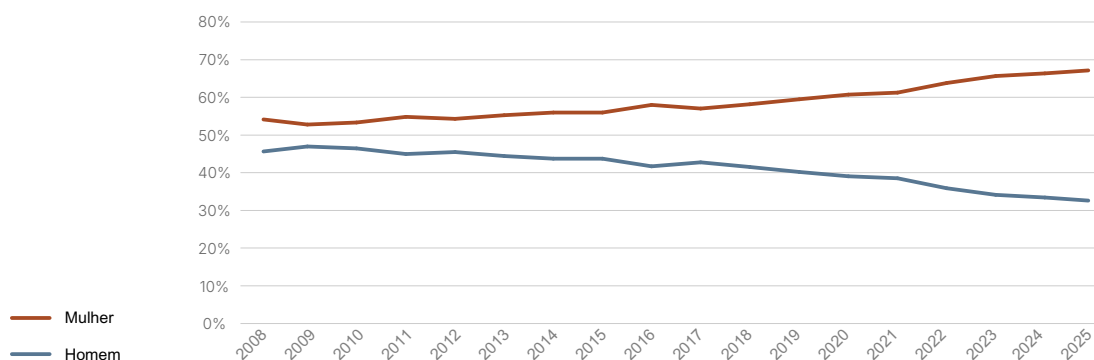
Fonte: UP Digital

Percentagem de Alunos inscritos na FAUP por género

Licenciatura em Arquitectura (1986-2008)



Mestrado Integrado em Arquitectura (2008-2025)



Apêndice 2 | Paridade nos Conselhos da FAUP

Conselho	Nome	Cargo	Género	
			Homem	Mulher
Diretor	João Pedro Sampaio Xavier	Diretor	1	
Conselho de Representantes	Luis Celestino Mourao Soares Carneiro	Presidente	1	
	Raquel Alexandra Geada e Paulino	Vice-Presidente		1
	Lúcia Fatima Carvalho Sousa	Secretária		1
	Carla Alexandra Garrido de Oliveira	Docente		1
	João Rodrigo Parreira Coelho	Docente	1	
	José Miguel Neto Viana Brás Rodrigues	Docente	1	
	Luís Filipe Dordio Martinho de Almeida Urbano	Docente	1	
	Nuno Valentim Rodrigues Lopes	Docente	1	
	Pedro Duarte Santos de Alarcão e Silva	Docente	1	
	Rui Jorge Garcia Ramos	Docente	1	
	João Campos Moreira Rocha	Estudante	1	
	Beatriz Picado Martins	Estudante		1
	Pedro Oliveira Tavares	Estudante	1	
	Margarida Freire Rodrigues	Estudante		1
	Magda Seifert	P. Externa		1
Total	16		10	6
Conselho Executivo	João Pedro Sampaio Xavier	Diretor	1	
	Teresa Manuel Almeida Cálix Augusto	Vice-Diretora		1
	Filipa de Castro Guerreiro	Vogal		1
	José Pedro Ovelheiro Marques de Sousa	Vogal	1	
	Clara Pimenta do Vale	Vogal		1
Total	5		2	3
Conselho Científico	Rui Jorge Garcia Ramos	Presidente	1	
	Teresa Manuel Almeida Cálix Augusto	Vice-Presidente		1
	João Rodrigo Parreira Coelho	Secretário	1	
	Álvaro António Gomes Domingues	Docente	1	
	João Pedro Sampaio Xavier	Docente	1	
	José Maria da Silva Lopes	Docente	1	
	José Miguel Neto Viana Brás Rodrigues	Docente	1	
	Luis Celestino Mourao Soares Carneiro	Docente	1	
	Nuno Valentim Rodrigues Lopes	Docente	1	
	Pedro Duarte Santos Alarcão Silva	Docente	1	
	Raquel Alexandra Geada e Paulino	Docente		1
	Vitor Manuel Oliveira da Silva	Docente	1	
Total	12		10	2
Conselho Pedagógico	José Miguel Neto Viana Brás Rodrigues	Presidente	1	
	Mário João Freitas Mesquita	Vice-Presidente, Secretário	1	
	Luís Sebastião da Costa Viegas	Docente	1	
	José Maria da Silva Lopes	Docente	1	
	Catarina Faria	Estudante		1
	Beatriz Pereira Taborda	Estudante		1
	Mafalda Alexandra Pinheiro de Oliveira Matos Rodrigues	Estudante		1

Estudo:

Esta tabela foi desenvolvida para analisar a paridade entre os órgãos de gestão da faculdade, considerando a distribuição de cargos de liderança e as responsabilidades atribuídas, com o objetivo de identificar discrepâncias na participação e representação de género nos espaços de decisão.

Reflexões:

Com base na tabela podemos concluir que maior parte dos cargos nos órgãos de gestão da faculdade pertencem a homens. Podemos ainda observar uma grande repetição de nomes entre os conselhos, identificados a azul.

Destacado a verde vemos o único conselho que apresenta um número superior de integrantes femininas.

A amarelo está destacado um caso particularmente preocupante, dado que o Conselho Pedagógico não apresenta paridade e evidencia uma clara desigualdade hierárquica: o corpo docente é composto exclusivamente por homens, enquanto o corpo discente é formado apenas por mulheres. Esta assimetria reforça barreiras na comunicação e pode aumentar significativamente a dificuldade das alunas em expressar as suas opiniões e serem ouvidas nos processos de decisão.

Fonte: Sigarra

Apêndice 3 | Paridade entre Professores na FAUP

Estudo:

Esta tabela foi desenvolvida para analisar a paridade entre os professores que lecionaram Unidades Curriculares no ano letivo 2025/2026, considerando a diferença entre disciplinas obrigatórias e opcionais, o peso da U.C. no percurso académico dos alunos, com base nos créditos, e a paridade entre docentes e regentes.

Reflexões:

Com base na tabela podemos concluir que maior parte das U.C. lecionadas não apresentaram um número igual de professores do género feminino e masculino, questão que se agrava se analisarmos os regentes.

Foram consideradas 58 Unidades Curriculares, das quais 34 são opcionais.

Assim, podemos observar que nas U.C. opcionais apenas quatro alcançam a paridade e seis têm um número superior de professoras do que professores. Por outro lado, nas U.C. obrigatórias só cinco alcançam a paridade entre professores e só três têm mais docentes mulheres a lecionar. Ou seja, 40 U.C. do MIArq (24 opcionais e 16 obrigatórias) de um universo de 58 disciplinas são lecionadas por uma equipa de docência maioritariamente masculina.

Fonte: Sigarra

Legenda:

Cinza - U.C. opcionais

Verde - U.C. com paridade entre professores

Laranja - U.C. com mais professoras do que professores na equipa de docência

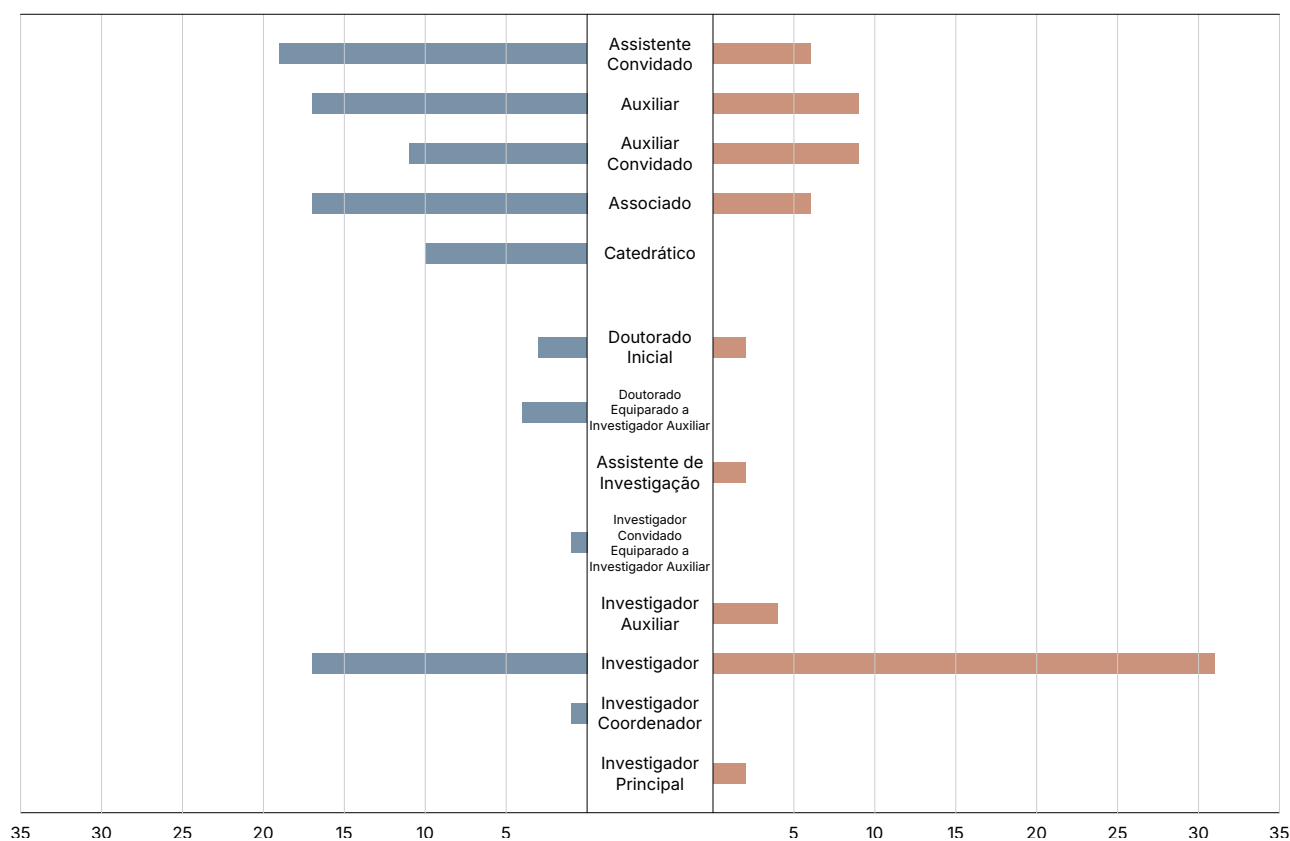
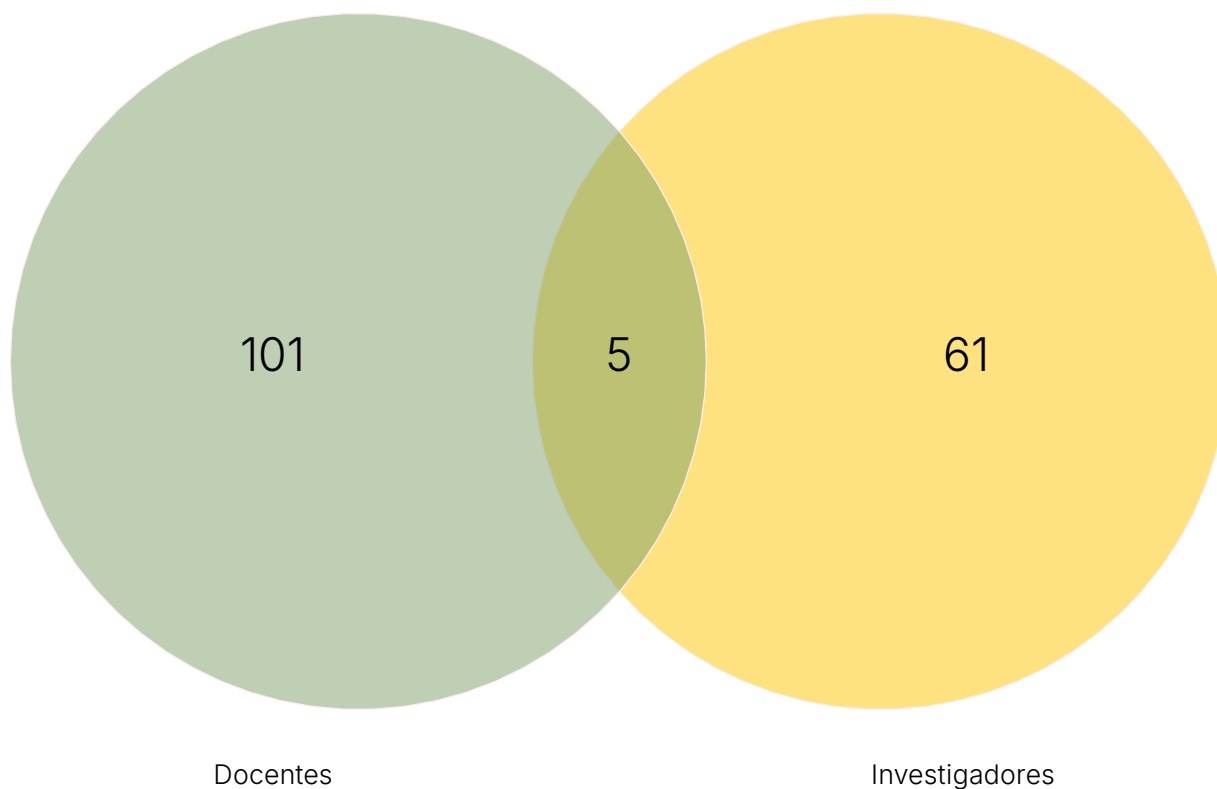
Ano	Disciplina	Créditos	Docentes		Regentes	
			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1º	1 Desenho 1	12	5	2	1	1
	2 Geometria e Arquitetura	9	2	1	1	
	3 História da Arquitetura Antiga e Medieval	9	2	1	1	
	4 Projeto 1	21	4	4	1	1
	5 Teoria Geral da Organização do Espaço	9	1	1	1	
2º	6 Construção 1	9	3		2	
	7 Desenho 2	6	4		1	
	8 História da Arquitetura Moderna	9	2	2	1	
	9 Teoria 1	9	2	1	1	
	10 Projeto 2	21	6	1	2	
Opcionais	11 Introdução ao Paisagismo	3		1		1
	12 Introdução à Urbanística	3	1	1		1
	13 Geografia	3	1		1	
	14 Economia Urbana	3	1		1	
	15 Antropologia do Espaço	3	1		1	
3º	16 Construção 2	9	3	1	2	
	17 História da Arquitetura Contemporânea	9	2	1	1	
	18 Projeto 3	21	6	2	1	
	19 Teoria 2	9	1	1		1
	20 Urbanística 1	6	1		1	
Opcionais	21 Arquitetura e Desenho 1	3	1		1	
	22 CAAD 1	3	1		1	
	23 Figura Humana e Representação do Espaço 1	3	2		1	
	24 Fotografia e Comunicação de Arquitetura I	3	1		1	
	25 Geometria Construtiva 1	3	2	1	2	
	26 Arquitetura e Desenho 2	3	1		1	
	27 CAAD 2	3	1		1	
	28 Figura Humana e Representação do Espaço 2	3	1		1	
	29 Fotografia e Comunicação de Arquitetura II	3	1		1	
	30 Geometria Construtiva 2	3	2	1	1	
4º	31 Teoria 3	6	1		1	
	32 Construção 3	9	3	2		1
	33 História da Arquitetura Portuguesa	12	2	2		1
	34 Projeto 4	21	6	3	2	
	35 Sistemas Estruturais	6	1	2		1
	36 Urbanística 2	3	3	1		1
Opcionais	37 A Urbanização da Pobreza	3	1	1	1	
	38 Arquitetura e Cinema	3	1		1	
	39 Arquitetura, Energia e Clima. Fundamentos para o desenho da Casa Bem-temperada	3	1		1	
	40 Conceção e Experimentação Estrutural	3	1		1	
	41 Construção Circular, Certificação e Design Consciente	3	1	1		1
	42 Construção da Arquitetura em Madeira	3		1		1
	43 Construir no Construído	3	1	1		1
	44 Desenho como método e instrumento de investigação em Arquitetura	3		1		1
	45 Fotografia de Arquitetura, Território e da Cidade	3	1		1	
	46 Geographical Information Systems	3	1		1	
	47 Habitar o Futuro - Laboratório de Investigação	3	2		2	
	48 História da Cidade do Porto	3	1		1	
	49 Intervenção Arquitectónica em Contexto Arqueológico	3	1		1	
	50 Paisagismo	3		1		1
	51 Porto, Territórios e redes da invisibilidade.	3	1		1	
	52 Sistemas Construtivos Tradicionais	3	1		1	
	53 Habitação Projeto Quotidiano: Desafios Contemporâneos no Desenho da Habitação	3		2		2
	54 Património e Paisagem. Gestão, Análise, Projeto	3	1	3		1
	55 Writing Planetary Architecture. Aga Khan Chair	3	1		2	
5º	56 Projeto 5	21	2	1		1
	57 Dissertação*	30		2		2
	58 Teoria 4	6	1		1	
*Não inclui os professores de orientação tutorial			93	46	49	20

Género		Nome	Categoria
Homem	Mulher		
1		Adalberto da Rocha Gonçalves Dias	Investigador
1		Álton Varea Oro	Doutorado Equiparado a Investigador Auxiliar
	1	Alexandra Matos Monteiro Ferreira Areia	Auxiliar
1		Alexandre Aníbal Meira Guimarães da Costa	Auxiliar Convocado
1		Alexandre Vieira Pinto Alves Costa	Catedrático
	1	Alice Solveig Nouvet	Assistente de Investigação
1		Álvaro António Gomes Domingues	Associado
	1	Ana Alexandra de Oliveira Brett	Investigador
	1	Ana Catarina Neiva	Auxiliar Convocado
	1	Ana Cristina Alves Guedes	Auxiliar Convocado
	1	Ana Isabel da Costa e Silva	Auxiliar
1		Ana Laura da Rosa Semão Melo Vasconcelos	Assistente Convocado
	1	Ana Luísa da Silva Fernandes	Investigador Auxiliar
	1	Ana Sousa Brandão Alves Costa	Auxiliar
1		André Carinha Tavares	Investigador Coordenador
	1	Andreia Joana Geraldo Silva Couceiro	Investigador Auxiliar
1		André Miguel Guimarães dos Santos	Auxiliar
1		André Eduardo Brandão Lopes Tavares	Assistente Convocado
1		André Rodrigues Marques	Investigador
	1	Andreza Verónica dos Santos Baptista	Investigador
1		António Luis Pereira da Silva Neves	Auxiliar
1		Armando Ferraz Batista Monteiro	Assistente Convocado
	1	Azar Mohammadpanah	Investigador
1		Bernardo Martins Barbosa França do Amaral	Assistente Convocado
	1	Carla Alexandra Garrido Oliveira	Associado
1		Carlos Eduardo Santos Barroso	Investigador
1		Carlos Gustavo Malheiro Machado Moura	Assistente Convocado
1		Carlos Manuel de Castro Cabral Machado	Associado
1		Carlos Miguel da Luz Vicente Azevedo	Assistente Convocado
1		Carlos Nuno Lacerda Lopes	Catedrático
	1	Catarina Alves Costa	Investigador
	1	Cátia Sofia Viana Ramos	Investigador
	1	Chloé Marie Nadou Darmon	Investigador
	1	Cláudia Anunciação Cantarino Gomes Soares Carvalho	Assistente de Investigação
	1	Cláudia Carolina Santos Leite	Investigador
	1	Claudia Cristina Gomes Duarte	Doutorado nível Inicial
	1	Cristina Emilia Ramos e Silva	Auxiliar Convocado / Investigador
1		Daniel Jose Rodrigues Oliveira	Auxiliar
1		David Ordóñez Castañón	Investigador
1		Diego Beja Inglez de Souza	Doutorado Equiparado a Investigador Auxiliar
1		Diogo Aguiar Pinto Carvalho Moreira	Assistente Convocado
	1	Domingas Isabel Costeira da Rocha de Vasconcelos	Investigador
1		Domingos Manuel Campelo Tavares	Catedrático
1		Edgar Garcia da Silva Brito	Assistente Convocado
1		Eiseu Manuel Vieira Gonçalves	Associado
	1	Ericka Vicente Brandão	Investigador
1		Fábio Miguel Oliveira Santos	Assistente Convocado
1		Fábio Moreira Araújo	Assistente Convocado
1		Fernando Pedro da Silva Ferreira	Auxiliar Convocado
1		Fernando Zaparáin Hernández	Investigador
	1	Filipa de Castro Guerreiro	Associado
	1	Filipa de Paiva Ardénis	Investigador
1		Francisco Castello Branco Vieira de Campos	Auxiliar Convocado
1		Gabriel Weber de Almeida de Paula e Silva	Investigador
	1	Giulia Secci	Doutorado nível Inicial
1		Giuseppe Resta	Doutorado Equiparado a Investigador Auxiliar
1		Gonçalo Miguel Furtado Cardoso Lopes	Associado
1		Helder Francisco Valente Casal Ribeiro	Associado
1		Hugo de Mendonça Ribeiro da Costa e Silva	Investigador
1		Hugo Jorge Amaral Natário	Assistente Convocado
	1	Inês Castro Lobo Salema Guilherme	Investigador
	1	Inês Osório de Castro Ribeiro Monteiro	Investigador
	1	Isabel Clara Neves da Rocha Marques	Investigador
	1	Isabel Maria Henriques Martinho da Silva	Auxiliar
	1	Joana Cravo de Almeida Restivo	Auxiliar Convocado / Investigador
1		João Luis Rebelo Ferreira Marques	Auxiliar Convocado
1		João Paulo Loureiro	Auxiliar Convocado
1		João Pedro Alves de Guimarães Seródio	Associado
1		João Pedro Sampaio Xavier	Catedrático
1		João Rodrigo Parreira Coelho	Associado
1		Joaquim José Lopes Teixeira	Auxiliar
1		Jorge Eduardo Ramos Jular	Investigador
1		Jorge Manuel Abade Dias	Auxiliar Convocado
1		Jorge Manuel Fernandes Figueira Ferreira	Catedrático
1		Jorge Manuel Ferreira de Carvalho	Auxiliar Convocado
1		Jorge Manuel Saraiva Pereira	Auxiliar
1		José Alberto Abreu Lage	Auxiliar
1		José Júlio Cabral Faria Frias Dias	Auxiliar
1		José Manuel Teixeira Barbosa	Auxiliar
1		José Maria da Silva Lopes	Auxiliar
1		José Miguel Neto Viana Brás Rodrigues	Catedrático
1		José Pedro Faria Azevedo	Assistente Convocado
1		José Pedro Ovelheiro Marques de Sousa	Associado
1		José Virgílio Borges Pereira	Catedrático
	1	Lais Maira Ramalho dos Reis Pettinati	Investigador
	1	Larissa Ribeiro Cunha	Investigador
	1	Ligia Paula Simões Esteves Nunes Pereira da Silva	Investigador
1		Lino Augusto Tavares Dias	Investigador
	1	Luciana Silva Rocha	Investigador Auxiliar
1		Luis Antonio Machado Piteira	Assistente Convocado / Investigador
1		Luis Celestino Mourao Soares Carneiro	Associado

1		Luis Filipe Dordio Martinho de Almeida Urbano	Associado
1		Luis Pedro Ferreira da Silva	Auxiliar
1		Luis Sebastião da Costa Viegas	Auxiliar
	1	Marfada Isabel Sardinha Mendes Lucas	Investigador
1		Manuel Augusto Soares Mendes	Auxiliar
1		Manuel Joaquim Soeiro Moreno	Associado
1		Manuel Jorge Moreira de Carvalho	Investigador
1		Manuel Pinheiro Fernandes Sá	Catedrático
1		Marco Ginouliac	Associado
	1	Maria Alexandra Correia de Castro	Auxiliar Convocado
	1	Maria Ângela Oliveira e Cunha	Investigador
	1	Maria Clara de Carvalho Pimenta do Vale	Associado
	1	Maria da Graça Ribeiro Correia Ragazzi	Auxiliar Convocado
	1	Maria de Fátima Morais de Aguiar e Castro	Doutorado nível Inicial
	1	Maria Eduarda Penha Souto de Moura	Assistente Convocado
	1	Maria Gisela Antunes Lameira	Investigador Auxiliar
	1	Maria Isabel Lopes de Mendonça	Investigador
	1	Maria José Lopes Casanova	Investigador
	1	Maria Madalena Ferreira Pinto da Silva	Associado
	1	Maria Margarida Gonçalves Quinta	Auxiliar Convocado
	1	Maria Raquel Nunes de Almeida e Casal Pelayo	Auxiliar
	1	Maria Teresa Saraiva Pires da Fonseca Dias da Fonseca	Associado
	1	Mariana Abrunhosa de Carvalho Martins Pereira	Investigador
	1	Mariana Ramos Moreira e Sá	Assistente Convocado
	1	Mariana Soares Martins Carvalho	Auxiliar Convocado / Investigador
	1	Marina Ferreira Borges	Investigador Principal
1		Mário João Freitas Mesquita	Auxiliar
	1	Marta Maria Peters Arriscado Oliveira	Investigador
	1	Marta Mota Torres do Páteo Sousa	Investigador
	1	Marta Rocha Moreira	Auxiliar
1		Neftali Sillero	Investig. Convocado Equiparado Investig. Auxiliar
	1	Noémia Cristina da Herdade Gomes dos Santos Ferreira	Auxiliar
1		Nuno Alexandre Jesus Teixeira de Sousa	Auxiliar Convocado
1		Nuno André Coelho de Melo e Sousa	Assistente Convocado
1		Nuno Miguel Lima Brandão Costa	Associado
1		Nuno Miguel Martins Travasso	Investigador
1		Nuno Valentim Rodrigues Lopes	Associado
	1	Paula Maria Ranhada Pereira de Castro	Auxiliar
1		Paulo André Almeida Abrunhosa e Sousa	Assistente Convocado
1		Paulo Humberto Soares de Oliveira Júnior	Investigador
1		Pedro Augusto de Azambuja Varela	Doutorado nível Inicial
1		Pedro de Oliveira Rodrigues e Vaz da Cunha	Assistente Convocado
1		Pedro Duarte Santos de Alarcão e Silva	Associado
1		Pedro Flores Alves dos Santos	Auxiliar Convocado
1		Pedro Leão Ramos Ferreira Neto	Auxiliar
1		Pedro Miguel Correia Bala da Costa	Auxiliar Convocado
1		Pedro Miguel dos Santos Silva	Auxiliar Convocado
1		Pedro Murilo Gonçalves de Freitas	Doutorado Equiparado a Investigador Auxiliar / Investigador
1		Pedro Querido Figueiredo Bragança Ribeiro	Assistente Convocado
1		Rafael Magalhães Manhães de Souza	Investigador
1		Rafael Sousa Santos	Doutorado nível Inicial
	1	Raquel Alexandra Geadá e Paulino	Auxiliar
	1	Raquel Morais Carvalho Gonçalves Dias	Assistente Convocado
1		Ricardo Jorge Basto Pereira Leite	Auxiliar
1		Ricardo José Fernandes Rodrigues	Investigador
1		Ricardo Manuel Coelho Leitão	Assistente Convocado
	1	Rita Senra Furtado	Assistente Convocado
1		Rui Américo Branco da Silva Cardoso	Auxiliar
1		Rui Humberto Costa de Fernandes Póvoas	Catedrático
1		Rui Jorge Garcia Ramos	Catedrático
1		Rui Manuel Trindade Braz Afonso	Associado
1		Rui Manuel Vieira Passos Mealha	Investigador / Docente aposentado
	1	Sara Inês Videira Monteiro Ruas	Investigador
	1	Sara Lia dos Santos Vieira Brysch	Investigador
1		Sérgio Leopoldo Fernandez Santos	Associado / Investigador
1		Sidh Daniel Losa Mendiratta	Auxiliar
	1	Silvia Cristina Teixeira Ramos	Auxiliar Convocado
	1	Sónia Marques Gabriel	Investigador
	1	Tatiana Patricia Tavares Mota	Assistente Convocado
	1	Teresa Manuel Almeida Calix Augusto	Associado
	1	Teresa Sofia Barbot Faria Cunha Ferreira	Investigador Principal
1		Tiago Filipe Trindade Cruz	Doutorado nível Inicial
1		Tiago Freitas de Macedo Correia	Assistente Convocado
		Tiago Luís Lavandeira Castela	Investigador
	1	Vera Lúcia Viana Lopes	Investigador
1		Vitório Ribeiro Tavares de Vasconcelos Leite	Assistente Convocado
	1	Yeganeh Torizand	Investigador
98	70	168	Docente / Investigador
74	30	104	Docente
19	39	58	Investigador
72	37	109	Docente / Investigador (Relatório UP)

Estudo:

Esta tabela e gráficos foram desenvolvidos para examinar a paridade entre docentes e investigadores nas diferentes categorias, considerando a distribuição por níveis hierárquicos e a progressão na carreira, com o objetivo de identificar eventuais discrepâncias na representação de género. A análise contemplou apenas docentes e investigadores com estado ativo no ano letivo de 2025/2026.



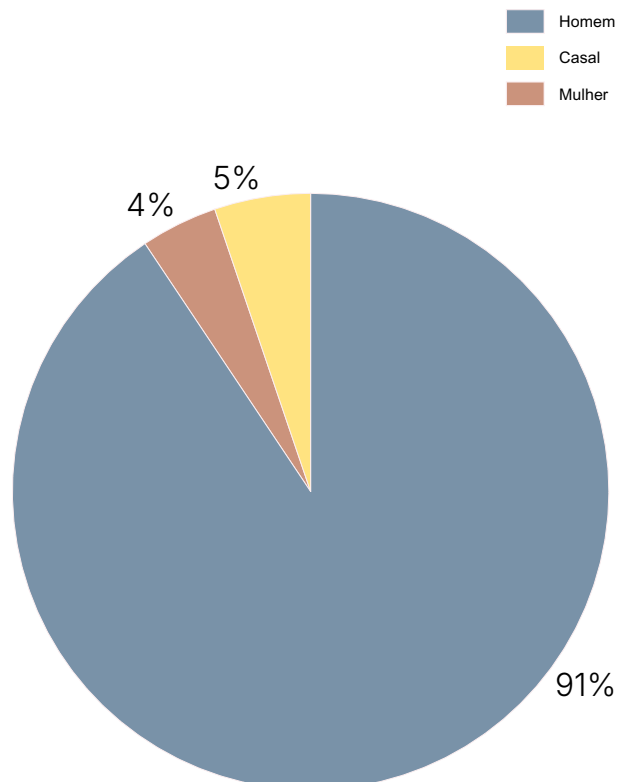
Apêndice 4 | Paridade na Bibliografia das U.C. Projeto

U.C.	Livro	Autor		
		Homem	Mulher	Casal
Projeto 1	1 Corso di disegno	1		
	2 Só nós e santa tecla	1		
	3 Historia de la arquitectura moderna	1		
	4 Da organização do espaço	1		
	5 Pensar a arquitectura	1		
	6 De la forme au lieu	1		
	7 01 Textos	1		
	8 Casa de férias em Ofir	1		
	9 Imaginar a evidência	1		
	10 Saber ver a arquitectura	1		
	11 Projectar un edificio	1		
	12 Forma y diseño	1		
	13 Principia architectonica	1		
	14 El árbol, el camino, el estanque, ante la casa	1		
	15 Puertas adentro, interioridad y espacio doméstico en el Sec. XX	1		
	16 Maquetes de papel	1		
	17 Casas de maestros	1		
	18 Historia crítica de la arquitectura moderna	1		
	19 A cidade na história	1		
Projeto 2	20 La solitudine degli edifici e altri scritti	19	0	0
	21 Gli elementi del fenomeno architettonico	1		
	22 Arquitectura lengua muerta y otros escritos	1		
	23 Historia crítica de la arquitectura moderna	1		
	24 De la forme au lieu	1		
	25 Forma y diseño	1		
	26 Projectar un edificio	1		
	27 A ideia construída	1		
	28 Isolato urbano e città contemporanea, Città Studi Edizioni	1		
	29 Las formas del siglo XX	1		
	30 Territorios	1		
	31 L'Amour des villes	1		
	32 A boa forma da cidade	1		
	33 Diciassette lettere sull'architettura	1		
	34 La arquitectura de la ciudad	1		
	35 Complejidad y contradicción en la arquitectura	1		
	36	16	0	0
	37	16	0	0
Projeto 3	38 Porto 1901-2001	1		
	39 Casa collage	1		
	40 Pisos piloto	1		
	41 Atlas de plantas	1		
	42 Nuevos modos de habitar	1		
	43 Metropolitan housing Madrid	1		
	44 Habitar la cubierta	1		
	45 Arquitectura portuguesa contemporánea	1		
	46 Housing+Singular Housing	1		
	47 Construir Barcelona	1		
	48 Modern housing prototypes	1		
	49 Typo plan manual housing	1		
	50 The modern flat	1		
	51 Modern Flats	1		
	52 Habitação contemporânea. Formas de habitar	1		
	53 Guia da arquitectura moderna	1		
	54 Flexible housing	1		
	55 La Arquitectura de la vivienda colectiva	1		
	56 Housing design. A manual	1		
Projeto 4	57 La calle y la casa. Urbanismo de interiores	1		
	58 Formas urbanas: de la manzana al bloque	1		
	59 A vida entre edificios usando o espaço publico	1		
	60	22	4	3
	61	16	0	0
	62	16	0	0
	63	16	0	0
	64	16	0	0
	65	16	0	0
	66	16	0	0
	67	16	0	0
	68	16	0	0
	69	16	0	0
	70	16	0	0
	71	16	0	0
	72	16	0	0
	73	16	0	0
	74	16	0	0
	75	16	0	0
	76	16	0	0
Projeto 5	77	27	0	2
	78	27	0	2
	79	27	0	2
	80	27	0	2
	81	27	0	2
	82	27	0	2
	83	27	0	2
	84	27	0	2
	85	27	0	2
	86	27	0	2
	87	27	0	2
	88	27	0	2
	89	27	0	2
	90	27	0	2
	91	27	0	2
	92	27	0	2
	93	27	0	2
	94	27	0	2
	95	27	0	2
	96	27	0	2
	97	27	0	2

Estudo:

Esta tabela e gráfico foram desenvolvidos para analisar a paridade na bibliografia obrigatória das unidades curriculares de Projeto ao longo do MIArQ no ano letivo 2025/2026. De 96 livros diferentes propostos pelas cinco U.C. podemos observar que apenas quatro são escritos por mulheres e mais cinco são escritos por casais. Ou seja, as referências propostas aos alunos durante o curso são na sua maioria masculinas.

Fonte: Sigarra



Apêndice 5 | Guião das Entrevistas

Gerais: Diferentes corpos têm diferentes vivências e apropriações do espaço urbano. Qual a sua perceção da cidade? As mulheres durante muito tempo foram restringidas ao espaço doméstico. O atual planeamento e desenho urbano pensa ativamente as necessidades, vivências e a segurança dos corpos femininos no espaço público?		
Elena Parnisari Qual o papel dos órgãos públicos ou do Estado na gestão do espaço urbano e garantia de segurança e condições para todos os seus utilizadores? Os processos participativos são o caminho para um urbanismo e arquitetura mais inclusivos, mais feministas? Em relação ao acesso e visibilidade das mulheres em profissões relacionadas com a arquitetura, cidades mais inclusivas e planeamento urbano mais feminista, como está Portugal em comparação com outros contextos internacionais?	Laura Sobral Qual o papel dos órgãos públicos ou do Estado na gestão do espaço público e garantia de segurança e condições para todos os seus utilizadores? Quais as dificuldades ainda sentidas pelas mulheres no acesso ao ensino e à profissão liberal na arquitetura ou no urbanismo? Os processos participativos são o caminho para um urbanismo e arquitetura mais inclusivos, mais feministas? Em relação ao acesso e visibilidade das mulheres em profissões relacionadas com a arquitetura, cidades mais inclusivas e planeamento urbano mais feminista, como está Portugal em comparação com outros contextos internacionais?	Gabriela Cavalcanti Considera importante projetos como Mulheres em Construção para aproximar as mulheres, arquitetas ou não, da construção civil e da obra? O estaleiro de obras é um lugar maioritariamente masculino, qual é a experiência de uma mulher neste ambiente? Que impacto teve para si a participação neste projeto? Em relação ao acesso e visibilidade das mulheres em profissões relacionadas com a arquitetura, cidades mais inclusivas e planeamento urbano mais feminista, como está Portugal em comparação com outros contextos internacionais?
Maria João Mota Quais as desigualdades no acesso à cidade por parte não só das mulheres, mas também de outros corpos silenciados? O que poderia facilitar a presença, mobilidade e segurança das mulheres na cidade? Que impacto e alcance é que o coletivo Pele tem tido no território em que atua?	Chloé Darmon Quais as dificuldades ainda sentidas pelas mulheres no acesso ao ensino e à profissão liberal na arquitetura? E em específico na FAUP, quais as desigualdades mais marcantes? E de que forma foi importante o Núcleo Feminista da FAUP na perceção e procura de uma possível solução para essas dificuldades sentidas pelas estudantes?	D. Orquídea Como foi o seu percurso e participação na luta por habitação digna no Bairro da Bouça? Durante e depois da ditadura considera que a participação das mulheres foi relevante e decisiva nesta luta? Para além das infraestruturas básicas e melhoria das habitações quais foram outras necessidades ou requisitos dos moradores durante o projeto?
Helena Fidalgo Considera importante projetos como Mulheres em Construção para aproximar as mulheres, arquitetas ou não, da construção civil e da obra? Quais as dificuldades que sente enquanto mulher ao participar nesta formação numa área maioritariamente masculina? Para além dos momentos de formação mais prática, que ensinamentos leva de formações como "Igualdade de género" e "Corpo - Casa - Bairro - Cidade"? Que impacto teve para si a participação neste projeto?	Joana Pestana Lages De que forma procura partilhar estes temas com os seus estudantes e contrariar o conservadorismo e patriarcalismo enraizados no ensino da Arquitetura e Urbanismo? Quais as dificuldades ainda sentidas pelas mulheres no acesso ao ensino e à profissão liberal na arquitetura? Em relação ao acesso e visibilidade das mulheres em profissões relacionadas com a arquitetura, cidades mais inclusivas e planeamento urbano mais feminista, como está Portugal em comparação com outros contextos internacionais?	Patrícia Santos Pedrosa Qual a sua perceção das reações e opiniões, principalmente dos seus colegas, em relação ao tema da sua investigação e das suas publicações? E em relação aos estudantes, de que forma procura partilhar estes temas com eles e contrariar o conservadorismo e patriarcalismo enraizados no ensino da Arquitetura e Urbanismo? Quais as dificuldades ainda sentidas pelas mulheres no acesso ao ensino e à profissão liberal na arquitetura?

Nota:

Guiões realizados previamente o que poderá resultar numa diferente formulação das perguntas durante as entrevistas ou o surgimento de questões ou temas diferentes.

Apêndice 6 | Entrevista com Elena Parnasari

10 de julho de 2025, Online

[...]

Daniela Santos (04:07 - 04:19)

Pronto, começando então, os diferentes corpos, têm diferentes vivências e apropriações do espaço urbano. Qual é a tua percepção da cidade e do espaço público?

Elena Parnisari (04:20 - 04:24)

Ok, então, essa é uma pergunta para mim como Elena?

Daniela Santos (04:24 - 04:24)

Sim.

Elena Parnisari (04:27 - 11:07)

Ok, então posso dizer que os meus estudos de arquitetura e o meu interesse na arquitetura começou primeiramente pelo interesse nos grandes bairros sociais e é a esta escala que sempre gostei de analisar e de estudar e de trabalhar. Porque achei uma escala muito diferente do resto da cidade e dos bairros que somos acostumados a viver na cidade e achei uma escala real do que é que é a vivência dos espaços públicos. E sempre fiquei muito interessada nas na logísticas das pessoas, como as pessoas se organizam dentro desses grande contentores que no fundo são tipo minicidades dentro da cidade. E, então, comecei um pouco por aí com os meus estudos, com esse grande interesse.

Depois virei o interesse nas megalópolis e então espaços urbanos gigantes, onde as pessoas são números e onde realmente é muito difícil ter uma correlação com os elementos urbanos. É muito difícil identificar-se uma rua, com um prédio ou um parque, por causa da escala.

Vou fazer primeiro o tipo todo um discurso de como passei e depois te digo, qual é que é a minha perspectiva hoje. E ali achei muito interessante essa coisa de sentir-se um pouco perdida dentro do espaço urbano e não ter esta necessidade de realmente identificar-se com alguma coisa, mas estar mais a parte de um grupo e não parte de uma unidade.

Depois, pronto, trabalhei em megalópolis e trabalhei dentro, há sempre bairros pobres dentro das megalópolis, e ver como isso se relacionava com os bairros ricos. Então um pouco e continuar o meu interesse dos bairros sociais, mas dentro de uma escala maior e a nível Internacional, então falamos tipo das favelas no Brasil ou dos slum na Índia, que são uma escala que na Europa não temos.

E depois disso, tive um câmbio muito, muito grande e passei das mega-

Elena Parnasari

Arquiteta e urbanista italiana. Na altura da entrevista, encontrava-se a concluir o seu doutoramento na FAUP sobre o direito das crianças ao espaço urbano, atualmente já concluído. Conta com mais de uma década de experiência nacional e internacional em processos participativos, planeamento urbano comunitário e inclusivo, habitação social, regeneração urbana e conceção de espaços públicos adaptados a crianças.

lópoles diretamente para um contexto rural, que foi a Amazônia no Peru. Então passei a estudar a arquitetura e o urbanismo dentro de comunidades, num contexto muito natural. E a coisa interessante é que eu percebi que este esquema da grelha de ter pontos de referência, tanto dentro um contexto gigante, enquanto dentro de um contexto pequeno, é muito similar. Então a escala realmente não difere muito, ou seja, dentro de um contexto, mesmo que pequeno, sempre tem uma rua principal, sempre tem um centro comunitário de referência, uma escola de referência, estes geralmente são os dois pontos. E pronto, e depois dali, voltei aos bairros sociais em Portugal, então esse foi um pouco os meus cursos. E pronto, como é que eu sinto que o meu corpo se relaciona com estes espaços?

É depende muito da escala, sim, mas sinto que todos temos uns pontos fixos de referência, então o nosso corpo vai na direção e se mexe com o resto da cidade, dependendo desses pontos de referência que no sentido comum são centros comunitários onde as pessoas se agregam. Então, no meu ponto de vista, é sempre um parque, é uma escola, é uma praça. Eu diria que estes são os meus 3 pontos de referência.

E senti isso, por exemplo, de uma forma muito diferente, nos contextos norte-americanos. Nesses últimos anos tenho viajado muito nos Estados Unidos, e sempre senti-me perdida no contexto urbano por não ter esses pontos de referências claros no imediato e numa distância que eu posso percorrer ou caminhando ou com transporte público. E essa foi um pouco a minha reflexão destes últimos 2 anos, diria. E também que estive a pensar, ok, mas no fundo, onde é que eu quero morar? Olhando também para o espaço público desta cidade, e destas cidades dos países onde morei e, por exemplo, isso foi claro, não quero morar nos Estados Unidos porque o meu corpo não tinha pontos de referência, ou seja, o urbanismo é muito diferente. Essa dependência do carro fez com que as cidades se desenvolveram de uma forma diferente. Não estou a falar de New York, São Francisco, Chicago que são as cidades globais, mas estou a falar de cidades médio, grandes e que no fundo são a realidade deste país, não é? Então, eu sinto que me relaciono com o espaço público sempre pensando primeiramente onde são esses dois pontos de referência, tendo esses pontos como pontos fixos e desde de esses dois pontos eu me mexo na cidade.

A questão da escala, não, para mim não, não muda muito. Como eu disse antes, ou seja, tendo em conta de ter estes pontos, estar numa megalópole ou estar numa comunidade na Amazônia, não me faz muita diferença porque sinto que as pessoas se mexem de uma forma muito similar, ou seja, são sempre percursos, casa-trabalho, onde numa megalópole podem ser casa e uma oficina gigantesca e numa comunidade pode ser casa e uma horta. Então são sempre estas direções, estas matrizes que te ajudam a percorrer o espaço da cidade.

Daniela Santos (11:12 - 11:29)

E agora mais em relação às mulheres que durante muito tempo foram restringidas ao espaço doméstico. O atual planejamento e desenho urbano pensa ativamente nas necessidades, vivências e na segurança dos corpos femininos no espaço público?

Elena Parnisari (11:30 - 18:18)

Não, e acho que este tema está muito em relação com o tema também das crianças. Na minha tese de doutoramento estive a estudar fundamentalmente o tema das cidades amigas das crianças, que é um movimento promovido pela UNICEF, primeiramente e depois para outras fundações e centros de investigação. E este movimento se liga diretamente com a problemática do espaço público de não ser [...] abrangente também para as mulheres, porque as mulheres são diretamente conectadas com as crianças, não é? Porque as mulheres ainda são as cuidadoras, na maior parte dos casos.

Então eu com a minha investigação, decidi focar-me nas crianças, mas é um tema muito sensível. O tema também das mulheres e pronto, sou parte de grupos como Mulheres na Arquitetura, na Itália, de uma associação que se chama [...28:39...], que trabalha também com crianças, mas também com mulheres, e tem muitos contactos com outros coletivos. Tem, por exemplo, uma associação que, não sei se conheces, na Itália baseado em Milão que se chama Sex and the City e foi fundada por duas mulheres, duas arquitetas, e elas tornaram-se um ponto de referência na Itália porque a junto com a municipalidade de Milão, fizeram o Atlas de género, então fizeram um projeto participativo com muitas mulheres de diferentes bairros da cidade de Milão e conseguiram publicar este Atlas e no fundo, elas trabalharam, depois eu te posso enviar o link disso também, e elas conseguiram mapear os espaços urbanos do ponto de vista das mulheres, da perspectiva das Mulheres e mapeando também os pontos críticos, os pontos do medo, os pontos de insegurança e os pontos também positivos. E encontrei-me muito com essa pesquisa, com esse trabalho que agora se está a desenvolver também em outras cidades da Itália. Então isso também foi bom que esse trabalho teve um ressaltado positivo, ou seja, que outras municipalidades perceberam da utilidade desse trabalho e da urgência de fazer este trabalho. E eu como mulher e sendo que moro em países diferentes no mundo e principalmente países do sul global, sempre senti muitos obstáculos, não é? Na forma de como nos mexemos no espaço público e eu, por exemplo, sempre presto atenção, ou seja, um dos elementos que sempre presto atenção são, por exemplo, a iluminação, obviamente, os pontos de água, para mim é um ponto muito fundamental assim, ou seja, sempre ter um sítio, que é uma coisa, por exemplo, aqui na Itália é muito presente, mas nos países fora não há um sítio onde poder encontrar água, que é no fundo, na minha cabeça, é um ponto de agregação., então um ponto de seguridade, so-

bretudo em determinadas épocas do ano, não é tipo, no verão sei que num ponto de água provavelmente vão estar pessoas e este vai ser um espaço fácil, seguro onde estar. Pronto, e iluminação, obviamente é uma coisa que acho que seria interessante, por exemplo, fazer um mapa de onde está a iluminação municipal, onde não está e qual é o percurso das mulheres e estou tipo, acho que resultaria muito claramente como as mulheres, primeiramente, não caminhariam sozinhas numa estrada, rua ou numa rua escura ou se caminho, caminho com medo. As barreiras arquitetónicas a nível do solo, pensando numa mulher que, por exemplo, tem uma criança, tanto uma criança no carrinho, quanto na criança caminhar, ou quanto um pai idoso, por exemplo, ou [...] num carrinho de rodas. E esta é uma coisa que não sei se é por ser arquiteta, por ser urbanista e ser mais próxima destes pensamentos, mas uma coisa que reparo sempre, por exemplo, quando vejo que tem a estrada, tem o passeio num outro nível da estrada e depois tem uma passadeira. Na maior parte dos casos, a passadeira é ao nível da estrada e não é ao nível do sidewalk, do passeio. Isto, por exemplo, é uma barreira, eu não deveria de descer ao nível da rua, mas deveria continuar a caminhar no mesmo nível e isso como mulher também, acho que tem a ver muito com o psicológico, não é, ou seja, de sempre ter que descer para baixo, para voltar a subir, e é um pouco como descer para a vontade de quem está num carro, ter o direito de ir mais express.

Mas uma coisa que acho que é bastante clara na minha vivência, na minha experiência é que é eu, pessoalmente sinto-me mais segura nas megalópolis do que em aldeias pequenas, porque acho que esta coisa um pouco do controle das pessoas, ou seja, da comunidade sempre estar na tua volta, então todos ser parte dos teus movimentos juntos, um pouco ajuda. Então acho que é, pronto, mas depois da megalópolis têm outros problemas que se calhar têm mais barreiras, mas a nível assim emotivo, ter pessoas na tua volta te ajuda sentires-te parte de um grupo.

Daniela Santos (18:20 - 18:31)

Sim e agora, qual o papel dos órgãos públicos ou do Estado na gestão do espaço público e da garantia de segurança e condições para todos os seus utilizadores?

Elena Parnisari (18:33 - 20:24)

Sim, acho que o papel deveria ser ter uma abordagem participativa, o que existe muito pouco ou não existe na maioria dos países do mundo, principalmente na Europa do Sul, sinto que isso ainda algo para ser trabalhado e acho que o papel seria de garantir, obviamente, um espaço adequado para todos, ou seja, desde as crianças até os mais velhos.

E, por exemplo, é por isso que eu acredito muito nas crianças, porque na minha pesquisa a coloco muita atenção sobre o fato de se trabalharmos participativamente com as crianças conseguimos de uma forma garantir

espaços que são bons para todos, porque uma criança não é motorizada, não tem independência econômica, às vezes também não têm uma independência motora e tudo tem que ser mais seguro para uma criança andar sozinha, tudo assim que tem que ser na altura da criança, então são parâmetros que depois poderiam ser respeitados para as pessoas mais adultas. E então acho que o papel das administrações seria a olhar para a cidadania, para os cidadãos ativamente e de uma forma participativa, ou seja, realmente em envolvendo esses cidadãos. [...]

E não só dar o projeto às empresas que ganham os concursos sem depois geralmente ter uma investigação.

Daniela Santos (20:26 - 20:35)

Sim, então dirias que os processos participativos são realmente o caminho para um urbanismo e arquitetura mais inclusivos e mais feministas.

Elena Parnisari (20:36 - 23:59)

Sim, mas também este nome dos projetos participativos, sinto que hoje em dia é um pouco sobre usado e perdeu um pouco do sentido real desse termo, e às vezes são também palavras que são utilizadas nos grandes projetos para fazer como que esse projeto seja mais sustentável, inclusivo, quando, na verdade foi feito, por exemplo, só um workshop, ou só um encontro com a comunidade. E eu me aproximei muito a esse tema da participação depois que terminei o mestrado, ou seja, já estava muito próxima deste tema, porque também a minha dissertação de mestrado foi sobre este tema, mas tornou-se mais real e concreto, porque depois do mestrado, trabalhei num escritório de urbanismo participativo em Genebra, na Suíça. E fiquei muito surpreendida de ver como olhar as coisas funcionam de maneira muito diferente a nível municipal e a nível comunitário, ou seja, na Suíça quando um bairro tem que ter uma intervenção a nível público, ou seja, um novo bloco de prédios, um refazimento de um parque, de uma rua, de uma praça, tem uma empresa que elabora este projeto, não é? E que vende esse projeto para a Câmara, a Câmara tem que apresentar este projeto às pessoas do bairro e são as pessoas do bairro que aprovam ou não esse projeto. Ou seja ali, realmente foi a primeira vez que senti que as pessoas que moram nesse sítio tem poder e na temporada que eu estive lá a trabalhar, por exemplo, o projeto foi rejeitado pelas pessoas do bairro. E então o que fazia este escritório onde eu trabalhava, fazia a mediação entre as pessoas do bairro, a municipalidade e a empresa promotora do projeto. E então esse escritório tinha a responsabilidade de fazer todo este processo comunitário e participativo, de explorar qual é que seria o meio termo entre estas 3 pessoas e tentar encontrar um ponto de encontro. E isto para mim foi muito revolucionário, porque ali é realmente, e foi um processo de 1 ano, ou seja, tudo foi a atrasado, não é? O projeto da empresa foi atrasado até não encontrar um ponto de encontro ali senti que esse era realmente o que o que seria

necessário fazer, não é, em cada escala e dos projetos. Então, sim, sinto que hoje em dia isso é quase um slogan, mas provavelmente dentro de cada instituição deveria existir alguém, ou seja, uma oficina, um órgão que trata disso da forma como deveria ser tratado e com muita investigação atrás disso.

Daniela Santos (24:01 - 24:16)

E em relação a este acesso e visibilidade das mulheres em profissões relacionadas com a arquitetura, as cidades mais inclusivas e o planeamento urbano mais feminista, como é que está Portugal em comparação com outros contextos internacionais?

Elena Parnisari (24:19 - 29:31)

No geral pronto, eu na minha, na minha investigação de doutoramento foquei-me sobre o sul da Europa, então, principalmente Portugal, Espanha, Itália e pronto Albânia, os Balcãs. É, ou seja, ali é onde eu fiz os meus laboratórios e a minha investigação no campo, mas sempre olhando para o norte da Europa, não é? Então, olhando para Holanda, Dinamarca, a Inglaterra, a Inglaterra, Suécia, Noruega. Que são países mais desenvolvidos nestas dinâmicas comunitárias, participativas e sobre e sobretudo no tema das cidades amigas das crianças.

Sinto que no geral o papel das mulheres, ou seja, das arquitetas e das urbanistas, é algo que ainda precisa de muito esforço e uma das perguntas que eu sempre me fazia é: "porque dentro de todos os projetos, dentro destes centros de investigações, fundações, projetos, as únicas pessoas que trabalham com esse tema, no meu caso as cidades amigas das crianças, mas poderia falar também da diferença de género, são mulheres?" Ou se não são sempre mulheres é 80% das mulheres. Ou seja, acho que esta pergunta um pouco sublinha o facto que ainda não existe uma aceitação plena do significado destes projetos, da importância destes projetos, por não ser reconhecidas dentro dos órgãos e municipais administrativos também, como ao mesmo plano de, por exemplo, infraestruturas viárias, tipo se nós olharmos dentro de uma equipa que toma conta da infraestrutura do transporte público, do metro, das pontes e tal, ali vemos uma inversão, não é? A maior parte das pessoas são, dos trabalhadores, são homens. E então isto sinto que é muito forte a nível mundial, na verdade, ou seja, não no sul da Europa, mas em todas as equipas com quem me confrontei tanto em congressos, como reuniões e ou investigação, mesmo no Norte da Europa tem um percentual quase total de mulheres a trabalhar com estes temas, porque são as pessoas que têm um interesse principal, não é? Em primeira linha e que tem esse abordagem do cuidado e das cidades cuidadoras. É, então isso, sinto que é um limite a nível global. Agora, no sul da Europa e sobretudo em Portugal, eu senti isto ainda mais, ou seja, com a minha investigação, tentei ter também entrevistas com várias pessoas, de vários órgãos, de várias

entidades, e sempre tive muita dificuldade a fazer reconhecer esse tema como um tema importante, mesmo dentro da universidade, ou seja, não estou a falar só da Câmara, ou seja, mesmo dentro da universidade estes são temas, e também pronto estando dentro do da associação Mulheres na Arquitetura, este é um tema que ainda não tem a visibilidade que deveria ter, não tem importância que deveria ter. E parece ser tudo parte de uma luta feminista só, ou seja, a percepção que eu tive é mais um assunto para falar sobre isto e nunca senti que eram questões tipo tomadas a sério, enquanto no norte da Europa, por exemplo, participei em muitos congressos no norte da Europa, e no Sul da Europa, e via que esse tipo de temas eram muito falados no Norte da Europa, mesmo que falados por mulheres, mas dentro de um Congresso Internacional, onde para ser aceite e poder falar destes temas, têm uma equipa de pessoas que avaliam o teu trabalho e essas pessoas não sabemos se são mulheres ou homens, provavelmente os dois, e no Sul da Europa sempre tinha menos pessoas, ou seja, o percentual era menos pessoas a falar e apresentar esses temas. Não sei se é por ter menos investigadores sobre esse tema ou se realmente na escolha de apresentarmos este paper ou apresentarmos outro ali foi feita uma seleção de papers, que quem ia mais de encontro ao sentido comum do país e da pessoa a trabalhar nisto.

Daniela Santos (29:33 - 29:46)

A pronto agora para finalizar, mudando um pouco o assunto.

Consideras importantes projetos como Mulheres em Construção para aproximar mulheres, arquitetas ou não, da construção civil e da obra?

Elena Parnisari (29:48 - 34:28)

Sim, pronto, eu gostei muito de fazer parte da equipa deste projeto porque achei um projeto muito revolucionário para o contexto elegido, ou seja, Mulheres em Construção foi feita dentro do bairro de Santiago, em Aveiro, que é um bairro social, então totalmente do meu interesse, é um bairro com dinâmicas muito delicadas, ou seja, é um bairro grande e como eu dizia no início, é uma minicidade dentro da cidade. E então achei realmente revolucionário implementar algo assim que no sentido comum é algo muito masculino dentro de uma comunidade onde também tem uma grande presença de ciganos. Que isto é outro grande tema, é uma comunidade com quem eu gosto muito de trabalhar também com a minha tese num dos bairros sociais trabalhei com crianças ciganas, mas é uma comunidade muito difícil com quem trabalhar, sobretudo sobre este tema, porque na cultura cigana, a mulher, quando chega aos 14 anos, tenho que parar de estudar, tem que dedicar-se à família, aos filhos e à casa, então é como se a mulher não tivesse oportunidade de a estudar o que ela quer, trabalhar no que ela quer, ou seja, o futuro dela e já definido. E no projeto Mulheres em Construção, trabalhamos também com algumas mulheres ciganas, só que eram mulheres que estavam sozinhas

neste momento, ou seja, já não faziam parte de um núcleo familiar, mas eram mulheres com filhos, mas onde eu marido tinha saído desse núcleo, às vezes se pode ser por causa de violência ou por outros temas. Então foi muito forte trabalhar com essas mulheres porque era um pouco tipo, ok, como se a minha vida recomeça agora, não é? E eu estou aqui a capacitar-me com algo que eu nunca na vida imaginei que podia capacitar-me, podia interessar-me, podia chegar a fazer.

É, mas acho que estes projetos são importantes em todos os níveis, ou seja, não só no nível de pobreza ou de falta de educação, ou seja, sinto que nós também como arquitetas, não é porque estudamos arquitetura e estudamos as estruturas e todas as funções técnicas, significa que sabemos fazer estas coisas. Ou seja, eu também, em primeiro plano, sinto que aprendi muito com estas classes, porque às vezes sentia que eu conhecia muito bem a matéria, às vezes sentia que isso fora da academia, eu não sabia fazer, ou seja, sentia que tinha uma abordagem muito teórica. E pronto, isso também é uma forma de independentizar-se não só no quotidiano, ou seja, nas próprias casas, mas também a nível de trabalho, ou seja, dar mais acesso, mais oportunidades de trabalho também para as mulheres, ou seja, em todos os trabalhos possíveis. E de facto depois acho que duas, mas não sei se esse número é correto, duas dessas mulheres foram contratadas numa empresa de construção, então isso também foi um sucesso, não é? Por elas terem gostado muito da experiência, terem aprendido, e quererem continuar com esse novo trabalho, e também para empresa de construção aceitar que essas mulheres fizessem parte da equipa, de uma forma muito abrangente.

Então sim, ou seja, acho que esse também era um pouco o espírito do projeto dos bairros saudáveis, ou seja, dar a oportunidade de investigar também sobre outras áreas, outros contextos, outras dinâmicas e o projeto Mulheres em Construção teve muito sucesso acho por isso, e muita visibilidade por ser por ser algo novo, mas básico também, ou seja, não algo novo, tipo, fazer um curso de IT para todas estas mulheres, não é? E então precisar se calhar de ferramentas muito específicas, é um curso básico no fundo, ou seja, todos vivemos numa casa, numa estrutura e é importante saber como esta casa está em pé.

Apêndice 7 | Entrevista com Joana Pestana Lages

14 de julho de 2025, Online

Daniela Santos (2:38 - 3:01)

Diferentes corpos têm diferentes vivências e apropriações de espaço urbano. Qual é a sua perspectiva e percepção da cidade e do espaço público?

[...]

Joana Pestana Lages (3:12 - 9:10)

A minha percepção dos diferentes tipos de corpos no espaço público é marcada, mais do que uma formulação teórica que eu aprendi e faço enquanto investigadora, é também marcada pelas minhas experiências de vida enquanto mulher, mas também enquanto mãe de crianças pequenas, enquanto amiga de pessoas que têm diversidade funcional e, portanto, se deslocam de uma maneira que é diferente. E, portanto, há uma dimensão de experiência vivida, que é a primeira que todos e todas temos, que é muito marcante. É claro que, teorizando a experiência da cidade e a maneira como a cidade é vivida por, por exemplo, homens e mulheres, nós percebemos que aos homens e às mulheres foram atribuídos espaços diferentes.

Às mulheres é atribuído o lugar da casa, do trabalho reprodutivo, do interior, da subjetividade, enquanto aos homens é atribuído, muitas vezes, o lugar do espaço público e do modo como esse espaço é principal e absoluto. É claro que as mulheres sempre tiveram, e também é importante desconstruir, as mulheres sempre tiveram no espaço público e, portanto, foram sempre menos notadas, mas foram sempre importantes naquilo que são as funções, nomeadamente as funções que fazem uma cidade funcionar. Eu costumo fazer formações sobre espaço e género em diversos contextos e acabo por mostrar uma fotografia do Terreiro do Paço, do século XVII, creio, e nós vemos que, embora o espaço seja, sobretudo, ocupado por homens, mas também vemos mulheres, também vemos vendedoras e, portanto, há uma dimensão que é uma dimensão de apagamento, mas esse apagamento é socialmente construído, porque as mulheres sempre estiveram presentes.

É claro que, trabalhando e passando por uma dimensão já mais teorizada daquilo que é a ocupação do espaço público por diversos tipos de corpos. Nós conseguimos perceber que, se tivermos uma abordagem interseccional, conseguimos compreender que diferentes tipos de corpos são ou não bem-vindos a diferentes tipos de espaço e, portanto, não falamos só de uma discriminação que é uma discriminação, por exemplo, com base no género. Onde as mulheres, por exemplo, há uma dimensão do espaço noturno e do espaço que é altamente restritivo para

Joana Pestana Lages

Arquiteta e investigadora portuguesa. Tem experiência profissional desde 2002, tendo trabalhado em vários escritórios nacionais e internacionais. É investigadora no DINÂMIA'CET-Iscte (Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território - Instituto Universitário de Lisboa), desde 2020. A sua abordagem é marcada por uma forte articulação entre arquitetura e ciências sociais, com uma análise mais incidente sobre a precariedade habitacional, a justiça e diversidade urbana, as desigualdades socio-espaciais, metodologias participativas e de co-design. Em 2017, co-fundou a associação Mulheres na Arquitetura e assume a sua presidência desde 2022.

as mulheres, porque foi socialmente construído assim, mas nós pensamos também não só nesse aspeto, mas nos próprios aspetos de classe, quando existe, por exemplo, a mercantilização de todo o espaço público, quando o espaço público que temos só pode ser ocupado se nós consumirmos, portanto, isso implica que tenhamos que consumir numa esplanada, por exemplo, para poder estar numa praça, e, portanto, há aí uma dimensão, mas também... diferentes tipos de corpos, não é? E diferentes tipos de corpos que podem ou não funcionar de uma maneira diferente, ou seja, por exemplo, a maneira como retiramos bancos confortáveis e colocamos peças, muitas vezes até desenhadas por nós, arquitetos e designers, que são menos confortáveis e, portanto, dificultam aquilo que é a permanência das pessoas mais idosas ou das pessoas com menos capacidade para andar e, portanto, esta dimensão do corpo. Se calhar o que eu queria, resumindo, a cidade tem sido pensada por um corpo único, belo e funcional, muito inspirado por modelos que são modelos muito abstratos, basta pensarmos no Modulor, e esquecendo-se muitas vezes da diversidade que é ela que compõe esta enorme maioria de pessoas que se movimentam na cidade.

Daniela Santos (9:14 - 9:30)

Continuando nesse tema das mulheres restringidas ao espaço doméstico, o atual planeamento e desenho urbano, na sua opinião, pensa ativamente nessas necessidades, vivências e segurança dos corpos femininos no espaço público?

Joana Pestana Lages (9:35 - 16:38)

Eu não gostava de restringir a conversa sobre a permanência ou a presença das mulheres no espaço público às questões de segurança. Acho que isso é perigoso e acho que isso é limitador. E limitador até daquilo que é o direito à cidade. Ou seja, há muitas dimensões, que são dimensões dentro daquilo que nós podemos configurar o que se chama a justiça espacial e que não se relacionam apenas com as questões de segurança. Relacionam-se com o acesso a equipamentos, com equipamentos que são pensados não só para, por exemplo, rapazes, como parques desportivos, mas que também são pensados tendo em conta aquilo que são os desejos e as necessidades das raparigas, por exemplo. E portanto, acho que restringir ou não restringir, mas centrar a questão do corpo da mulher no espaço público às questões de segurança, indica sempre que a mulher precisa e deve ser protegida. Isto levanta aqui duas questões. Primeiro uma questão que é uma questão que talvez tentando combater aquilo que é a violência de género que ocorre, e o tal espaço restritivo para as mulheres, nós reforçamos esta ideia de que a mulher precisa de ser protegida.

E eu creio que, se calhar, esta dimensão da proteção da mulher, o que vai reforçar é a não penalização das pessoas agressoras. Ou seja, ou

das pessoas agressoras ou, num sentido mais amplo, de uma sociedade agressora. Por outro lado, eu não considero que essa abordagem protetora seja muito emancipatória, daquilo que são os direitos das mulheres. E, tal como já disse, as questões do urbanismo que incorpora uma dimensão de género, ela passa por múltiplas vertentes e múltiplas áreas que não se esgotam só na segurança. Elas passam pelas questões da representatividade e, portanto, passam pelas questões de nós termos elementos na cidade que reconhecem a presença das mulheres. Vemos isso com as questões da toponímia, vemos isso com as questões da estatutária, haver essa representatividade. Passam por questões de adequação da mobilidade e dos padrões de mobilidade entre mulheres e homens que são diversos, e que se possa responder a esses padrões de mobilidade diversos de uma forma justa e equitativa. E, portanto, aqui já estamos a falar de mobilidade, mas não de uma mobilidade que é pensada apenas em termos securitários. E passa, portanto, também por reconhecer essa diversidade de experiências e diversidade de quotidianos que mulheres e homens têm.

E, portanto, eu creio que há muito mais para além das questões da segurança e creio que até de certo modo é perigoso para nós feministas se encerrarmos as questões da presença do espaço público das mulheres nas questões de segurança. Porquê? Porque elas são feitas, sobretudo, através de uma palavra que ganhou até, digamos, alguma reputação mediática agora, que são as questões das perceções. Ou seja, nós em Portugal, sendo um dos países mais seguros do mundo, a perceção de insegurança sentida por mulheres, mas não só, também, por exemplo, por idosos, é das mais altas da Europa, mas já há muito tempo, não é de agora. E, portanto, nós precisamos trabalhar esta ideia de perceção que é construída. E, portanto, quando nós até falamos de insegurança, muitas vezes nós não falamos de insegurança. Falamos da perceção da insegurança, que ela é construída e é alimentada.

E, portanto, as questões, se nós nos focarmos apenas naquilo que são as questões da segurança, acabamos por responder a uma agenda securitária, muitas vezes a agenda agora da extrema-direita, que é patriarcal, antifeminista e anti-direito à cidade. E, portanto, nós temos que ter aqui alguma cautela quando trazemos a dimensão da segurança. É claro que nós, mulheres, queremos estar seguras no espaço público. E, acima de tudo, não é só queremos sentir seguras, não é queremos estar, queremos nos sentir seguras. Portanto, há esta dimensão entre as perceções, a realidade dos números, mas também aquilo que nós queremos construir, é uma diferença substancial e nós, enquanto arquitetas feministas, devemos posicionar-nos em soluções e construções que sejam emancipatórias ao invés de trazerem apenas a agenda securitária.

Daniela Santos (16:42 - 17:00)

Continuando nesse tema, a visibilidade então das mulheres em profis-

sões relacionadas à arquitetura, às cidades mais inclusivas e o planeamento urbano mais feminista, como é que está Portugal nessas questões em comparação com contextos internacionais?

Joana Pestana Lages (17:07 - 26:27)

Como sabe, eu sou uma das cofundadoras da Associação Mulheres na Arquitetura, que foi fundada há oito anos, que tem uma arquiteta e investigadora fundacional, que foi a Patrícia Santos Pedrosa. A Patrícia conseguiu, através do trabalho que já fazia, reunir um conjunto de mulheres, nem todas arquitetas, mas na sua maioria arquitetas, trazendo estas questões que não são só sobre o exercício da profissão, são também sobre a dimensão e a qualidade dos espaços que estão produzidos e que são vividos por meninas, raparigas e mulheres. E, portanto, nós iniciámos um caminho que é um caminho que, em termos de arquitetas que pensam estes assuntos, começou com a Patrícia e seguiu-se e segue-se agora com um interesse e, nos últimos oito anos, nós conseguimos perceber e conseguimos ver um interesse crescente sobre estes assuntos. E, portanto, eu diria que, em linha com outros países, começámos uma discussão sobre estes temas. É claro que, onde estão as mais-valias, e agora falando em experiência própria, primeiro nas Mulheres na Arquitetura, depois como a minha experiência própria individual. As Mulheres na Arquitetura foram fazendo aqui alguns projetos que trazem e discutem estes assuntos ao longo destes últimos anos, trazendo, por exemplo, com a Trienal de Arquitetura de 2022, creio eu, um curso sobre ecofeminismos, portanto, trazendo as questões dos feminismos, mas também da urgência climática e, portanto, passando pela dimensão das cidades e da construção das cidades. Ou um dos primeiros trabalhos que fizemos sobre a dimensão, muito ancorado num trabalho que as Equal Saree faziam, a partir de Barcelona, sobre os pátios escolares e, portanto, e também da articulação das escolas e sobre esse desenho. E, mais recentemente, uma exposição que já teve milhares de visitantes chamada Arquitetas da Liberdade, onde se traça esse percurso e se resgata o papel de arquitetas, mas não só, técnicas de serviço social e moradoras, naquilo que foi a construção do Portugal Democrático e o papel das arquitetas da liberdade nesse aspeto.

Portanto, fomos trabalhando através de projetos específicos, com públicos específicos e fazendo também pressão numa outra dimensão do nosso trabalho. Nós pertencemos à Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, portanto, intervindo também através da plataforma para ter uma voz, respondendo a questões que muitas vezes são mais até do foro regulamentar e fazendo pressão com a Ordem dos Arquitetos, portanto já acompanhámos diferentes corpos dirigentes da Ordem dos Arquitetos nestes últimos oito anos e, portanto, fazendo pressão para que, por exemplo, se há uma comissão que trabalha segurança contra incêndios, porque é que não há uma comissão para a igualdade? Ou como

é que nós conseguimos assegurar essa representatividade das mulheres arquitetas, que já são praticamente o mesmo número de mulheres e homens? E, portanto, como é que nós conseguimos fazer isso? Portanto, temos feito isso, claro que com as limitações de sermos uma ONG, de ser trabalho voluntário e, portanto, isto é um trabalho de ativismo que fazemos em paralelo com o nosso outro trabalho.

A nível pessoal, eu queria destacar aqui uma experiência que tem sido muito interessante e que tenho feito nos últimos anos. Foi criada uma rede municipal para a igualdade e, através dessa rede municipal para a igualdade, que é um projeto financiado pelas EEA Grants, parte dessa rede municipal para a igualdade, portanto, a rede faz formações sobretudo a técnicos e dirigentes municipais e eu tenho sido regularmente convidada para dar essa formação sobre espaço e género e tem sido muito interessante. Eu já dei essa formação a centenas de técnicos municipais de, eu creio que mais de 40 municípios, mas depois posso confirmar mais de 40 municípios. E essa é uma formação que tenho feito e tem sido muito interessante verificar que as pessoas no início, portanto, que são técnicos municipais não só da área do urbanismo, mas das outras áreas da ação social, de recursos humanos, algumas pessoas são vereadores, outras são técnicos, outras são dirigentes e a primeira questão passa sempre muito por qual é a ligação de espaço e género, o que é que o género tem a ver com o espaço? E na realidade têm sido trazidos estes assuntos os assuntos da representatividade, os assuntos da mobilidade, os assuntos do desenho, boas práticas, trazer o exemplo de Viena, pensar que isto é uma coisa que se faz há muito tempo e que não é uma coisa que apareceu agora, o urbanismo feminista e, portanto, colocá-lo à luz, por exemplo, da experiência de Viena que tem neste momento mais de 30 anos. E, portanto, isso tem sido absolutamente fundamental e eu fico contente que na dinamização desta rede isso tenha acontecido e tenha acontecido durante o projeto, porque é uma maneira de discutir e de trazer as questões do urbanismo feminista para dentro das câmaras municipais, que muitas delas são muito diversas, são câmaras algumas muito pequenas, outras muito grandes e, portanto, também com estruturas e com desafios que são muito diferentes. Portanto, ou seja, o nosso caminho começou há relativamente pouco tempo não temos a experiência de Viena mas, por outro lado, isto também nos permite já ir beber de experiências mais consolidadas que outros países, e agora remeto-me apenas aos países do norte global europeu, portanto e aproveitando essa experiência e passando já por essas enfim, tendo menos dores de crescimento, talvez diria assim.

Daniela Santos (26:30 - 26:40)

Certo, e agora, quais é que são as dificuldades ainda sentidas pelas mulheres no acesso ao ensino e à profissão liberal na arquitetura?

Joana Pestana Lages (26:44 - 27:21)

Bem, do acesso ao ensino eu vou-me centrar nas questões do acesso à profissão porque eu, na realidade, não sei se o acesso ao ensino é uma dificuldade sentida por mulheres que querem ser arquitetas e se essa dificuldade do acesso ao ensino, se ela é diferente entre rapazes e raparigas. Ou seja, não sei se a Daniela quer explicar em que é que acha, isto parece-me já uma hipótese colocada, portanto acha que é diferente?

Daniela Santos (27:22 - 27:41)

O acesso em si talvez não, porque está bastante definido como é que tem de ser feito pelos exames nacionais ou por outros cursos ou por outras vias de acesso definidos, mas depois a permanência na universidade.

Joana Pestana Lages (27:41 - 34:46)

Então eu vou-me centrar na permanência das mulheres na profissão, mas vou também falar daquilo que continua a ser o curso de arquitetura e vou-me remeter a uma reportagem muito recente que passou eu creio que na RTP sobre aquilo que são as condições do curso de arquitetura e a experiência de alunos e alunas no curso de arquitetura. E aflige-me dizer que o curso continua muito idêntico àquilo que é o curso que eu fiz, e eu entrei na Faculdade de Arquitetura de Lisboa em 1997, portanto já lá vão alguns anos. Isto para dizer o quê? Portanto temos quase a chegar aos 30 anos, é um curso que continua a ser muito marcado por longas horas, por uma dimensão que valoriza o tempo gasto e não o processo feito. É um curso que na sua generalidade ainda está muito orientado para ver a profissão da arquitetura como o exercício de um profissional liberal com um escritório próprio e, portanto, ainda muito marcada por esta ideia talvez até de Star System que é uma ideia que já foi desconstruída e que me parece até bastante final do século XX. Isto para dizer que a maneira como os cursos são pensados e são vividos e são experienciados começa desde logo a afastar as mulheres que tiram arquitetura. Porquê? Porque, desde logo, se impõe e incentiva a ideia de que só se é bom se fizer uma direta, só se é bom se acumular muitas horas, se sofrer, em suma, se se sofrer. E eu creio que isto é uma dimensão que, depois, é vivida no curso e é continuada, através... E as Mulheres da Arquitetura conversaram, também, e, aliás, alegramo-nos bastante que haja, depois de um movimento de trabalhadores em arquitetura, que tenha surgido o Sindicato. Porque o que se percebe é que esta cultura, que é uma cultura, por exemplo, do presentismo, muito presente em todas as esferas do mercado de trabalho em Portugal, onde o que interessa mais é estar presente do que propriamente o que se faz, mas também uma cultura de muito pouco respeito pela articulação entre a vida profissional e a vida pessoal, e com salários muitíssimo baixos, o que faz é ir empurrando as mulheres para fora da profissão, ou seja, para fora da profissão exercida em gabinetes de arquitetura, exercida no desenho e mais ligada à dimen-

são do projeto.

E, portanto, o que temos percebido é que não só as mulheres vão, a partir, por exemplo, da dimensão de um projeto familiar, vão abandonando essa dimensão de mais trabalho de ateliê e vão procurando outras alternativas. Sendo que, depois, as mulheres que permanecem, também se percebe que, com mais dificuldade, chegam a cargos de chefia e, portanto, também sobem na hierarquia. Portanto, é uma profissão que, exercida, e se nós nos centrarmos apenas, e isso é um erro, naquilo que é o trabalho de ateliê, ou o trabalho de escritório, tem sido dificultada por uma cultura que, eu diria que, acima de tudo, é a cultura do presentismo. E isso é muito prejudicial às mulheres, à medida que elas decidem abraçar outros projetos de vida, como, por exemplo, o projeto de ser mãe. E, portanto, é difícil fazer essa escolha porque, enfim, nós podemos deixar crianças na creche até às oito da noite, só que não queremos. Portanto, há essa dificuldade.

É claro que a profissão também não se esgota nisto, ainda bem. E esse também é um papel nosso fazermos compreender a colegas de profissão que ser arquiteto não é só ter um ateliê. Ser arquiteto pode e deve ser trabalhar em muitas outras esferas da profissão que devem ser igualmente valorizadas. Por exemplo, há um erro enorme, que havia durante a minha formação, com uma estigmatização imensa daquilo que eram os técnicos, as pessoas que trabalham como arquitetos para a função pública em diversas áreas, mas, por exemplo, os técnicos municipais. O que é um erro absurdo. É um trabalho absolutamente fundamental, muitas vezes feito por mulheres arquitetas. E é o garante, muitas vezes, de que nós temos o tal urbanismo a funcionar e a uma construção de cidade onde se pensa no bem comum.

Daniela Santos (34:52 - 35:05)

Queria só perguntar como é que tenta partilhar estes temas com os estudantes, com as pessoas que se estão a formar agora e que reação é que têm de volta ou o que é que eles acham destes temas?

Joana Pestana Lages (35:08 – 38:44)

Na minha prática cotidiana, estes temas são muito mais presentes no meu trabalho nas Mulheres da Arquitetura. E, portanto, é muitas vezes por aí, o que têm duas vantagens. Primeiro, por norma, as pessoas que nos procuram que são esmagadoramente mulheres, em número, já estão, de certo modo, querem aproximar-se destes assuntos. E, portanto, este diálogo tem sido fácil, tem sido muito interessante e eu acho que tem sido muito mobilizador. E isso dá-nos, a nós nas Mulheres da Arquitetura, bastante alento, digamos assim.

Por outro lado, uma outra dimensão importante é que, a partir de um conjunto de pessoas que já estão mobilizadas e trabalhando em rede, nós também conseguimos fazer mais e chegar mais longe. Porque, às vezes,

parece que fazer esse caminho a partir da sala de aula, de uma forma mais solitária, numa relação, se calhar, professora alunos e alunas, é mais difícil e é mais solitário. E, portanto, parte também desta ideia do feminismo é esta construção de redes. E esta construção de uma dimensão mais solidária e de uma dimensão de criação deste interesse de por exemplo, criação de interesse, mas também desconstrução destas ideias, articulação destas ideias com práticas, pensar novas práticas, trazer exemplos. Muitas vezes, para nós é muito importante, se calhar é mais importante ouvir, mas também levar exemplos e boas práticas de outras dimensões e de outras esferas que talvez algumas estudantes, estudantes masculinos e femininos. não conheçam.

E, portanto, o meu trabalho é mais centrado. Isto acontece-me com maior ênfase e dedico mais tempo a esse assunto na minha prática enquanto pessoa ativa nas Mulheres na Arquitetura. Até porque eu sou investigadora de profissão, portanto, tenho alunos, mas ao nível do terceiro ciclo, ao nível de doutoramento, e tenho doutorandas e doutorandos, portanto, mais ao nível do doutoramento. É, por exemplo, bastante diferente de colegas minhas que dão aulas a turmas de 30 pessoas. E, portanto, também a minha parte, a minha carreira, digamos assim, académica, tem outras circunstâncias, configura-se de outra maneira.

Apêndice 8 | Entrevista com Orquídea Santos

14 de julho de 2025, Porto

Daniela Santos (0:50 - 1:03)

Diferentes corpos têm diferentes vivências e apropriações de espaço urbano, por isso, qual é a sua percepção da cidade e do espaço público?

Orquídea Santos (1:03 - 1:04)

Neste momento?

Daniela Santos (1:04 - 1:04)

Sim, a sua perspectiva.

Orquídea Santos (1:05 - 7:16)

Só quero dizer uma coisa, eu digo aquilo que eu penso eu, até posso estar errada, e se alguém me mostrar que estou errada, eu também fico contente, posso continuar a achar que quem está errado é o outro, porque é assim, é aquilo que eu penso. Eu vou dizer, neste momento eu não gosto da minha cidade, não era isto que eu pensava que ela seria após uns anos, e acho que a cidade, não só contra o turismo, pelo contrário, acho que o turismo é uma mais-valia, mas por vezes tudo o que é mais, segundo diz a matemática, é menos. E o que eu acho, o que neste momento, uma das coisas que me entristece é não se olha pelos bairros, pela parte social, pelos bairros que nós temos, que estão todos desleixados, as ervas são cortadas, todas mal cortadas, não há rega de nada, não se faz nada, sei que se tem que poupar na água, mas então não põem rega, põem cimento em todo o lado. Por outro lado, eu sou mesmo muito contra o excesso de hotéis que foram feitos, e que ainda há 120 e tal aprovados, porque acho que, como é que é possível, nós temos dinheiro, ou colaboramos para que esses hotéis cresçam em plena cidade, e se mandem os moradores das ilhas, que é outro problema que está a acontecer. Há certas pessoas que comprem as ilhas a um preço muito baixo, desalojam os moradores que já lá moravam há 30, 40, 50 anos, que também aconteceu aqui na nossa zona, e depois põem aquilo em alojamento local, isto não era a cidade de Porto que eu gostaria. Eu gostaria que as câmaras, por exemplo, tivessem comprado essas ilhas, que é o caso de boas ilhas, que temos uma aqui ao nosso lado, que são muito jeitosas, muito jeitosas para quem? Por exemplo, para pessoas como eu, que já tenho 70 e tal anos, que se moro num bloco tenho que subir escadas e descer, e que já custa, pessoas que não têm os ordenados muito altos, ou reformas muito altas. Podiam usufruir dessas pequeninas casas, que dava perfeitamente, porque há ilhas que têm espaços para

Orquídea Santos

Das sócias mais antigas da Associação de Moradores do Bairro da Bouça e atual Presidente do Conselho Fiscal. Dedicou a sua vida à luta por habitação digna. Trabalhou em várias instituições públicas desde o Fundo de Fomento até ao IHRU, passando pelo IGAPHE e o INH.

criarem condições para pôr casas de banho, mais casas de banho que aquelas que tinham, nem que acabassem com uma ou duas casas para fazer umas casas de banho, podiam ser coletivas na mesma, dentro do espaço, mas que fossem, que tivessem chuveiro, que tivessem as condições adequadas, em condições para as pessoas. E esta cidade, para mim, não sou contra o turismo, porque eu, por acaso, não faço turismo, porque não ando de avião, e faço no meu país, quando vou a qualquer sítio, gosto de visitar Portugal, gosto mesmo muito, conheço muito bem Portugal, e se calhar ainda não conheço todo, mas hei de conhecer, mas que compreendo que tenho os meus familiares, que vão aos países, ao estrangeiro, não é, e também não gostava que eles fossem corridos, ou que as pessoas lhe fossem hostis, não é isso que eu quero dizer. Mas lá, ninguém está a criar, nas outras cidades que eu conheço, pela informação que tenho, não criam hotéis assim, a torto e a direito, só para que os turistas, quando vão lá, tenham onde se alojar, e isso feriu-me um bocado, porque acho que esta cidade, estou ansiosa por ver esta obra que está a ser feita aqui ao lado, o que é que vai ser, porque uns dizem que é uma coisa, outros dizem que é outra, e eu sou como o S. Tomé, eu gosto também para crer, só quando eu vir, é que posso dizer alguma coisa. Pronto, para já só sei que a obra está em cima de um passeio, nós deixamos de ter passeio nesta rua, que eu nasci nesta rua, esta rua é a minha rua. Pronto, e por isso, eu estou um bocadinho, estou um bocado triste com a situação, acho que após tantos anos, após o 25 de Abril, os moradores, as pessoas mais necessitadas continuam a viver mesmo muito mal, não parece, mas continuam a viver muito mal. E depois continuam outras, também temos muito alojamento local sem licença, pessoas, por exemplo, que alugam quartos a 800 euros, e ainda depois, passado um tempo, dizem que reduzem 200, e querem lá meter outro colega da pessoa que lá está no quarto, quer dizer, isso alguém tinha que controlar isso. Não sou eu que vou fazer queixa, porque eu não vou dizer isto que te estou a dizer aqui, é uma coisa que eu estou a dizer que eu sinto, mas eu não gosto de fazer queixa de ninguém, detesto, acho que é horrível fazer queixa, quando muito que sei que vou prejudicar uns, e nada é resolvido na mesma, estás a compreender? Quer dizer, a pessoa é castigada, mas não é resolvida a situação, pronto, por isso é essas pequenas coisas, para uns é pequenas, para mim é muito grande. Porque já há quem acha piada, 'ah então mais um hotel, ah então, porque é que não se há de fazer hotéis? Há tantos turistas', e porque é que nós havíamos de estar a olhar para os hotéis, nós, os moradores da nossa cidade, a viver em bairros de lata, a viver em subalugas e a viver em alojamentos locais que não dá, a pessoa de facto tem que dormir com mais 5 ou 6 lá no mesmo quarto, porque senão não tem dinheiro para pagar, mas isto é realidade. Isto aconteceu na nossa cooperativa lá em baixo, está a acontecer, há lá uma que está legal, mas as outras não estão, por isso, essa parte para mim é uma parte triste. Pronto, não sei o que é que é hei

de fazer para que isso não seja, porque também não quero melindrar a ninguém, nem estragar a vida a ninguém, porque, como eu te digo, não gosto de queixinhas, mas de facto sinto-me triste para a minha cidade neste momento.

Daniela Santos (7:16 - 7:24)

E a nível do espaço público mesmo, de usufruir da rua, da praça, sente-se confortável na cidade?

Orquídea Santos (7:24 - 13:04)

Não, neste momento não, a praça andamos com tudo, é uma coisa que também não é, lá está não invento, não é? Tu vais hoje a Santa Catarina, à Ribeira, nós andamos ali todos aos encontrões, não é? É, todos aos encontrões, mas mesmo os estrangeiros acabam por não ser muito bem, ou seja, o acolhimento é mesmo só pensar no dinheiro, e isso para mim também não é, pronto.

Outra coisa que eu também não concordo, que os nossos monumentos, as nossas igrejas, eu noutro dia quis ir à igreja de Santo Ildefonso, porque há muitos, muitos, muitos anos que vi a igreja, e eu gosto de ver igrejas, como gosto de ver cemitérios, porque acho que as igrejas mostram-nos algo de quem a construiu, assim, os cemitérios também têm a ver com, os cemitérios não são iguais em todos os sítios, eu quando, por exemplo, vou a uma excursão, uma das coisas que eu vou ver é o cemitério, porque não é igual em todos os sítios, desde a abertura, não é, nas aldeias, só abre ao fim da tarde, porque o coveiro é um senhor que lá mora e que vai abrir, essas coisas, e eu gosto de ver isso, pronto. Agora, eu vou a Santo Ildefonso, sou uma pessoa da cidade, vou a Santo Ildefonso ia pagar, já não me lembro, 5€. Pagar para entrar dentro de uma igreja que é da minha cidade? Não concordo. Percebes, há muita coisa que eu não concordo, e acho que, há outra coisa que eu acho, que é verdade que temos um bom pulmão, que é o caso do nosso Parque da Cidade, que de facto, quem teve a ideia de o fazer, quer dizer, de dar a autorização para que fosse feito, fez uma mais-valia para a nossa cidade, porque de facto, é um bom pulmão, porque a pessoa pode usufruir da praia e do campo. Temos o Palácio de Cristal, temos a Quinta de São Roque, que eu noutro dia fiz um comentário, apesar de linda, que já lá fui várias vezes, e adoro ir a São Roque, que é um parque esquecido, mas depois, tu chegas à conclusão, tu não, porque tens essa idade, mas eu hoje chego à conclusão porque é que ele não é muito visitado, porquê? Quem tem canadianas, quem anda de bengala, quem anda de cadeira de rodas, não tem acesso ao parque de São Roque. Porque aquilo é tão íngreme, que ninguém tem culpa, não podem, percebes, quer dizer, não podem, se calhar poderiam, quando muito, pôr uma espécie, uma escada rolante naquela subida toda, para que a pessoa entrasse num patamar, mas, pronto. Eu fiz essa reclamação numa coisa da Câmara, porque eu vou

ao Facebook, e gosto de saber o que a Câmara escreve, depois faço a minha, gosto sempre de pôr uma observaçãozinha, não sou dura, não, dura é só se for letra a letra, não é? Agora estar só eu a escrever, também é horrível, temos depois insultos uns, glórias de outros, isso não, isso é criar muita confusão na minha cabeça. Pronto, porque nós até temos, vou dizer, a cidade de Porto é uma cidade mesmo bonita, e acho que está a perder. Eu no outro dia vi um depoimento de um casal, que já vinha aqui a Portugal, ao Porto, há alguns anos, mas fazia questão de correr o Portugal, visitando as cidades todas, e ficou desolado com o Porto, porque tinha vindo cá há 15 anos, ou isto ou aquilo, assim qualquer coisa, e que o Porto estava todo descaracterizado, que o Porto era uma cidade já que uma outra qualquer, percebes?

E isso é muito triste, eu acho que é triste para nós, portuenses, que não tínhamos nada, sei lá, não sei, acho que a cidade mudou, e eu não acho que seja para melhor. Por exemplo, eu vou dizer isto, isto é uma coisa à parte, por exemplo, há quem censure a Praça da Liberdade não ter flores, mas é assim, não podemos censurar, porque nós sabemos que há um metro por baixo da avenida, não podíamos plantar grandes flores, ou então ficaria uma obra muito mais cara, que é por causa das impermeabilizações, senão começava a cair água toda nas linhas do metro, por isso uma pessoa também tem que ser um bocadinho, estás a perceber, tem que ser um bocadinho, e depois custa-me, a disparidade que há entre, por exemplo, uma Foz, os jardins da Foz, e os jardins cá de cima. Se tu fores ao meu bairro, tu dizes-me assim, onde é que está o jardim? Não há jardim, há um bocado de relva, a relva nasce assim dali até aqui, nunca é regada, não há rega, é a chuva quando vem, no inverno até está mais ou menos bonitinha, os senhores vão, cortam a relva e ela fica, a relva cortada no chão até que o vento e tal e vai embora, estás a perceber? É isso que a mim me custa nesta cidade, não há critérios, não somos todos iguais, isso é muita pena, porque o ser rico ou pobre é dentro das nossas casas, agora num espaço público que é de toda a gente, os ricos e os pobres devem ser todos tratados da mesma maneira, estás-me a entender mais ou menos o que eu quero dizer?

Daniela Santos (13:05 - 13:05)

Sim, sim.

Orquídea Santos (13:05 - 13:19)

E é isso que eu penso da cidade, por isso sinto que é uma cidade, estou ansiosa por ver esta grande obra que aqui está a ser feita, e que se calhar até vai ser boa, se for para o que eles dizem, então fico muito contente, não é? Mas estou à espera também para ver...

Daniela Santos (13:19 - 13:38)

A nível de uma perspetiva mais feminina, porque as mulheres durante

muito tempo estiveram restritas ao espaço doméstico, acha que o atual planeamento e o desenho da cidade pensam nas necessidades, vivências das mulheres?

Orquídea Santos (13:40 - 16:53)

É assim, eu vou-te dizer aquilo que eu penso. Por exemplo, em relação à mulher, hoje a mulher também tem que se emancipar a ela própria, porque ainda há muita mulher submissa, e se nós também não nos emanciparmos face aos homens, não lhes mostrarmos que podemos ser iguais a eles, entre aspas, também ninguém nos pode ajudar. Nós também temos que ter a capacidade, eu falo por mim, para mim não há homens que sejam mais do que eu, eu sou igualzinha a eles, sei fazer tudo o que eles fazem e não deixo que ninguém me calque, por isso nós também temos que ter, nós as mulheres, temos que ser-se fortes o suficiente e inteligentes o suficiente para podermos pôr o nosso lugar na sociedade em paralelo com o dos homens.

Agora, como vocês sabem, aqui no nosso país, as coisas continuam, as mulheres continuam sempre a estar em baixo dos homens, não é? Tu és presidente, és o "Senhor Presidente", se fores uma mulher é uma chata, "O que é que ela sabe fazer?", mesmo a própria mulher, a outra mulher é capaz de dizer isso. Não é o meu caso, porque eu penso de outra maneira, não sei porquê, não me perguntes, porque eu também não sei porque é que sou assim, mas sou assim. Também é o que eu te digo, acho que ainda continua a haver uma diferença, não como antigamente. Porque hoje tu já encontras, isto é um exemplo, eu em minha casa, eu tenho um filho a viver comigo, eu ponho o almoço, o jantar na mesa, eu tiro o meu e ele tira o dele. Ponho numa terrina, ponho ali aquilo tudo o que for, não há ninguém que encha o prato, quer dizer, ele queria mais "Ah mãe, para, tens que mexer o prato outra vez", não. Isto já começa assim, pequeno almoço, eu faço o meu pequeno-almoço e ele vai fazer o pequeno-almoço dele, o leite, os batidos, o que ele quiser. Quando faz batido, às vezes é assim "Nem devia fazer a mais para ti porque tu também não me fazes o pequeno-almoço", "Estás-te a queixar?". Percebes que é de nós? É o que eu digo, nós também somos um bocadinho, quando o homem vai à cozinha, "Sai daí, sai daí, que sujas tudo, não sabes o que estás a fazer", deixa-o sujar, e depois a seguir dizer, "agora limpa que sujaste", percebes? Nós também temos que nos emancipar um bocado, agora isto está uma abertura, em relação ao que era, antes, por exemplo, do 25 de abril. É uma diferença muito grande, não é? Não tem nada a ver uma coisa com a outra, é quase como a água do vinho, não é tanto, se calhar, mas é, percebes? Mas estás a entender o que é que eu quero dizer? Bom, agora, o que eu acho é que a sociedade ainda continua a ser um bocadinho, a achar que a mulher ainda é um bocadinho o elo fraco, mas se calhar já não é tanto, não é, nem nada que se pareça, não é? Do que era antes, o 25 de Abril, não é?

Daniela Santos (16:53 - 16:53)

Sim.

Orquídea Santos (16:54 - 17:30)

Hoje já, por exemplo, se virem uma mulher à noite, já não tem o mesmo contexto que tinha aqui há uns anos atrás. Não íamos trabalhar à noite, à noite íamos fazer outros trabalhos, não é? Pronto, tudo menos domésticos, e por isso, isso acho que mudou um bocadinho, que já é mais confortável para a mulher, pronto. Mas ainda há muita coisa a mudar, mas temos que ser nós também a conseguir mudar a nós próprias para podermos ajudar a que os outros também mudam, porque não são os homens que vão ajudar as mulheres a mudar, têm que ser as próprias mulheres a ajudar as mulheres a mudar.

Daniela Santos (17:33 - 17:40)

E agora, perguntar um pouco mais, como é que foi o seu percurso e a participação na luta por habitação digna no Bairro da Bouça?

Orquídea Santos (17:40 - 29:47)

Assim, eu nasci numa ilha aqui em baixo, que ainda existe a ilha, não tem casas, e eu nasci nesta ilha aqui em baixo. Quando se deu o 25 de Abril, te digo, é um dia para mim memorável, apesar de eu continuar a dizer que o 25 de Abril foi o sol, mas o primeiro de maio foi a continuidade, a abertura para tudo que aconteceu. O primeiro de maio para mim tem sempre muito valor, é o dia do trabalhador, mas aquele dia não foi só o dia do trabalhador, foi o dia de tudo, de uma abertura que o 25 de Abril nos trouxe, não é? De uma luz ao fundo do túnel que passou a abrir a luz para cima de nós, e o primeiro de maio foi, toda a gente sabe, o primeiro de maio foi uma coisa inacreditável, o dia mais maravilhoso do que o 25 de Abril é, ou não é, o que vai ser, é aquela coisa.

Eu, por acaso, antes do 25 de Abril, não me deixaram votar, porque já podia votar, porque tinha 22 anos, recebi a carta para ir votar nas últimas eleições, mas depois não deixaram as mulheres votarem. E pronto, e eu tinha o meu ex-marido, que já andava, e eu também muitas vezes ia com ele, não ia tantas como eu queria, porque quando foi o 25 de Abril eu já tinha três filhos, por isso que eu casei muito nova e tive três filhos muito seguidos uns aos outros. E então, por isso que eu já tinha uma consciência um bocado política, não como tenho hoje, mas tinha, pronto, mas já também fui criada no seio de uma família que não era rica, éramos uma família que íamos vivendo, mas com uns pais que eram de esquerda, que gostavam do Humberto Delgado; eu tive um avô que não conheci, que morreu numa cama sem os dedos dos pés, por isso os meus pais já eram um bocadinho, não se falava nisso. Mas a minha mãe comprou um rádio ao meu pai, que nunca mais me esqueço, que eu herdei, que o tenho lá em casa, que dava aquela rádio, a "Rádio Moscovo não fala verdade",

a rádio não sei quantos, que era para o meu pai ouvir, que ele gostava de ouvir aquilo, de andar informado, por isso eu nunca fui reprimida. Eu brincava aqui na rua com os rapazes, a jogar a bola à noite, à cabra cega, porque os meus pais, eu tive sempre um bocadinho de liberdade, se calhar por isso é que eu hoje sou assim e criei os meus filhos também mais, numa abertura maior, do que os pais normais, quer dizer, não sou anormal, não é, mas pronto, um bocado tradicional.

E então, por isso eu já tinha uma ideia e naquela noite, o meu marido foi sair e disse: "Olha eu vou sair, se às vezes vier alguém bater à porta, diz que eu saí para trabalhar e que ainda não vim". Fiquei com esse recado e ele só veio de manhã, vinha com um ar de contente e eu vesti-me e fui trabalhar também. Quando cheguei lá ao trabalho, eu trabalhava numas confeições de roupa de criança, e o patrão disse "Olhe, vá para casa, porque isto acho que vai haver uma revolução, nós não sabemos para que lado é que isto vai", isto às oito horas da manhã, "não sabemos se isto é bom, se vai ser mau, ninguém sabe" e eu vim para casa. Uma coisa é verdade, a Baixa, que eu trabalhava na Rua da Picaria, não tinha ninguém, não se via viva alma, via-se uma cabeça que espreitava, ouvir rádio, mas foi tudo assim, era tudo muito calmo, até calmo demais, não é? Quando é assim é calmo demais.

Pronto, mas o patrão das confeições era o meu sogro, por isso ele mandou-me ir para casa, mas já não tinha lá ninguém, quem chegou lá primeiro que eu, ele mandou-me ir para casa, por acaso o meu sogro, até era fixe, porque era socialista, mais tarde, eu não sabia o que é que ele era, mas pronto, era socialista. O meu sogro e aquela família do meu ex-marido era tudo PS,²⁶⁰ PS depois é que soubemos que eram PS, pronto. E entretanto, foi quando depois, passado um tempo do 25 de Abril, que foi logo, porque nós tínhamos que aproveitar o acontecimento, quem tinha um bocadinho de mais liberdade e mais, saber o que é que era bom, o que precisávamos ou não, saber como é que eram as coisas aqui. Porque aqui havia muita emigração, muita emigração para a França e para a Suíça, muita mesmo, muita. Casais que iam a assalto, que deixaram ficar cá muitas dívidas, que depois foram as pagando, a pessoas que lhe emprestavam dinheiro para poder pagar a quem os levava para o lá de lá. Estás a ver porque é que eu não sou contra os imigrantes? Me mandam ser contra os imigrantes. Temos que arranjar uma plataforma, mas não sou contra os imigrantes, na totalidade, na generalidade, pronto.

E entretanto, então começou a aparecer aquelas pessoas que já tinham algum bocadinho de conhecimento político das situações, começaram-nos a aparecer nas ilhas, apareceram-me na minha ilha, 3 ou 4, naquela altura, do Bloco de Esquerda, não, não havia Bloco de Esquerda, da UDP,²⁶¹ do MES²⁶² e da LCI,²⁶³ que eu era da LCI. Eu era simpatizante da LCI, dormi muitas vezes lá em baixo na LCI para guardar a LCI, eu e o meu marido no chão, com cobertores no chão.

Então apareceram e disseram assim "Olha, nós estamos aqui a ver se

260 PS - Partido Socialista.

261 UDP - União Democrática Popular.

262 MES - Movimento de Esquerda Socialista.

263 LCI - Liga Comunista Internacionalista.

conseguimos um grupo de moradores, a ver se conseguimos ir perante as Câmaras e tudo, ver se arranjamos maneira de fazer casas, mas nós precisamos de quem nos ajudar.” Pronto, foi quando eu e o meu marido entrámos, aderimos àquele grupo e a partir daí começámos com aquele grupo a ver a nossa área, a nossa zona toda aqui da Bouça, que é grandinha, e todas as ruas, a todas as ilhas, a perguntar se não queriam participar numa comissão de moradores. Que nós estávamos a querer fazer uma comissão de moradores, primeiro fizemos uma comissão de moradores, depois é que veio a associação de moradores, primeiro foi provisória, depois foi efetiva e depois a associação de moradores. Pronto, nós começámos a quem dizia que sim, mas eu tenho que dizer que a única mulher que tinha a comissão de moradores era eu, mas também como tinha a facilidade de ter um marido, que eu andava com ele, isso também facilitou um bocado. Mas ao primeiro as mulheres era muito chato, elas tinham que vir sem eles saber, eles iam ali para os tasquitos, que havia aqui muitos tasquitos, agora já não há, iam jogar as cartas, ao dominó, enquanto eles estavam entretidos elas fugiam e vinham perguntar. Nós começámos a fazer reuniõeszinhas, por exemplo, tem a Rua da Bouça, quem vem da Rua Egas Moniz chamamos-lhe a Bouça de Cima, que é tudo Bouça, a Bouça de Cima, que era para identificar, depois tem o fontanário, então esta que fazia assim era a Bouça de Baixo, que era para nós identificarmos. Porque nós queríamos que fossem duas pessoas da comissão provisória, duas pessoas da Bouça de Cima e duas da Bouça de Baixo, duas da Marcos Marinha, duas da... tudo assim, conseguimos um grupo mais homogéneo e aqueles casais cujas mulheres também já eram mais parecidas, ou seja, funcionava mais ou menos como eu e o meu ex-marido, também as mulheres começaram a vir, então começou a vir mais uma mulher, começou a vir outra, mas também se conseguires ver em algumas fotografias, só me vês a mim, a mulher de Fabião, pronto, não sabes quem é, a mulher do Castro, o Castro também já morreu, o Fabião também já morreu, pronto. Porque como eles eram politicamente já mais esclarecidos, já deixavam que elas viessem com eles, pronto, e foi assim que nós começámos a afinar e depois começámos a fazer reuniões. Primeiro fazemos as reuniões de rua, já cada vez mais alargadas, saímos com mais gente, já conseguíamos na rua da Bolsa, naquele lago onde tem um fontanário, reunir mais gente das ruas. E depois mais tarde começámos a reunir numa igreja aqui da rua Nossa Senhora de Fátima, que era de padres jesuítas, e eles deixavam-nos reunir no salão onde era a catequese. Pronto, eu conhecia o padre, fiz a comunhão, portava-me bem, e o padre era um santo padre, era muito bom, e então começámos a reunir, até que um dia numa reunião saímos e ocupámos esta fábrica toda velha, pronto, e foi aí que começou a nossa luta. Fomos muito bem recebidos pela Câmara Militar, muito bem recebidos, também seria lógico, de princípio quem fez a revolução queriam Portugal melhor. E começámos então a fazer as petições à Câmara Municipal, foi quando o Nuno Portas

criou o SAAL, ele criou o SAAL. Claro que o SAAL quando foi criado não foi para fazer esta habitação, foi para fazer, como é que se chamava, habitação, como se fazia em Lisboa, mas não dava, era autoconstrução, eles davam os materiais e nós arranjavamos quem construísse, que seriam os moradores a construir. Pronto, mas nós começámos também a ver as experiências que havia em Lisboa, que se deitou muita coisa abaixo e era dinheiro perdido, e sempre lutámos para fazer casas que fossem mais ou menos em condições. Até acho que aqui no Porto, todas as casas são minimamente funcionais.

Nós tivemos a sorte do projeto do Siza, mas passaram 50 anos e ainda há muita gente que reclama muito. Esqueceram-se quando iam à casa-de-banho despejar, esqueceram-se que também era uma casa-de-banho para 50 pessoas ou 60, já se esqueceram. As escadas também lhes fazem muita consumição, esqueceram-se que também entravam em casa e era terra, muita gente da Bouça de Cima tinha terra batida, nem sequer tinha um bocadinho de nada, depois é que começaram a pôr o linóleo. Pronto, a pôr aquilo para tapar a terra, mas as pessoas viviam na terra, mas hoje mesmo aquelas casas também já não, pronto, mas isso é outra história, percebe? Também se me perguntares se eu gostava de viver melhor, se calhar também gostava, não é? Mas nós não podemos, nunca, há uma coisa que eu te vou dizer, mas isto com sinceridade, nunca poderei esquecer as minhas origens e criei os meus filhos a ser assim. Nós temos que saber as nossas origens e se pudermos ultrapassar as nossas origens para melhor, em tudo, viver melhor, ter uma alimentação melhor, ter escola, devemos lutar num todo, estás a perceber? Porque muitas vezes as pessoas são egoístas e só pensam nelas, têm o problema delas resolvido, está tudo feito, não pode ser.

Daniela Santos (29:48 - 29:58)

la perguntar se considerou que a participação das mulheres foi relevante e decisiva durante e depois da ditadura.

Orquídea Santos (29:59 - 44:35)

Foi, então, na luta por valores e por bens necessários ao bem-estar delas e dos filhos, foi muito. Até porque aqui, se tu vinhas a este salão para uma reunião, tu vias 5 homens e para aí 200 mulheres, percebes? Traziam os filhinhos e tudo, e tu vias um homem ali, depois vias uns que estavam aqui, abriam uma porta, espreitavam um bocadinho e fugiam. As mulheres foram muito nisso. E as manifestações, as mulheres iam a todas, com os filhos ao colo, com os filhos pela mão, foi assim que nós até criámos os nossos filhos dessa maneira. Por isso, eu por mim falo que as mulheres tiveram muita...

E outra coisa, quando se entregou as casas, a maioria das casas estavam em nome das mulheres porque elas é que eram as sócias. Depois foram transformadas em cooperativa e quando foram vendidas e foram com-

264 IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado.

265 INH - Instituto Nacional de Habitação.

266 IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.

pradas, claro que os homens não deixaram que fossem as mulheres a serem titulares da casa. Mas isso também, nós já não podíamos fazer nada. E pronto, mesmo passados tantos anos, o homem é que foi fazer a escritura e passou a casa para o nome do marido, estás a perceber? Uma outra mulher que já estava divorciada, passou para o nome dela. As mulheres eram predominantes aqui, as mulheres receberam-nos muito bem, foi muito bom. Hoje já não há a maior parte dessa gente, mas eu ainda hoje me sinto muito agradecida por tudo, porque elas compreendiam o nosso trabalho, achavam até muita piada trazer para aqui os miúdos e eles estarem aí sentados num tapete, numa manta que eu trazia, e eles estavam aí. E para uma pessoa conseguir trabalhar aqui um bocadinho, isto nos fins-de-semana, principalmente, e à noite, quando vinha, tinha que nos trazer, que não tinha quem ficasse a tomar conta deles. E as casas eram muito pequeninas não dava para os deixarem ficar sozinhos e eles também eram pequeninos.

Por isso, a luta das mulheres após o 25 de abril foi muito boa, deu muitos frutos. Depois, após o 25 de abril, eu ainda andava a trabalhar, pouco tempo trabalhei, depois fui trabalhar para uma instituição pública. Trabalhei no SAAL, fui para o SAAL, depois o SAAL acabou, fui para o Fundo de Fomento, depois do Fundo de Fomento, fui para... Depois teve mais coisas Ex-Fundo de Fomento, Ex-Comissão Liquidatária, tinha muita coisa. Depois do Fundo de Fomento, fomos para o IGAPHE,²⁶⁴ depois do IGAPHE, fomos para o INH,²⁶⁵ depois do INH, transformou-se tudo no IHRU,²⁶⁶ trabalhei lá 35 anos, a minha aposentação é de lá. E, por isso, eu trabalhava numas confeções, entretanto o meu sogro fechou as confeções por motivo de falecimento de um sócio. E eu fui trabalhar para umas confeções, as pessoas olharam todas para mim, parecia que eu era um ovni ou qualquer coisa, não sei se já tinha ouvido falar de mim ou não. Eram confeções de criança também, porque eu gostava de trabalhar em confeções de criança, e fui trabalhar e houve uma coisa muito caricata. Chegou o dia em que fui trabalhar, levei o lanche, eles tinham dito que se podia levar lanche, e, então, eu encostei a máquina. Eu levava um paninho na saquinha do lanche, pus o paninho em cima e pus-me a comer, o pãozinho e uma pecinha de frutas. E veio o encarregado ter comigo e disse assim "Menina, menina, faz favor, não pode comer aqui em cima do local de trabalho." "Então, onde é que eu vou comer?" Toda a gente a olhar, todas a olhar, éramos todas mulheres. Era numa garagem, era assim ainda grande. E eu disse assim "Então onde é que eu vou comer?" Porque eu via que aqui não tinha nenhuma sala. E diz ele "Ah, tem que ir para a casa-de-banho, para a sanita, põe a tampa para baixo e senta-se lá." "Como?! Olhe, você come na tampa da sanita?" E, naquela altura, eu era do piorio, porque sabes como é, a revolução, ajudou-nos a ser... Hoje já sou mais... Percebes? Não era porque não soubesse, mas, naquela altura, uma pessoa era uma heroína. E diz ele assim "Ai, não pode que a dona Maria de Lourdes..." (ela chamava-se Maria de Lourdes,

a patroa) "A dona Maria de Lourdes come na sanita em casa dela?" "Ai, menina!" "Menina não, desculpe. Eu vou comer aqui até ao fim e digo-lhe mais, se não deixarem comer aqui e não fizerem um quarto de hora de intervalo para comermos aqui..." Nós íamos cada uma, pois, pelos vistos, a ideia era essa, ia eu lá à sanita comer o pão, quando viesse para fora, ia levantava-se outra e ia para a sanita a comer. Aquelas, desculpa o termo, aquelas morconas mais velhas do que eu, não foram capazes de bater o pé. Ao outro dia, diz ela, "Ficam sabendo, vocês agora têm dez minutos de manhã e dez minutos de tarde, mas tem que trazer um guardanapinho para porem o pão e comer na coisa." Vês que bom, percebes? Por isso, uma pessoa tem também de saber lutar, não é fazer... Percebes? Por exemplo, eu não gosto nem de ser mal-educada em termos de palavras, não gosto. E temos que ter um bocadinho de diplomacia para dar a volta ao quarteirão. Quando eu casei, que eu ainda não tinha casado nessa altura, porque eu casei já grávida. Quando eu casei ela deu-me um vestido, queria dar-me um vestido de noiva, de noiva mesmo, só que eu não fui de vestido de noiva, fui com um vestidinho curtinho, cor-de-rosa. Casei-me na Igreja de Cedofeita, e ela deu-me o vestido, deu-me o ramo e deu-me... Olha, deu-me tudo, pronto. O véuzinho, muito bonitinho para eu levar, que ela que fazia questão que eu levasse um véuzinho, que eu nem queria levar véuzinho nenhum. Mas pronto, estás a ver, ela acabou por ficar amiga de toda a gente.

[...]

Mas chegando à conclusão, nós também para lutarmos não é preciso bater, sermos malcriados... Os militares adoravam-me, uma maneira de falar, mas adoravam-me. Nós íamos com eles às francesinhas, ao Luso, aquele café que há na Praça Carlos Alberto. Íamos lá depois de trabalho, quando eles saíam da Câmara, mas era fixe. E depois demos com um presidente da Câmara muito bom, que foi o Aureliano Veloso, que era o pai do Rui Veloso. O Aureliano Veloso era um anjo, recebia-nos na casa dele. O Otelo foi outra pessoa excelente para nós, que nos recebeu várias vezes no COPCON,²⁶⁷ também nos ajudou muito na parte burocrática. E depois tivemos a sorte, nós, esta associação, teve a sorte de ter o Mário Brochado Coelho. Não sei se alguma vez ouviste falar nele, era um homem, um advogado que era nosso, mais do que pai. Morreu no outro dia, com 90 e tal anos, vai fazer quase dois anos... Nunca nos jogou um tostão por nada, nunca quis ser funcionário público, trabalhava à avença, que avençado podia trabalhar cá fora ou não e funcionário público não se pode faltar para vir tratar das associações, por isso foi um homem que nos ajudou. Tivemos o falecido Rui Seca, que também já morreu, mas isso foi um ataque cardíaco. Era médico do Hospital Santo António, que nos dava apoio aqui à canalhada.

Pronto, tivemos muitas ajudas, mas eu acho que nós também tínhamos uma maneira, esta freguesia de Cedofeita, tem uma coisa diferente de muitas freguesias. Não quer dizer que seja de todos, não estamos a falar

dos meninos da Foz, moram lá gente boa e gente má, não estamos a falar disso. Mas esta freguesia, era uma freguesia diferente, parece que as pessoas eram diferentes, eu não sei, ou os nossos pais eram diferentes. Por exemplo, eu consegui fazer até o 12º ano, na Clara de Resende, parece que os nossos pais também já tinham... Acho que tinha tudo, foi uma sequência. Acho que esta freguesia é muito boa, ainda hoje acho que é uma freguesia educada, tem arruaceiros como em todas as freguesias existe, mas são mais um bocado diplomatas. Assim mais... Percebes? Pronto. Acho que por isso correu tudo muito bem.

E foi quando começámos então a pensar em fazer casas aqui no bairro, começámos a fazer listas dos moradores, antes de começar a fazer as casas, recolher e ver as casas dos moradores. E depois foi quando nos legalizámos, porque não se tinha ajudas sem legalizarmos a coletividade, arranjámos o nome. E demos-lhe o nome da Bouça, porque a hegemonia dos moradores morava na Rua da Bouça, como eu te digo, porque é a rua que vem de cima e vem de baixo, era a maior rua, por isso era muito aborrecido dar outra rua. Porque aqui, por exemplo, na Rua dos Burgães, só havia estas duas, a minha e mais quatro ilhas, enquanto na Rua da Bouça, aquilo há milhentas ilhas, por isso foi.

As subalugas faz-me lembrar agora dos AL,²⁶⁸ com uma diferença, foi-me uma luta, um bocado inglória. As subalugas foram inglórias. Porque as subalugas... Quem era a subaluga? Por exemplo, tu não eras rica, eras uma pessoa remediada, mas tinhas a possibilidade de alugar uma casa e alugavas a casa. Em geral, quem era subaluga era uma pessoa já de 50 anos. Alugavam a casa para quê? Para tirar dos quartos, para ter um quarto para ela, que de princípio até seria o mais pequenino e os outros alugavam a outras pessoas. Essas outras pessoas tinham a facilidade de ter muitas vezes um quintal, de poder lavar a roupa na máquina da subaluga e no tanque dela e tomar banho no chuveiro dela, que ela deixava, não é? Já era com esse contrato que as pessoas alugavam os quartos, por isso tinham casa de banho, e tinham um teto que as abrigava. Por isso tu ias a uma subaluga e as próprias pessoas que estavam lá a pagar renda, que às vezes eram um bom pedaço, não queriam que acabássemos com as subalugas, estás a compreender? A maior parte não queria e nós também não tínhamos muita coragem, porque sabíamos que a subaluga, se não alugasse quartos, também não podia pagar a renda da habitação, estás a perceber? Isso foi um bocadinho inglório para nós. Ainda lutámos com algumas que tinham possibilidades e não era assim. Lutámos para que as pessoas saíssem, mas era uma luta diferente dos moradores que moravam nas ilhas com uma sanita ao fundo do quintal e não tínhamos água para tomar banho. Na nossa ilha tínhamos um poço, tirávamos água do poço com balde e púnhamos a água a aquecer em cima do poço, quando era verão, quando era inverno, tínhamos que aquecer em casa, no fogão, na máquina a petróleo, que nós não tínhamos luz. Tivemos luz, depois de lá morámos, passado uns anos. Só tive luz quando eu fui para

a escola, para a escola não, para o liceu, quando eu fui para a Clara de Resende, que eu fiz a quarta classe, e depois fui para a Clara de Resende. E nessa altura arranjámos um senhor que trabalhava na luz, fez o pedido, conseguiu pôr luz nas casitas todas da ilha. Mas nós não tínhamos luz, era máquina de petróleo e candeeiro a petróleo.

Por isso foi uma luta muito... Só que eu vou-te dizer, acho que, por exemplo, para mim, foi uma mais-valia, estás a perceber? Fiquei a conhecer pessoas que eu não conhecia, porque eu andei ali em Cedofeita na escola, nunca fui para cima, nunca vim para a Ramada Alta, ia sempre para Cedofeita porque dava mais jeito. E acabámos por conhecer toda a gente, por nos conhecer e ensinar e aprender a maneira de estar, a maneira de ser. E as pessoas, começou a haver mais paz entre as pessoas, porque as pessoas acreditavam em nós. Claro que depois foi uma alegria quando nos deixaram fazer a segunda fase, que depois foi o acabada em cooperativa que deu cabo de tudo e não é a mesma coisa. Nós tínhamos tantos sócios, eram só 56 fogos, tínhamos parece que eram naquela altura 120. Como é que podia... Só tínhamos 56. Teve que ser muito, muito, muito bem, ao pormenor a escolha daqueles 56 que foram lá para baixo, teve que ser tudo muito ao pormenor, estás a perceber?

Daniela Santos (44:35 - 44:45)

Vocês neste processo pediram infraestruturas básicas e habitação mais digna, que outros requisitos ou necessidades é que pediram durante o processo?

Orquídea Santos (44:46 - 44:52)

Depois fizemos aqui, tivemos um infantário, com a Junta de Freguesia.

Daniela Santos (44:55 - 44:59)

Mas isso fez parte do processo do SAAL ou do Fundo de Fomento, ou foi à parte?

Orquídea Santos (45:00 - 54:08)

Não, isso éramos nós que pedíamos. O Fundo de Fomento só foi habitação, não participava em mais nada, foi só na habitação. Depois fomos ao Governo Civil, que de vez em quando nos dava, naquela altura, 20 continhos para ajuda, por ano, para ajuda de alguma coisa. Porque nós aqui ainda hoje pagamos a mesma cota que pagámos há 50 anos - 50 cêntimos, que eram 100 escudos. [...] E então fomos à Junta de Freguesia, a nossa Junta de Freguesia tinha um professor que era muito bom, que eu ainda fiz das colónias depois do 25 de Abril, ele chamou-me para ir fazer as colónias com as crianças da Junta de Freguesia. [...] E então esse professor, que era o professor Miranda, que era professor na Escola Primária da Torrinha. [...] Depois fiquei a saber, quando houve as eleições, ele foi eleito para o Partido Socialista, mas é assim, não

são os partidos que fazem as pessoas, as pessoas é que podem fazer os partidos. Porque se tu fosses boa, se nós formos bons, tanto somos bons aqui, como ali, como ali. Isso eu não duvido, percebes? Duvido que nós, quando somos bons, somos abertos, somos boas pessoas, amigos do próximo escolhemos sempre o partido que mais seja parecido com nós, mas também não duvido que haja muita gente nos outros partidos que possam ter bom coração. Porque eu tinha lá um senhor, que esse já morreu há muitos anos, que era do CDS, era o responsável pela parte cultural, recreativa da Junta, era ele que ia comigo a Chaves de Oliveira para comprar fruta, e ele ia comigo e dizia – “Menina, a melhor fruta para as nossas crianças.” Era tão boa pessoa, tão boa, esqueci-me do nome dele, mas era um homem que era excelente. E depois era assim – “Oh Miranda, tu deste-me uma menina para trabalhar comigo.” E eu também gostava dele porque, quer dizer, até me esquecia que o senhor estava ali por um partido de direita. Porquê? Porque ele era um bom homem, um homem mesmo bom, colaborador, mesmo um bom homem. E por isso, quer dizer, acho que as pessoas, quando são boas, são boas, quando são más, são más. E não vale a pena, podemos jogar pó no partido que quiser, porque em todos os partidos há gente boa e gente má. E gente que trabalha em prol da comunidade e outra gente que trabalha em prol deles próprios, estás a perceber? Isto é uma das minhas coisas, as minhas análises que eu tenho.

Pronto, mas isto está à conclusão. E então nós fizemos, junto com a Junta de Freguesia, e isso há quem saiba, mas eu perdi-me um bocadinho nas datas, porque foi tudo tão simultâneo que eu acho que as datas são quase todas a mesma coisa. Fizemos uma cooperativa de consumo e as pessoas vinham e compravam, mas compravam a preço, não tirávamos nada, porque tínhamos quem nos fosse ao mercado e que não queria dinheiro para a gasolina nem para nada. Era um diretor que tinha um carro e que naquela altura tinha carro e me levava a Chaves de Oliveira para ir comprar as frutas e as cebolas, as batatas e assim. E levava-me à Mercantil, que agora são casas, ainda está lá o edifício da Mercantil. Íamos lá buscar o arroz, e por isso o preço que vinha era o preço que nós aqui vendíamos, não tirávamos nenhuma margem, porque só assim é que valia a pena “lutar” contra os merceeiros, não é? Por isso vendíamos e ainda tivemos a cooperativa bastante tempo.

Entretanto, tivemos um infantário muito tempo com muitas crianças, fomos muito bem. Tínhamos três auxiliares, duas educadoras, uma cozinheira e uma ajudante de cozinha. Ficavam ali em cima, ainda não andam a fazer obras, ainda andam a fazer aqui no salão. A direção manda a fazer obras e está a ficar muito mais bonito e mais funcional para render. Porque as Juntas e as Câmaras não sabemos como é que vai ser no futuro e nós também temos que ter um rendimento honesto para podermos fazer outras obras, outras coisas aqui dentro, que já agora se faz umas coisinhas, não é? Mas temos sempre o apoio de terceiros. Ou seja, nós

fazemos aqui neste momento, tipo, workshops. Quer dizer, tu tens uns alunos, alugas o salão e tu tens os alunos, percebes? Mas isso é uma mais-valia para nós também, não é a mesma coisa que sejamos nós, porque nós não podemos fazer, como fazem outras associações, que têm mesmo um lar, tem tudo. Nós não podemos fazer isso, aqui não podemos fazer isso porque não temos condições, a segurança social não deixava ou deixava, mas tínhamos que criar condições para isso.

Por isso, ainda tivemos uns aninhos, tivemos o futebol de salão, tanto de séniores como de miúdos, de jovens, estávamos inscritos na federação. Eu era a massagista, o meu irmão era o treinador, fui tirar um curso à Cruz Vermelha, mas foi muito giro. Foi uma época, vou dizer, foi uma época para mim maravilhosa, que nunca mais vou esquecer. E tínhamos aqui meninos que nós, por exemplo, no lanche, quem marcasse o golo tinha direito a uma sandes, era um cachorro, mas dávamos assim uns prémios. Quem marcasse o golo, já sabia que tinha um cachorro a mais, todos tinham direito a um cachorro. Mas depois como era eu a responsável por isso [...] acabava o de um, passava a ser dois, mas era muito engraçado, eles eram todos rapazes, iam jogar a bola. E depois queriam eu comprasse shampoo daqueles mais... mas eu comprava o shampoo como o que usava em casa, ou Nivea ou Dove, ainda hoje é o meu shampoo, shampoo não, o gel de banho. Porque o sabonete, davas-lhes um sabonete e eles deixavam cair, a água ia para ali, quando eles saíam de lá não tinham sabonete. Então o que é que eu fazia? Eles punham a mão fora das cortinas e eu metia o gel de banho para eles se lavarem. E eles ficavam todos cheirosinhos, era tão engraçado! Era mesmo bom, sabes? Era tão bom. As pessoas não sabem o que é bom, lutar em prol da comunidade, é muito bom, mesmo para nós próprios porque acaba por ser muito interessante, estás a perceber? [...]

A junta de freguesia e tudo, acabou os apoios, nós acabamos por acabar também com essas coisas, que não tinham... O futebol não dava nenhum lucro, só pelo contrário, dava prejuízo. Tínhamos a Nandinha - agora não é a mesma gerência, há cerca de um mês ou dois - mas a Nandinha, durante os 50 anos da associação, deu-nos sempre apoio. Agora não havia futebol, mas deu-nos sempre um bolo enorme, um bolo assim grande, quando a associação fazia anos, não nos levava nada, miniaturas e tudo, ajudou-nos sempre. E nós tínhamos nas camisolas "A confeitaria Nandinha", pronto, eram os nossos patrocinadores. Mas foram sempre muito nossos amigos, temos que dizer a verdade. Lá está, estás a ver, politicamente não tinham nada a ver, mas pronto, mas achavam que isto era uma iniciativa. Então nós também tivemos que provar que éramos boas pessoas e que estávamos a fazer um trabalho válido, não é?

Daniela Santos (54:09 - 54:22)

Eu só queria tentar perceber um bocadinho melhor, porque em alguns projetos do SAAL as próprias associações pediam ao arquiteto, por exem-

plo, uma sala para uma assembleia ou uma escola. Aqui foi posterior?

Orquídea Santos (54:23 – 01:08:49)

Aqui, pronto, já te disse, reunimos para ir uma ou duas vezes na igreja. Depois resolvemos ocupar um bairro que é do Ministério da Justiça, que está lá em baixo, nós demos-lhe o nome do Alerta. Saímos daquela reunião com machadas, com tesouras. Não, não era para matar ninguém. Porque o prédio, eu sabia que ele existia porque eu nasci aqui, por isso, quando ia para a escola primária, eu passava lá. O prédio foi um engenheiro, quando eu era pequenina, que tinha feito aqueles prédios, eram dois prédios, agora aumentaram mais, e tinha feito aqueles prédios. E quando o senhor já tinha tudo e ia buscar a licença de habitabilidade, não lhe foi dada, porque o Ministério queixou-se, por causa da tutoria, o prédio tinha que ter sido feito a não sei quantos metros mais adiante. Quer dizer, deixaram o homem construir tudo, que o homem até ficou... O homem acabou por morrer mais tarde, mais tarde, mas mais rápido, porque tinha gasto umas economiazinhas que tinha. Ele era engenheiro e até foi o engenheiro daquilo, mas pronto, não era rico e tinha filhos e ele acabou por não poder alugar. Conclusão, aquilo ficou com uma silva toda até lá em cima, que ninguém sabia, quem não fosse daqui como nós, não sabia. Por exemplo, as pessoas da Bouça não sabiam porque não faziam este trajeto, não viram as silvas a crescer, tu não vias uma ponta do prédio. Então nós, da Assembleia, de lá de cima, dos padres, fomos por lá baixo, levamos as sacholas e tudo, limpámos aquilo tudo e ocupámos o bairro do Alerta. E então, para termos mais força, foram para lá cinco famílias que se candidataram, que não se importavam de ir para lá sem água e sem luz, e foram para lá habitar o chamado bairro do Alerta. Que ninguém lhe chama, nós ainda lhe chamamos bairro do Alerta, aquilo também nunca mais teve outro nome, mas pronto, não é um nome que seja legalizado.

Entretanto, nós tivemos direito a uma brigada técnica para analisar a zona toda, para reestruturar a zona toda, para ver o que seria possível fazer na zona. E uma das arquitetas, não sei se já ouviste falar, a arquiteta Anni Gunther, ela e o marido trabalhavam... ele trabalhava na Câmara do Porto e ela trabalhava nas Belas Artes, era professora das Belas Artes, foi a pessoa que o SAAL nos deu para nos ajudar a planear o que é que nós queríamos, o que não queríamos e pronto. E então, essa arquiteta trouxe com ela dois estudantes de arquitetura, que eram o Sérgio Gamelas e a Maria José. E então, eles vieram trabalhar connosco e a Anni disse, e eu sei porque a Anni é mais velha do que eu, e disse, "há aqui um projeto para aquele terreno", que era o bairro do Alerta. Tens a ponte, estás a ver onde é que é a cooperativa? O bairro da Bouça? Tens o bairro da Bouça e aqui tens um, do lado de cá da ponte, onde passa o metro, tens ali umas casas que estão ao contrário, não estão à face da rua, estão metidas no meio, isso aí é o bairro do Alerta, são casas jeitosas, muitas jeitosas por

dentro. E então, o terreno da associação tinha a casa que tinha sido do diretor da cadeia, tinha sido construída pelos presos da cadeia para o diretor. Mas, entretanto, o diretor tinha saído e era o centro de formação de jornalismo. E tinha o resto do terreno, mas aquele terreno era muito complicado porque aquele terreno era uma parte da tutela e outra parte da justiça, que agora não, agora é tudo junto. Mas, antigamente, havia... os ministérios eram mais pequeninos, não é? E então, a arquiteta Anni sabia que para aquele terreno que havia um projeto, o projeto do Siza Vieira. E nós fomos falar com o Siza Vieira. O Siza é a melhor pessoa que eu conheço em termos de trabalhar no meio, tratou-nos tão bem, tão bem, tão bem, parecia nosso pai. Era um homem excelente, era e é. Eu tenho por ele um... O Siza está no meu coração, faz parte da minha vida mesmo. Ele sabe quem eu sou, se falar na Orquídea da Bouça, que eu já fui fazer umas palestras com eles à Faculdade de Arquitetura, aqui há uns anos atrás fui convidada. [...] E, entretanto, apresentou-nos o projeto e nós gostámos do projeto. Os ajudantes dele, os arquitetos estudantes, fizeram ali o desenho no nosso salão, o desenho em tamanho normal, para termos uma noção. E as pessoas gostaram todas, por isso não se podiam queixar mais tarde que era assim, que era assim, que era assim, sabes? Porque depois há... as pessoas nunca estão bem. E, então, concordamos com este projeto e fomos ao SAAL, fomos tratar, tivemos que ir então ao COPCON, por causa de não sei o quê, para nos ajudar a legalizar o terreno, à Câmara do Porto. Na Câmara do Porto era o Orleano, que foi muito bom, que nos ajudou muito. Porque é assim, eles faziam parte da estrutura da revolução. E, entretanto, foi quando nós resolvemos, pôr a mão à obra, e fazer, então, o projeto do Siza Vieira.

Ah, pois, e depois há aquela parte nossa. O que é que nós fizemos? Como eu te disse, arranjámos duas pessoas aqui e dali, e junto com a Brigada Técnica foram ver as casas todas, as pessoas, nós, fomos ver as casas todas dos sócios. E levávamos, eles fizeram, não fomos nós que fizemos, fizeram um levantamento com valores, "bom", "muito bom", para depois dar uma nota. E, em caso de igualdade, víamos, isso tinha um bocadinho em conta, como se portava este sócio. Se houvesse igualdade, então era, como é que este sócio se portava face à associação? Se não era oportunista... Ah, tinha que ser, moralmente, as coisas também tinham que ser, tinha que haver regras, porque nós não tínhamos muitas casas. Mas, hoje, continuamos todos aqueles que ainda existimos, que ainda estamos vivos. Porque noutro dia estávamos a ver ali aquela lista, e daquela lista só existimos três - eu, o meu ex-marido e um senhor que se chama Teixeira - de resto, já morreram todos. Depois tínhamos gente boa, na primeira comissão, que aqueles não são da direção. Eu é que continuei, mais o meu ex-marido e mais outros, mas aquilo era a comissão de moradores. E, então, tínhamos pessoas da GNR, tínhamos três GNR, dois subchefes e um chefe, que já eram muito mais velhos do que eu, já morreram há uns anos. Mas gente boa, tínhamos um que nós chamámos-lhe

o Cabo Miguel, que esse foi-se logo embora quando soube que as casas... Porque as casas eram para ser ao fim de 30 anos, de nós pagarmos a amortização, que os moradores pagavam à associação, como o Fundo Fomento fez para os bairros sociais, por rendimentos familiares. Havia uma renda técnica, quando atingissem aquilo, passavam todas à renda técnica, mas as pessoas pagavam conforme os ordenados ou as reformas que tinham. E, então, ao fim de 30 anos, a pessoa tinha a casa paga, a casa era sempre dessa pessoa, quando essa pessoa morresse, se morasse lá algum filho com ele, revertia para favor do filho. Se não tivesse ninguém para ficar com a casa, deixava estar e essa pessoa, ao fim de 30 anos, quando acabasse, essa pessoa ia passar só a pagar um condómino e deixaria de pagar a renda. A casa era sempre dela, enquanto ela vivesse, com quem vivesse essa pessoa, tinha as mesmas regalias, só podia ser atualizado alguma coisinha não da renda, porque renda não havia, mas do condomínio. É o que tem Francos e a Lapa e outras associações que continuaram com isso, porque como não construíram mais, o Carvalhido, só pagam o condomínio, e as casas são deles, mas não podem vender. Mas aqui os nossos moradores, como eram pessoas muito mais intelectuais, muito mais inteligentes, quando houve a hipótese de não ser possível ser associação de moradores a fazer e ser a cooperativa, mas que tinham uma coisa boa, que era poderem vender a casa, que ia ser construída em propriedade horizontal, as pessoas vieram para a Assembleia. Não vale a pena falar mais, pois não? E hoje é aquilo que tu vês, hoje moram lá meia dúzia de moradores. Os moradores que estão nas ilhas lá em cima não têm direito nenhum se houver uma casa vaga, poder pagar renda, atualizada claro, mas não têm direito nenhum para cá, porque num instante é alugada a pessoas que nós nem conhecíamos, nem são de cá. Mas é alugada, a cooperativa tem sete casas que não vendem, é para ter um fundo de maneio, para alguma coisa que seja... Percebes que não vendem, mas estão alugadas, seiscentos e oitocentos euros. Percebes? Por isso que eu me sinto às vezes triste, sou feliz com o que fiz até à associação, e até às casas, a partir daí a felicidade ficou negra. As pessoas dizem que acham que eu gosto de ser pobre, eu não gosto de ser pobre, eu como bem, graças a Deus, como o que quero, o que posso, faço a minha vida, faço o que posso, passeio, vou passear, almoço bem, janto bem, que gosto de comer bem, se calhar não tenho coisas supérfluas porque não dá, mas também eu acho que não me faz falta, se não prescindia de umas coisas para ajudar nas outras, mas fiquei um bocado defraudada com a cooperativa. Depois tivemos uma coisa, não tínhamos ninguém que juridicamente nos pudesse ajudar, porque senão nós poderíamos ter ficado com a associação até ali, o resto transformava-se em cooperativa, entrávamos no negócio do terreno de outra maneira, percebestes? E assim ficámos sem nada... E nós temos lá em baixo um placar, não sei se já lá viste, uma coisa como esta, uma coisinha que tem uns vidros que é para lá metermos os nossos comunicados, as festas, as

eleições e tudo. Há uma pessoa que domina aquilo lá em baixo, que nos arranca tudo e que deita tudo ao lixo. Depois dizem que fazem tudo lá em cima e não fazem nada lá em baixo, isso é mentira, percebes? É que também não dá para nós, por exemplo temos agora o WhatsApp, temos o e-mail, a pessoa pode mandar tudo, que foi o meu filho, não fui eu que mandei. Porque eu tenho um bocadinho a cabeça às vezes desorientada, assim está tudo bem, mas às vezes foge-me um bocado, é o que eu te digo foge-me datas, aqui também é difícil não fugir das datas, porque as coisas começaram... Tudo ao mesmo tempo, foi tudo assim, estás a compreender? Tanto que quando acabou, também acabou tudo ao mesmo tempo, porque saiu-nos o apoio, o apoio monetário. Por exemplo, eles davam-nos o dinheiro para nós pagámos às educadoras, quem pagava éramos nós, a associação, mas quem nos dava o dinheiro era a Segurança Social e a Junta de Freguesia, deixámos de ter isso, o que é que havíamos de fazer? Não podíamos, não era com o nosso dinheiro, porque os nossos miúdos aqui, as pessoas aqui desta zona eram bastante pobres, as pessoas eram mesmo muito pobres. Quando os miúdos vieram para aqui, elas ficaram todas contentes porque eles tinham uma boa alimentação, iam daqui mudadinhos, todos bem alimentados. Nós fizemos a mesma coisa que fazíamos aos nossos filhos, fizemos aos filhos dos outros, não havia nenhuma disparidade, mas há coisas que pronto, a vida também, como tu sabes... Nós agora estamos, por exemplo, com medo, toda a gente está com medo, que isto ainda mude, vamos aguardar serenamente, mas para melhor não é. Ou nós temos muita força e isto leva uma grande volta, mas infelizmente o que aconteceu no 18 de maio foi muito triste, muito triste. E eu estou a falar contigo à vontade, tanto faz que tu sejas daqui, como dali, aquilo que tenho a dizer, digo, aquilo que sinto, eu digo, não tenho problema nenhum. Não tenho problema se as pessoas são de direita, são de esquerda, logo que eles trabalhem bem, podem ser o que eles bem quiserem, quando mexem no meu património, isso eu fico brava, percebes?

Apêndice 9 | Entrevista com Gabriela Cavalcanti e Helena Fidalgo

17 de julho de 2025, Aveiro

Gabriela Cavalcanti

Arquiteta e urbanista brasileira. A concluir o mestrado em Planeamento Regional e Urbano na Universidade de Aveiro. Foi co-coordenadora do Projeto Mulheres em Construção, desenvolvido no âmbito do programa público Bairros Saudáveis, e tinha como objetivo principal "capacitar mulheres em risco laboral ou social para realizarem, de forma autónoma, melhorias nas suas habitações e prepará-las para a profissionalização e o emprego na indústria da construção civil." (Mulheres na Arquitetura)

Helena Fidalgo

Uma das participantes do Projeto Mulheres em Construção.

Daniela Santos (0:04 - 0:13)

Diferentes corpos têm diferentes vivências e apropriações de espaço urbano. Qual é que é a vossa percepção da cidade e do espaço público?

Helena Fidalgo (0:16 - 1:28)

Eu, para mim, acho sempre que depende da nossa atitude. Da forma como nós vemos também as coisas, que há pessoas que veem sempre tudo mal. Está sempre tudo mal, é tudo negativo. E isso não ajuda nada para nós vermos as coisas de uma forma mais tranquila, mais simpática, não é? E eu penso, para mim, facilita muito nós estarmos de coração aberto porque dificilmente vemos tudo só mal. Há coisas pontuais que nós podemos não estar de acordo, por exemplo, eu posso não estar e a Gabi estar e a menina estar, mas, para mim, eu vejo as coisas sempre muito mais simples, muito mais tranquilas, simpáticas. E isso, se calhar, também não me faz ver as coisas menos... Vejo as coisas menos boas, mas não vejo assim uma coisa específica. É uma maneira de ver as coisas e de estar, não sei.

Gabriela Cavalcanti (1:30 - 3:51)

Em relação a isso, por exemplo, aqui no contexto do projeto Mulheres em Constituição, nós tivemos nas formações da Mulheres na Arquitetura, para as senhoras que estavam a cumprir o percurso formativo, nós tivemos essa percepção de qual era o ambiente que as pessoas que moravam no bairro se sentiam mais à vontade. Ou seja, era dentro do bairro ou era fora do bairro?

É uma rua que separa o bairro do restante da cidade. Então, nós percebemos muito essa sensação de que "Ah, eu não fico à vontade para estar em outros espaços". Então, essa coisa dos corpos, acho que é também muito no sentido de perceber o que é que, no sentido de pertença. Então, ainda existe muito esse estigma do "Ah, eu sou desse lugar, eu moro, por exemplo, no bairro da Beira-Mar, que é onde nós estamos agora, então eu não me sinto à vontade na zona do Glicínias, que é outra zona da cidade, por exemplo, ou em Aradas". Então, ainda tem muito esse sentido de pertença, que não está muito bem... Ou seja, não é uma barreira física, é uma barreira social, é uma barreira de percepção, do sentido de pertença.

E isso, depois, também tem a parte das mulheres, porque, por exemplo, uma mulher não se sente à vontade, muitas vezes, para estar em um lugar que é mais escuro, ou que é mais vazio, andar à noite em um lugar

que é mais deserto, mais ergo. Então, isso é muito da vivência e é bem como a Helena estava dizendo, que não é positivo, nem é negativo, mas é uma questão de construção social. Ou seja, é uma questão que as pessoas, às vezes, simplesmente sentem. Às vezes, não sabem explicar, não sabem de onde vem aquilo. Simplesmente não se sentem à vontade, ou simplesmente acham que aquele lugar não se adequa a elas, ou ao corpo delas, ao estar delas. Então, acho que é um pouco por aí.

Daniela Santos (3:54 - 4:13)

Porque as mulheres, durante muito tempo, foram restringidas ao espaço doméstico, privado, então, eu pergunto se acham que o planejamento urbano e o desenho urbano atuais pensam ativamente nas necessidades e vivências e a segurança, acima de tudo, dos corpos femininos no espaço público.

Helena Fidalgo (4:16 - 5:50)

Eu também acho que sim, que antigamente estava tudo muito focado as mulheres, era para estar em casa, não é? Ainda bem que as coisas mudaram para melhor. Efetivamente, haverá muita gente ainda que, não a faixa etária das pessoas novas, das mulheres novas, mas com mais idade, que pensem ainda da mesma maneira. Eu acredito que há muita gente que não se soltou, na altura delas não era possível, na minha época, por exemplo, e depois ficaram e não se soltaram, acredito que sim. Mas, efetivamente, nós hoje em dia, se estivermos dispostas, conseguimos ser livres, conseguimos resolver a nossa vida com à vontade. Eu vejo assim, não vejo nenhum inconveniente de nós termos mudado, portanto, sair do doméstico para a liberdade, para o solto, fazer o que podemos fazer com a liberdade e com segurança, lógico. Também não nos vamos pôr a perigos, não é? Mas eu acho que quem quiser se soltar, consegue. É preciso estar disposta a isso, depende da atitude de cada um, não é? Mas eu acho que é fácil, hoje em dia temos outra visão da vida real, eu acho.

Gabriela Cavalcanti (5:54 - 7:12)

Já existe essa, a gente vê que existe essa preocupação, mas essa preocupação está, muitas vezes, muito mais, pelo menos eu vejo, muito mais no nível da academia, no nível do ativismo, que no nível do poder de decisão, de quem decide, ou das câmaras, ou do Estado, enfim. Então, não é uma coisa que esteja completamente a zero, mas que não está ainda consolidada, ou seja, que não está ainda estabelecida para que seja uma norma, ou para que seja o normal. Ainda é surpreendente ver uma cidade que consulta as mulheres para definir o desenho urbano, para definir as rotas, ou para definir o tipo de, por exemplo, os sentidos das ruas, se aquela rua vai para cá ou vai para lá, é num sentido ou outro, para ajudar e conciliar com a realidade das rotas, dos trajetos das mulheres na cidade. Acho que é isso, é um pouco simples, acho que é mais isso.

Daniela Santos (7:14 - 7:28)

E agora, passando em específico para o projeto das Mulheres em Construção, consideram importante este tipo de projetos para aproximar as mulheres, arquitetas ou não, da construção civil e da obra?

Helena Fidalgo (7:30 - 8:26)

Sim, eu acho bastante importante, até porque acho que também entre nós, só mulheres, também diminui um bocado, ou melhor, acrescenta-nos a distância entre as mulheres e os homens, portanto, nós ficamos mais favorecidas, porque estamos mais em conjunto, porque anteriormente este género de trabalhos era mais específico de homens, e ainda bem que hoje já não é, e que há muitas mulheres com cargos que antigamente eram só supostos ser de homens.

Portanto, acho que é bem importante mesmo para a mulher ter mais força, evoluir mais, cada vez mais e melhor. Acho que sim, é muito importante estes projetos.

Gabriela Cavalcanti (8:29 - 11:57)

Sim, eu também acho importante, não é querendo puxar a brasa da nossa sardinha, mas acho que é muito importante.

Nós, assim, no percurso formativo de Mulheres em Construção, pudemos ver, por exemplo, no final das formações tivemos uma obra, e foram exatamente as formações que fizeram a obra numa loja do Mar de Santiago, e essa loja ficou a ser o Banco de Materiais e Ferramentas, que foi previsto no projeto, mas que depois ficou a ser gerido por uma IPSS do bairro, que está presente no bairro. E nessa obra, nós tivemos apoio de uma empresa de engenharia, de construção, e houve presença pontual de homens, por exemplo, um senhor que foi lá ensiná-las a fazer a instalação do Pladur e tudo mais, mas era um outro ambiente, quando estamos só as mulheres. E era uma coisa leve, era um ambiente leve, era um ambiente que às vezes a gente tinha ali, que gerir conflitos, que gerir situações, mas acho que eu via, e vi mesmo que havia um cuidado, uma preocupação com a outra, a colega faltou muitos dias, ou a colega não vem, e uma estava sempre atenta à outra, foram criados laços, foram criadas amizades ali, que eu acho que vão ficar, e que têm ficado. Então essas relações que se estabelecem vão mostrando que não só que as mulheres fazem, e fazem bem, e fazem muito bem, inclusive, como também conseguem ter esse aspeto do cuidado, do cuidado entre si, da equipa, entre a equipa, que eu acho que fortalece o trabalho, que fortalece e melhora a qualidade, porque uma vai ajudando a outra, eu não consigo agora, eu não consigo isso, eu não posso aquilo, há pessoas que não podem carregar peso, há pessoas que não podem agachar-se muito, então essa coisa vai-se complementando muito. Eu acho que sim, que é importante, até para quebrar essas barreiras, ajudar a inserir essas mulheres nesse mercado, porque não é fácil, existe um preconceito, existe,

a gente nota. Primeiro é dialogar, mas “tem que carregar peso, mas tem que fazer isso, aquilo, mexer a massa é difícil, é pesado”, e pelo contrário, elas conseguiam fazer tranquilamente, então é para quebrar esse estigma, acho que é necessário, sim. É importante ter uma estrutura que vá defendendo, que vá sustentando e ajudando a quebrar esses estigmas que existem, porque se não, se for uma coisa assim, se eu estou aqui hoje, vou resolver por uma obra, não vai correr bem, provavelmente, porque vão ter muitos estigmas e facilmente vão me pôr a escanteio, acho que é por aí.

Daniela Santos (11:58 - 12:13)

Sim, agora em específico para a Helena, que dificuldades é que sentiu, um pouco também neste sentido destes estigmas, sentiu alguma dificuldade só por ser mulher, neste processo de formação?

Helena Fidalgo (12:14 - 13:11)

Olha, eu tenho que falar por mim, não é? Na verdade, não senti, não senti dificuldade nenhuma em integrar-me junto com os homens, até porque quem apareceu lá e quem esteve foram sempre até muito porreiros, pronto, e houve uma interajuda muito boa da parte deles, portanto, eu pessoalmente, a minha experiência foi ótima, foi positiva, aprendo, aprendi, lógico que há coisas que devia haver manutenção sempre, porque se não uma pessoa vai se esquecendo, mas aprendi, e eles ensinaram tranquilo, eu não senti dificuldade, eu pessoalmente não senti dificuldade, estava à vontade com eles, e eles até foram bem fixes, bem porreiros, sim.

Daniela Santos (13:13 - 13:29)

Pronto, porque nós sabemos que o estaleiro de obra normalmente é associado sempre ao homem, então, enquanto mulher arquiteta neste ambiente, é mais difícil integrar ou fazer parte de um ambiente de obra?

Gabriela Cavalcanti (13:30 - 15:29)

É, é assim, não é raro, para não dizer que é comum, não é raro, acontecer de numa obra, imagina, chega uma arquiteta numa obra e muitas vezes as decisões todas de projeto ou de obra, ou de escolhas de materiais, enfim, de métodos, são muito questionadas, é mais comum serem questionadas por aí do que se fosse um homem falando, a decidir ou a fazer o projeto, então, sim, isso existe, isso é inegável. Claro que existem ambientes e ambientes, pessoas e pessoas, situações e situações, nesse contexto de Mulheres em Construção, sentiu-se menos, porque já havia uma consciência de que nós estávamos ali para isso, ou seja, de que a nossa abordagem já era aquilo, então, é claro que ninguém ia chegar lá e contrariar aquilo tudo assim, não é tão abertamente, mas sim, existe, é desafiador e parece que tem que se provar muito mais as competências técnicas do que se não fosse uma mulher. Então, acho que sim, existe essa diferença,

existe esse estigma e só se vai desconstruir com mulheres em construção, com mulheres na obra, mulheres a trabalhar, a mostrar e a fazerem, acho que é só assim, e para isso precisa de uma estrutura por trás, porque acho que não fazemos isso sozinhas, e nenhuma mulher faz isso sozinha, nem um homem faz isso sozinho, é preciso de uma consciência geral, uma consciência conjunta e um trabalho conjunto para conseguir estabelecer isso.

Helena Fidalgo (15:32 - 15:52)

Eu senti menos dificuldade, ou nenhuma, porque vocês efetivamente estavam por trás, porque se aparecemos lá assim, do nada, talvez as coisas não funcionassem tão bem, isso certamente, mas mesmo assim, há pessoas que se calhar não se sentiam tão à vontade e tão confortáveis, eu estava bem.

Gabriela Cavalcanti (15:53 - 15:59)

Mas a Helena também já tinha alguma coisa antes, de ter feito coisas em casa, em outras situações.

Helena Fidalgo (16:00 - 16:04)

Mesmo o trato, para mim, foi tranquilo.

Gabriela Cavalcanti (16:05 - 16:09)

Sim, porque também é o seu jeito de ser. A Helena é muito comunicativa e tudo, então é mais por aí.

Helena Fidalgo (16:09 - 16:10)

É mais fácil, não é?

Gabriela Cavalcanti (16:11 - 16:11)

Eu também acho que sim.

Daniela Santos (16:13 - 16:31)

E agora, falando não da parte da formação mais prática, mesmo da obra, mas tiveram, durante o projeto, algumas formações mais teóricas, como igualdade de género e corpo-casa-bairro-cidade, que ensinamentos é que leva dessas formações?

Helena Fidalgo (16:33 - 17:35)

Eu consegui perceber coisas que eu não sabia, e consegui aprender, e depois pensei, e penso, que as mulheres são tão capazes como os homens, de fazer coisas. Lógico, precisam de orientação, precisam de ferramentas, mas eu acho que nós somos tão capazes como os homens. Igualmente capazes, se não melhores, às vezes, em certas situações pontuais.

Portanto, aprendi, efetivamente, é necessário haver formações assim, e contínuas, se possível, porque, com o decorrer do tempo, vamos melhorando, se tivermos sempre informações mais recentes, não é? Mas nós somos capazes, na totalidade, de fazer o que os homens fazem, com instruções e com ferramentas, mas acho, acho não, tenho a certeza, somos capazes.

Daniela Santos (17:36 - 17:43)

E agora, só para finalizar, que impacto a vossa participação neste projeto teve?

Gabriela Cavalcanti (17:45 - 17:46)

Que impacto teve em mim?

Daniela Santos (17:46 - 17:48)

Pessoalmente, sim.

Gabriela Cavalcanti (17:50 - 21:02)

Mexe muito comigo esse tema, porque foi desafiador, desafiou-me em vários níveis. A nível profissional, logo o primeiro, mas há uma exigência grande para gerir as situações, para conseguir cumprir os planos, cumprir os prazos, porque o projeto tinha prazos, porque o projeto tinha situações, conseguir gerir... Por exemplo, a organização da obra, conseguir arranjar o lugar para fazer a obra, conseguir estabelecer as... Isso ninguém fez sozinha, foi uma equipa. Nós, da Mulheres em Construção, fomos, Mulheres na Arquitetura, fomos duas, foi a Patrícia Ruval, a Isabela Piscone, a Lia Antunes. A Lia e a Isabela foram como voluntariado.

A Helena Parnisari, que, entretanto, mudou-se de país. Eu, a Cláudia Scaleria também. Então, fomos pelo menos seis do Mulheres na Arquitetura. E nós íamos a gerir tudo isso, ou seja, as datas, as parcerias, os workshops, a comunicar com o IEFP e também com o programa, o Bairro Saudável, que foi no âmbito desse programa que foi promovido Mulheres em Construção. Depois, o tecido social no próprio bairro, conseguir... Isso tudo é exigente, mas não é ruim, é exigente só. E, no fim, quando a gente vê a obra feita, as mulheres com o diploma, com o certificado na mão, a obra feita, pessoas que depois conseguiram pintar um apartamento, como a Helena. A Helena e a Lúcia foram pintar um apartamento mesmo. Pintaram um apartamento inteiro, não foi? Pintaram um apartamento inteiro. A Helena chegou a fazer, a pintar um muro, não foi? A pintura de uma escola que ela estava. Então, é muito gratificante ver que isso tudo foi feito em equipa e não teria sido feito por ninguém sozinha e não teria sido feito se não tivesse uma política pública que estivesse por trás disso. Porque não só os recursos do financiamento do projeto, mas também o recurso da estrutura que permite e que dá esse arcabouço. Que tem muito a melhorar, mas que foi um primeiro projeto. Eu fico até com a garganta

um pouquinho travada. Mexe muito, porque é uma realização. É uma coisa que dá alegria de ver. Ao mesmo tempo que se pensar em fazer outro, você fica assim já “Aí Meu Deus, fazer outro, calma lá”, mas dá vontade.

Helena Fidalgo (21:03 - 21:04)

Acho que é isso.

Gabriela Cavalcanti (21:06 - 21:19)

E eu fico muito feliz quando vejo a Helena falando, por exemplo, porque eu fico assim, gente, foi isso! Foi mesmo isso! E nós fizemos, sabe? Caramba, fizemos! Uau!

Helena Fidalgo (21:19 - 21:25)

Também foi difícil gerir, a parte humana não é fácil.

Gabriela Cavalcanti (21:26 - 21:28)

Mas não é em lugar nenhum e não é em contexto nenhum.

Helena Fidalgo (21:28 - 21:29)

O grupo já é assim mesmo.

Gabriela Cavalcanti (21:30 - 22:52)

E acho que no panorama geral nós vimos que esses conflitos fazem parte e passam. Porque hoje em dia se a Helena encontrar qualquer pessoa com certeza que vai cumprimentar, que vai estar ali na boa, sabe? E fora o fato de melhorar as relações de vizinhança e de cuidado. Nesse caso, a Helena não mora no bairro em que o projeto foi promovido. Inicialmente era só para as pessoas daquele bairro, mas houveram pessoas que não eram do bairro e que queriam fazer a formação e por isso, por exemplo, a Helena foi uma das pessoas que fez com que a gente abrisse. E foi a melhor coisa que fizemos também, porque já integra mais a cidade, já quebra um pouco aquela barreira social que eu disse no início, que permeia, ou seja, permite essa permeabilidade entre pessoas de um bairro e do outro, de uma cidade e outra, de outro lugar e outro. E acho que isso enriquece muito, não só nós, mas as cidades também.

Helena Fidalgo (22:50 - 23:11)

Faz todo o sentido, devia ser assim mesmo. Inicialmente não seria, mas eu acho que isso foi uma parte também muito boa para criar laços, lá está. Laços e compreender as pessoas, umas melhor, outras pior, mas é assim, o ser humano é assim mesmo.

Daniela Santos (23:11 - 23:19)

Porque já tinha este interesse na construção, já tinha tido antes e depois isto permitiu a seguir a nível mais profissional.

Helena Fidalgo (23:19 - 25:13)

Não foi bem profissional, mas o conhecimento e aprender. Aprender, eu já fazia algumas coisitas, mas é fazer mal. Fazer mal, mas eu fazia sempre. Mas acho que sim, que isto é muito importante até a nível de lá está, de criar laços com pessoas que a gente nunca viu, nunca viu em lado nenhum e que fica sempre alguma coisa. Há pessoas que a gente fica mais ligadas, em todo lado é assim, mas eu acho que isso é sempre a parte mais importante, é conhecer pessoas e saber estar, porque é preciso também saber estar com esta, com aquela, as pessoas são distintas, todas, e eu como ando em muitos grupos, portanto, sei bem isso. Às vezes não é agradável, ouvir coisas e tal, até mesmo quem está a gerir os grupos às vezes as pessoas têm muita dificuldade e há pessoas que são líderes e conseguem gerir aquilo na boa. E quem está a ver por trás ou quem está no meio do grupo, diz assim, como é que ele tem capacidade ou ela para conseguir gerir, mas ainda bem que é assim. E temos que lidar com toda a gente, saber conviver com as pessoas. Para mim, se é que também a pergunta é para mim, não sei, foi muito positivo, foi, não teve nada de negativo, nada, nada, nada, mesmo muito positivo. E engraçado que nas formações no IEFP, houve até um formador que disse que fiquei sempre com aquela palavra desse formador, não me recordo agora.

Gabriela Cavalcanti (25:13 - 25:14)

Era do Paulo Marreiros?

Helena Fidalgo (23:14 - 25:15)

Não, não, não, do mais pequenino.

Gabriela Cavalcanti (25:16 - 25:17)

Daniel?

Helena Fidalgo (25:20 - 26:17)

Lá está, devíamos de fazer mais vezes, para fixar. Tivemos, então, esse formador que disse que nós, que gostava de ajudar às mulheres, de ensinar, porque as mulheres, por norma, a parte grossa, somos muito mais atentas, estamos muito mais dispostas a aprender e interessadas pelas coisas que vamos aprender. Portanto, ele próprio disse isso e, efetivamente, o geral é capaz de ser. Os homens, se calhar, são mais, é mais banal e nós estamos mais, quem tiver interesse também, não é? Portanto, isso foi também uma coisa boa que nós ouvimos, não é? Foi muito positivo, sim. Convinha era a renovar aí um projeto qualquer para irmos outra vez. Para fazer uma reciclagemzinha, não é? Obrigada.

Daniela Santos (26:18 - 26:35)

Eu só tinha uma última questão a nível mais profissional, como é que

acha que o acesso, a visibilidade das mulheres na arquitetura, a questão das cidades mais inclusivas, um planeamento mais feminista, como é que Portugal se situa em comparação com outros contextos internacionais?

Gabriela Cavalcanti (26:36 - 30:20)

Assim, para já na profissão ainda há muita disparidade, não é? A nível de ordenado. E, assim, Portugal ainda tem mais mulheres que se formam nessa área, na arquitetura, do que a média regional, não é? Mas ainda há essa disparidade. Então, essa é uma diferença grande que existe e é uma coisa difícil de vencer, é uma coisa que só se vence com legislação, com um planeamento, com uma governança que amarre bem isso para resolver. Com incentivos às empresas, com incentivo aos órgãos públicos que ajudem a vencer essa disparidade e ajudem a fazer com que haja mais mulheres ou pelo menos um número igual ou equivalente de mulheres, não só nos cargos comuns, mas também nos cargos de decisão e nos cargos de liderança. Fora isso, eu vejo assim, Portugal tem tido muitas pesquisas valiosas, pesquisas no âmbito académico, no âmbito do ativismo também, que têm sido importantíssimas para fortalecer, integrar e fazer crescer essa consciência, mas nem o ativismo, nem a academia vão conseguir resolver isso sozinhos. Não que não tenha valor e que não seja importante o seu trabalho, esse trabalho da academia e do ativismo, mas ele precisa da consciência de trazer isso para os órgãos públicos, para as empresas, como eu já disse, num nível de governança, num nível de legislação, num nível de colocar isso nas discussões municipais, ou mesmo das freguesias, dos distritos, da gestão dos distritos, da gestão do país em si, para que isso fique mais coeso, para que haja coesão entre os diversos níveis, entre as diversas esferas, entre os diversos tecidos, para que seja possível que a gente chegue num nível, que Portugal chegue num nível de ter essas discussões com mulheres, por exemplo, em processos participativos, em processos para orçamentos participativos, para perceber o que é importante. E assim, quando nós estivermos a pensar, não sabemos disso, que nós quando estivermos a pensar numa cidade que seja melhor para as mulheres, para as crianças, vai ser melhor para toda a gente. Então acho que Portugal tem que saber aproveitar melhor todo esse ativismo e toda essa pesquisa académica, e ora académica, ora não académica, que já existe para conseguir aplicar isso e fazer esse país estar mais próximo doutros que são exemplares, que já têm discussão pública com as mulheres para decisões da cidade. Então acho que é por aí, nós ainda temos muito a percorrer mas já temos coisas que são importantes, não estamos a zero, mas ainda estamos longe do que é o ideal.

Apêndice 10 | Entrevista com Patrícia Santos Pedrosa

24 de julho de 2025, Lisboa

[...]

Daniela Santos (15:13 - 15:30)

Pronto, começando com as perguntas. Diferentes corpos têm diferentes vivências e apropriações do espaço urbano. Qual é a sua percepção da cidade e do espaço público?

Patrícia Santos Pedrosa (15:36 - 28:40)

Sim, óbvio. Podemos ir a um extremo, que é considerar que cada experiência é única. O que traz aqui uma impossibilidade de materializar respostas urbanas para o comum, para o coletivo, para a sociedade. Mas, a questão com a cidade, é que a cidade tem tido, bem, por um lado a cidade é e plasma, na sua maior parte, as estruturas do poder, as opções do poder, as decisões do poder, e o investimento do poder, dos recursos humanos, dos recursos intelectuais, dos recursos culturais e dos recursos do dinheiro, em coisas que de alguma maneira considera prioridade. Ou seja, quando nós pensamos na história da arquitetura, na história da cidade, isso fica muito claro. Quando nós dizemos que somos herdeiros, herdeiros e herdeiras, da cultura grega e da cidade grega, o que estamos na verdade a dizer, o que estamos na verdade a dizer é que somos herdeiras e herdeiros de uma sociedade e de uma cidade que não era democrática no sentido contemporâneo do termo. Logo, a cidade não era democrática no sentido contemporâneo do termo. Portanto, o que acabas a ter é a história reiterar que o espaço físico, que a arquitetura, que a cidade fixa, até aos dias de hoje e continua a fazer, fixa ideias sobre a si própria, sociedade e sobre o si próprio poder nos contextos geográficos e de tempos específicos. Isto é, os territórios onde os corpos diversos caminham.

Os corpos diversos caminham em ideias de cidade que não têm estritamente a ver com a sua experiência, com as suas necessidades, com as suas inquietações, com os seus sonhos, com os seus desejos, têm a ver com esta abstração do que é que é bom em comum. O que é que acontece com a questão das mulheres e do direito à cidade? Como, historicamente, temos vivido em sociedades fortemente patriarcais e onde o poder acontece debaixo deste chapéu, também a construção da hierarquia e das classes sociais acontece debaixo deste chapéu, não é? A questão do poder não é só uma questão das mulheres versus homens, dos espaços urbanos versus espaços rurais, dos ricos versus pobres. Já a sociedade grega dizia que só era cidadão aquele que tinha nascido no próprio sítio. Portanto, de alguma maneira, a história que hoje continua

Patrícia Santos Pedrosa

Arquiteta, investigadora portuguesa, professora na Universidade da Beira Interior. Pioneira nos estudos sobre arquitetas em Portugal. Co-fundadora e vice-presidente da Associação Mulheres na Arquitetura. As suas principais áreas de investigação são história da arquitetura (mulheres e século XX); arquitetura, cidades e género; urbanismo feminista.

a fazer e produzir muito soundbite, não é? De quem é que tem direito a estar nos sítios, a ser cidadão dos sítios. Por isso é que nós temos de ter um enorme sentido crítico face à nossa tradição e à nossa herança de construir e de pensar cidade e arquitetura.

Portanto, voltando atrás, o que é que acontece connosco? E eu, enfim, se não te importas, falarei a partir da questão das mulheres, das meninas, das raparigas, das crianças e do direito à cidade, não é? Porque é o sítio onde mais confortável me sinto para falar. Sabendo de alguma coisa, mais sei. Que é, no longo tempo da criação das cidades, e eu acho que os plurais são importantes, das cidades e das várias cidades que existem no interior de cada cidade, sempre nos habituámos, e nós, raparigas, meninas, desde que nascemos, a funcionar e a naturalizar um somatório de agressões que a cidade acaba a ter no nosso sentido. Quando tu és criança, não consegues brincar, ter a liberdade de usar o espaço público, porque pode ser perigoso, por n motivos. Quando tu entras na pós-puberdade, comesças a deixar de ser estritamente vista como uma criança e passas a ser percecionada como uma futura jovem mulher, ainda que sejas uma criança e ainda que sejas uma rapariga. Tu comesças a sentir outros tipos de agressões no contexto do espaço urbano, o assédio sexual, a maneira como a cidade se pode transformar muito rapidamente num território onde tens que estar atenta, tensa, protegida, com cuidado, permanentemente, e onde és educada desde sempre, "Ah não podes ir sozinha", "ah, cuidado". Estas coisas que nós normalizamos na educação das nossas filhas, naturalizaram na nossa própria educação, destes cuidados, destas atenções, têm a ver com uma ideia, com uma cidade que foi feita, foi pensada, mas também é mantida, e cujas decisões de gestão são sustentadas por uma ideia onde, teoricamente, todas as pessoas são iguais, não há necessidades diversas, que já sabemos que é uma ficção, e que, portanto, este modelo de pseudo-universalidade e neutralidade acaba, na verdade, a ser um espaço onde nós temos que representar quotidianamente uma soma infinita de estratégias de proteção e de salvaguarda para as quais, normalmente, já nem temos consciência, nós mulheres, nós raparigas.

Portanto, voltando ao início, os corpos e a cidade, a partir da compreensão que nós conseguimos ter através de um trabalho que é feito em cima do território. Isso é uma das grandes questões para o ensino, mas também para a prática do projeto e da arquitetura e da cidade, que é aquilo que nos ensinaram na escola, que em cima de uma folha nós fazemos uma abstração da realidade e desenhamos soluções seguramente maravilhosas para o falso neutro que o vai ocupar. Se tu vais para o território e vais mergulhar no que são as experiências reais, é óbvio que a minha experiência enquanto uma mulher branca que vive em contexto urbano, que teve acesso à universidade, que é arquiteta, pensa sobre estes assuntos, é obviamente diferente de uma vizinha minha qualquer que tenha, na mesma a rua, inclusivamente, outra experiência. Mas ainda

assim, isto é o que também as teorias e as epistemologias feministas nos ensinam, em termos metodológicos, ainda assim o trabalho tem que ser pensado e feito de uma maneira tremendamente situada. O que é pouco pragmático quando nós pensamos que consome recursos, consome tempo, não é uma resposta uniforme que funciona na tua rua, na minha, na outra rua ali ao lado, porque na verdade o que nos diz o que nos diz o trabalho que esta perspectiva situada, do conhecimento situado da Donna Haraway traz para a arquitetura e para a cidade é preciso perceber o que cada território, o que cada lugar, o que cada cidade, o que cada rua, o que cada bairro tem enquanto expectativas e necessidades. Porque a ideia de que a perspectiva feminista é pôr iluminação maravilhosa e focos, parece focos de holofote de estádio de futebol, em toda a cidade. Pode ser verdade, pode não ser. Ou seja, percebes, esta ideia de tentar que as questões da perspectiva de género, que as questões das mulheres e das raparigas e das cidades se resolvam com respostas no desenho previamente estabelecidas é o reforço de uma ideia universalista de desenho das cidades, da concretização das cidades, da concretização do espaço urbano e que vai até ao espaço doméstico, vai nas escalas todas.

Ou seja, o que a perspectiva feminista, as lutas feministas, o urbanismo feminista nos traz é as soluções nunca são universais, o que pode ser mais universalizado são as estratégias de chegar às soluções. São os modos com que nós trabalhamos numa tentativa de, mas mesmo assim, as questões metodológicas, as questões do processo tu não podes. Estávamos a falar das questões e das experiências catalãs, tu não podes pegar nas metodologias catalãs e aterrar na cidade do México e dizer às nossas companheiras urbanistas, feministas, mexicanas é assim que se faz, porque seguramente as questões de contexto, as questões socioeconómicas, a realidade material é tão diferente que a única coisa que podes é dialogar e aprender com o que elas sabem e podem contribuir para a reflexão sobre o território, ou seja, porque senão qual é a questão da história dos modelos universalizantes é que corremos o risco de voltar a ideias universais, euro-centradas ocidental-centradas, de uma ordem espacial do mundo, portanto de alguma maneira em neocolonialismos, em achares que é através daqui que partem portanto, tu pegas, tu falas às companheiras mexicanas, se calhar como é que estas metodologias funcionam bem elas dizem "não, não, nós estamos a aprender é com as geógrafas feministas latino-americanas elas estão a ensinar-nos muito mais do que o pensamento urbano feminista partido da Europa", por exemplo, isso é maravilhoso, desconcertante e também como feminista primeiro é um choque, não é, pensar "ui, raios, é verdade eu afinal, estas mulheres lembraram-me que nós estamos no centro do mundo", mas depois é extremamente enriquecedor porque é um confronto com, ou seja, esses corpos, as experiências dos espaços e as aspirações na vida urbana, na vida do quotidiano, claro que temos similitudes, mas também temos questões muito radicalmente opostas e portanto se há uma coisa

que eu aprendi neste enorme percurso de dúvidas, angústias e poucas certezas é que de alguma maneira contamos com a experiência passada com as mulheres de quem herdamos o conhecimento e as práticas mas sempre em processo de enorme generosidade humildade e questionamento e sentido de escuta e sentido de atenção àquilo que as outras experiências dos quotidianos nos podem trazer.

Daniela Santos (28:45 - 28:58)

A pergunta a seguir já foi um pouco respondida que era, as mulheres foram restringidas ao espaço doméstico durante muito tempo, sem o pensamento delas no espaço público, e como é que o atual planeamento e desenho urbano pensa ativamente nas necessidades das mulheres nas vivências, na segurança?

Patrícia Santos Pedrosa (29:00 - 38:12)

Sim, é o facto que principalmente se partirmos da nossa cultura europeia o acesso ao espaço público e a história das mulheres e o acesso ao espaço público tem umas dimensões interessantes. Que é, historicamente, claro uma cultura muito conservadora, de papéis, de estereótipos de género muito marcados, de onde até há muito pouco tempo, mesmo a nossa Constituição, a Constituição Portuguesa, garantia que os cidadãos e as cidadãs não eram iguais, portanto tinha uma hierarquia, e o chefe de família era o homem, à partida, tirando muitas exceções exceções, às vezes até depois as fazerem retirar, o provedor, quem trabalha, não é? E por outro lado, também temos as questões de classe que já falámos, ou seja, ainda que nós saibamos isto, também sabemos que as mulheres pobres, e na história da cidade de Lisboa nós temos isto até fixado em alguns personagens icónicos, as mulheres pobres sempre tiveram, por necessidade, porque era preciso serem provedoras também de dinheiro para o sustento da família. E é muito interessante, quando tu lês a história da família no contexto europeu, tu tens ali uma linha, obviamente, entre o centro mais rico, o centro europeu mais rico, e o centro, e o sul europeu mais pobre. Que é, tu tens uma história do excesso das mulheres à cidade, muito associado à primeira, principalmente à Segunda Guerra Mundial, saem as mulheres para ocupar os lugares do trabalho porque os homens estão em guerra. E depois há o backlash, o reenvio para casa quando depois, na pós-guerra, e vês isto nos Estados Unidos, vês isto também em Inglaterra, mas depois, e noutros países, obviamente, na Europa. Mas depois tu tens uma outra realidade que é, países muito pobres sempre contaram com as mulheres da família, ou contaram muitíssimo mais com as mulheres da família, e das raparigas da família, para trabalharem, para trabalharem nos campos, para depois trabalharem nas fábricas, para trabalharem nos serviços domésticos. E deste modo, na verdade, tu quando pensas num personagem, eu falava dos personagens de Lisboa, quando pensas na personagem lisboeta da varina, a mulher vinha aqui à zona

ribeirinha, às zonas onde os pescadores atracavam, e vendiam o seu peixe, e punham o pescado, o peixe no cabaz e depois à cabeça, elas tinham acesso à cidade, caminhavam pela cidade toda vendendo peixe, chegavam a entrar, e é muito interessante, porque é daquelas situações em que elas entravam para os espaços domésticos burgueses e de classe média alta, porque iam vender às clientes, portanto entravam e saíam. Ou seja, na verdade, as mulheres tiveram desde sempre um espaço público, tiveram com papéis restritos, muito particulares, obviamente. Então, como nessa altura elas não eram pensadas. Porque o que é que se pensava? Pensava-se a questão industrial, a questão da higienização, a questão desenvolvimentista, não é? O século XIX, depois para o XX, traz muito, mas não tens particularmente as questões da pobreza atravessada, como não tens as questões, obviamente, das pessoas.

Tal como hoje, eu acho que evoluímos muito como sociedade, mas que também estes cruzamentos, destas inquietações, continuam a estar facilmente ausentes no pensamento sobre a cidade. Porquê? Porque a cidade é lidada, gerida, as decisões políticas estão profundamente associadas a modelos elitistas, modelos classistas e modelos machistas, e também capitalistas de cidade. É a cidade do carro, é a cidade produtora de economia, dos centros produtores, a fábrica que depois se transforma em indústrias mais ou menos modernas e que depois se transforma no comércio, nos serviços, etc. E depois tens toda a outra dimensão do quotidiano, e do quotidiano, aquele garante do quotidiano que aparentemente não produz euros, nem produz dólares, completamente transformado em segunda linha, em resultado. Ou seja, tu não tens políticas urbanas que pensem e que estejam a agir numa cidade que é uma cidade onde vivem mulheres e homens, velhos, novos, menos novos, bebês, crianças, adolescentes, muito velhinhos, que, para lá da sua dimensão profissional e, portanto, económica, da esfera económica do seu quotidiano, têm, é muito mais do que atrás, é debaixo, é ao redor, têm a dimensão da esfera dos quotidianos, dos cuidados. Porque nós pensamos, ok, este bairro tem uma escola, está resolvido. Não, este bairro tem uma escola, a que distância é a escola? Para que idades é a escola? Como é que é o caminho até à escola? Como é que estão as zonas verdes no bairro? Como é que é o comércio? Como é que é o centro de saúde? Como é que é o acesso à biblioteca, aos museus? Porque isto é muito engraçado, às vezes nós estamos a falar com algumas mulheres sobre a questão até dos transportes públicos. Porque tenho reparado que têm havido umas inquietações, e às vezes somos chamadas um bocadinho a refletir sobre isso, sobre a questão da cidade ciclável e etc. Eu acho maravilhoso, é óbvio, mas, por outro lado, vivemos numa cidade, eu vivo numa cidade bastante agreste para a vida quotidiana, por vários motivos que nós vamos aqui desenvolver, mas também é óbvio, precisamos ter ciclovias. Mas eu não garanto que a circulação pedonal é confortável e é o mais universal possível, aqui estou-me a contradizer, mas no fundo é, garante a maior

quantidade de cidadãos e cidadãs a utilizarem os passeios, as passeadeiras e o transporte público. Porque é assim, a questão do pensamento sobre a cidade está profundamente ancorada numa ideia de concretização da democracia. Portanto, a concretização da democracia tem que ser a materialização, a necessidade de materializar o que são as necessidades de cada cidadão e cidadã, mas concretizar no acesso ao emprego, obviamente, conseguir - e já te dou uns quantos exemplos, de como é que a cidade pode sabotar o acesso ao emprego - mas também, não sei, alguém me dizia que "Ah não, não, nós para o trabalho ainda temos uns horários de autocarros como deve ser, mas depois que queremos ir até àquela cidade onde nós trabalhamos, ao centro da cidade onde nós trabalhamos, ao fim de semana para passear, já não há transportes. Se nós queremos ir ao cinema, se nós queremos ir passear a um jardim que nós aqui não temos, de repente os transportes escasseiam". Ou seja, também não interessa só pensar uma cidade, que mesmo em termos daquilo que é o direito comum à cidade, os transportes públicos, depois não te deixa concretizar esse mesmo direito no direito ao lazer, no direito à cultura, no direito à saúde, no direito ao descanso.

[...]

Daniela Santos (38:55 - 39:32)

Pronto, depois queria perguntar qual é a sua percepção das reações e opiniões que os seus colegas têm em relação aos temas da sua investigação e das suas publicações. Porque é um tema que é preciso ser falado, mas, por exemplo, eu já tive essa experiência de começar a explicar o tema da minha dissertação e as pessoas ficarem chocadas ou surpreendidas e haver conceitos que não conhecem. E eu sinto que estou num passo muito inicial, por isso alguém que já trabalha nisto há tantos anos.

Patrícia Santos Pedrosa (39:32 - 47:14)

Eu costumo contar esta história - eu há 15 anos, quando comecei, eu defendi em 2010 a tese de doutoramento, e em 2010 é quando, e que era sobre habitação, sobre os anos sessenta portugueses, assim uma coisa diferente. E eu escrevo o meu primeiro texto inicial sobre as mulheres arquitetas em 2010, muito introdutório ainda, só a perceber que não havia nada, como é que eu escrevo quando não tenho nada, quando não está nada escrito, uma enorme angústia. E, a certa altura, a consciência que... e, portanto, eu começo a falar deste assunto. E o que é que acontece? Acontece uma coisa muito interessante, que é a total desvalorização deste tema, deste tema como tema, ou das várias possibilidades deste tema como tema. Desvalorização, chacota, a referência de que não só não era um tema, como já dizíamos, a necessidade de resolver, portanto, sem ideia do que aquilo fazia, e depois, às vezes, o cair nesses reforços de estereótipos de género, com... "Ah, mas porquê estás a... Ah, pois, realmente, se calhar, as mulheres têm uma sensibilidade diferente para

fazer projeto, é isso que tu estás a estudar”, ou seja, não é nada disto que eu estou a estudar. Eu não estou a estudar o reflexo do estereótipos de género num desenho de arquitetura, não é isso que eu estou a estudar. E, depois, é muito engraçado que, até quando... Às vezes, quando entrevistas, as mulheres arquitetas dizem - “não, é muito estranho, porque, lá no atelier, na verdade, é o... e a arquiteta refere o companheiro, é o não sei quantos que até têm um traço, uma abordagem mais elegante e mais singela, eu sou muito mais dura no desenho, isto são todos estereótipos de género que caracterizam também... Ah, não, isto é mais singela, eu acho. Mas, quer dizer, mas, na história das artes, por exemplo, é muito interessante. As histórias das artes, em Portugal, estão bastante mais evoluídas do que a história da arquitetura, no que diz respeito às pintoras e às pintoras versus arquitetas. E, sabes que, a certa altura, quando existiam mulheres pintoras, que até recebiam alguma crítica no jornal, nos livros da especialidade, nas revistas especiais, “têm um traço muito masculino, têm características”, ou seja, a valorização estava associada a uma hierarquia de valores que já eles próprios eram profundamente estereotipados. Em função do género. “Ah, pronto, tem uma pintura muito feminina”, e aquilo era uma maneira de dizer, pronto, faz umas aguarelas lá para casa, uma coisa assim para dar às amigas, para embelezar a casa, não era visto como uma arte exponível e vendável como arte dos homens. Ou seja, por isso é que as primeiras inquietações acabam sempre ser muito na esfera do perceber qual é esta dimensão sensível e feminina na arquitetura. Isto a mim não me diz absolutamente nada, porque nós sabemos que os estereótipos de género, que dividem com uma linha muito clara, ainda hoje, que se és rapaz tens que ser educado para ser corajoso, ágil, forte, falares alto, não teres medo de falar. Versus as meninas que são, ainda hoje, educadas genericamente, há sempre as exceções, eu sei, mas genericamente o modelo continua a estar muito sujeito a isto: tranquilas, dóceis, obedientes, se uma rapariga é menos estas coisas e mais as outras, é uma maria rapaz, é uma estouvada, é não sei o quê, se o rapaz é estas coisas... Ou seja, a linguagem transporta, até com as designações e com os comentários que nós fazemos, transporta estes estereótipos de género. Portanto, o que me interessa é um sentido crítico sobre a produção arquitetónica e sobre os percursos, não interessa ir reforçar estereótipos.

Portanto, voltando atrás, eu diria que 15 anos depois de ter começado esta investigação, ainda hoje é difícil. E hoje já somos muitas, tem sido feito muito trabalho, cada uma que se junta a estas investigações, como tu, quer dizer, junta-se agora a uma coisa que já é coletiva, isso é maravilhoso, porque uma das coisas mais duras que eu tive que combater - e já sei, ia-te contar uma história, já e esqueci-me, de há 15 anos atrás, mas já lá volto - foi exatamente a sensação de solidão. Foi muito solitário muitas vezes, achei que estava a ver tudo errado, que estava louca, era tão estranho e as reações eram tão desconcertantes e provocavam tantos

"aquiticorpos", que eu muitas vezes terminava pensando, acabava a pensar que, se calhar, isto é tudo uma ficção minha. A solidão só foi cobrada pelos meus direitos internacionais, que de repente conhecia companheiras espanholas, companheiras italianas, ou argentinas, ou uruguaias, que de repente, não, não, há mais gente a fazer destas coisas. A história que eu tenho que contar é, eu já estaria, ainda que não consciente, totalmente, da dificuldade, já estava tão consciente da dificuldade, acho eu, quando eu faço esse primeiro texto em 2010, e eu percebi, não, acabei o doutoramento e agora vou entrar numa fase nova de... posso entrar numa fase nova de investigação, ou não, posso continuar a trabalhar a habitação e etc. Portanto, quando eu estava nesta dúvida, eu lembro-me de andar quase uma semana com insónias, não é? Porque eu tinha a consciência muito clara, que a partir do momento em que eu começasse a estudar a cidade, as questões feministas, as questões da perspetiva de géneros, das questões da profissão e da história e da profissão, de alguma maneira, tudo aquilo que eu era, pensava e sabia até aquele momento, inclusivamente da habitação, ia ficar completamente na sombra e eu ia receber uma etiqueta na testa, não é? Que me reduzia àquela coisa, não é? E portanto, eu andei a lidar com uma enorme angústia de tomada da decisão. E pronto, e há um dia que acordei e disse, "Olha, que se lixe". Mas houve muitas vezes que eu achei que tomei as decisões todas erradas. Isto quer dizer, não tenho caminho de investigação, não tenho cúmplices, não tenho... Hoje, estou muito grata desse percurso, principalmente do que está para vir.

Daniela Santos (47:16 - 47:29)

E em relação aos estudantes, de que forma é que procura partilhar estes temas com eles e contrariar o conservadorismo e o patriarcalismo enraizados no ensino da arquitetura e do urbanismo?

Patrícia Santos Pedrosa (47:30 – 57:01)

Eu acho que estas questões devem estar presentes, e principalmente a dimensão crítica que estas questões me despertam, devem estar sempre presentes em qualquer tipo de aula que eu dê. Porque isto é uma questão transversal e cultural. Cultural no sentido da cultura arquitetónica, da cultura urbana. Portanto, isto não é uma coisa... E eu vou dar, para o ano, vou dar pela primeira vez, que eu saiba, em Portugal uma unidade curricular de arquitetura, cidade e perspetiva de género, na UBI. Mas isto não pode ser uma coisa que está circunscrita a uma unidade curricular, porque isto tem que estar a atravessar-se, quando eu dou história da arquitetura, quando eu dou projeto, quando eu dou construção.

Se nós não temos em atenção à diversidade dos exemplos, e uma ampliação dos exemplos, mais uma vez... vamos falar da habitação unifamiliar, e vem e professor cá estão dez exemplos. E depois, todos os dez exemplos são de homens. Uns americanos, outros europeus e talvez al-

gum centro-sul americano e tal, e algum japonês e tal, e está o assunto resolvido. Tu percebes que, geograficamente, mas também em termos da diversidade que é a existência da prática da profissão tu estás a ser absurdamente circunscrito. E se reduces modelos? Reduzes: a potencialidade dos teus estudantes e das tuas estudantes se reconhecerem nos modelos, de abrir culturalmente a cabeça, a discussão e a cultura arquitetónica desses próprios estudantes e dessas próprias estudantes. E a verdade é que eu posso estar a falar de história da arquitetura, e estar a falar da Idade Média, estar a falar do Renascimento, estar a falar e trazer estas questões. Ou seja, eu não preciso de ter, e estão muitos estudos por fazer, ou seja, nós temos dificuldade em trazer isto para as aulas, porque também as sínteses estão por fazer, os conhecimentos estão por agregar, estão por se desenvolver, obviamente, e torna isto difícil, mas eu tenho que trazer o sentido crítico. Eu não posso falar do Renascimento sem dizer, o Renascimento é potentíssimo, mas é potentíssimo porque a Europa estava cosmicamente rica à conta do extrativismo que o colonialismo extra-europeu permitia. E tu de repente percebes que quando tens alunos que não são europeus, que são brasileiros, que são mexicanos, que são africanos, de repente abre-se os olhos, porque eles percebem... Eu posso não vos explicar todos estes meandros, até porque talvez não os saiba, até porque não os saiba, seguramente, mas eu estou consciente deste sentido, esta história que eu vos transmito é uma história euro-centrada, ou seja, eu estou a tentar ampliar, mas enquanto não amplio, é [...] dele, mas enquanto não amplio tenham pelo menos a consciência, ou seja, isto reverbera nas cabeças de quem te ouve. E quando chegas a projeto e tu questionas as questões dos espaços de transição, das organizações, como é que se uma mulher sozinha estiver em casa com os filhos, como é que ao fim do dia está a lidar. Estás a desenhar espaço doméstico, como é que é a ocupação, onde é que se brinca, onde é que se descansa, onde é que se cuida? Onde é que se cozinha? Onde é que se lava a roupa? Onde é que se estenda a roupa? Ah não, fica feio na fechada. Está bem, mas eu no meu quotidiano estendo roupa. Eu não sei com vocês, mas eu estendo. Portanto, como é que se faz? Ou seja, ah não, os estendais estão todos fora. Mas onde é que estão as máquinas? Se tu centralizas no fogo a máquina de lavar roupa, não estás a coletivizar a zona de lavagem e estender, estás? Mas depois tenho que acartar tudo para o terraço? Que tempo é que isso me consome? Que esforço físico é que isso me consome? Ou seja, eu acho divertidíssimo isto, não é? Os alunos estarem a projetar uma coisa qualquer e eu dizer, olha, esse canto, como é que se limpa? Como é que se constrói? Como é que rebocas, consegues rebocar uma coisa que é assim, num ângulo completamente absurdo? Como é que o limpas depois? Ah, isto é tudo em vidro. Quem é que limpa? Como é que se chega aí para se limpar? Não é de repente... Ou seja, isto não são coisas que eu aprendo, não. Ou seja, isto são coisas que eu vou aprendendo de conversar, de discutir com outras mulheres,

com outras investigadoras que vão tratando estes temas, que vão trazendo. De repente, é maravilhoso porque isto tudo começa a fazer sentido e a ser transversal. E o que é que tu percebes? Tu percebes coisas deliciosas como...

Na minha universidade eu não dou História da Arquitetura Portuguesa, dou História da Arquitetura Geral neste momento. E trago estas questões e depois chegam, por exemplo, à aula de História da Arquitetura Portuguesa do século XX e o professor dá exemplos de casos de arquitetos portugueses que eles podem fazer as monografias. De repente acabam e só lá estiveram homens, não é? E de repente tu tens um aluno ou uma aluna a dizer o professor, mas não podemos estudar mulheres arquitetas em Portugal? Reverberou qualquer coisa. Até porque eu acho, e acho isto convictamente, e cada vez mais, eu acho que a mudança parte dos estudantes e das estudantes. É a vossa exigência enquanto estudantes que faz com que as estruturas e as aulas mudem. Ou seja, nós deixamos sementes de enormes inquietações, espero eu. Mas é depois, quando começam, e depois quando alguém responde a estudantes "Ah as mulheres arquitetas portuguesas não têm um trabalho muito relevante e também não há muitos estudos, não é?", e eles não se contentam com aquela resposta. E se numa turma, um grupo fizer o trabalho de uma mulher arquiteta, tu estás a provocar, tu não, tu deixaste as sementes e eles estão a provocar a mudança.

E depois ir conversando com colegas e há gente que continuará a achar na prática da profissão como na decência, na investigação, que isto não são temas relevantes que isto é uma frescura, que isto é uma coisa moderna irrelevante e depois há os outros que não, que vão percebendo e que vão trazendo também e que vão questionando. Um dia destes, uma aluna minha falando com um professor de construções, ele dizia-lhe uma coisa muito bonita que é "não porque essas questões das mulheres são muito importantes, mas essas questões das mulheres estão ao lado do extrativismo porque tu não podes estar a fazer um projeto", que ela está a fazer uma dissertação de mestrado numa casa-abrigo, por mulheres vítimas de violência doméstica, "tu não podes estar a acolher, a cuidar das mulheres e dos seus descendentes e ascendentes numa fase tão difícil da vida dessas mulheres, que é a da dimensão da violência doméstica, o abandono do seu quotidiano, para te protegeres de acontecer coisas ainda piores e depois vais me dizer que vais construir tudo em betão, e o betão neste território, tem uma dimensão extrativista muito grave portanto percebes?" E ela dizia "Oh professora, foi lindo porque de repente fazia-me tanto sentido" e tu ficas aí as conversas que vamos tendo vão criando pontos com outros assuntos, e felizmente que temos colegas generosos e generosas para nos ouvir, para aprender, para nos ensinar, para nos fazer questionar também coisas, "mas olha aqui, eu aí não concordo com isto" e obriga-te também a questionar as coisas é maravilhoso. Ou seja, quando a universidade é aquilo que deve ser, que

é um caldeirão de inquietações e dúvidas e produção de perguntas e de questionamentos e de conhecimento é maravilhoso.

Daniela Santos (57:03 - 57:13)

E agora em relação às dificuldades que mais principalmente as mulheres sentem no acesso ao ensino e à profissão liberal na arquitetura atualmente?

Patrícia Santos Pedrosa (57:15 – 01:06:14)

Nós temos tido uma óbvia feminização da profissão, ou seja, com o pós-25 de Abril e com a democratização do ensino superior com o aparecimento de mais universidades de mais cursos em mais sítios do país é óbvio que se assiste, e os dados dizem isso, a um aumento do número de pessoas que acedem à universidade, mas também uma feminização do acesso à universidade portanto, não há aqui uma ideia de incompetência feminina em absoluto, há das possibilidades de aceder, mas mais do que isso, tens nos anos mais recentes e eu diria os últimos dez anos já mostram isto uma crescente feminização também do ensino da arquitetura ou dos jovens estudantes, das jovens estudantes que entram para a arquitetura nas maiores escolas do país, neste momento 60% ou mais das entradas no primeiro ano são mulheres neste momento o que quer dizer também que a maior parte das graduadas no final são mulheres. Portanto, não há dúvida nenhuma, ou seja, que é uma coisa muito diferente por exemplo, nos Estados Unidos a feminização está a ser muito lenta, mas no Brasil a feminização foi muito mais rápida, esta feminização do ensino e da formação e da graduação.

Mas depois temos um primeiro fosso que é da saída da graduação e do fecho da graduação e a entrada na antecâmara do acesso à profissão, que é o estágio, isto são tudo números que nós definimos e que a ordem dos arquitetos devia minuciosamente observar. Quantos homens e mulheres entram? Quantos homens e mulheres saem? De que sítios? De que escola? Quantos homens e mulheres, assim que fecham a formação, se inscrevem na Ordem dos Arquitetos? Quantos homens e mulheres concretizam o estágio? Quantos homens e mulheres passam a ser membros efetivos? E depois, quantos homens e mulheres mantêm a inscrição na Ordem? Só este estudo desta linha ajuda-nos a perceber muitas coisas. Tenho algumas intuições, não tenho os dados totais para conseguir responder o que é que acontece. Os dados são claros sobre a feminização do acesso ao ensino da arquitetura. As estudantes são cada vez mais mulheres. Também no fecho do curso mantém-se essa tendência de feminização da graduação. Também percebemos que há muita gente que acaba o curso, não sabemos quantos, e não sabemos quantas mulheres e quantos homens, para perceber a diferença, que depois não avançam. Acabam a formação académica, mas por n motivos, e é preciso saber os motivos, não há interesse em tornar-se um profissional validado para

as práticas da profissão, pelo Estado português, através da Ordem dos Arquitetos. Mas uma coisa que eu percebi nalguns dados que analisei, é que tu tens tido um crescendo de feminização também dos membros da Ordem, e por isso neste momento estarás, talvez, nos 46%, que estes senhores e estas senhoras da Ordem poder-te-ão dar dados mais atuais. E portanto, quer dizer que muito rapidamente seremos metade, as mulheres, metade das inscritas. Não te esqueças que no 25 de Abril de 1974, mais ou menos, nós éramos 5% inscritas na profissão. Porque a profissão também não é só feita, e continua a não ser só feita, de pessoas inscritas na Ordem. Porque a precarização da profissão faz com que muitas vezes tu até estejas a trabalhar, mas que não tens possibilidade, capacidade ou interesse, de te tornares estagiário e depois membro efetivo. Mas uma coisa que os últimos dados que eu analisei me dizem, é que se a maior parte das inscrições novas na Ordem são mulheres, também são mais as mulheres que suspendem. Isto quer dizer alguma coisa. Portanto, é preciso questionar esta linha de entrada, de permanência e de abandono, ou de permanência também na profissão. Portanto, mais do que respostas, eu dou-te, assim, algumas inquietações.

O que é que eu acho? Eu acho que é uma profissão ainda muito enraizada, num modelo muito conservador e muito já desadequado, do que é que é o ser-se arquiteto, que nós continuamos a propagar muito nas escolas, esta autoria solo, genial, este proto-Deus, que com o risco resolve uma cidade, um edifício, o que seja, como se a arquitetura nunca tivesse sido uma tarefa, uma atividade e uma profissão coletiva. Portanto, a história da arquitetura contribui para isto, a divulgação da arquitetura contribui para isto, os prémios da arquitetura contribuem para isto, mas também, por outro lado, tens uma violência no contexto da profissão, que eu acho que vem por diversas vias, faz com que muitos e muitas jovens abandonem a profissão, mas eu intuo que mais elas. E as violências são a precariedade, os vínculos laborais frágeis e violentos, que se cruzam depois também com estereótipos de género, se depois queres constituir família, quem é que cuida dos filhos? Segundo os dados do INE sobre a distribuição das tarefas domésticas, as tarefas dos cuidados continuam a ser mais elas, então na arquitetura não vai ser diferente. Portanto, se tu és uma jovem mulher arquiteta, que decides sozinha ou com alguém, constituíres família, ter filhos, etc, de repente, as crianças, os bebés, têm uma hora de saída da escola, da creche, é preciso que alguém esteja. A profissão liberal, como é que lida com estas dimensões? Porque o mito da arquitetura é a tua vida, começa na faculdade e depois prepara muito bem, toda a gente a achar que continua a ser esta máquina de triturar vidas, que é a prática da arquitetura.

Portanto, tens isto por um lado, da precariedade, da desregulação, e depois tens uma outra dimensão, a questão do assédio moral, que aí, podes dizer, afeta homens e mulheres de maneira idêntica, mas o assédio sexual. O assédio sexual que não está, nem nas universidades,

nem na prática da profissão, adequadamente considerado, não estamos a lidar com ele, não temos mecanismos para lidar com ele, não temos manuais de boas práticas, não temos mecanismos de recolha de queixas e de acompanhamento de queixas. Como é que uma jovem estagiária, que sofre assédio sexual por parte do arquiteto que a emprega, e nós sabemos de muitas histórias, infelizmente, com as quais temos imensa dificuldade de lidar, porque não temos instrumentos, não temos capacidade. Nós, enquanto docentes, nós, enquanto ativistas, nós sabemos demasiadas histórias. Portanto, é preciso que as universidades, a Ordem dos Arquitetos, é preciso que os ateliers, os escritórios, é preciso que o Sindicato ou os sindicatos saibam lidar com este assunto. Existem leis, é preciso aplicá-las, é preciso perceber como, e é preciso ter uma política de tolerância zero, porque o que estamos a fazer é abandonar para fora da profissão mulheres competentes, promissoras, que não se vêm reconhecidas neste meio violento da prática.

[...]

Daniela Santos (01:06:31 - 01:06:45)

Eu gostaria de voltar, outra vez, um bocadinho à parte urbana e perguntar então se acha que passa pelos processos participativos o caminho para um urbanismo, uma arquitetura mais inclusiva e mais feminista?

Patrícia Santos Pedrosa (01:06:49 - 01:10:49)

Eu acho que passam por processos de trabalho de base. Eu acho que os processos participativos, contudo, e isto já está escrito desde os anos 60, podem muito facilmente ser tokenizados, vampirizados e utilizados como etiqueta. Portanto, a mim interessa-me menos os chavões e interessam-me mais os desenhos efetivos das práticas. Percebes? Ou seja, está-se a chamar participativo de muitas práticas que são falsas participações. Porque não é porque fizeste uma conversa com quatro pessoas e que depois fizeste uma atividade, não sei o quê, que está validado. E que a Câmara Municipal e o Ateliê apresentaram numa sexta ao fim do dia para as pessoas que quiseram aparecer e que sempre para a literacia urbana, sempre para a literacia arquitetónica, sem ouvir, sem estar no terreno, com tempo. Portanto, voltamos aos recursos, é preciso recursos humanos e recursos económicos. O que acontece é que estás a tokenizar, a vampirizar uma ideia de uma prática que potencialmente pode ser interessante, mas que tem sido, na maior parte das vezes, um modo de validar a violência da imposição das soluções. Ou seja, não me interessam as etiquetas, interessam-me a validação, o questionamento e a transparência dos processos. E os processos têm necessariamente de ser processos feministas. E não é inventar a roda, é aprender com o que está feito, é procurar boas práticas, é procurar quem saiba, e é ter tempo e recursos humanos para trabalhar com as populações. E porquê? Trabalhar com as mulheres, com as raparigas, ainda exige mais tempo do

que trabalhar com a restante população. E é muito simples, tu vais pedir a uma mulher que trabalha oito horas, a uma hora e meia de distância do sítio onde vive, e que chega a casa, ainda tem que ir, por causa ainda daquilo que referimos à bocada de estereótipos de género e o peso que a esfera dos cuidados tem na sua vida, ainda tem que ir lavar crianças, ainda tem que ir preparar jantar, ainda tem que ir pôr crianças a comer. Como é que tu vais pedir que às seis da tarde ou às sete da tarde vá a uma reunião no bairro para discutir o que é que a praça precisa. Percebes? Isto não é um processo participativo. Isto é um processo fofinho, "glamourizado", de exclusão, de mais uma vez, de quem está excluído. Se eu tenho uma comunidade que fala como línguas principais, não só português, mas também outras línguas, porque somos uma sociedade múltipla, de culturas múltiplas, como é que eu posso achar que estou a fazer um processo participativo quando só faço em português, quando promovo só os materiais em português, isto são elementos de inclusão ou de exclusão. "Ah, não conseguimos chegar a tudo." Então não lhes chamem de processos participativos, seja tentativas fofinhas de fazer respostas urbanas pseudo com a população.

Daniela Santos (01:10:54 - 01:11:04)

E por fim, qual é que é o papel dos órgãos públicos, ou mesmo do Estado, na gestão do espaço urbano e na garantia da segurança e condições para todos os seus utilizadores?

Patrícia Santos Pedrosa (01:11:06 - 01:17:08)

O papel do Estado e das instituições públicas é todo. Nós temos uma fantástica e sob ataque Constituição, Constituição que nós temos de defender, porque é uma Constituição séria, verdadeiramente de futuro, de presente e de futuro, portanto, não precisamos de a atacar, precisamos é de defender e desenvolver, através das políticas públicas, dos orçamentos de Estado, das políticas locais, do poder público local, etc.

Agora, falaste um bocado da segurança, e eu quero aqui sublinhar uma coisa que para mim é fundamental. A segurança não é um a priori, a segurança é um resultado, seja nas questões da percepção da segurança, seja na questão da segurança efetiva. E porquê que eu digo isto? E as nossas companheiras feministas espanholas já nos alertaram por isto há alguns anos, com a ascensão da extrema direita em Espanha, que era, com a desculpa da proteção das mulheres, a sua segurança, a criação de uma cidade monitorizada por câmaras de TV, por câmaras de vídeo, enquanto garante da solução para a segurança. Ou seja, estão a ver, os agressores, os assaltantes, os meliantes, ficam com medo porque as câmaras estão lá. E sabemos que é mentira, não foi isto que fez diminuir as agressões sexuais em contexto urbano, no caso espanhol. Isso não protege as mulheres. Pelo contrário. Uma sociedade supercontrolada, quando se torna mais extremista, mais de direita, mais de extrema direita, com

mais processos protofascistas, como estamos a assistir pela Europa toda, e não só, as câmaras de filmar podem ser motivo. Esse controle sobre o teu quotidiano, sobre a tua vida, sobre o teu direito ao anonimato no espaço público, pode ser uma arma utilizada também contra as mulheres, contra o direito à democracia contra as mulheres em última análise.

Imagina que há uma mulher, numa cidade qualquer, que é violada, num contexto de festa. Está a ir para casa e é violada. Imagina que ela saiu para se divertir, está a voltar para casa. E bebeu, sim bebeu e vai um bocadinho aos esses, porque pronto, divertiu-se, dançou, bebeu, todos os direitos dela, enquanto cidadã, de fazer isto tudo. A utilização destas imagens com ela a andar, por exemplo, aos esses, podem ser utilizadas para dizer, debaixo daquele velho chavão de que pôs-se a jeito, essa agressão máxima aos direitos das mulheres de "estão a ver, ela estava alcoolizada. Ela não teve competência para dizer não, porque nem estava em condições de dizer não. Portanto, como não disse nada, ele, na verdade, não sabia que era sexo não consentido." Percebes? Estou-te a dar um micro exemplo, estou a simular. Ou seja, a percepção da segurança e para as questões do feminismo e do direito à sociedade e da vida urbana, estas duas dimensões. E nós temos visto isto agora também com os imigrantes, a utilização dos imigrantes como fator de estabilização e de criação de uma percepção de medo que não corresponde às percepções dos dados reais da violência que a própria Ministério Público e Política Judiciária liberta. "Ah, mas, desde que nós temos mais imigrantes, a sociedade portuguesa é mais insegura". Depois vais ver que é mentira. Mas, para a questão das mulheres, a percepção da segurança é super importante. Eu não estou a desvalorizar a percepção da segurança. Agora, a percepção da segurança só se altera com uma construção de um espaço seguro que resulta não de um sistema urbano securitário, percebes? Mas um espaço urbano onde a vida urbana complexa, multifuncional, diversa, multi-horários, com condições. E não é esta cidade moro-funcional onde estamos aqui a ir agora, por exemplo. Isto é o sítio dos turistas. Isto é o sítio do trabalho. Isto é o sítio onde vivemos. Isto torna... voltamos ao velho paradigma que deu péssimos resultados do modernismo, da ideia modernista de cidade, dos sectores, uma cidade sectorizada. Isto é óbvio que é uma sabotagem a uma vida urbana saudável e completa. Porque às vezes o nosso problema quando falamos, e falamos generosamente das questões da segurança, é que o que interessa às mulheres são cidades saudáveis, são cidades ocupadas, bem cuidadas, bem iluminadas, com diversidade de atividades, onde possam passear numa rua e porque as lojas fecharam de repente não é um deserto urbano, isto é que dá segurança. Não é as ideias de um polícia em cada esquina, não é as ideias de uma câmara de filmar em cada esquina, que dá segurança. É uma sociedade civilizada, contemporânea, progressista, que se reflete depois na cidade obviamente.

Apêndice 11 | Entrevista com Laura Sobral

01 de agosto de 2025, Vila do Conde

Laura Sobral

Urbanista e investigadora brasileira. Tem mais de 15 anos de experiência tanto na América Latina como na Europa, sendo especialista em políticas urbanas co-produzidas e infraestruturas públicas colaborativas. É co-fundadora dos coletivos A Cidade Precisa de Você (Brasil) e A GRUPA (Portugal).

Daniela Santos (1:30 - 1:40)

Pronto, então, começando. Diferentes corpos têm diferentes vivências e apropriações de espaço urbano, qual é a sua percepção da cidade e do espaço público?

Laura Sobral (1:41 - 3:05)

É, eu acho que, enfim, a primeira, é quase um com certeza, não é? E o espaço público acho que deixa isso muito evidente, porque ao mesmo tempo que ele é projetado para todos, a não ser que ele seja muito bem projetado, às vezes atende a alguns e não atende a outros, o que é natural. E, ultimamente, nas últimas várias décadas, o cidadão que ele mais atende é o homem já crescido, com suas plenas faculdades mentais e motoras. Então, qualquer indivíduo que não seja essa pessoa, dá para se perceber melhor o desencaixe no espaço público. Tem vezes que faltam coisas para crianças, tem vezes que as questões das mulheres, também, seja por visibilidade, diurna/noturna, seja porque ou eles são mais velhos, também não têm onde sentar, ou, ainda mais, quando você é mãe, você precisa também de um certo espaço, etc. Mesmo a oferta de água, de sombra, etc., ou jovens, enfim, tudo isso dá para ver que a maior parte dos espaços públicos atende quando muito parcialmente, porque normalmente não são grupos a serem considerados no projeto, salvo alguns um pouco melhor pensados.

Daniela Santos (3:05 - 3:20)

Sim, e porque as mulheres, durante muito tempo, foram restringidas ao espaço doméstico, então, o atual planejamento e desenho urbano pensa, ativamente, nas necessidades, vivências e segurança dos corpos femininos no espaço público?

Laura Sobral (3:21 - 4:09)

Sim, acho que sim. A mulher sempre teve um espaço doméstico e a vida pública sempre foi masculina. Então, assim, quando a mulher se coloca, também na vida pública, deveria a vida pública começar a refletir essa característica, só que nem sempre, né? Seja das ruas, aos parques, etc. Eu acho que a gente está passando por um processo, agora, de discussão disso e ainda é muito nichado. Mas, sim, e alguns países, como a gente sabe, restringem mesmo a mulher ao espaço público, né? Tem vezes que mais descancaradamente, tem vezes que de maneira mais subtil, como se fosse várias vezes mais fácil.

Daniela Santos (4:12 - 4:18)

E acha que os processos participativos são um caminho para um urbanismo mais inclusivo e mais feminista?

Laura Sobral (4:20 - 6:39)

A princípio, sim. Se os processos participativos, eles não forem apenas consultivos, porque existem processos participativos que são feitos só, tem uma expressão que a gente usa 'só para inglês ver', ou seja, está lá porque precisa estar lá, mas não necessariamente as pessoas são de fato escutadas ou o projeto é repensado a partir do que é escutado. Então, depende de como ele é feito, não é? E como ele é feito também tem a ver com tudo. Por exemplo, as mulheres são as pessoas que mais cuidam. Eles sabem que cuidam de idosos, que cuidam de crianças, que cuidam dos maridos, às vezes, quando eles precisam. Então, os seus horários são diferentes, as suas necessidades são diferentes. Muitas vezes você tem que trazer outras pessoas para consultar em outros lugares, né? Os horários que são usados têm que ser adaptados a isso, os espaços têm que ser adaptados a isso, se há pessoas com mobilidade reduzida, há crianças. Então, se a gente não consegue fazer processos que olhem para isso, dificilmente esses processos vão ser mais inclusivos ou melhores para as mulheres, porque, no fundo, você precisa que os processos sejam estabelecidos de maneira a que essas pessoas consigam vir, que essas pessoas consigam se expressar, oferecendo vários modos, vários canais, e depois que, de alguma maneira, essas contribuições sejam, de fato, consideradas ou, ainda melhor, todos os processos são de coprodução, de cogovernança, né? Ou seja, consegue-se fazer algo mais a longo prazo, consegue-se pensar a ideia juntos e desenvolver a ideia juntos, implementar juntos, pensar na manutenção daquilo. Porque também as mulheres, muitas vezes, quando algum projeto é feito, qualquer que seja a escala dele, no dia-a-dia, no cotidiano, muitas vezes, o papel das mulheres acaba sendo ligado à manutenção daquele espaço ou daquela ideia, até por essa cultura de cuidado, né? E, muitas vezes, elas fazem esse processo de cuidado sem nenhum tipo de suporte e totalmente precarizadas. Então a resposta é sim, mas depende.

Daniela Santos (6:42 - 6:57)

E qual é o papel dos órgãos públicos ou do Estado na gestão do espaço público e na garantia de segurança e condições para todos os seus utilizadores? De que forma é que os órgãos públicos podem contribuir também?

Laura Sobral (6:57 - 8:31)

Olha, eu acho que são processos normalmente de longo prazo e que exigem um pouco mais de recursos, né? Recursos de todo o tipo, tempo, pessoal, financeiro e etc e tal. Então, é pra saber que, claro, pra fazer uma

coisa mau ou pra fazer uma coisa óbvia, gasta-se menos tempo e menos dinheiro. E para se fazer algo melhor, gasta-se mais tempo e mais dinheiro, só que, eventualmente, a médio e o longo prazo, isso se demonstra na própria manutenção do espaço, na recessão do espaço pelos próprios moradores e utilizadores. Então, de fato, o papel do Estado é, de fato, defender que aqueles espaços sejam feitos para as pessoas no plural. Então, abraçar de alguma maneira que necessariamente não é da maneira mais rápida e fácil, mas talvez da melhor maneira, mais bem feita. Então, disponibilizar recursos pra isso dentro do Estado, que é uma coisa rara, e depois garantir que, de fato, eles sejam bem aplicados a partir desse desenho dos processos participativos de uma maneira... e não só dos processos participativos, mas mesmo dos projetos, na hora que vai-se fazer os processos, você tem ali um cargo, um escopo, etc e tal, e tem que ser um escopo que consiga abarcar a diversidade de pessoas que, de fato, frequentam aquele lugar ou que potencialmente podem frequentar o lugar. Então, levar a sério é uma coisa boa e rara.

Daniela Santos (8:32 - 9:10)

Eu estava a pensar mais no sentido de... Há uma crise de afeto e de cuidado atualmente em que as pessoas se desligam deste cuidado do espaço público, por vezes, porque "ah, se ninguém faz, porquê é que eu vou fazer?" E o espaço... e o Estado, os órgãos públicos, juntas de freguesia, câmaras, têm de ter um papel ativo, por exemplo, na coleta do lixo ou manutenção do espaço público, de tudo, para depois as pessoas também terem esse cuidado.

Laura Sobral (9:11 - 11:26)

Olha, o jeito que eu trabalho é da gestão compartilhada, então, ou seja, se as pessoas não têm pertencimento ao lugar, elas não vão cuidar do lugar. Se o lugar é importante para elas, porque refletem as suas necessidades, elas vão cuidar. Então, esse é um problema basal.

Outra coisa é que elas não conseguem cuidar sozinhas. Então, tem certas coisas, por exemplo, você tem um jardim, poda das árvores, dificilmente uma pessoa vai fazer, o Estado tem que fazer. Recolha sistemática do lixo, isso vai ser o Estado. Se você quiser, às vezes, tem uma seca muito grande e precisa-se aguar as plantas com mais regularidade. Se for um espaço que for bem habitado e com um sentimento de pertença ali, as pessoas vão fazer isso. Então, tem que haver acordos claros sobre o que precisa ser feito no espaço e o que dá para cada um fazer.

Então, esse tipo de diálogo com o governo local com as pessoas, é essencial para o que você está falando. E, assim, a princípio, é por isso que a gente está falando de participação e etc. Porque precisa ser espaço que as pessoas queiram estar. Se é um lugar que não me atende, por exemplo, tem um lugar que não tem banco nenhum, não consigo ir com o meu filho nunca, certo? Ou não consigo ir com a minha mãe idosa nun-

ca. Então, dificilmente eu vou, né? Ou quando eu vou, também estou fazendo compras voltando, estou resolvendo coisas... Então, assim, é mais fácil que esse espaço seja abandonado, porque se eu não uso e se me convocam para usá-lo, não sei. Ah, mas pode estar super bem cuidado. Tá bom, mas não me atende, o que eu vou fazer lá? Por que que eu vou cuidar dele? Então, na verdade, é multifatorial.

O espaço, respondendo, você consegue que as pessoas se engajem, você consegue entender o limite das pessoas de também cuidar daquilo. A obrigação do Estado básica que é fazer as coisas que os impostos são feitos para que eles façam. E daí, quando você tem uma boa combinação dessas coisas, você tem um espaço vivo, você tem um espaço que atende as pessoas, você tem realmente um espaço público acessível para as pessoas.

Porque ele existir não quer dizer que ele é acessível. Por que se você não consegue usar por algumas limitações... Eu acho que é por aí.

Daniela Santos (11:29 - 11:40)

E agora, mudando um pouco de tema, quais é que são as dificuldades ainda sentidas pelas mulheres no acesso ao ensino e à profissão liberal na arquitetura e no urbanismo?

Laura Sobral (11:46 - 13:57)

Acho que a arquitetura e o urbanismo é um tema muito amplo. Eu trabalho com espaços públicos faz muitos anos, então eu posso dizer, pelo que eu vejo, que o espaço realmente para você fazer um urbanismo mais próximo das pessoas seria o urbanismo, não gosto muito da palavra inclusão, porque parece que a gente tem alguém e está trazendo o resto, mas um urbanismo mais plural, ainda é muito restrito em termos de orçamento, em termos de oportunidades, em termos de currículo nas escolas também, não é algo que é central frente ao projeto. Em raros países ou cidades, isso é diferente.

E uma vez que você prioriza o projeto, os concursos internacionais, aquelas referências masculinas que a gente conhece, etc, que querem resolver todas as coisas do seu gabinete em um país diferente, [...] achando que assim vão conseguir, de facto, transformar alguma coisa, claro que sempre tem um potencial transformador e muitas coisas foram feitas assim. Mas se a gente for olhar com esse olhar de hoje em dia do que pode avançar, teria com certeza que lidar com outros elementos que hoje em dia ainda o ensino, ou mesmo Estado, ou o mercado de trabalho no geral, sempre deixam de uma maneira marginal. Então, isso e o próprio mercado de trabalho, ou a academia, etc, é muito difícil você ser mulher, é muito difícil você ser mãe, é muito difícil você ser cuidadora, porque, de fato, as políticas públicas de cuidado existem de uma maneira muito pontual e ainda muito pouco efetivas. Isso faz sempre que seja uma luta estar, e não deveria ser uma luta, deveria ser algo normal e corrente. En-

tão, enfim, ainda tem muito para avançar.

Só uma pergunta, você falou com o pessoal das Mulheres na Arquitetura, com a Joana, etc?

Daniela Santos (13:57 - 13:58)

Sim, sim.

Laura Sobral (13:58 - 13:59)

Ah, acho interessante.

Daniela Santos (14:00 - 14:14)

Em relação ao acesso e à visibilidade das mulheres em profissões relacionadas com a arquitetura, às cidades mais inclusivas e um planeamento urbano mais feminista, como está Portugal em comparação com outros contextos internacionais?

Laura Sobral (14:15 - 15:54)

Eu não sei se eu tenho essa visão tão global e ampla. Eu ainda vou em muitos eventos que os homens mais velhos se apresentam de maneira muito mais constantemente do que as mulheres. Eu acho que por todos os motivos que a gente já conversou até aqui, não é?

No entanto, tem algumas figuras femininas aqui que eu acho que são bem interessantes, mas continuam sendo exceção. Então, perto de outros países, eu acho que... Não sei, acho que eu não tenho essa visão tão global e ampla de outros países para falar alguma coisa fundamentada comparativamente.

Eu acho muito interessante, por exemplo, o papel que a Helena Roseta teve aqui e que as pessoas reconhecem que ela tem e que ela teve nesse campo, por exemplo. Então, eu acho que tem alguns faróis, assim. Mas eu acho que uma coisa é você ter algumas representações que provavelmente encararam muitas, muitas dificuldades para entrar onde elas estão ou estiveram. E também, às vezes, algumas sinergias de espaço-tempo que permitiram que acontecessem algumas coisas. Outra coisa é você ver o coletivo de mulheres, de fato, conseguindo avançar.

E eu vejo isso um pouco mais lentamente, mas... Enfim, não só aqui, sabe? Não sei, não consigo comparar, mas é só uma sensação.

Daniela Santos (15:55 - 16:49)

Acho que ainda há um pouco aquela cultura que a Denise Scott Brown falava do star architect. E, por exemplo, agora estão a surgir muitos coletivos e escritórios que são em sociedade ou em parceria em que nós não percebemos se é uma mulher ou se não é. Porque é um nome neutro geral que representa e não sabemos quem é que está por trás desse nome. E depois quando aparecem arquitetos é, por exemplo, o escritório X ou o nome estúdio. E é um nome representativo de uma equipa, como se fos-

se aquele nome o principal. Mas há toda uma equipa por trás e isso ainda é uma ideia muito presente que se calhar também prejudica...

Laura Sobral (16:49 - 17:33)

Sim, até porque eu acho que mulheres, no geral, a gente briga menos por esse protagonismo, que eu acho uma coisa boa, mas também se reflete assim, né? Tipo, eu acho que muitas mulheres ficariam constrangidas de se colocar à frente, de colocar o seu nome e apagar todas as pessoas que estão trabalhando com elas, mas eu vejo muitos homens que fazem isso sem nenhum tipo de peso na consciência. Enfim, eu fico às vezes em dúvida se a gente deve disputar esse lugar ou se a gente tem que fazer realmente um trabalho de mudança de cultura do tipo... Não sei, realmente se é o formato mais legal. É, tem muito caminho para a frente, né? Eu diria.

Apêndice 12 | Entrevista com Maria João Mota

01 de agosto de 2025, Online

Maria João Mota

Coordenadora e diretora artística da PELE - Associação Social e Cultural, da qual é co-fundadora. É também co-fundadora do Núcleo de Teatro do Oprimido do Porto. Possui pós-graduações em "Direitos Humanos e Democracia" e em "Teatro como Instrumento de Intervenção em Contextos Sócio-Educativos". Tem um trabalho contínuo e pertinente no campo das Práticas Artísticas Comunitárias.

[...]

Daniela Santos (6:28 - 6:38)

Diferentes corpos têm diferentes vivências e apropriações do espaço urbano. Qual é a sua percepção da cidade e do espaço público?

Maria João Mota (6:40 - 18:06)

Bem, neste momento, a minha percepção é diferente daquela que era há 2 anos atrás ou há 4 anos atrás. Não, até antes, quando de facto, começamos também a mergulhar nestas temáticas. Se calhar há aqui questões para as quais eu nunca tinha sequer refletido e obviamente que este percurso que temos feito não só com o Transfemina, mas também com outro projeto, o Enxoval, que inspira muito este trabalho de visibilidade das narrativas femininas e feministas no espaço público não só, ou seja, o trabalho do Enxoval, não sei se tiveste oportunidade de ver um bocadinho, foi um projeto que, na verdade, o que propunha era trazer as narrativas mais íntimas para o para o público, na verdade, nem tanto a questão de as colocar no espaço público e refletir sobre o espaço público e os nossos diferentes níveis de a apropriação e ocupação, mas mais trabalhar ao nível das questões mais íntimas do que aqui é isto de sermos mulheres e de trazer algumas destas temáticas para público e para o espaço público também, mas numa lógica mais de dar visibilidade a estas narrativas, não tanto de refletir a forma como o espaço está pensado ou não está pensado numa perspetiva feminista, não é? E o que é que isso também significa. Bem, mas então o Enxoval trouxe essa essa vontade, depois, por causa da pandemia, tivemos que ajustar os formatos que nós inicialmente tínhamos previsto, e então aí criamos o primeiro soundwalk performativo, ou seja, também com elementos, e aí de uma forma, que na verdade nem foi muito intencional no início, mas de facto, começamos a colocar estas narrativas, como estava a dizer mais íntimas, nos espaços públicos e começamos a correlacionar aqui algumas destas questões com a vivência dos espaços públicos, nomeadamente as questões de segurança, a questão, por exemplo, das estações, não é, das estações de metro, das estações de comboios, das estações de uma forma geral, não é, que são lugares de exercício de uma masculinidade, não é? E são lugares de medo para a maior parte de nós, não é? Quando temos que os atravessar, por exemplo, em horas mais noturnas. Então a partir desse momento, isto, não é, ficou-nos essa vontade de, sobretudo através dessas histórias, histórias de assédio que aconteceram em lugares de espaço público e que, não é, vieram desse projeto, o Enxoval, e que

inspiram a criação do Transfemina. Por isso é que eu e a Sara quando tivemos a ideia de fazer esta candidatura ao Transfemina, partiu muito daí, e partiu também de coisas muito básicas que na altura do Enxoval nós começamos a prestar atenção, que era o facto dos nomes das ruas e das estátuas que existem na nas cidades, até coisas muito diretas e muito óbvias, não é? Como te disse, depois, se calhar fomos aprofundando algumas destas camadas, mas estas são as mais visíveis e lá está e aí no Enxoval nós começamos a prestar mais atenção.

O Transfemina vem como vontade de aprofundar isto e lá está e fomos chamar, não é, fomos ao encontro, para nós, de um dos maiores coletivos de referência destas questões que são as Punt 6 de Barcelona, que nós também descobrimos a partir de uma busca aleatória durante a pandemia, em que não tínhamos nada para fazer, melhor, tínhamos algumas coisas, mas começamos a pesquisar coletivos que nos faziam sentido, na lógica do Enxoval. E bem o Enxoval chamou-se Enxoval numa perspetiva de resignificar este património material e imaterial que cruza diferentes gerações de mulheres, não é? Ou seja, a nossa investigação foi o que é que cruza, não é, que estereótipos é que atravessam estas gerações, trabalhamos no contexto urbano, no contexto rural também, pronto, só essa nota.

Então, isso a mim despertou-me para coisas que eu se calhar não tinha tanta urgência em trabalhar e até resignificar na minha cidade, não é, no lugar que eu habito e sim, e colocou-me nesse lugar de estar mais atenta, de perceber de facto, quem é que carrega, por exemplo, mais cargas nos seus dias, no seu dia a dia, quem é que usa mais os transportes públicos, não é? E isso, foram coisas que, obviamente, a partir do momento em que tu abres estas janelas, tu já não consegues voltar a andar na rua da mesma forma, não é? E pronto, e é isso, o Transfemina enquanto ideia de candidatura foi isso, ou seja, tínhamos muita vontade de explorar estas temáticas, ligado ao espaço público enquanto candidatura, muito ligado a estas questões do património, lá está das ruas, das estátuas, ou seja, deste património patriarcal, não é, de uma forma muito geral e como realmente as mulheres estão totalmente ocultadas nestas representações simbólicas, o que de alguma forma reforça a invisibilidade real, não é, se nós estamos afastadas da representação simbólica, quer dizer que no quotidiano estamos completamente anuladas.

O trabalho com as Punt 6 e bem com as Amigdala, as Amigdala acabam por ter aqui uma natureza muito próxima do trabalho da Pele, acho que numa forma muito direta nós somos muito inspiradas pelo trabalho delas, porque elas de uma forma muito militante, política e técnica, trabalham a questão do urbanismo numa perspetiva feminista, não é, há muitos anos e pronto, e de alguma forma nós trazemos a poética, elas trazem a política, não é, e por isso também é que este casamento foi tão feliz entre nós. Com elas, então abriram-se aqui muitas outras questões que nós nem sequer tínhamos começado a pensar desde o acesso a casas de banho,

desde, sei lá as questões da mobilidade, e elas trabalham muito essa questão, por exemplo, das ciclovias e da segurança para mulheres que usam, por exemplo, bicicletas, de pessoas com outras mobilidades, e que, para além de não terem, por exemplo, acesso a casas de banho públicas que sejam acessíveis para pessoas com outras mobilidades, e outras diversidades, não é, e elas trazem-nos isso.

E depois trouxeram-nos algo que para nós é completamente longínquo, que é um trabalho em rede que existe, não é, em Barcelona, e bem e acho que em Espanha, se calhar de uma forma muito diferente que aqui em Portugal, mas Barcelona também acaba por ser a diferente do resto da Espanha, mas estamos a falar de um exercício de apropriação do espaço público, que é feito através de redes de feministas que existem pela cidade e que cada uma com a sua identidade, não é, desde as redes que trabalham do ponto de vista da partilha de recursos mais técnicos de trabalho que fazem para parques infantis, ou seja, com as escolas com os lugares públicos, ou seja, abriu-se toda uma possibilidade e um mundo de construção de cidade de uma forma que para nós parece irreal. Porque sinto que que que nós aqui em Portugal, não é, aqui por questões também culturais, ideológicas também, acabamos por não ter de forma tão vincada este sentido comunitário e esta base de organização, este sentido de organização de base comunitária. Acho que de alguma forma as associações, os coletivos, claro que há exceções, e eu acho que há muito trabalho aqui no Porto, mais subterrâneo que funciona dessa forma, mas a um nível mais estruturado, as associações trabalham muito na base do salve-se quem puder e, então esta partilha de recursos, esta forma de pensamento articulado em rede que elas acabam por protagonizar lá foi super inspirador. Então, é isso, ou seja, isto acabou por nos ativar para estarmos atentas a uma série de questões que tem a ver, por exemplo, com as redes de cuidado, quem é que cuida, não é? Quem é que cuida não só da cidade, mas quem é que cuida dos outros? E como é que a cidade cuida de quem cuida, não é? Estes lugares de descanso, os lugares de prazer, os lugares de celebração, a quem pertencem estes lugares, não é? Para mim foi muito revelador. Não sei se estiveste quando foi a conversa do Transfemina, quando tivemos a participação da Atija, em representação da Caminhada das Mulheres Negras, e ela e ela fala de algo, sei lá que para nós, se calhar mulheres brancas, nunca nos ocorreu, que de facto não estamos habituadas a ver grupos de mulheres negras que estejam só a passear e a poder desfrutar de um passeio pela cidade e de que isso é um ato absolutamente político e reivindicativo, não é? Então isso para mim foi tipo "Uau ainda temos tanto caminho para fazer, não é?", porque ainda continuamos a ver, ainda assim, só com as nossas lentes, não é, ainda não estamos... Pronto, e acho que no Transfemina a ideia era podermos trabalhar estas questões, aprofundar estas reflexões, trazermos para este processo quem está de alguma forma mais ocultado, não é, nas narrativas da cidade e na presença no espaço público, mas aí

sinto que, ou seja, ainda temos muito caminho para fazer. Portanto, não sei, ou seja, nem te consigo responder à pergunta de uma forma muito objetiva, não é. Porque obviamente que este processo todo que nós temos feito que me mudou a mim, não é, como como pessoa, como mulher, na forma como eu, não é, como é que como é que eu olho para o que está à minha volta e como é que eu sinto também vontade de em pequenos atos, não é de as nossas micropolíticas do quotidiano, como é que eu sinto necessidade de poder, não é, colocar aqui alguma, sei lá, nem é mudança, mas como é que com alguma, sim, às vezes é como é que uma pequena mudança pode, pode ter um impacto pode ter um impacto. Só o facto de tu teres um jardim que está cheio de homens sentados e não tem nenhuma de mulher, só o facto de tu sentares lá e estares, não é, ou seja, isso nós trabalhamos muito no Transfemina, não é, esse poder dessa intencionalidade do estar do te fixares num lugar.

Daniela Santos (18:07 - 18:37)

Sim, porque sinto já tem um olhar mais informado, não é, sobre o que se está a passar, então tem as suas lentes, mas já está informada sobre o que se está a passar, então a perspetiva muda completamente do que, por exemplo, até quando somos mais novas, temos uma perspetiva de que alguma coisa está mal, mas estamos habituadas àquilo, então não temos essa consciência, de certa forma.

Maria João Mota (18:37 - 19:55)

Sim, e, por exemplo, nós fizemos nesta perspetiva, eu sei que as companheiras de Itália, nem sei como é que isso tem evoluído, porque elas estão também a preparar o soundwalk delas, isso vai ser em outubro, mas elas experimentaram uma coisa superinteressante que elas puseram o grupo com quem estão a trabalhar, a fazer uma exploração de uma parte da cidade a partir da perspetiva de uma criança, ou seja, tiveram que caminhar e baixar o nível, não é. Nós estamos habituadas a ver a cidade a 1,70 m ou 1,60 m de altura, mas como é que é quando estamos a 1 m? Como é que é quando estamos a 1,20 m? E isso é superinteressante, não é, muda radicalmente e lá está, é isso, faz-te pensar. Agora a nossa missão é um bocado, "ok, faz-te pensar, mas como é que nós podemos provocar aqui algum tipo de mudança e o Transfemina tinha essa vontade de trazer alguns agentes políticos para esta discussão de podermos, não é, firmar também aqui algumas destas urgências, mas bem, é um processo que é um processo muito longo, não é? E estes projetos são curtos, mas pronto, a nossa vontade é continuar nesta linha de investigação, ação, investigação, ação, reflexão e assim num círculo.

Daniela Santos (19:58 - 20:15)

Continuando neste tema, porque as mulheres foram durante muito tempo restringidas ao espaço doméstico. Acha que atualmente o planeamento e

desenho urbano pensa ativamente nas necessidades, vivências e segurança dos corpos femininos no espaço público?

Maria João Mota (20:16 - 26:34)

Sim, dos corpos femininos e dos corpos não normativos, não é? Porque eu acho que isto é muito importante, isso para nós foi muito importante ao longo do projeto, não é? Porque novamente o Transfemina chama-se paisagens interseccionais. Efetivamente, quando tu comesças a colocar cada vez mais filtros nas tuas lentes, não é só o facto de seres mulher, é o facto de seres mulher, é o facto de seres mulher racializada, é o facto de seres mulher com deficiência ou pessoa com deficiência também, é o facto de seres migrante, é o facto, não é, ou seja, comesças sempre a acrescentar aqui camadas.

Ou seja, eu acho que o espaço público não é um espaço que convive. É essa apropriação e é essa, assim, apropriação, no sentido de o desfrutares, não é? Ou seja, de uma forma geral, não é, os espaços públicos aqui em Portugal, não é, nas nossas cidades, cada e cada vez mais foi-se retirando, por exemplo, espaços de convivialidade, espaços de base, não é, comunitária, de bairro, não é, que de alguma forma convidassem a que as pessoas se aproximassem e se juntassem. Até a forma como os bancos de jardim são colocados não convidam a que as pessoas se aproximem, ou seja, e isso é uma decisão política, ou seja, o como tu colocas os bancos de jardim num parque é uma decisão política, não é, porque tu ao poderes colocar bancos de jardim que se aproximam e tu tens algumas praças aqui que são absurdas, que tens mesmo as cadeiras viradas de costas umas para as outras. Que sim, que ok, também acho que é importante reservar o direito a que algumas pessoas não queiram estar, mas acho que também é interessante perceber como é que o simples fato de pensar a disposição de mobiliário urbano é tão impactante na forma como isso pode ou não potenciar relações de proximidade, não é? E às vezes, e de relações de cuidado, não é porque o facto de poder estar sentada próxima de alguém e que tu repente consigas perceber algo naquela pessoa que te deixe curiosa, não é, que daí possas começar uma conversa. Sobretudo quando estamos a falar de cidades profundamente transformadas pelo fenómeno da gentrificação e da turistificação em que, por exemplo, tens pessoas mais velhas que estão completamente isoladas nas suas casas e se não forem os espaços públicos, não falam com ninguém e de repente isso também lhes é totalmente retirado. Tu vais para Campanhã, onde nós fizemos o soundwalk, tu não tens um espaço verde! Tu não tens um espaço verde, aquela praça gigantesca, não é, da estação, não tem uma sombra que permita que as pessoas se possam sentar lá com conforto, não é? Tens os bancos das paragens de autocarro, não é? E essa é outra questão, não é? Pensando nas mulheres que fazem estes trânsitos, que usam mais os transportes públicos, que usam mais viagens, no seu dia-a-dia fazem mais paragens porque vão

ao supermercado, depois vão buscar isto e vão buscar aquilo, não é? Tu vê as mulheres cheias de sacas, isso, lá está, foi uma coisa que mudou nas minhas lentes, não é? Eu passo estar, não é, super atenta a isso quando vou na rua, não é algo que vem.

Então, de forma geral, o espaço público não é pensado para essa apropriação de base comunitária, não é? É um espaço público que é pensado para cruzares, para poucas interações e neste momento é um espaço público pensado para o usufruto de pessoas turistas. Ou seja, tu, neste momento tens as poucas praças que existiam usadas para esplanadas, em que tens que pagar para te poderes sentar. E quando pensas nas cidades, não é, novamente a questão do envelhecimento. E depois aqui no Porto, não é? E essa questão também surgiu na conversa, não é, pelas companheiras que fizeram o trabalho em Lisboa. Com as senhoras mais velhas, não é, que de facto perderam totalmente a possibilidade de ter um espaço ou um café para poderem estar, não é, porque deixou de ser acessível. Se tens que pagar 2€ ou 2,50€ por um café, não podes, tens que ir ao Pingo Doce, não é, como elas falavam. E tu aqui no Porto tens isso vais a Passos Manuel ao Pingo Doce e tu vê lá as pessoas que até poderiam estar reunidas noutros espaços, mas já não têm.

Então, eu acho que nós aqui nos debatemos com estas questões, não é, que são, sei lá, são tão esmagadoras no sentido em que é isso, tu saís à rua e tu vê uma mancha de turistas e não, não vê mais ninguém, não é, ali no meio. E depois tens zonas, lá está, é isso como Campanhã, não tem um espaço verde, não tem um parque ali no meio, não é? Tens o Jardim das Águas, mas fica mais distante, por exemplo.

Então, claro que se pensares numa aldeia, numa vila, não é, em que ainda pode haver aquela tradição das pessoas se virem sentar à porta e se juntarem nos bancos de jardim. Se calhar ainda tens aqui alguns resquícios, ou então algum alguns exemplos de algum tipo de construção que também existiu aqui no Porto. Mesmo os bairros sociais, os bairros sociais eram se calhar espaços onde isso ainda existia, essas dinâmicas de base comunitária das pessoas ainda se reunirem e de estarem juntas, não é? E isso também foi sendo ajustado com os vários processos de reabilitação dos bairros sociais aqui no Porto, foi-se retirando também espaços de convivialidade do espaço público, porque numa determinada perspetiva são espaços de tensão, de tensões. E são espaços, não é, para, sei lá... Conheço muito bem o exemplo do Bairro do Lagarteiro e da forma como a reabilitação daquele espaço mudou completamente a dinâmica comunitária daquele lugar, ou seja, as pessoas deixaram de ter espaços para se poderem sentar e estarem a conversar umas com as outras, as vizinhas.

Daniela Santos (26:38 - 27:16)

Sim, duma forma até mais extrema, podemos dizer que a cidade foi feita originalmente para o homem heterossexual, branco que tem todas as ca-

pacidades físicas, ou seja, não tem nenhum tipo de deficiência. Então pedia-te para, já foste respondendo, mas de uma forma mais sintética determinares as desigualdades no acesso à cidade por parte desses corpos que são diferentes e o que é que poderia facilitar a sua maior integração?

Maria João Mota (27:18 - 30:22)

Bem, a única coisa que eu posso partilhar foi também aquilo que nós acabamos por fazer no Transfemina e ao estar a criar o soundwalk, não é, que tivemos muito essa preocupação de ir ao encontro de pessoas que representassem diferentes vozes e corpos que habitam a cidade sem ser o corpo normativo do homem branco hétero. Sei lá, eu obviamente que eu digo que estas vozes têm de ser convocadas para os espaços de pensamento e decisão sobre as políticas de urbanismo, como políticas de tudo de uma forma geral, não é? E têm de ser convocadas numa perspetiva efetiva, ou seja, que as suas vozes sejam ouvidas não só para cumprirem processos participativos de auscultação quase obrigatória, isso acontece, não é? Isso acontece em fóruns em que tu tens que cumprir as cotas e tens lá representantes de diferentes grupos, diferentes associações, por exemplo, não é, que fazem aqui um trabalho de advocacy relativamente a estas temáticas, mas depois efetivamente, se calhar estas pessoas até são ouvidas, toma-se nota, mas depois não acontece nada. Ou seja, a questão é essa. Ou seja, a questão é que se abrem fóruns de participação, mas que depois não há consequência política para isso, ou seja, do ponto de vista do exercício da nossa democracia, fica muito aquém, porque, na verdade, fazes parte dessa fase inicial, mas depois não há qualquer tipo de consequência. Depois, em termos de o que é que eu sinto é que não existe uma agenda comum relativamente a estas várias associações, por exemplo, que eu acho que na verdade são aqui interlocutores de excelência, não é? Ou seja, porque representam estas pessoas, não é, que de alguma forma sentem que são mais excluídas do usufruto, do exercício da sua cidadania no espaço público. Depois também fica difícil de criar uma agenda comum, não é, e por que aí se calhar haveria um lugar de exercício de poder mais organizado, mais forte e com maior potencial de mudar alguma coisa na agenda política a nível local, se calhar vamos falar já só a nível local. Então eu acho que por um lado não existe vontade política de assumir consequências da participação destas pessoas e, por outro lado, existe também uma dificuldade de uma organização mais coletiva, mais transversal, que possa ser uma voz por todas as vozes, não é? E que daí pudesse ter um maior potencial de influência, lá está das políticas locais, e pronto acho que é isso.

Daniela Santos (30:25 - 30:31)

Certo, e que impacto e alcance é que o coletivo Pele tem tido no território em que atua?

Maria João Mota (30:36 - 38:51)

Sei lá, já trabalhamos há muitos anos, não é? Há 18 anos. Sei lá, eu tanto posso falar, sei lá, é muito, para nós é muito sensível falar dos impactos, para já, porque do ponto de vista efetivo, é muito difícil avaliar o impacto. Não é difícil, não há mecanismos, não há mecanismos financeiros, porque há mecanismos para avaliar o impacto, obviamente. Mas nós ainda assim temos feito várias avaliações de impacto dos nossos projetos. Assim, avaliações de resultado, é isso, uma avaliação de impacto faz-se quando as coisas acabam e depois vai-se perceber o que é que mudou. Mas obviamente que nós sentimos que, sei lá, coisas, de quando tu tens um jovem que começou a fazer, que participou num projeto de criação coletiva connosco, quando ainda era criança e que, de repente, encontrou ali um espaço em que percebeu que "Ok, eu consigo, eu aqui consigo ser escutado". E, sendo que é um espaço de liberdade, liberdade criativa, e quando tens esse jovem agora passados 10 anos a entrar numa das melhores escolas de dança contemporânea do mundo e que tu sabes que é um jovem que vem de um contexto social, não é, complicadíssimo, sem qualquer retaguarda familiar e que de alguma forma ele também nos devolve, tipo, "Olhem, de alguma forma, o trabalho que comecei a fazer com vocês foi muito importante para isto, se não, eu nunca tinha descoberto que gostava de ir por aqui", então este este é um nível que se calhar é um nível mais sensível, e é um nível que nos importa muito. Olha, se calhar é o que nos importa mais é que no meio destes 18 anos todos algumas pessoas com quem nós nos fomos cruzando ao longo dos anos ainda se lembrem que naquele momento, o facto de nós estarmos lá, de termos ido lá e estarmos lá de forma continuada, de forma sincera, não é, ou seja, que não chegamos a estes, ou seja, nós quando chegamos a uma comunidade ou um grupo, seja ele na prisão, seja ele num bairro, seja ele no Centro comunitário, na Junta de Freguesia, quando começamos um processo tal como o Transfemina, começamos com um livro por escrever, não é, ou seja, como uma folha em branco. O Transfemina, bem tinha aqui uma agenda, não é, de alguma forma, mas o que fomos criando, fomos criando juntas e isso, esse potencial, não é, quando de facto tu tens pessoas que normalmente não são escutadas, normalmente estão mais afastadas destes processos, muitas delas, por exemplo, têm até, para além de muita resistência, a tudo o que seja ferramentas artísticas, às vezes, sei lá, a música pode ser mais fácil com os grupos, as artes plásticas com outros, mas depois há ali a dança, o teatro, às vezes são coisas que nunca ninguém se imaginou experimentar. Quando estamos a falar, por exemplo, de pessoas que vêm de um percurso de insucesso, de abandono escolar em que nunca, nunca se sentiram validadas, nunca sentiram que faziam alguma coisa bem, a não ser, por exemplo, um percurso delinquência, não é? E que de repente sentem que este é um espaço de liberdade, é um espaço de resgatar a tua imaginação, é um espaço em que tu sentes que consegues ver de

uma outra forma, de repente, consegues perceber que até consegues trabalhar em grupo, que de repente estás a criar um objeto artístico, e estás a criar um objeto artístico que é válido, não só porque tu fazes enquanto pessoa não profissional de um determinado contexto, mas é um objeto artístico com valor porque tem um potencial estético e porque a estética, não é, essa apropriação da estética, desse exercício de produção artística é altamente empoderador, porque nesse momento isso coloca-te em vantagem perante, normalmente os teus opressores, ou seja, perante as pessoas e a sociedade que oprime, porque naquele momento tu transformas-te num criador e num artista, não é, e que está num palco ou numa exposição e que é visto pelo seu potencial artístico, estético. Não é porque é um recluso, não é nada disso, é porque aquilo que ele está a fazer, para já está carregado da sua verdade e porque é bom, ou seja, porque é bom do ponto de vista estético, ou seja, as pessoas vão reconhecer aquilo, não é com um certo paternalismo "Ah coitadinhos", não é? E eu acho que aí o trabalho da Pele foi muito importante ao longo destes 18 anos porque fez essa afirmação. Ou seja, eu acho que nós trouxemos, não digo que éramos as únicas a fazê-lo, mas eu acho que nós trouxemos essa dimensão estética para o trabalho de base comunitária, que era sempre tido mesmo pelos nossos pares criadores, sempre a olharem de lado "Ai, a Pele faz o teatro de oprimido", ainda hoje fazem isso quando querem diminuir o nosso tipo de trabalho ainda vêm com essa com essa coisa. Claro, quando nós nos colocamos no mesmo patamar a concorrer também aos apoios às artes, não é? E quando saímos do campo, só social, e começamos a colocar-nos nesse lugar as coisas mudaram um bocadinho.

Então, do ponto de vista do impacto, não é, quando eu olho para trás ao fim destes anos todos, não é, e vou revendo muitos destes processos e muitas destas pessoas que depois passaram a fazer parte da Pele, dos órgãos da Pele e que estão próximas. E que seguiram percursos, umas seguiram percursos artísticos, outras seguem percursos de ativismo também nas suas comunidades, outras não, mas também se criaram outras relações entre essas pessoas, criaram-se novas amizades, então esse é o real impacto. Esse é um impacto que existe. Depois ao nível do trabalho que nós fazemos e da nossa rede de parcerias, acho que também fomos tentando colocar aqui algumas coisas na agenda, na agenda local. Eu acho que as pessoas do ponto de vista seja da Câmara, seja aqui de alguns intervenientes, quando nos chamam já sabem o que é que nós vamos propor, não é, e também, ou seja, também arriscam quando nos chamam, porque sabem que nós não fazemos um trabalho para apaziguar, não fazemos um trabalho para romantizar a pobreza, nem a exclusão social, nem fazemos percursos para as pessoas irem descobrir Azevedo de Campanhã, só porque agora é exótico. O nosso trabalho tem uma motivação política, ou seja, tem uma motivação de "Ok, nós vamos trabalhar com estas pessoas, mas vamos fazer uma reflexão crítica sobre a realidade, sobre o contexto", então acho que nós, de alguma forma, com todo o trabalho que temos feito, facto de fazermos parte das Comissões Sociais de Freguesia, ou seja, nós estamos implicadas na nossa comunidade, não é? Fazemos parte desses espaços e

achamos que isto é importante, ou seja, como nós aprendemos com as outras organizações da área social, da área da educação. Então, acho que isso que nós continuamos a fazer, acho que é muito importante e acho que também trouxemos outra coisa que eu também acho que nos distingue e também acho que é um impacto, quer dizer um impacto vá, acho que também é inspirador, que é o facto de nós cruzarmos estas várias áreas, ou seja, do social, da saúde, da educação, da justiça, da área cultural, ou seja, nós sempre trabalhamos numa base de parcerias com toda a gente, ou seja, e de partilha de recursos, e bem, eu acho que isso, do ponto de vista de quem trabalhava na área mais artística, isso não era um modo de fazer e eu acho que isso também, acho que é bastante próprio do trabalho que nós fazemos.

Daniela Santos (38:54 - 39:26)

Sim, eu queria só fazer uma última pergunta, que até me surgiu há pouco, porque principalmente na arquitetura, que é o exemplo que eu tenho mais próximo, houve muitas arquitetas que ao longo do tempo não se quiseram associar com ideologias e com políticas feministas, mesmo tendo trabalhado nesse sentido, mas vocês assumem-se como um coletivo feminista, não têm este receio da associação a ideias mais negativas ou extremas?

Maria João Mota (39:28 - 43:17)

Não, sim assumimos, no entanto, nós temos interesse em trabalhar com as instituições e com as instituições de poder, então em algumas situações, nós também ajustamos a linguagem, Daniela, ou seja, nós também ajustamos, por exemplo, lembro-me quando estava a convidar o Pedro Baganha para vir ao Transfemina, eu acho que não escrevi "Como construir uma cidade mais feminista", que era a temática, eu acho que pus não sei, já não sei exatamente, porque eu pensei: "ele vai ler a cena feminista, tipo acabou, tipo não vou". E eu acho que isso também é importante, ou seja, não obstante de essa é a nossa bandeira, mas acho que nós também temos de perceber que às vezes, para irmos, não é, ou seja, para furar o botão tens de ser maleável, não é, tipo erva daninha não fura o botão porque está lá de picareta, a erva daninha fura a pedra, porque é maleável e porque tem que andar entre as brechas e isso, às vezes, tem que implicar isso da nossa parte, ou seja, é a mesma coisa, ou seja, o que é que faz com que a gente continue, por exemplo, a trabalhar em contexto prisional? É porque nós não vamos lá incendiar aquilo tudo na primeira, no primeiro projeto que fazemos lá, porque é mais fácil, não é? É o mais fácil, é chegares a uma prisão e quando tu perguntas ao grupo, "O que é que vamos falar?" E eles vão querer falar do uso do poder, de tudo o que acontece, claro que podemos fazer e vamos, vamos fazê-lo, mas fazemos de forma a que assumamos as consequências do que estamos a provocar,

porque depois, ao final de contas, somos nós que vimos embora ao final do dia e aquela malta que fica lá e porque nos interessa continuar lá, porque senão se nós fizermos uma coisa a destruir totalmente, a direção ou os guardas, nunca mais ninguém nos deixa entrar na prisão e fazer alguma coisa que pode provocar, não é, aqui algum bem-estar e alguma mudança nas pessoas que possam lá estar. Então é isso, ou seja, às vezes temos de, às vezes medimos, não é, nesse aspeto, mas sim, sei lá, em situações específicas. Como eu te dei agora esse exemplo, eu acho que pus tipo numa perspetiva de género ou assim uma coisa qualquer, porque pensei "Ah não vem, não vem se eu escrever isto", interessava-me mais que ele viesse do que estar a afastá-lo logo à partida e sentimos que o Transfemina, às vezes, ou seja, a forma como nós o comunicamos como é tão direta afasta algumas pessoas e isso é uma reflexão muito importante que nós fazemos, até que ponto é que o facto de tu querereres reivindicar os nomes para as coisas, não é? E tu sabes o que é que esses nomes significam, mas a maioria das pessoas sente-se logo afastada de algo assim. O que é que faz? É que depois tu estás numa bolha, ou seja, tu estás a pregar a quem já não precisa de ser convertido, não é? E na verdade nós temos de chegar a quem não está sensível a estas questões, então aí tem de haver ajuste na comunicação, não é? Não podes comunicar da mesma forma nas redes sociais, podes no Instagram, podes comunicar de uma maneira, mas depois vais para o Facebook, não sei quê, quer dizer pronto neste caso, por acaso acho que a coisa sai igual. Mas se vais comunicar para as Juntas de Freguesia e se vais fazer uma Open Call e que sejam as mulheres dali da comunidade de alguma forma, tu não vais escrever que vais fazer um projeto feminista, não é? Senão ninguém te aparece.

Apêndice 13 | Entrevista com Chloé Darmon

07 de agosto de 2025, Porto

Daniela Santos (0:01 - 0:14)

Então, começando com as perguntas. Diferentes corpos têm diferentes vivências e apropriações de espaço urbano. Qual é a tua percepção da cidade e do espaço público?

Chloé Darmon (0:17 - 3:48)

Eu sou francesa, então venho de um contexto um bocado diferente. Cresci nos subúrbios de Paris, onde o espaço público não é propriamente, é muito feito para os carros. Há muitas zonas que são zonas de dormitório, então o espaço público à noite tem uma sensação de perigo por ser mulher, mas também, da experiência que eu tive, é que era muito complicado estar no espaço público como mulher. Depois estive em várias cidades, estive em Nice, também na França, e era um bocado diferente. Mas, em todos os contextos até aqui, uma das coisas que me fez querer estudar mulheres no espaço público, por exemplo, é a minha própria percepção e medo no espaço público. Acho que ficava um bocado chateada de não poder andar e ter sempre que olhar para trás e ter estas percepções do espaço público como alguma coisa não acolhedora.

E pronto, não sei se eu respondi mas basicamente é isto. Eu tenho essa percepção do espaço público como uma coisa que não é propriamente... Ou seja, eu tinha, utopicamente, pensava que era igual, depois percebi que não era, pelo assédio todo e as vivências de assédio na rua que eu experienciei, quer nos transportes, quer na rua, quer... Enfim, nos subúrbios de Paris era muito fácil o homem seguir-nos, estou a dizer eu e as minhas amigas. Então, era uma coisa muito difícil de estar e ficar mesmo sei lá, sentada num banco, a fazer qualquer coisa, já era um bocado difícil. E pronto, aqui eu senti um bocado, mas é menos. Vim para cá, no Porto, e senti que a vivência no espaço público era mais possível. Não sei muito bem os fatores. Acho que é pelas zonas que tinham mais pessoas a passar e também não ser uma zona de... É ser uma cidade central e não uma cidade... Ser um centro histórico e não uma cidade de subúrbios e dormitório, tem dinâmicas diferentes. Mas pronto, acho que é isto. Mas a minha vivência no espaço público foi sempre um bocado do medo até agora ter quase 30 anos e já sinto um bocado, mas a percepção de tudo o que foi assédio já diminuiu imenso, por isso, sinto-me menos exposta. Acho que é da prática também no espaço público.

Daniela Santos (3:48 - 3:52)

Também se calhar já tens mais consciência de onde é que podes andar.

Chloé Darmon

Arquiteta e investigadora francesa. Atualmente a realizar o doutoramento em arquitetura na Universidade da Beira Interior, onde está a aprofundar a investigação sobre as infraestruturas da água, principalmente os lavadouros públicos, já iniciada no mestrado. Desde 2020, é co-fundadora e co-editora da Revista Lina: Perspectivas feministas na arquitetura e urbanismo. É associada das Mulheres na Arquitetura desde 2021 e foi curadora da exposição Arquitetas da Liberdade. Desde 2024 integra o coletivo feminista Mulheres, Arte, Arquitetura, Design (MAAD).

Chloé Darmon (3:53 - 6:09)

Sim, acho que isto gera um bocado estes atritos. De onde é que eu vou? Qual é o caminho que eu posso fazer? Tem momentos que eu vou evitar de andar em certos sítios à noite. Ou seja, ainda há muitas... Mas acho que é geral, acho que não sou só eu. É uma coisa que eu comecei a perceber também que era uma coisa coletiva. E a prestação de segurança no espaço público e também a segurança real, que às vezes não é muita. E o que a mim me intriga um bocado é que nós mulheres não andamos muito em grupo no espaço público ou quando acontece é um bocado raro. Também depende do espaço público, tipo o parque, a praça, a rua, e depois depende do sítio, se é bairro, se não é. Porque, por exemplo, nos bairros há dinâmicas diferentes, que as mulheres vão olhar para a janela, vigiarem, há mais este controle como se fosse uma aldeia. Uma prestação de segurança, mas ao mesmo tempo há o sentimento de ser vigiada o tempo todo, ou seja, não sei, é um bocado isso.

Acho que é isto. Medo à noite, pronto, há os caminhos que sei que à noite não vou fazer. Moro numa zona que é um bocado descentrada, que é perto de Nova Vitória, Parque Nascente. Aquela parte à noite que não tem luz nem nada, pronto, é um bocado... Eu vou porque preciso, mas eu faço caminhos, faço desvios. E eu apercebi-me disto. Eu já trabalhei este tema há muito tempo, mas eu apercebi-me que tem fases, ou seja, depende do meu horário também. Os caminhos são diversos, mas eu faço muito caminhos para evitar certos sítios porque não me apetece passar ali, porque não quero lidar com o constrangimento de passar ali, ou seja, acho que é um bocado isso.

Daniela Santos (6:11 - 6:25)

As mulheres durante muito tempo estiveram restringidas ao espaço doméstico. Então, achas que o atual planeamento e desenho urbano pensa ativamente nas necessidades, vivências e na segurança dos corpos femininos no espaço?

Chloé Darmon (6:26 - 12:08)

Assim, eu estou a trabalhar num tema de investigação que desmente um bocado essa coisa das mulheres serem do espaço doméstico, ou seja, as mulheres sempre estiveram na rua, só que nunca estiveram em segurança. Por exemplo, no mestrado estive a estudar o caso dos lavadores públicos e eu estou a trabalhar isto num doutoramento agora e eu cada vez mais percebo que esta questão das mulheres no espaço doméstico, as mulheres eram atribuídas às tarefas do espaço doméstico, mas elas iam para todo lado para as realizar, ou seja, estavam nos mercados, estavam no rio porque tinham que lavar roupa, no lavadouro porque tinham que lavar roupa, depois tinham que fazer compras, tinham que ir buscar água para cozinhar. Então, estas tarefas todas do doméstico, elas necessitavam ir e vir de alguns pontos. E então, a verdade é que, por

exemplo, o lavadouro é um espaço público só para mulheres, que elas levavam também as crianças, ou seja, é uma rede de cuidado e solidariedade no espaço público. Uma coisa que se perdeu quando a mulher foi empurrada para a esfera doméstica foram interesses modernos, ou seja, a arquitetura moderna promove a mulher dentro da cozinha e que tem que fazer os afazeres de casa e assim, mas antes disso, e ainda hoje, as mulheres trabalhadoras estão na maioria do tempo fora de casa, mas têm as tarefas ligadas ao que é o doméstico, que é tudo que é a esfera do cuidado que é manutenção, limpezas e essas coisas.

Mas acho que esta percepção do espaço público, ou seja, tem o espaço público que é teórico, ou seja, o espaço político - isso é a Ana Arantes que fala -, mas tem o espaço político que é o espaço dos homens, que eles vão na praça pública e assim, que tem muito a ver com a democracia na Grécia e assim. Mas as mulheres têm uma relação diferente ao espaço público, ou seja, tudo o que nós fazemos no dia-a-dia são coisas que depois são políticas, mas não temos essa percepção. Ou seja, o dia-a-dia é político, mas não têm essa percepção. E muitas mulheres não têm a percepção que lutando para a creche, lutando para coisas do cotidiano estão de facto a fazer política e muitas delas não têm essa noção.

E acho que isto vê-se no desenho urbano porque a cidade não tem muitos lugares que apoiam este dia-a-dia dos cuidados, ou seja, não é feito para peões, que as mulheres andam muito mais de transportes, a pé. A rede de transporte não funciona muito bem, ou elas passam muito tempo no transporte. Depois não é feito para as crianças, ou seja, as crianças têm espaços muito reduzidos de lazer, para estarem na rua e estarem seguras e confortáveis. E depois acho que o contexto do Porto é um bocado específico, principalmente por causa das obras que têm acontecido, o espaço público tem-se degradado um bocado pelas condições que estão a acontecer agora. Mas acho que no geral há uma falta de desenho dessas questões no espaço público e é muito recente, quer dizer não é tão recente assim, esta preocupação. E depois não quer dizer que há mulheres arquitetas que vão desenhar espaços para mulheres e crianças porque isto é um compromisso político. Não sei, acho que é um compromisso político e não é uma coisa que é esperada. Por exemplo, nós na militância feminista e essas coisas todas, não esperamos que todas as mulheres arquitetas sejam feministas porque há muitas coisas que são culturais, ou seja, que são da socialização. E não é por ser mulher que uma pessoa vai desenhar uma coisa, vai pensar, mas há algumas que pensam neste assunto porque estudaram, leram, olharam, e também olharam para as mulheres, ou seja, olharam para os usos do espaço público e começaram a desenhar espaços públicos para este efeito.

Daniela Santos (12:10 - 12:21)

Passando um pouco mais para a via do ensino. Quais achas que ainda são as dificuldades sentidas pelas mulheres no acesso e permanência no

ensino e na profissão da arquitetura?

Chloé Darmon (12:24 - 18:53)

Então, para voltar, eu ingressei na arquitetura na França, foi por concurso, ou seja, não é o mesmo sistema do que aqui, então é um bocado diferente também. Mas fiz ciências, acedi por concurso, ou seja, avaliaram as minhas notas e depois tinha um concurso, depois entrei. A verdade é que tinha mais colegas mulheres do que rapazes. Mas é mais, acho que este acesso é mais duro porque... Ou seja, há mais mulheres que estão nas escolas, mas depois não se reflete na profissão nem nos professores. E depois é sempre duro, por exemplo, tenho um exemplo na França, ou seja, acho que é um bocado transversal a todos os países, só que as condições de acesso são diferentes. Até porque se eu tivesse nascido cá em Portugal, com as condições que eu tinha na França, eu nunca teria acedido em arquitetura, consegui porque tive uma bolsa, ou seja, uma bolsa social, que podia ser o equivalente do SASUP. Então, eu nunca teria acedido porque é um curso que é caro, tem o custo dos materiais, depois não dá para trabalhar fora, ou é muito difícil estar a trabalhar ao mesmo tempo que estamos a estudar, porque é uma pressão muito grande. Ou seja, tudo isto dificulta para todos os alunos, mas para as mulheres que vêm de classes mais baixas, a maioria, é mais difícil.

Mas, por exemplo, no terceiro ano na França, tive uma professora que disse-me, a mim e à minha colega, estávamos a fazer um projeto as duas, estávamos a defendê-lo no meio do semestre, e ela olhou para nós e disse que nós tínhamos que ser muito mais assertivas e muito mais duras porque no mundo do trabalho íamos ser completamente maltratadas se continuássemos nesta nossa socialização de ser simpáticas, agradar. E ela era considerada uma professora muito dura, mas era um dos estúdios que era mais exigente. Ou seja, havia esta cena que eu, por ser uma mulher exigente, já era um dos estúdios mais exigentes do ano, ou do semestre, porque na França é por semestre. E ela diz-nos assim, ou seja, foi neste momento que eu percebi "Ok, pronto, vou ter que ser mais dura" e depois é um bocado difícil quando não é a tua personalidade, ou seja, se tu não tiveres esta personalidade de... Já é duro arquitetura, já é duro defender projetos, já é duro desenhar com... Tipo, pôr a ideia no papel e depois construí-la em maquete. Eu acho que há uma pressão muito grande em cima de nós para nós sermos ainda mais duras. E isto, no mundo do trabalho, como arquiteta, eu senti, ou seja, eu senti que havia... Eu trabalhei só em ateliês que tinham mulheres, mas não queria dizer que era mais fácil, só não havia aquela coisa... Há uma coisa que dizemos entre as minhas amigas e colegas agora, porque somos todas arquitetas – "Pelo menos se trabalhas para uma mulher, a parte do assédio sexual, já não precisas pensar nisto. Mas todo o resto pensas...", ou seja, todo o assédio moral e assim. Pronto, houve muitas situações assim e depois não é só dentro dos ateliês, mas também... Ou seja, as mulheres... Tinha

uma chefe que dizia que ela preferia trabalhar com mulheres porque era mais fácil, mas é mais fácil porque nós, muitas vezes, pela socialização, nós fazemos muito bem o nosso trabalho porque somos ensinadas a fazer e ficamos um bocado caladas durante muito tempo. E acho que isto não é positivo dizer "Ah, eu prefiro trabalhar com mulheres". Também é mais fácil explorar, depois tem uma diferença salarial muito grande, ou seja, custa menos dinheiro empregar uma mulher do que empregar um homem.

E depois tem 60% de mulheres... Quer dizer, quando entramos somos raparigas, depois saímos somos mais crescidas, mas ainda somos muito jovens. E isto, por exemplo, nas obras é... Nas obras é uma luta. É uma luta... É uma luta porque há uma desconsideração e ainda acham, claramente, que não é o lugar de mulheres fazer obras, isto ainda está um bocado a mudar, mas não é uma coisa fácil.

E depois isto... Nós acedemos mais, depois estamos mais formadas, mas depois nos números da Ordem e na profissão descai um bocado. Porque como que consegues ter uma vida familiar e fazer o trabalho do arquiteto, que é uma coisa que demanda muitas horas? Acho que há dois privilégios.

Estavas a falar de interseccionalidade. Tu fizeste a cadeira em São Paulo, há uma classe social completamente, tipo prejudica imenso nesta área, porque se não tiveres os contatos, as redes e assim, é muito difícil. E depois o que prejudica também é ser mulher no sentido de todas as questões que eu falei até agora, mas a classe social com certeza está mesmo de mão dada e no trabalho sofremos mais discriminação, com certeza.

Daniela Santos (18:54 - 19:07)

E de que forma, porque fizeste parte do núcleo feminista aqui da FAUP, de que forma é que foi importante na perceção e procura de uma possível solução para estas dificuldades sentidas pelos estudantes?

Chloé Darmon (19:08 - 25:36)

Eu acho que foi... Nós quando criamos o núcleo, foi um bocado porque estávamos a ter essas temáticas muito fortes e presentes. Mas uma coisa que foi um bocado assustadora é que nós estávamos no final do curso, já tínhamos uma base aprendida "Ah arquitetura é isto, o urbanismo é isto e não sei o quê.". Depois descobrimos estes temas e de repente não era nada, ou seja, tivemos que em um ano, porque sou eu, a Natália Fávero e a Ana Arendes, tivemos teses também, dissertações de mestrado sobre estas temáticas, então nós tivemos que reaprender tudo do zero. Durante o ano, foi um ano muito intenso, porque nós até estávamos a fazer projeto 5 e tivemos muito trabalho, porque nós tivemos que reler teoria da arquitetura, reler história da arquitetura, refazer muitas coisas do urbanismo e assim. E é desta vontade que criamos o núcleo porque nós estávamos a ver absurdos, tipo assédio moral na escola, assédio às vezes sexual, tipo

momentos muito duros de violência e assim. E então nós queríamos criar um núcleo que pudesse ser alguma coisa que criasse espaço público no sentido político, ou seja, um espaço para debater, construir, desconstruir e reconstruir estas temáticas e narrativas. E acho que foi importante. Nós fizemos aquela corda FAUP, que nós recolhemos denúncias de alunas anónimas e fizemos um estendal com estas denúncias e a partir deste momento percebemos que as coisas começaram um bocado a mudar. E nós erámos um núcleo, chegou a ter muitas pessoas a participarem, portuguesas, estrangeiras, tinha amigas francesas, tinha brasileiras, ou seja, havia muita gente. E era muito bom e eram muitos anos misturados também. E sinto que ajudou neste sentido de não estarem as mulheres e as raparigas aqui, as estudantes, não estarem a sentir-se sozinhas, acho que isto foi bom para criar vínculos e laços. Mas depois a questão é que não continuou, mas nós conseguimos fazer parcerias com o México, fizemos semanas de integração também. Só que lá está, apanhamos o Covid, o núcleo era muito vinculado à escola e ao espaço físico, a partir do momento que passamos para o espaço digital nós perdemos muita força porque as pessoas ficaram isoladas outra vez. E acho que nós tínhamos conseguido alguma coisa que depois foi se desfazendo por causa desta perda do espaço da escola, porque nós organizávamos conversas todas as terças. As meninas vinham falar connosco e nós estávamos tipo... Nós éramos mais para alertar sobre estas questões, sobre as questões desta violência entre aspas que nós estávamos a viver, todas individualmente, mas depois não necessariamente sabíamos. Ou seja, a partir do momento que expusemos a situação sinto que houve algumas mudanças e teve professoras, mesmo que não oficialmente, que nos apoiaram. Sinto que mudou um bocado, os professores ficaram um bocado chocados com o que estavam a ler e, então, ficaram um bocado tipo "Ah, isto está mesmo a acontecer?". E nós tivemos histórias de alunos que desistiram do curso. Estávamos a falar do assédio, o assédio é um entrave muito grande, ou seja, se tu fores assediada por um professor e não tens nenhum lado para te queixar. Tivemos duas testemunhas que disseram que abandonaram o curso, tentaram reclamar na Reitoria, não deu em nada. E depois nós criamos um núcleo, já havia o de letras e o de direito, e depois quando nos criamos, criou-se o de ciências. Depois começou a haver umas sinergias entre os núcleos, acho que era muito bom ter estas redes feministas para apoiar. Só que nós nunca conseguimos... Teve uma existência muito breve, ou seja, nunca conseguimos... Ou seja, trouxemos teoria sobre o assunto, trouxemos as denúncias sobre o assunto, mas nunca tivemos tempo de construir algo que pudesse... Acho que foi importante porque nós e as pessoas ficaram chocadas de nós ousarmos sequer mexer na FAUP que tem a Escola do Porto, é uma coisa muito, que tinha esta reputação de intocável, ou Torre do Marfim. E nós termos recolhido tantas denúncias e termos exposto desta maneira, acho que foi um choque para muita gente. Depois nós continuamos individualmente a

continuar neste sistema, a fazer militância em associações feministas e assim. Quando saímos, porque nós estávamos no último ano, de repente saímos e eu acho que isto foi um... Não sei se falhámos, acho que não. Acho que nós não conseguimos repassar para as gerações mais novas.

Daniela Santos (25:37 - 25:37)

Sim, não houve continuidade para o outro ano.

Chloé Darmon (25:39 - 27:25)

Não houve continuidade. Nós não conseguimos repassar aquilo. E até agora as pessoas dizem que nós somos o núcleo, ou seja, somos tipo três. Muitas pessoas entraram e saíram e apoiavam o nosso trabalho, mas de repente, mesmo fora da FALUP, são as meninas do núcleo. Só que o núcleo já existe através de nós, mas nós não conseguimos repassar como se fosse uma associação de estudantes, ou como se fosse outra coisa, porque é isto, a carga de trabalho em arquitetura é absurda. As pessoas não têm tempo de fazer estas coisas, nós conseguimos fazer porque estávamos no quinto ano e tínhamos mais tempo livre e tínhamos também acho que mais vontade de trazer estes temas à tona e também lidar com as injustiças que nós estávamos a presenciar e a ver, a sermos testemunhas.

Acho que foi importante, mas acho que aquilo não houve continuidade. Apesar de que agora estes temas estão a ser discutidos mais. Estão a ser discutidos mais na FAUP do que eram quando nós éramos estudantes. E os absurdos que... Só que ainda hoje, dentro da UP e em outras... Não é só daqui. Ainda não há um órgão que pode receber denúncias e haver consequências reais para agressores e assediadores, neste sentido, ou seja, não sei se teria de alguém fazer este trabalho, mas não está a ser feito agora.

Daniela Santos (27:26 - 27:42)

E em relação... Se pudesses comentar um bocadinho sobre a questão do corpo docente na FAUP ser maioritariamente masculino. E depois serem quase sempre os homens a ocupar os cargos de regência nas unidades curriculares.

Chloé Darmon (27:45 - 33:27)

Eu estudei dois anos na FAUP, então eu apanhei muitos professores homens. Mas também, por exemplo, no meu ano, a regente de Projeto 5 era a Teresa Cálix, mas havia 3 professores homens. Eu acho que tem a ver muito com os concursos que estão a ser feitos. E depois... Não sei. Acho que não é normal ter 60% de alunas e depois no corpo docente não haver igualdade factual dos docentes, mas eu acho que é uma coisa que vai inevitavelmente ter que acontecer, porque há muito mais mulheres que estão a se formar neste sentido, então acho que é uma coisa do tempo,

talvez. Com o tempo essas coisas podem vir a mudar, mas eu acho que é muito difícil para as alunas se identificarem. Apesar de eu ter tido, lá está, por exemplo, a professora de História era Marta Oliveira, eu tive algumas professoras. Eu tive a Ana Silva Fernandes com Álvaro Domingues, por exemplo. Mas lá está, eu acho que é mais a questão do tempo. Ou seja, havia mais homens quando abriram os concursos na altura e então ficaram os homens regentes das cadeiras. E depois agora há mulheres que estão a fazer doutoramento em arquitetura e que estão a se formar para ser professoras. Mas certamente há uma discriminação nas escolas. Não é só na FAUP, mas também em Coimbra, nas escolas de arquitetura há uma certa discriminação.

Não sei se... Eu acho que é um bocado igual ao resto do mercado de trabalho, que o ser professor também faz parte de um certo mercado de trabalho. Então, por exemplo, há universidades onde há mais professoras mulheres em arquitetura, mas ainda assim a arquitetura continua sendo maioritariamente com regentes homens nas cadeiras. E eu acho que é uma questão de tempo e tradições também, mas eu acho que é difícil quando há 60% de alunas, eles conseguem tratar dos temas, ou seja, se há temas que são importantes para as mulheres no espaço público, é muito fácil fazerem de conta que a arquitetura é uma coisa neutra, que o espaço público é uma coisa neutra.

E eu acho que a falta de continuidade do núcleo também deve-se a isto. Porque quando fazes parte de um núcleo feminista, numa faculdade que é tão pequena, as pessoas já sabem quem és, ou seja, se estiveres no primeiro ano, já podes ser prejudicada por isto, porque apesar de tudo é uma opinião política e pode haver um professor que... Nós já tivemos atritos com alguns professores, que achavam que era um absurdo o que estávamos a fazer, chamaram-nos de fascistas por termos a fazer recolha de denúncias, ou seja, tivemos atritos com professores. E eu acho que há um apoio escondido de professoras, tipo não oficial, ou seja, acho que também há esta vigência na universidade e por isso que há muitas alunas também que não querem se envolver, apesar de ter essas crenças, não é bem crenças, mas apesar de ter essas opiniões políticas, não as verbalizam e não as demonstram dentro da faculdade para não ter problemas. Ou seja, acho que o facto de ter muitas mulheres alunas e poucas mulheres professoras também não ajuda em criar nem rede de solidariedade, nem rede de confiança, nem quando surgem situações, por exemplo, de assédio e assim, não há, com quem elas vão se queixar? Com os professores homens que ajudam os colegas, também é um bocado complicado. Mas não é para generalizar, mas acho que havia de haver paridade, de qualquer das formas, devia de haver paridade, seja aqui, seja em Coimbra, seja no Minho, seja em Lisboa, havia de haver paridade nos professores porque não se justifica haver paridade nas alunas, depois na profissão ainda há, acho que são uns 50-50, tem que ver os números da Ordem, já não me lembro, não justifica na faculdade não

haver paridade nas unidades curriculares e ainda mais nas posições de regência das U.C., não faz sentido, mas lá está, acho que é do tempo, eles vão se reformando, acho que vai chegar uma hora que vão faltar professores e as mulheres vão ter que entrar também na parte da docência, se não vão faltar professores.

Daniela Santos (33:28 - 33:38)

E essa questão dessa falta de paridade também depois reflete-se na falta de referências femininas nos programas das disciplinas?

Chloé Darmon (33:38 - 33:09)

Sim, nem estava a tocar neste assunto, mas sim, totalmente, é o que estava a dizer, nós tivemos que refazer o nosso currículo sozinhas, ou seja, nós tivemos que ir atrás das referências, ir atrás da Zaida, foi aí que nós conhecemos as Mulheres na Arquitetura, aliás, todas do núcleo agora estamos envolvidas com as Mulheres na Arquitetura, não é por nada é que a nossa rede de solidariedade foi encontrada fora da faculdade, dentro da profissão, porque elas praticam arquitetura, são professoras, mas todas fora da FAUP.

Mas sim, falta referências, há muita invisibilização, ou seja, eu depois de estudar muito, descobri que há muitas obras fantásticas que são super importantes para a história da arquitetura, que não são sequer estudadas, porque não são conhecidas, porque há uma história da arquitetura que é escrita, há muito tempo repetida, e não é atualizada. Porque a história é construída, nós construímos uma história da arquitetura, principalmente da arquitetura moderna, e depois faltam muitas referências femininas dentro da teoria, dentro da arquitetura, mesmo no urbanismo.

Eu estou no doutoramento, ainda tive que ouvir que não há muitas mulheres no urbanismo, porque as mulheres só pensam em pormenores, então não sabem pensar em grande escala, por isso não há mulheres. Só que são crenças, aí sim, são crenças, são crenças que não são nada científicas, não são nada revistas pelos pares, não são nada feitas de maneira científica, e é só coisas que podem ser desmentidas muito facilmente, mas ainda são proferidas pelos professores catedráticos, que são regentes de unidades curriculares, não digo aqui, mas em outras faculdades. E acho que é isto que é um bocado problemático, porque as alunas não se conseguem, talvez, relacionar muito, e depois tem também uma tendência na arquitetura, nas mulheres que conseguiram, que é tão duro, que elas também desvalorizam um bocado também outras mulheres, ou seja, eu li muita coisa sobre a Lina Bo Bardi, por exemplo, ela chamava as mulheres de galinhas, coisas assim muito, ou seja, havia muita competição, e então as mulheres que conseguiam estar lá, não suportavam, ou seja, não havia esta questão da solidariedade feminina, de nós apoiarmos as outras, de conseguirmos juntas, havia muita competição, acho que ainda há hoje. Acho que é um bocado complicado tam-

bém para os currículos, e tem muitas coisas que não estão atualizadas há muito tempo, nós até fizemos, propomos com o núcleo, uma revisão do plano de estudo para incluir essas questões, mas não foi muito bem considerado.

Daniela Santos (33:13 - 33:26)

E em relação aos outros projetos em que estás envolvida agora, com a revista Lina e a curadoria da exposição Arquitetas na Liberdade, como é que estes projetos continuam a moldar o teu pensamento e a captar a tua atenção para estas questões?

Chloé Darmon (33:28 - 34:42)

A revista Lina foi super importante porque nós criamos uma rede internacional e criamos um objeto que foi super importante para dizer que havia interesse no tema, depois parou e agora está em stand-by, mas ainda assim foi super importante. teve o financiamento da Cultura e tivemos na parábola crítica, e moldou um bocado, ou seja, foi uma maneira de concluir o nosso mestrado a dizer: "Olha afinal há temas, esta temática é interessante, há muito o que dizer sobre isto".

E depois há as Arquitetas da Liberdade, parte um bocado da investigação da Lia sobre mulheres e o direito à habitação, e eu consegui, eu me juntei na curadoria e na montagem, ou seja, tivemos a trabalhar na equipa sobre vários temas, mas eu acho que foi importante também porque dentro eu consegui, primeiro eu aprendi imenso, coisas que não tinha tido tempo de fazer quando estava a fazer o mestrado, e mesmo agora no doutoramento, então foi bom para ter estas referências todas. E depois foi bom porque as Arquitetas da Liberdade não fala só de casa, nem de arquitetas, mas fala tudo das mulheres e da ligação à habitação, e há uma parte sobre os lavadouros e assim, então eu consegui relacionar com o meu tema ao mesmo tempo que aprendia coisas novas, e foi importante porque eu não tinha noção que havia tantas mulheres envolvidas tanto no SAAL, quanto nas lutas, nas ocupações de casa, tanto na construção dos próprios lavadouros, balneários e creches, ou seja, haver mulheres na obra também, acho que é importante para nós como arquitetas para perceber que nós também metemos a mão na obra e fazemos ao mesmo tempo. E acho que foi super importante para isto, e criou também uma outra rede, porque de repente a exposição é itinerante, então nós vamos para várias cidades, então acho que foi importante também para termos rigor científico na produção do conhecimento, mas ao mesmo tempo ajudou a criar uma rede a nível nacional que depois não tínhamos, ou seja, nós tínhamos criado, mas consolidou, acho que a exposição conseguiu consolidar esta rede e conseguimos trazer estes temas para sítios que não era pensável há uns 10 anos atrás serem falados. Apesar de, por exemplo, a Fundação Marques da Silva foi onde nós encontramos as Mulheres na Arquitetura, a Patrícia e a Joana, e foi no dia que nós criamos

o núcleo e de repente a exposição foi lá também e houve vários artigos sobre a exposição, sobre estes temas das arquitetas e assim.

Então foi interessante também ver a reação das pessoas e também criar conhecimento, porque de repente fizemos sessões com as Wikieditoras para poder, lá está, corrigir ou adicionar um pedaço de história na Wikipédia. Depois houve várias situações, mas já sei que foi um projeto de amadurecimento destes temas e eu acho que foi um bocado uma vitória no sentido de nós quando começamos, eu, por exemplo, quando comecei a falar destes temas, muitas vezes foi desconsiderado, invisibilizado, ainda hoje, "Isto não é arquitetura", ainda hoje mesmo eu tendo conseguido uma bolsa de estudos para fazer o meu doutoramento, mesmo tendo publicações internacionais sobre o tema, mesmo participando de conferências internacionais, ainda assim há professores que dizem que não é um tema da arquitetura, ou seja, acho que é bom também estes mídias, tipo exposições, revistas, para fazer conhecer estes temas a um público mais alargado e não ficar também nesta bolha da arquitetura que às vezes dizem "Ah não, isto não é um tema para nada". E até nós sempre estamos prontas para nos defender destas questões, que é um bocado triste, nós estamos sempre à espera que alguém nos diga e nós temos que justificar outra vez, "Não, mas isto é um tema da arquitetura", isto fala, no meu caso, por exemplo, fala do urbanismo, fala de cidade, fala das mulheres, fala da água, fala de muitos temas que são ligados à arquitetura e à cidade e ao espaço e tem-se sempre quase que um proforma para defender-nos e temos que ser muito mais exigentes. Ou seja, eu sei que eu agora estou fazendo doutoramento, eu não posso deixar uma coisa pendente, ou não posso deixar uma coisa que pode ser questionada, porque sei que vai ser três vezes mais questionado do que qualquer outro tema, porque são temas muito discutidos, não, muito resistidos, ou seja, há muita resistência em ler, falar, escrever sobre, ou mesmo tomar em consideração, eu acho que é um bocado isto. E acho que ajudou, tanto a exposição quanto a revista ajudou um bocado a consolidar redes e ainda assim apresentámos a revista às vezes, que ainda temos exemplares, mas acho que foi bom também as redes internacionais, porque nós sem as redes internacionais não teríamos conseguido fazer o que fizemos e às vezes dava vontade de desistir, com certeza, mas ajudou a ter mulheres no México, mulheres no Brasil, o Brasil foi super importante, tenho muita relação com o Brasil. E até no núcleo tivemos muitas inspirações das meninas brasileiras, em São Paulo e assim, e acho que é para isso que serve.

Apêndice 14 | Conteúdo do Questionário

Questionário sobre percepção e apropriação da cidade

O presente questionário insere-se numa investigação realizada no âmbito da dissertação de mestrado intitulada A Presença da Mulher no Espaço Público – Percursos Femininos na Arquitetura Portuguesa, em desenvolvimento pela estudante Daniela Santos, na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. O estudo centra-se nos percursos tanto académicos como profissionais das mulheres na arquitetura ou áreas adjacentes e em como a sua presença, ou ausência, influenciou a produção arquitetónica. Assim, o questionário tem como objetivo compreender se todos os corpos se sentem representados e considerados no planeamento urbano, e de que modo se apropriam da cidade atualmente, com especial atenção às experiências das mulheres residentes no Porto.

O questionário inclui perguntas sobre características pessoais, hábitos de utilização do espaço urbano, percepções de segurança e experiências de desigualdade ou discriminação. Algumas perguntas são opcionais e podem não se aplicar a todos os participantes; agradecemos que responda de forma honesta e, sempre que possível, complementa com comentários ou experiências que considere relevantes. Todas as respostas são anónimas, confidenciais e utilizadas exclusivamente para fins académicos, no âmbito da referida dissertação.

O preenchimento demora cerca de 10 minutos e o questionário estará disponível para respostas até dia 25 de janeiro de 2026. Agradecemos desde já a sua colaboração e disponibilidade.

A. Caracterização dos participantes

1. Qual a sua relação com o Porto? (obrigatória)

(Pode seleccionar mais do que uma opção)

- ☐ Resido no município do Porto
- ☐ Trabalho no município do Porto
- ☐ Estudo no município do Porto
- ☐ Desloco-me frequentemente ao município do Porto (lazer, serviços, etc.)
- ☐ Resido noutra município da Área Metropolitana do Porto (AMP)
- ☐ Não tenho relação regular com o município do Porto

1.1. Caso não resida no Porto, pode indicar a sua área de residência? (opcional)

(ex.: outro município da Área Metropolitana do Porto, outro distrito em Portugal, outro país)

2. Faixa etária: (obrigatória)

- ☐ Menos de 16 anos
- ☐ 16 – 35 anos
- ☐ 36 – 55 anos
- ☐ 56 – 75 anos
- ☐ Mais de 75 anos
- ☐ Prefiro não responder

3. Como se identifica em termos de género? (obrigatória)

- ☐ Mulher
- ☐ Homem
- ☐ Não-binário
- ☐ Outro(s): _____
- ☐ Prefiro não responder

4. Como descreve a sua orientação sexual? (obrigatória)

- ☐ Heterossexual
- ☐ Homossexual
- ☐ Bissexual
- ☐ Pansexual
- ☐ Assexual
- ☐ Questionando / em exploração
- ☐ Outra(s): _____
- ☐ Prefiro não responder

5. A sua relação com o espaço urbano é influenciada por alguma condição permanente ou temporária? (obrigatória)

- ☐ Não
☐ Sim, uma condição permanente
☐ Sim, uma condição temporária
☐ Prefiro não responder

- 5.1. Se respondeu "Sim", indique a(s) situação(ões) que se aplicam: (opcional)

- ☐ Mobilidade física
☐ Visão
☐ Audição
☐ Cognitiva / neurodivergência
☐ Gravidez
☐ Deslocação frequente com bebés e/ou crianças pequenas
☐ Acompanhamento de pessoas idosas
☐ Outra(s): _____
☐ Prefiro não responder

B. Vivência e apropriação do espaço urbano

1. Com que frequência utiliza o espaço público urbano (ruas, praças, transportes, equipamentos públicos)? (obrigatória)

- ☐ Diariamente
☐ Algumas vezes por semana
☐ Algumas vezes por mês
☐ Raramente
☐ Quase nunca

2. De um modo geral, sente-se confortável a circular no espaço urbano? (obrigatória)

- ☐ Sempre
☐ Na maioria das vezes
☐ Raramente
☐ Nunca

3. Como se desloca normalmente? (obrigatória)
(Pode seleccionar mais do que uma opção)

- ☐ A pé
☐ Viatura privada
☐ Autocarro
☐ Bicicleta, trotinete ou outro
☐ Metro
☐ Comboio
☐ Táxi / Uber
☐ Outro(s): _____

- 3.1. Se normalmente utiliza transportes públicos para se deslocar, costuma sentir-se desconfortável ou inseguro/a nas paragens, estações ou nos próprios veículos? (obrigatória)

- ☐ Sinto-me sempre confortável e seguro/a
☐ Quase sempre sinto-me seguro/a
☐ Por vezes sinto-me desconfortável
☐ Normalmente sinto-me inseguro/a
☐ Depende da situação/contexto
☐ Não sei / Nunca pensei sobre isso

- 3.2. Deseja acrescentar algum comentário ou partilhar uma experiência relacionada com o tema? (opcional)

4. Já evitou determinados espaços da cidade por se sentir desconfortável ou inseguro/a? (obrigatória)

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Prefiro não responder

4.1. Que condições têm um impacto na sua sensação de segurança na cidade? (obrigatória)

Considere uma escala de 1 (causa insegurança) a 5 (transmite segurança)

	1	2	3	4	5
Boa iluminação nas ruas e passeios	☐	☐	☐	☐	☐
Lojas ou serviços abertos	☐	☐	☐	☐	☐
Ruído excessivo, ambiente caótico ou espaços muito movimentados	☐	☐	☐	☐	☐
Presença de espaços verdes e praças bem cuidados, áreas de descanso e bancos	☐	☐	☐	☐	☐
Espaços desertos, sem movimento	☐	☐	☐	☐	☐
Presença policial	☐	☐	☐	☐	☐
Existência de câmaras de segurança	☐	☐	☐	☐	☐

4.2. Deseja acrescentar algum comentário ou partilhar uma experiência relacionada com o tema? (opcional)

5. Já sofreu algum assédio ou violência na cidade? (opcional)

(A próxima questão refere-se a situações potencialmente sensíveis. Pode optar por não responder.)

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Prefiro não responder

5.1. Se sim, qual: (opcional)

(A próxima questão refere-se a situações potencialmente sensíveis. Pode optar por não responder.)

- ☐ Assédio sexual
☐ Comentários ofensivos (sobre cor de pele, orientação sexual, corpo, etc)
☐ Toque sem permissão
☐ Agressão física
☐ Requisição de prestação de serviços sexuais
☐ Perseguição por estranhos / *stalking*

6. Existem horários em que evita circular no espaço urbano? (obrigatória)

- ☐ Sim
☐ Não

6.1. Se sim, quando: (opcional)

- ☐ Manhã
☐ Tarde
☐ Noite
☐ Madrugada
☐ Horas de maior afluência

7. Sente que o espaço urbano responde às suas necessidades enquanto utilizador/a? (obrigatória)

- ☐ Sim
☐ Parcialmente
☐ Não
☐ Não sei / Nunca pensei sobre isso

C. Desigualdades e perceções sociais

1. Sente que temas como o feminismo, igualdade e inclusão de todos os corpos/pessoas são pertinentes atualmente? (opcional)

- ☐ Sim
☐ Parcialmente
☐ Não
☐ Não sei / Nunca pensei sobre isso

2. Sente que as mulheres, crianças, idosos, comunidade LGBTQIAPN+, pessoas com mobilidade reduzida, ou outras, são ativamente consideradas no planeamento urbano? (opcional)

☐ Sim
☐ Parcialmente
☐ Não
☐ Não sei / Nunca pensei sobre isso

- 2.1. Sente que esses corpos são bem representados no espaço urbano (toponímia, publicidade, etc.)? (opcional)

☐ Sim
☐ Parcialmente
☐ Não
☐ Não sei / Nunca pensei sobre isso

- 2.2. E nas redes sociais / universo digital? (opcional)

☐ Sim
☐ Parcialmente
☐ Não
☐ Não sei / Nunca pensei sobre isso

3. Já sentiu que o seu género, idade, aparência, origem, condição física ou outra característica influenciaram negativamente a forma como foi tratado/a no espaço urbano? (opcional)

☐ Sim
☐ Não
☐ Prefiro não responder

- 3.1. Se sim, de que forma?

4. Considera que quem planeia a cidade (arquitetos, urbanistas, decisores políticos) representa a diversidade da população? (obrigatória)

☐ Sim
☐ Parcialmente
☐ Não
☐ Não sei

5. Sente que a sua opinião e os seus interesses são considerados no planeamento e organização do espaço urbano? (obrigatória)

☐ Sim
☐ Parcialmente
☐ Não
☐ Não sei

6. Propunha alguma mudança no espaço público? (obrigatória)

☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei / Nunca pensei sobre isso

- 6.1. Se sim, o que alterava? (opcional)

D. Reflexões finais

1. Deseja acrescentar algum comentário final ou partilhar uma experiência sobre os temas abordados? (opcional)

QUESTIONÁRIO

Perceção e Apropriação da Cidade

Dissertação de Mestrado

A Presença da Mulher no Espaço Público - Percursos Femininos na Arquitetura Portuguesa

Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

🕒 10 minutos

🔒 Anónimo

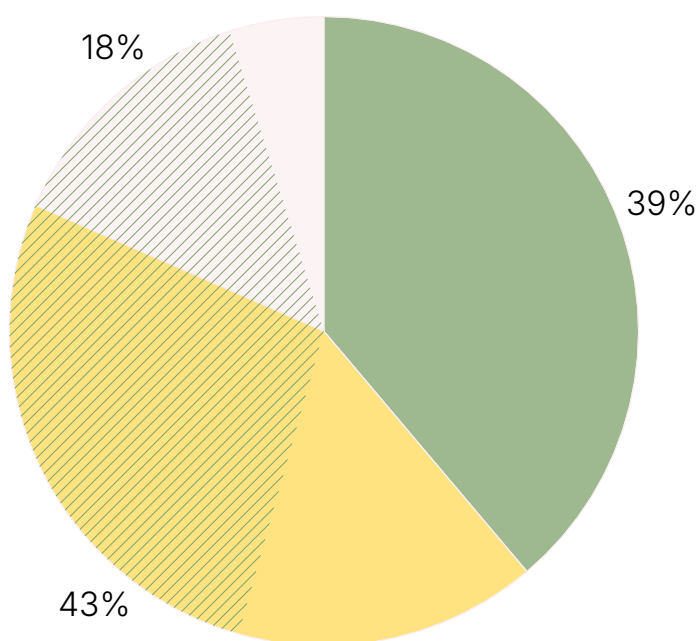


Imagens de Alexandre Alves Costa, Ernst Neufert, Artur Pestor,
Louise Bourgeois, Fundação Marques da Silva e MATRIX
(ordem de cima para baixo, esquerda para a direita)

Apêndice 15 | Resultados Questionário

A. Caracterização dos participantes

1. Local de Residência



Pergunta: Qual a sua relação com o Porto?

Resido no município do Porto

Trabalho no município do Porto

Estudo no município do Porto

Desloco-me frequentemente ao município do Porto (lazer, serviços, etc.)

Resido noutro município da Área Metropolitana do Porto (AMP)

Não tenho relação regular com o município do Porto

Município do Porto		40
AMP	Gondomar	9
	Matosinhos	7
	Valongo	5
	Maia	4
	Paredes	3
	V.N.Gaia	3
	Espinho	1
	Póvoa de Varzim	1
	Vila do Conde	1
Outro município na AMP		10
Outro local de residência fora da AMP	Braga	4
	Penafiel	2
	Lousada	1
	Aveiro	3
	Vila Real	1
	Viana do Castelo	1
	Lisboa	2
	Setúbal	2
	Sintra	1
	Elvas	1
	Bruxelas (Bélgica)	1

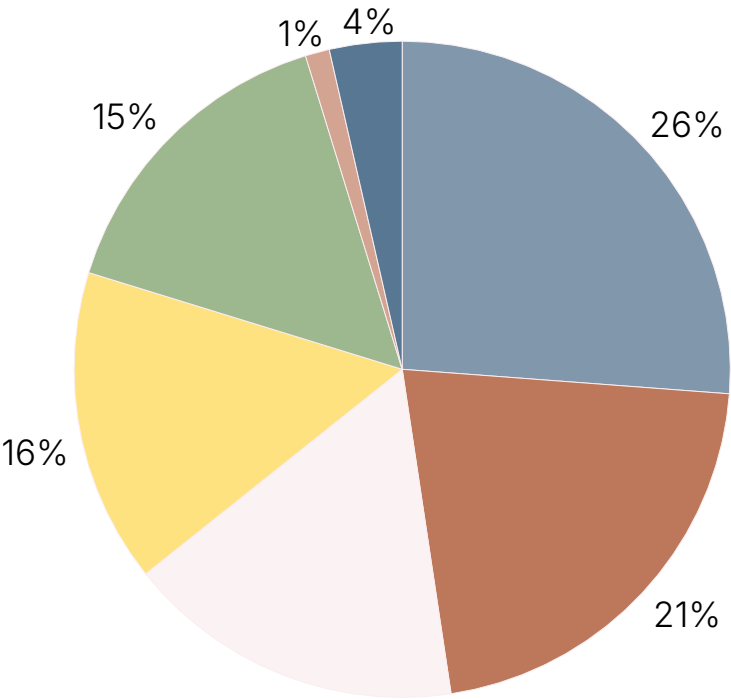
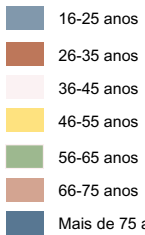
Têm uma relação regular com o município do Porto (trabalho, escola, outro)

Nota: Das 103 respostas recolhidas no questionário apenas 84 serão consideradas na restante análise. O critério utilizado será a residência na Área Metropolitana do Porto, dos quais 40 participantes residem no município do Porto e 44 nos restantes municípios.

2. Idade

Pergunta: Faixa etária:

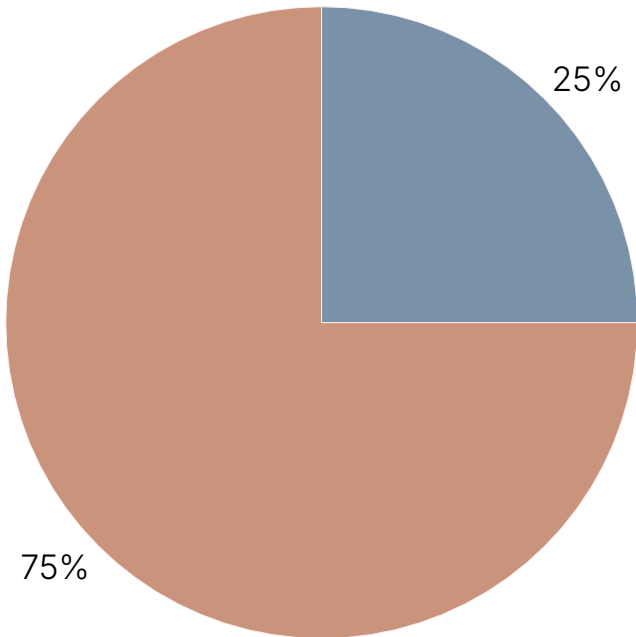
- Menos de 16 anos
- 16 - 25 anos
- 26 - 35 anos
- 36 - 45 anos
- 46 - 55 anos
- 56 - 65 anos
- 66 - 75 anos
- Mais de 75 anos
- Prefiro não responder



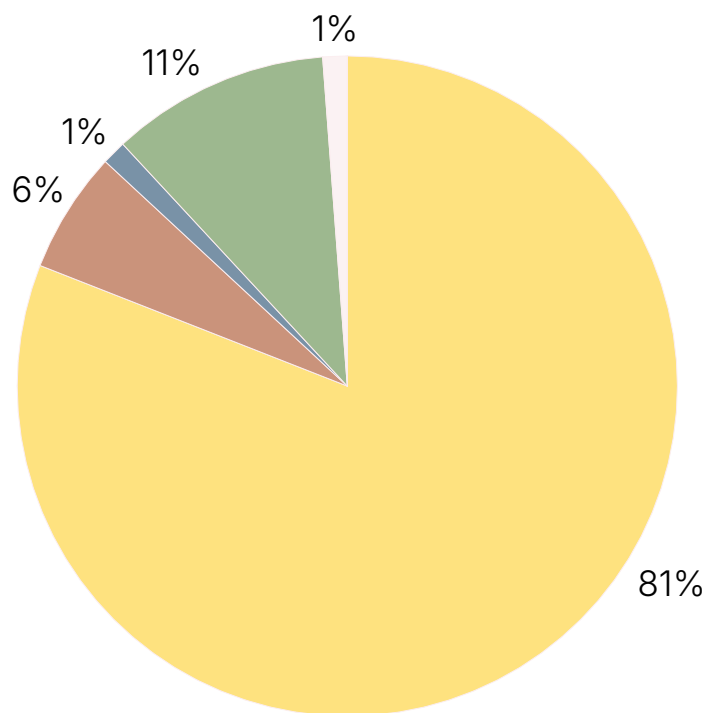
3. Género

Pergunta: Como se identifica em termos de género?

- Mulher
- Homem
- Não-binário
- Prefiro não responder
- Outra:



4. Orientação Sexual

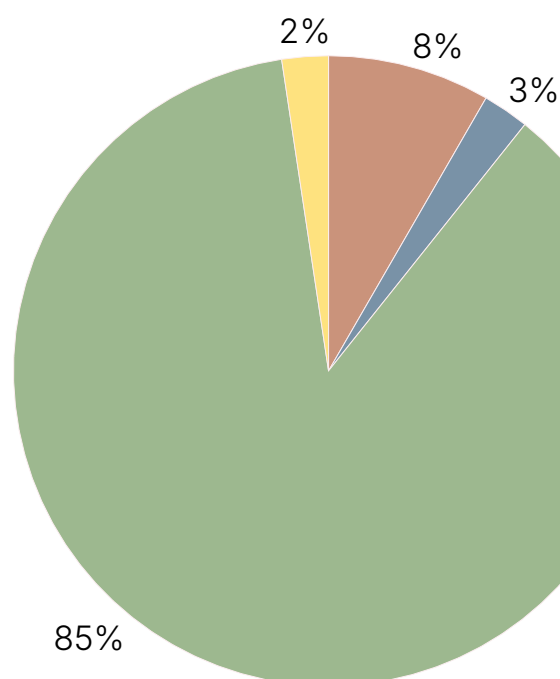


Pergunta: Como descreve a sua orientação sexual?

Heterossexual
Homossexual
Bissexual
Pansexual
Assexual
Questionando / em exploração
Prefiro não responder
Outra:



5. Relação com o espaço urbano



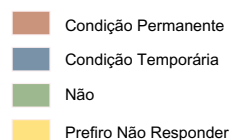
Mobilidade Física	5
Visão	3
Audição	0
Cognitiva / neurodivergência	1
Gravidez	0
Deslocação frequente com bebês e/ou crianças pequenas	2
Acompanhamento de pessoas idosas	0
Prefiro não responder	1

Pergunta: A sua relação com o espaço urbano é influenciada por alguma condição permanente ou temporária?

Não
Sim, uma condição permanente
Sim, uma condição temporária
Prefiro não responder

Pergunta: Se respondeu "Sim", indique a(s) situação(ões) que se aplicam:

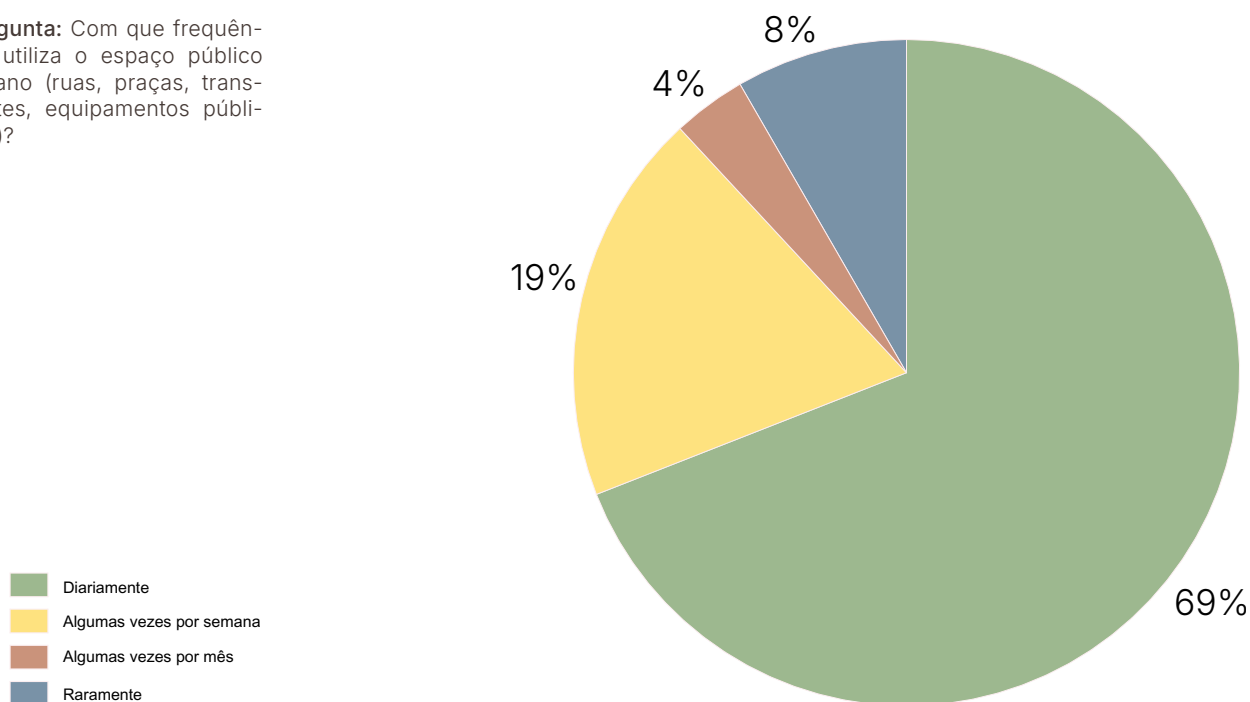
Mobilidade física
Visão
Audição
Cognitiva / neurodivergência
Gravidez
Deslocação frequente com bebês e/ou crianças pequenas
Acompanhamento de pessoas idosas
Prefiro não responder



B. Vivência e apropriação do espaço urbano

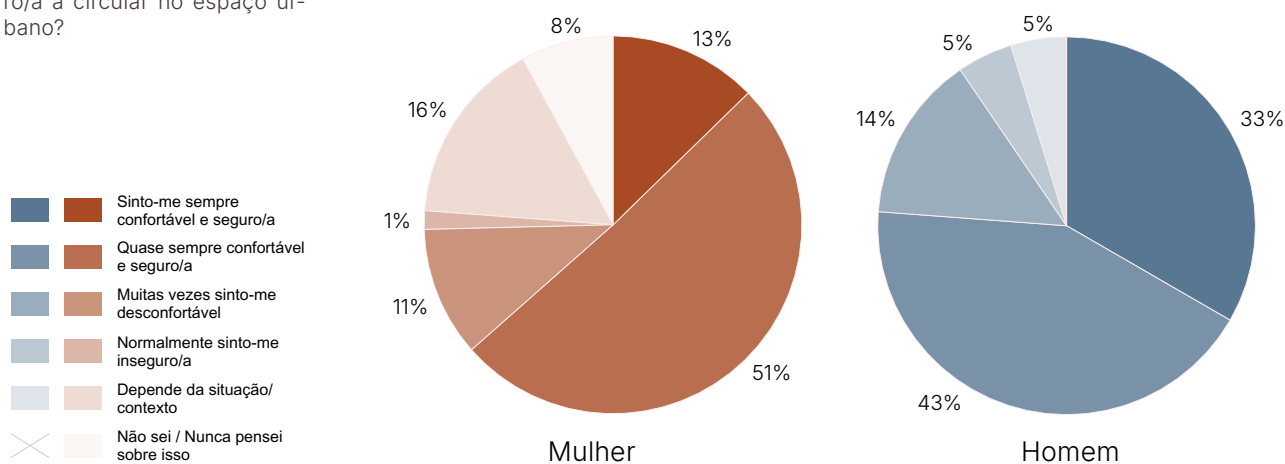
1. Frequência de utilização do espaço urbano

Pergunta: Com que frequência utiliza o espaço público urbano (ruas, praças, transportes, equipamentos públicos)?

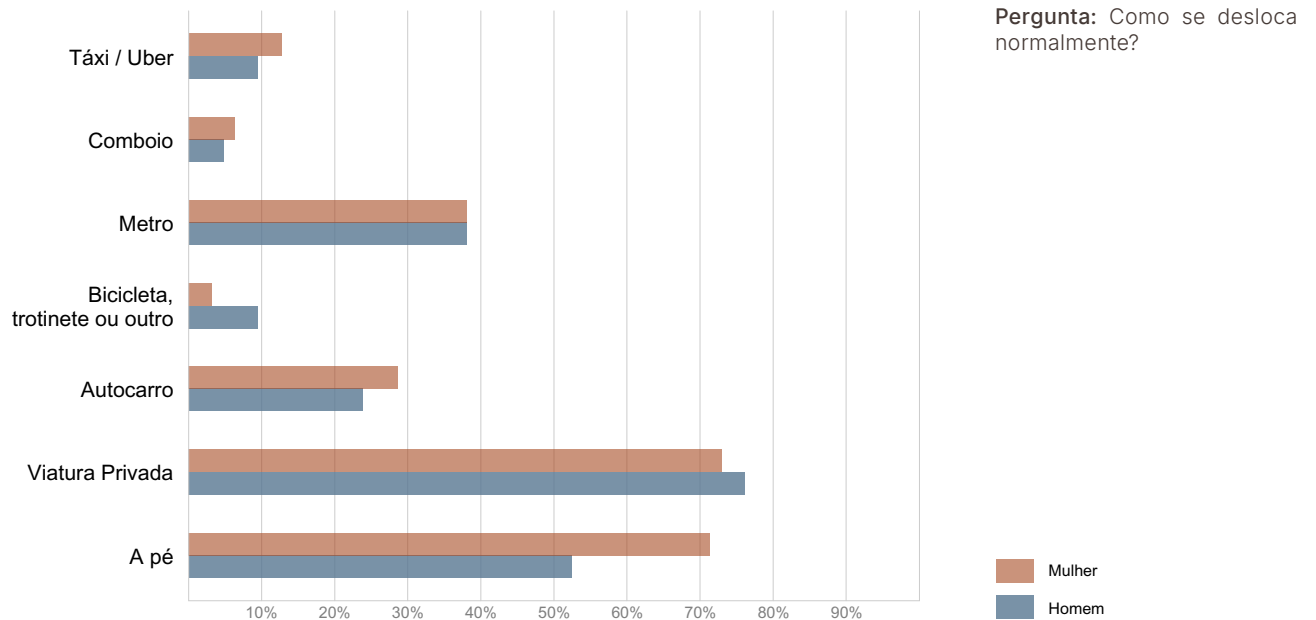


2. Percepção de segurança na cidade

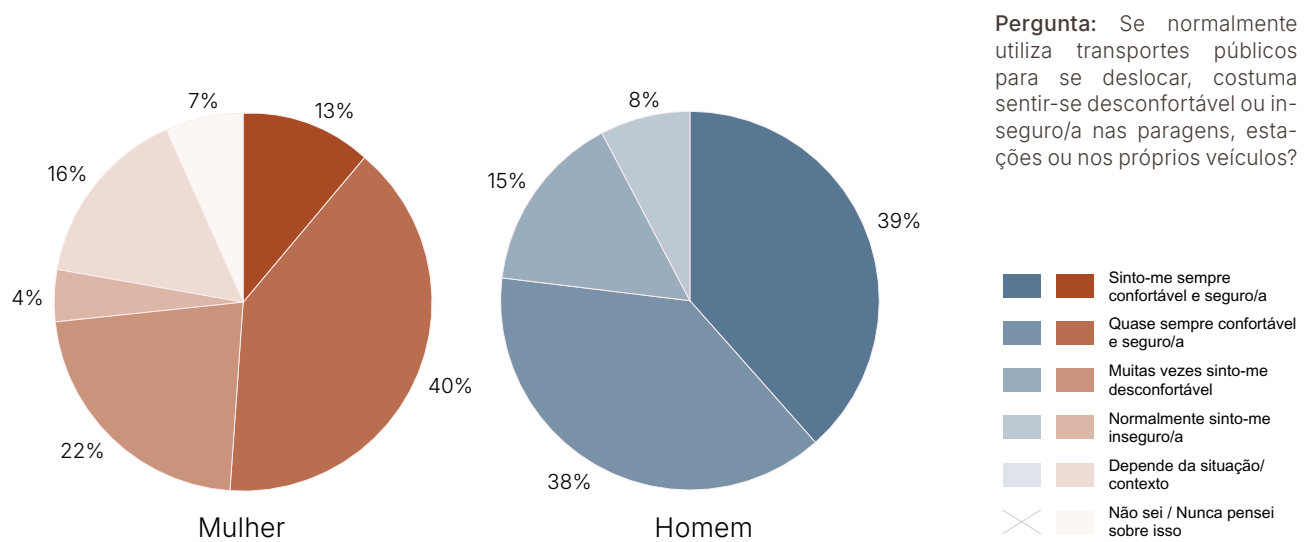
Pergunta: De um modo geral, sente-se confortável e seguro/a a circular no espaço urbano?



3. Meio de transporte

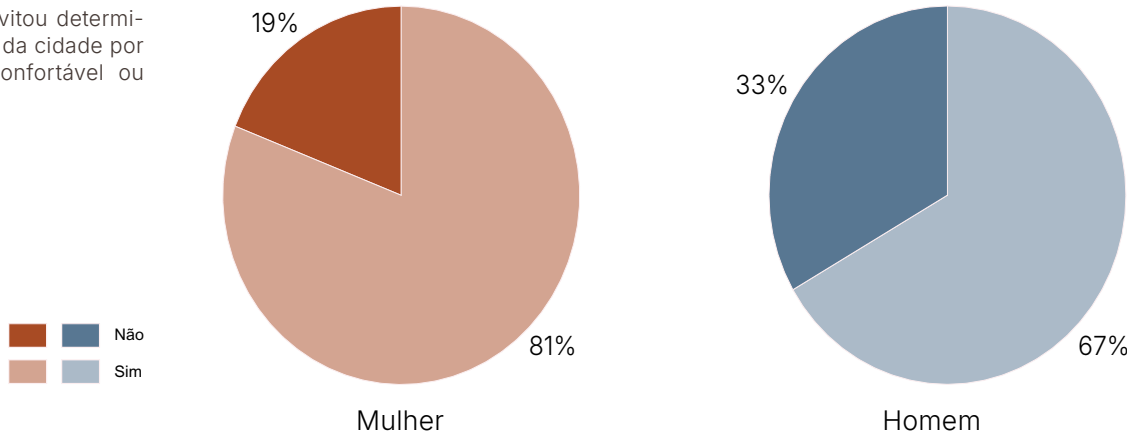


3.1. Perceção de segurança nos transportes públicos



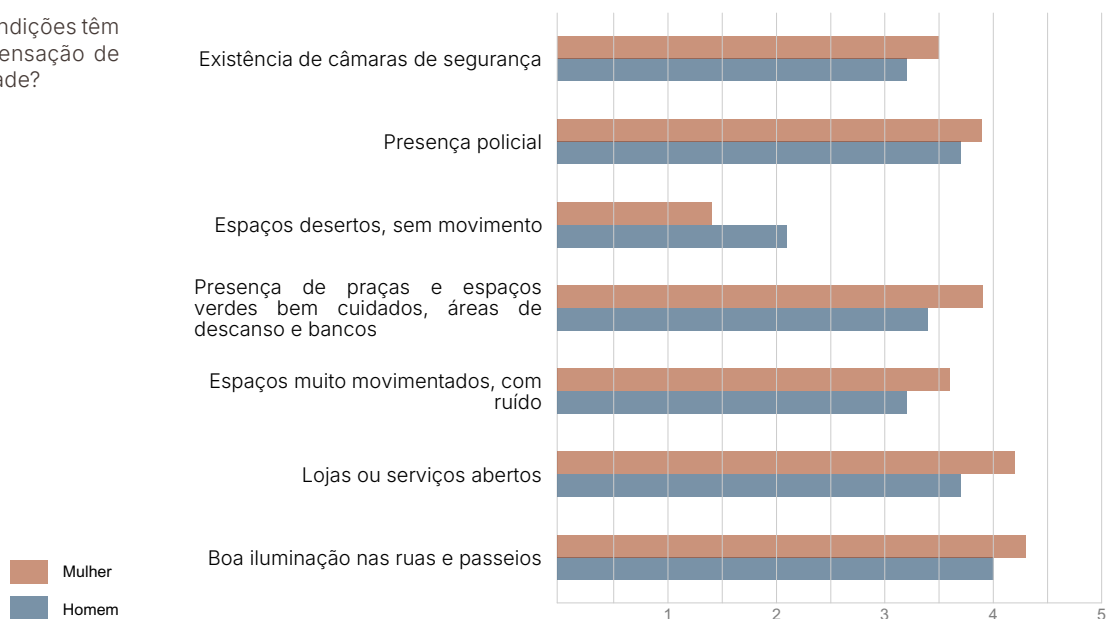
4. Percepção de segurança na cidade

Pergunta: Já evitou determinados espaços da cidade por se sentir desconfortável ou inseguro/a?

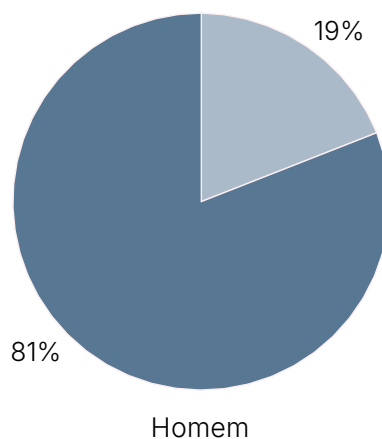
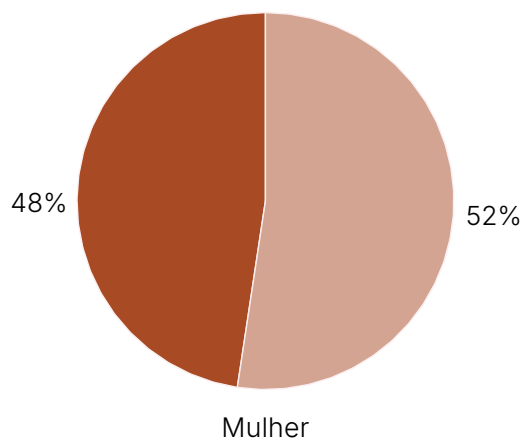


4.1. Condições que impactam a segurança percebida

Pergunta: Que condições têm impacto na sua sensação de segurança na cidade?

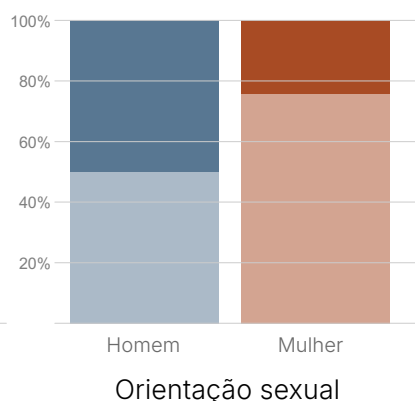
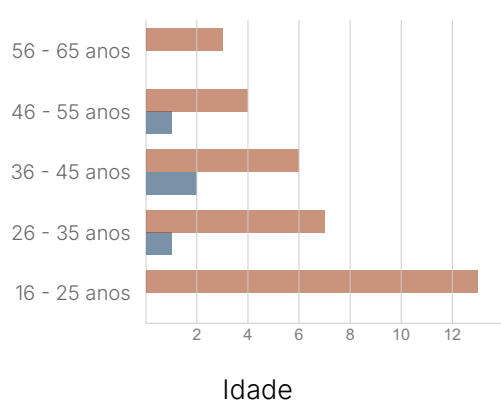


5. Assédio e violência na cidade

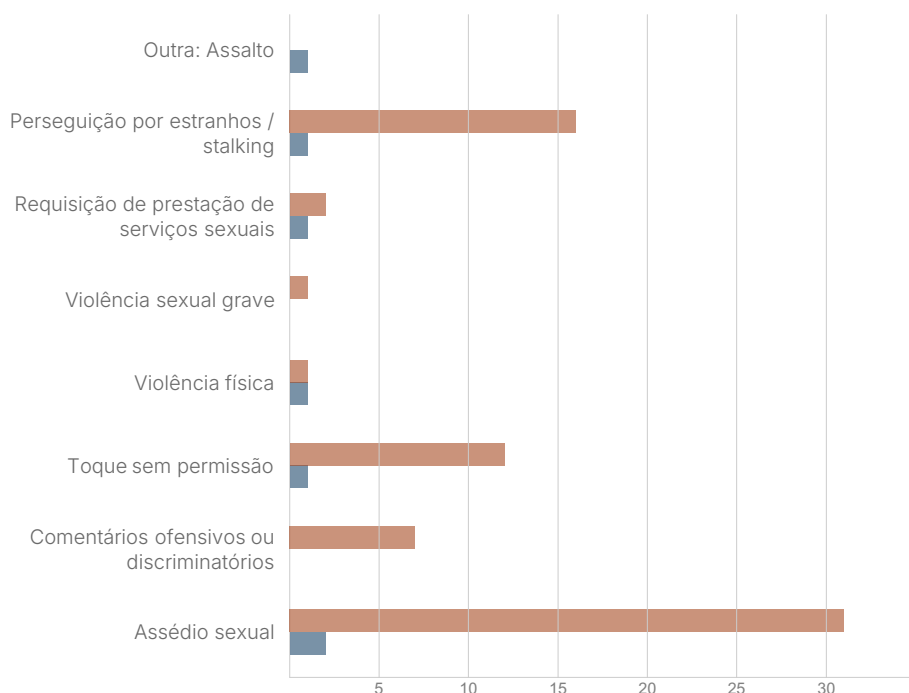


Pergunta: Já sofreu assédio (ex: piropos ou outros comentários, toque sem permissão, perseguição) ou outro tipo de violência na cidade?

■ Não
■ Sim



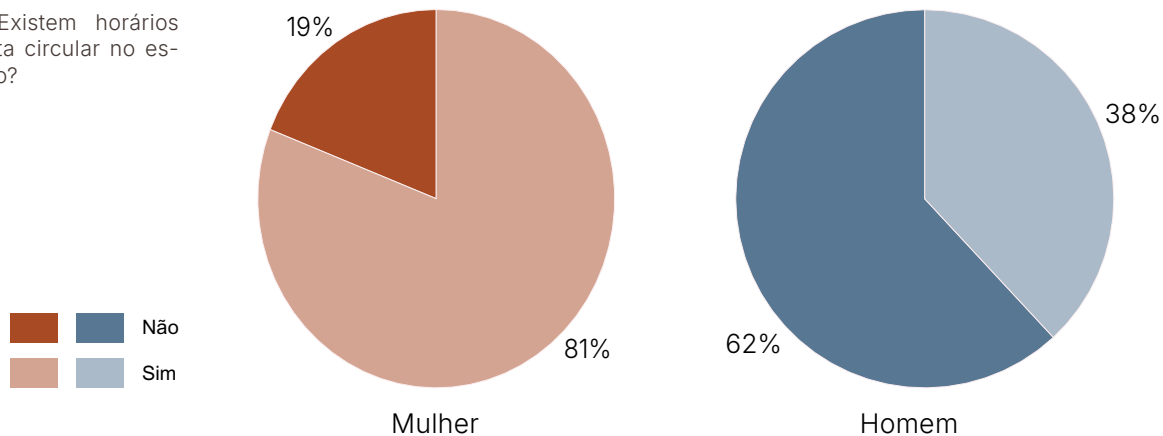
■ Outras orientações
■ Heterossexual



■ Mulher
■ Homem

6. Influência do horário na utilização do espaço público

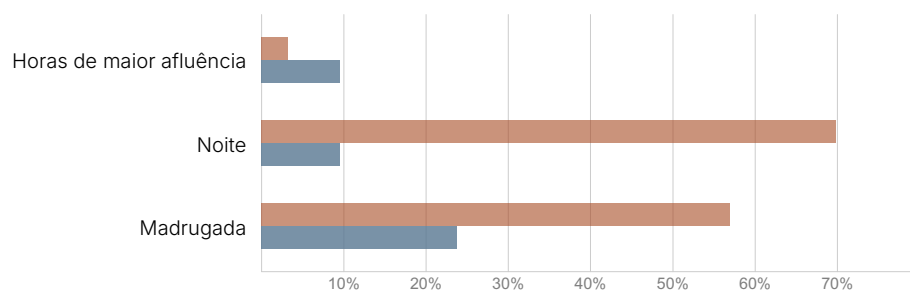
Pergunta: Existem horários em que evita circular no espaço público?



Pergunta: Se sim, quando:

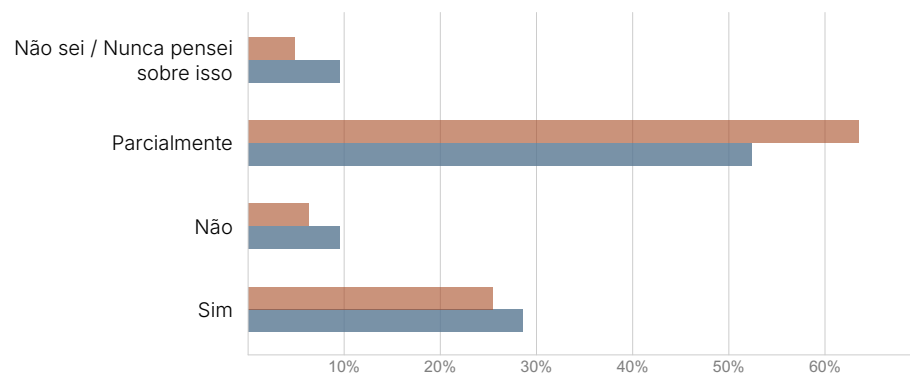
Manhã
Tarde
Noite
Madrugada
Horas de maior afluência

Mulher
Homem



7. Percepção de inclusão no planeamento urbano

Pergunta: Sente que o espaço urbano responde às suas necessidades enquanto utilizador/a?



Testemunhos dos participantes

"Há uma percepção de insegurança porque os peões mais jovens têm frequentemente acidentes de atropelamento devido ao uso inadequado de auriculares durante a utilização do espaço público, sobretudo junto a linhas de metro."

"Por vezes, à noite e em locais com poucas pessoas, posso sentir-me mais inseguro."

"O desconforto surge quando o autocarro nunca mais aparece."

"Já fui alvo de piropos à espera do autocarro."

"Já vi uma mulher sendo assediada no metro, logo ao meu lado."

"Como tenho dificuldades de locomoção por ter uma idade avançada, tenho receio de andar na rua porque os passeios nem sempre estão bem cuidados, podem ter buracos ou ser muito estreitos."

"Utilizar os transportes públicos de noite face de dia é bastante diferente, tendo uma maior insegurança de noite."

"Paragens escondidas / pouco usadas, o facto de não haver câmaras nas ruas e becos para segurança como em muitas outras cidades noutros países, criminalidade em crescendo."

"Há muitos sem-abrigos presentes no local."

"Em sua maior parte utilizo o metro, onde me sinto segura. Eventualmente quando utilizo outros tipos de transporte, como Uber, ou se estou tarde da noite em um lugar aberto, então fico com o "radar" ligado. No geral, penso que meu bem estar no espaço público está relacionado com a hora do dia (dia/noite)."

"A sensação de insegurança aumenta no período da noite, sobretudo quando se anda a pé, e em zonas menos movimentadas da cidade, o que acontece até em zonas centrais."

"Normalmente tenho uma experiência bastante segura. Contudo em certos casos onde, ou a paragem encontra-se num lugar fracamente iluminado, ou muito vazia numa rua pouco utilizada, ou frequentada por grupos menos simpáticos a insegurança aumenta ligeiramente."

"Neste momento [há muita] insegurança no Porto."

"Péssima organização das ruas, (buracos, falta de sinais, e estacionamento desordenados) levam as pessoas a cometerem mais erros e conflitos com a mobilidade da cidade."

Nota: Na análise dos testemunhos dos participantes foi considerada a totalidade das respostas, não tendo sido efetuada a filtragem por zona de residência.

"Alguns buracos na rua."

"O meu maior desconforto é o excesso de espaço de utilização quase exclusiva dos automóveis privados, o excesso de trânsito, a poluição sonora e má qualidade do ar, as ilhas de calor urbano e a sensação de insegurança devido à excessiva velocidade dos automóveis privados."

"O Porto é uma cidade segura na maior parte das zonas. Por vezes há assaltos aos carros, e alguns bairros como a Pasteleira têm um ambiente menos seguro, por causa da droga."

"E preciso a polícia agir na segurança e não no trânsito."

"O fechamento de lojas/bares transformam as ruas em desertos ou mero locais de passagem. Ao contrário, a presença desses "habitats", ainda que comercial, mantém certa "comunidade" que garante certa segurança mediante a ocupação."

"Espaços limpos, mesmo que pouco movimentados, também transmitem segurança. Demonstram que o local tem cuidado, uso contínuo e intenção de preservação."

"Já me aconteceu acabar por me sentir inseguro numa paragem de metro muito pouco movimentada e de noite mesmo esta contendo câmaras de segurança. Na altura tentei relaxar por saber que estaria a ser vigiado pelo equipamento mas de qualquer maneira o nível de insegurança não diminuiu."

"Quando ando a pé tenho medo que uma bicicleta ou trotinete me atropеле."

"Há um atraso enorme da remoção do excessivo espaço público utilizado por automóveis, há uma política pública declarada e evidente que favorece o automóvel, basta julgar a quantidade de tempo e frequência dos semáforos nas passeadeiras."

"Os transportes públicos ainda deixam a desejar."

"As estradas e passeios deveriam ter menos buracos... para não dizer buracos..."

"Desde que me mudei para o Porto que, por exemplo, a rotunda da Boavista é extremamente perigosa de noite e deve ser evitada! Mesmo que isso implique o aumento de tempo no percurso, nunca se deve atravessar a rotunda a pé."

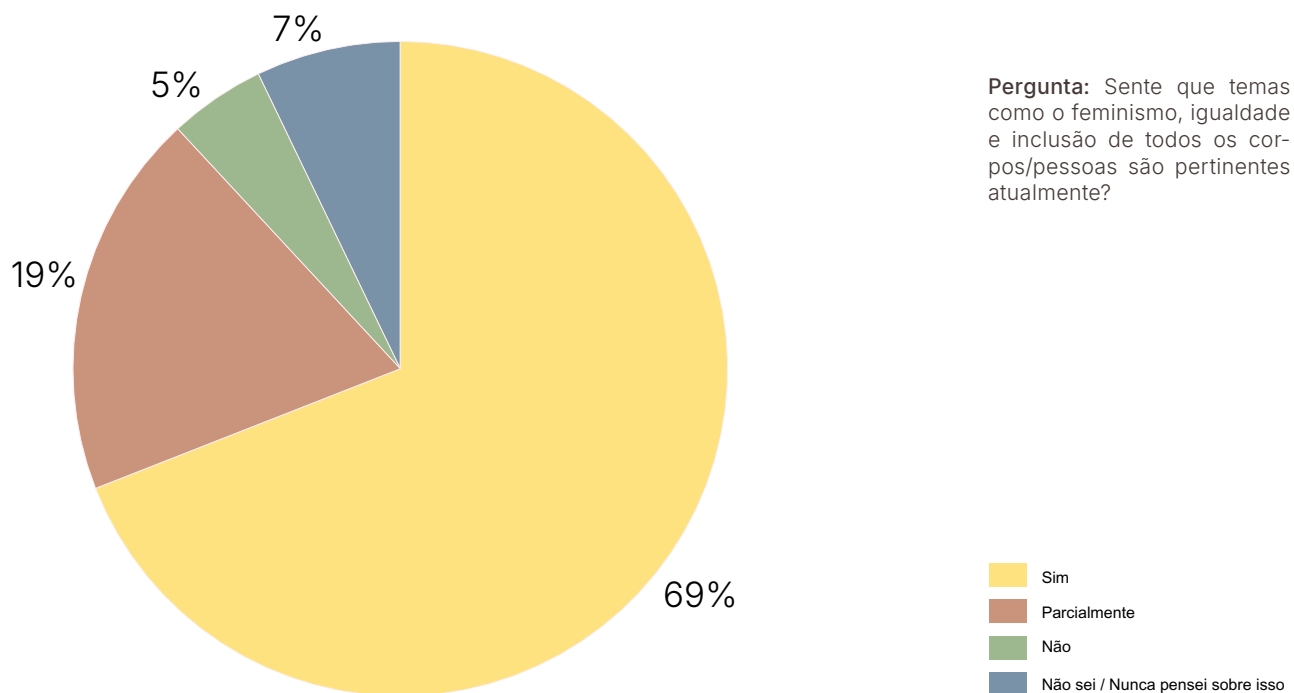
"Faltam estacionamento gratuitos."

"Deveria de haver mais espaços verdes e de recreio para todos nós."

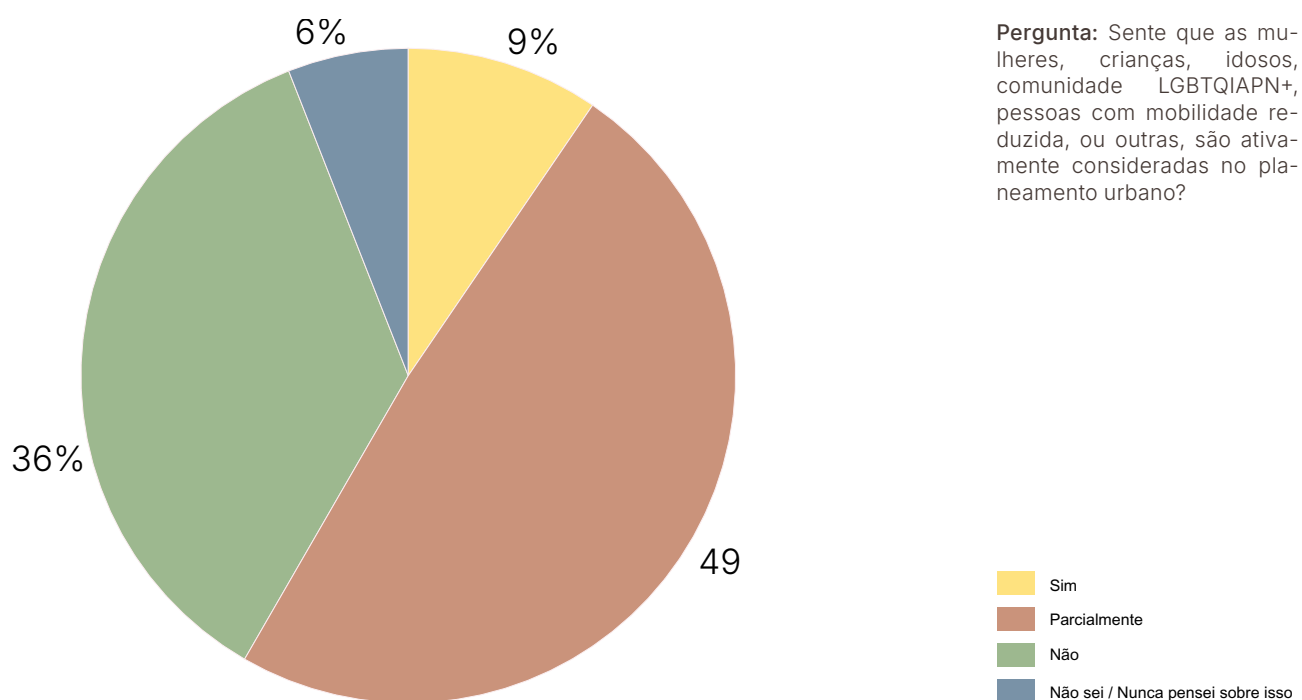
"Deveríamos ter mais espaços verdes e parques para crianças."

C. Desigualdades e percepções sociais

1. Relevância de temas como feminismo e igualdade

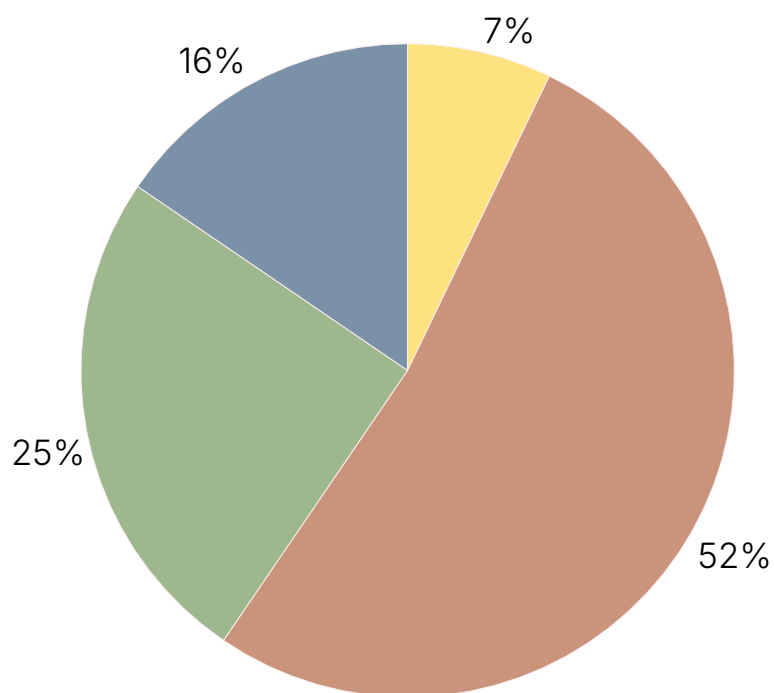
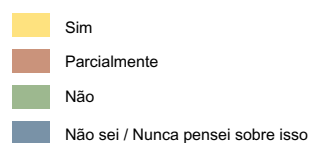


2. Consideração de todos os corpos



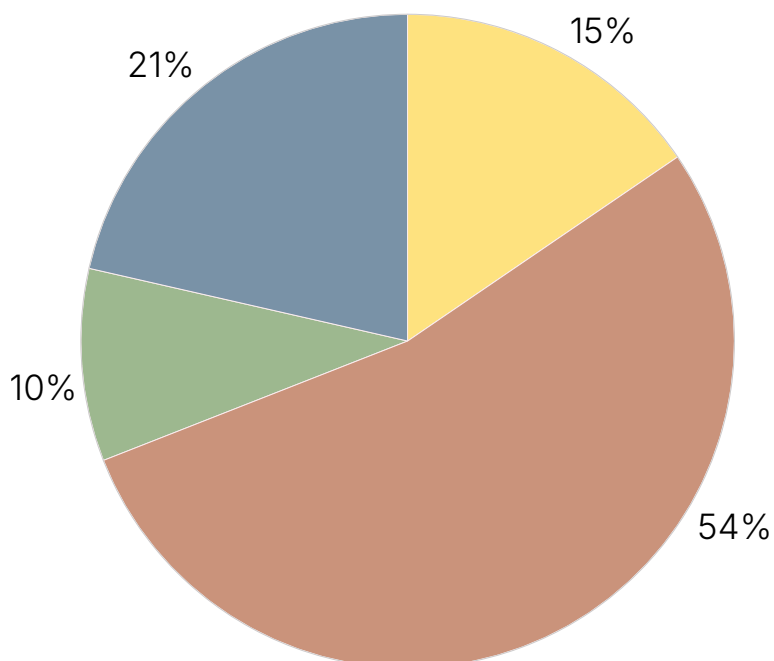
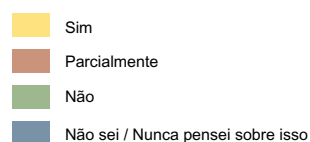
2.1. Representação de todos os corpos na cidade

Pergunta: Sente que esses corpos são bem representados no espaço urbano (toponímia, publicidade, etc.)?

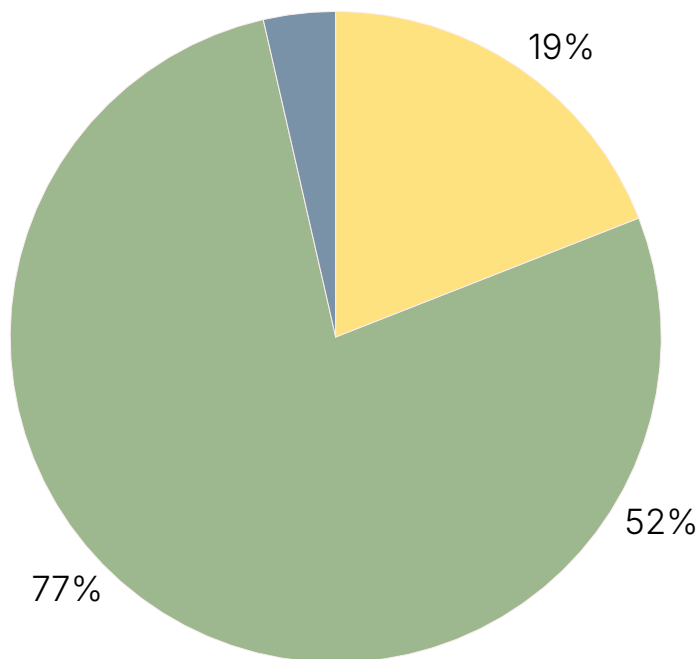


2.2. Representação de todos os corpos no universo digital

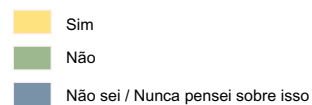
Pergunta: E nas redes sociais / universo digital?



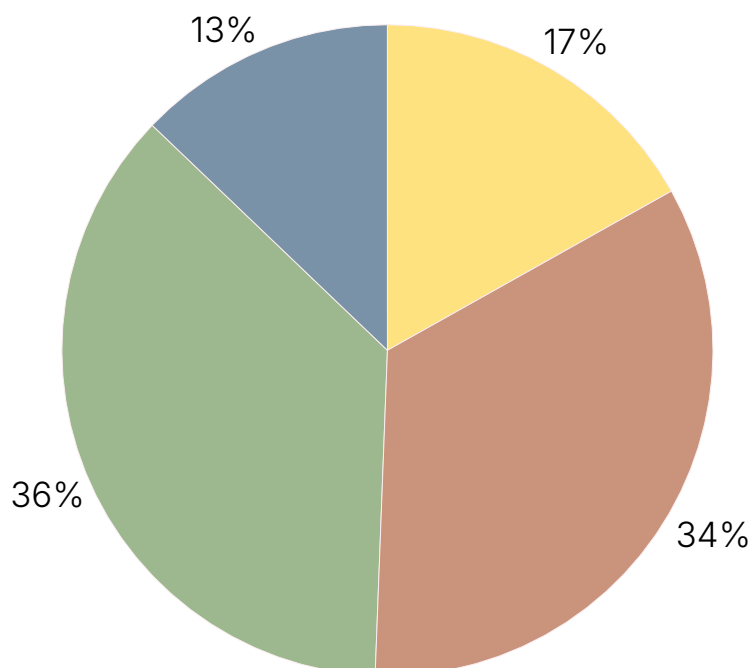
3. Percepção de discriminação no espaço urbano



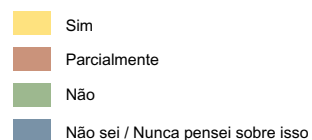
Pergunta: Já sentiu que o seu género, idade, aparência, origem, condição física ou outra característica influenciaram negativamente a forma como foi tratado/a no espaço urbano?



4. Percepção da diversidade no planeamento urbano



Pergunta: Considera que quem planeia a cidade (arquitetos, urbanistas, decisores políticos) representa a diversidade da população?



Testemunhos dos participantes - Formas de discriminação

Nota: Na análise dos testemunhos dos participantes foi considerada a totalidade das respostas, não tendo sido efetuada a filtragem por zona de residência.

"Sou homossexual e já fui excluído ou negligenciado por isso."

"Pelo facto de não estar "bem" vestida fui, de certa forma, discriminada por preconceito de não ter capacidade de compra numa loja comercial."

"Discriminação pela forma de vestir."

"Mesmo sendo portugueses, se vivemos uns anos no estrangeiro somos tratados como imigrantes."

"Ser mulher, em vários setores, é sinónimo de descredibilidade (ex.: mecânicos e afins claro, mas muitas vezes quando atendida por outras mulheres). Aparência: mulher, simpática e nova = descrédito/não levam a sério também, por vezes."

"O género e aparência."

"Por ser mulher, sinto-me muitas vezes condicionada devido a comportamentos de homens ou a evitar espaços escuros ou pouco movimentados devido a insegurança."

"Pela vulnerabilidade (real, mas também culturalmente aceite) associada ao género."

"Abordado por não ser heterossexual."

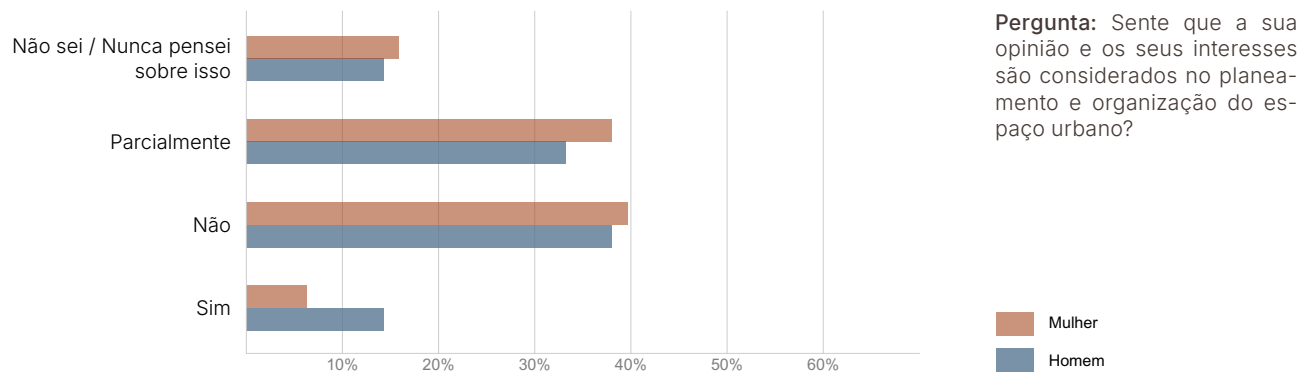
"Só por ser mulher e parecer mais vulnerável."

"Disseminada em razão do sexo: ser mulher."

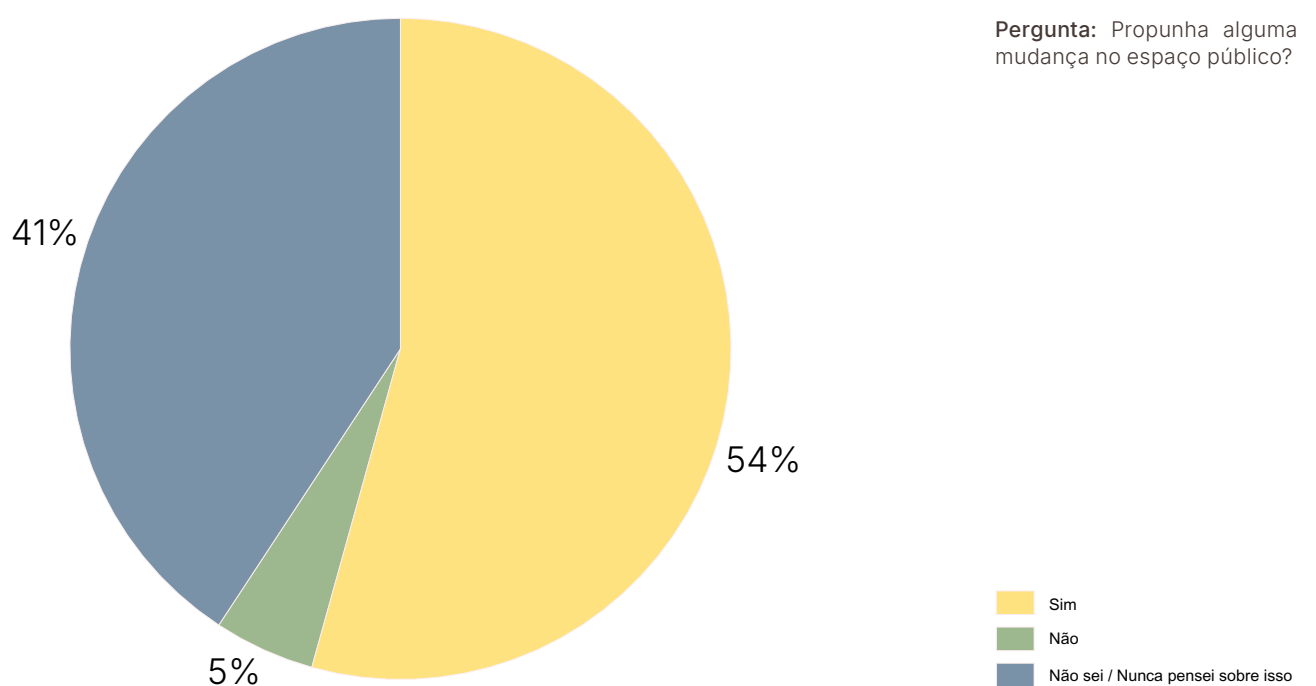
"Idadismo."

"Assédio."

5. Percepção de inclusão no planeamento urbano



6. Alterações na cidade



Testemunhos dos participantes - Propostas de mudanças na cidade

Nota: Na análise dos testemunhos dos participantes foi considerada a totalidade das respostas, não tendo sido efetuada a filtragem por zona de residência.

"O serviço de limpeza em alguns locais."

"Mais ruas apenas pedonais."

"Maior cuidado com obras aprovadas, um planeamento mais coeso, mais elementos verdes."

"As acessibilidades para pessoas em cadeira de rodas, carrinhos de bebé, etc."

"Aumento do espaço para peões, redução espaço para automóveis, redução velocidade máxima automóvel no centro urbano, recurso a árvores e pequenos espaços verdes em todas as ruas (ilhas de calor, sobretudo nas zonas muita densificação), modos suaves de transporte, sinalética nunca deveria permitir que o automóvel atravessasse o centro histórico mas encaminhar para os parques estacionamento circundantes, passadeiras cruzadas, metro Campo Alegre, Foz e Matosinhos, interconectividade entre o metrobus Casa Musica e metro Casa da Música."

"Mais policiamento e mais consciencialização para o tema nas escolas."

"Melhor serviço de transportes públicos."

"Melhores acessos para pessoas com mobilidade reduzida; melhor iluminação das ruas; pavimento adequado para todas as pessoas..."

"Melhor iluminação, vigilância policial, câmaras videovigilância, acesso aos espaços públicos e privados, obras bem planeadas e com bom senso."

"Melhor iluminação e passeios mais largos."

"Calçadas mais largas ou existentes. Paragens de autocarro preparadas para as chuvas. Mais iluminação pública. Maior quantidade de policiamento. Vagões femininos. Reforço na legislação e fiscalização do ruído de carros, motos, ambulâncias e bombeiros."

"Melhor rede de estacionamento (mais lugares e mais acessíveis) de modo a reduzir os carros em 2ª fila e em cima dos passeios e afins."

"Mais espaços públicos com temperaturas e condições mais adequadas para acolher pessoas mais frágeis, tais como, idosos e crianças. (Parques com mais proteção solar no verão, mais WC nos espaços públicos e com melhores condições de higiene, por exemplo)."

"Infraestruturas adequadas a quem tem mobilidade reduzida e a invi-

suais, iluminação adequada."

"Iluminação precária no centro da cidade, muitas ruas ainda carecem de boa iluminação. Para além disso, a cidade é construída sobre inclinações acentuadas, que levam à existência de rampas que dificultam a mobilidade de pessoas de idade, não só no centro como também nas praias (por exemplo, onde muitos acessos são por rampas muito acentuadas as quais requerem muita força nas pernas)."

"Passeios mais largos e mais bem cuidados."

"Mais e melhores acessos a pessoas com mobilidade reduzida."

"Que a opinião dos moradores fosse também ouvida numa situação de construção de um pavilhão desportivo para 800 pessoas, como as Goladas em Braga, hóquei e patinagem, no meio de duas ruas sem saída... não faz sentido... numa situação de emergência o que fazemos?"

"Paisagismo."

"Paragens de autocarro viradas para dentro...sem nexo e até perigosas para o utilizador."

"Mais vegetação nas ruas, e jardins com opções de lazer."

"Maior preocupação com as grávidas e pessoas com crianças ao colo, seja a nível de lugares de estacionamento (muitas vezes inexistentes) como a nível de refeições nos restaurantes locais (cuidados a ter). Nas filas de lojas, quando são prioritárias, é raro haver preocupação por parte dos lojistas em perguntar ou indicar isso mesmo aos restantes clientes."

"Mais áreas de lazer e espaços verdes e melhores condições no espaço público."

"Ruas mais iluminadas."

"Enquanto há obras no Porto deviam pensar melhor na mobilidade do peão e cadeirante, ainda que seja uma situação pontual."

"Penso que, dentro dessas minorias aqui descritas, a população idosa e portadores de deficiência são as mais afetadas pela estrutura da cidade. Há poucas casas de banho, espaços de descanso, sinalizadores de chão (para cegos), declives nas calçadas (para cadeirantes), sinalizadores/semaforos com ruído (para cegos)... Essas e outras ausências dificultam a essas pessoas o acesso público."

"Espaços públicos seguros para as mulheres poderem estar; espaços verdes e parques melhores cuidados; mais representatividade na toponímia; desenho das ruas com passeios muito mais largos para mães com crianças, mulheres idosas com carrinhos de compras; trabalho de memória das mulheres que construíram a cidade."

"A implementação de estratégias integradas que promovam um espaço urbano democrático, inclusivo e seguro é fundamental. Ambientes mais confortáveis, atrativos, acessíveis e seguros tendem a estimular uma maior apropriação social e intensidade de uso. Esse aumento da presença e da diversidade de utilizadores em diferentes períodos do dia reforça a vigilância natural, a vitalidade urbana e a coesão social, gerando um ciclo contínuo de melhoria das condições de uso, segurança e qualidade espacial."

"Mais espaços para a comunidade queer."

"Maior oferta de transportes públicos."

"Mais iluminação!"

"Mais polícia e segurança nas ruas, ruas mais largas e mais iluminação."

"Mais policiamento e iluminação."

"Algumas alterações ao espaço público para o melhorar incluem aumentar áreas verdes, priorizar peões e ciclistas, melhorar a acessibilidade, reforçar a segurança, instalar mobiliário urbano de qualidade e promover espaços de convívio e lazer."

"Mais policiamento, mais cuidado com os animais na rua, nomeadamente onde fazem as suas necessidades e ainda falta melhor acesso para pessoas com vários tipos de dificuldades."

"Maior atratividade dos jardins para que passassem a ser mais frequentados."

"Accessibility [acessibilidade] para portadores de deficiências."

"O facto do espaço público português carecer, em demasia, de acessibilidade a pessoas com deficiências motoras ou audiovisuais. Raramente se vê um forte planeamento para além de rampas com inclinação extrema ou passadeiras sem sinais sonoros. Pontos positivos é o empenho das câmaras em tornar os espaços públicos mais iluminadas, bem tratados e restaurados."

"Mais habitação na cidade."

"Casas de banho públicas gratuitas e limpas, estações de autocarro sempre com proteção, iluminação e bancos, calçada nivelada, mais espaços verdes."

"Educação cívica."

"Boa iluminação das ruas, equilíbrio no planeamento de espaços comerciais."

"Adaptar o espaço público e os acessos a situações de mobilidade redu-

zida. Sinto que esta valência do planeamento urbano ainda deixa muito a desejar. Em mobilidade reduzida não me refiro apenas a cadeiras de rodas ou deficiências de mobilidade, mas a casos como a cegueira onde sinto que a cidade não está preparada de todo."

"Mais travessias na zona sul da Avenida da Boavista. Mais pontes ao nível baixo no rio Douro, tal como existe noutras cidades europeias."

"Algumas ciclovias não estão nos melhores sítios."

D. Reflexões finais

Testemunhos dos participantes

Nota: Na análise dos testemunhos dos participantes foi considerada a totalidade das respostas, não tendo sido efetuada a filtragem por zona de residência.

"Política de igualdade na gestão de propriedade privada, balanceamento das quotas de alojamento local, obrigatoriedade de construir para diferentes classes sociais (Londres), discriminação dos impostos em função do uso das casas, não permitindo o número excessivo de casas não habitadas, em especial durante uma crise de habitação."

"A cidade está mais segura do que há 20 anos atrás, é essa a sensação que tenho."

"Menos preocupação com alterar tudo nos municípios mas sim torná-los mais ergonómicos, por assim dizer, atendendo às necessidades dos residentes."

"Acho que com a opinião de todos pode haver algum tipo de melhorias de alguns aspectos desse assunto."

"Particularmente enquanto mulher/LGBT/Imigrante, sinto que a maior violência vem por parte da xenofobia, mais do que enquanto LGBT. Já na condição de mulher, há sempre o cuidado e o machismo vigente (infelizmente), entretanto, diferentemente de amigas imigrantes heterossexuais, não sinto tanto a violência na esfera da sexualidade (talvez isso mude de acordo com outros fatores, como a cor, nacionalidade e sexualidade)."

"O envolvimento dos cidadãos (diálogo cidadão e participação) nas tomadas de decisão sobre o uso e qualificação do espaço urbano será fundamental para virmos a ter uma cidade mais democrática."

"Obrigada pelo interesse no tema! De certo, fará muita gente pensar!"

"O melhorar do espaço público é um tema de extrema importância já que ele é utilizado a toda a hora pela população, mas para ele se tornar um lugar perfeitamente seguro passa igualmente pela mentalidade da sociedade. Sinto que algumas decisões na forma como se trata de certos espaços públicos fiquem presas na ideia de propaganda política e fujam da ideia de criar um espaço bom e seguro para o utilizador."

"Muitas obras e dinheiro gasto, para depois de algum tempo desfazer e reproduzir outras ideias."